Revista

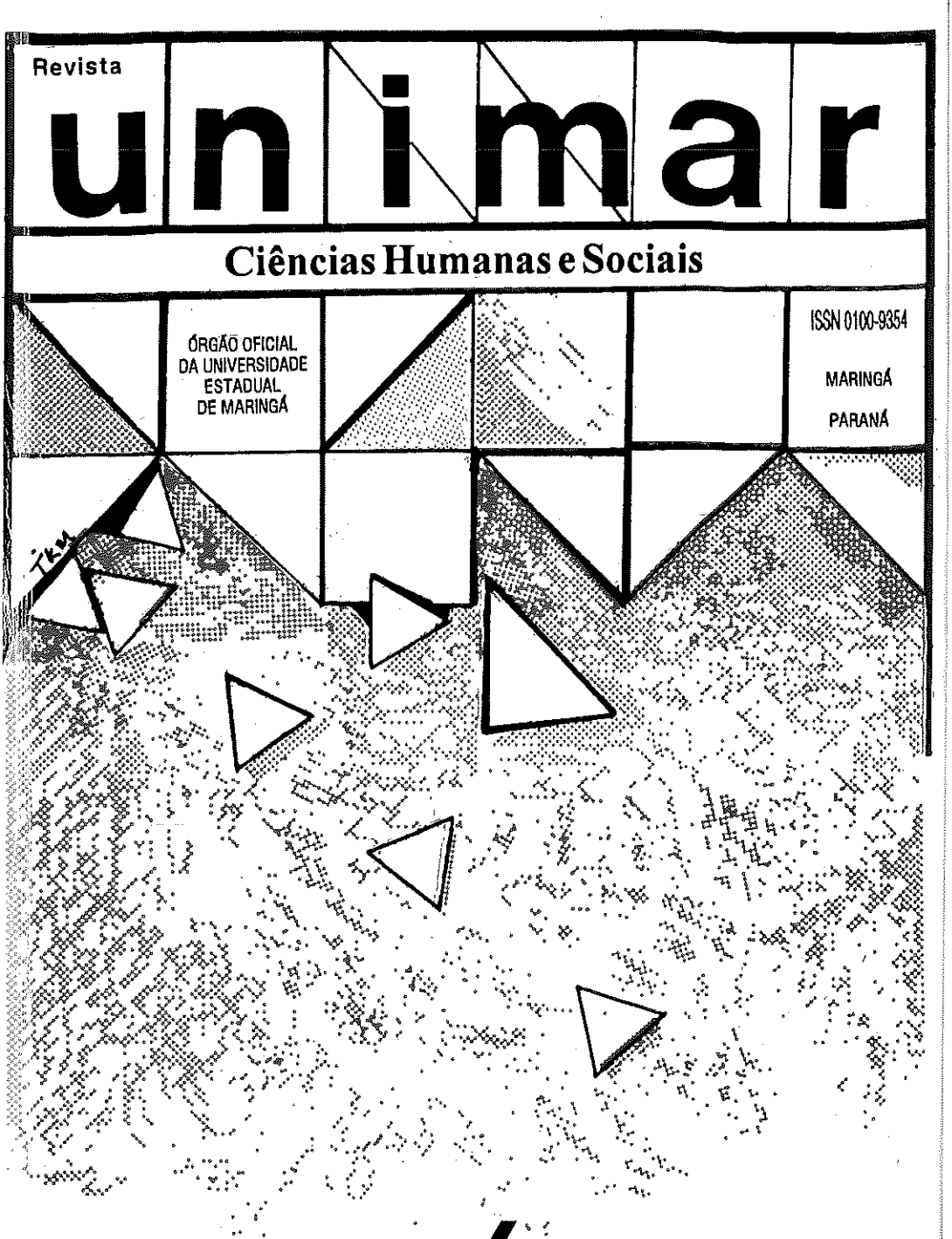
unimar

Ciências Humanas e Sociais

ÓRGÃO OFICIAL
DA UNIVERSIDADE
ESTADUAL
DE MARINGÁ

ISSN 0100-9354

MARINGÁ
PARANÁ



VOLUME 17
NÚMERO 1
ABRIL 95

Revista
UNIMAR
Ciências Humanas e Sociais
Órgão Oficial da Universidade Estadual de Maringá
ISSN 0100-9354
Revista UNIMAR, Maringá 17(1)/95

SUMÁRIO

LETRAS

Lúcia Osana Zolin. A mulher machadiana na mira da crítica: da periferia à imanência do texto.
Criticism of women in Machado's fiction: from boundary to immanence 1-16

Oliver Friggieri. Main trends in the history of Maltese literature.
As tendências principais na história da literatura maltesa 17-26

Mirian Hisae Yaegashi Zaponi. Temas e problemas do ensino de literatnra.
Themes and problems of literature teaching 27-36

Mirian Hisae Yaegashi Zaponi. Um metatexto para "O homem que sabia javanês".
A metatext to "The man who knew how to speak Javanese 37-53

Thomas Bonnici. A political interpretation of *Things Fall Apart.*
Uma interpretação política de *Things Fall Apart* 55-63

Aecio Flavio de Carvalho. A narrativa histórica e a arte literária em Salústio.
Sallust's historical narrative and literary art 65-84

Renilson José Menegassi. Compreensão e interpretação no processo de leitura: noções básicas ao professor.
Comprehension and interpretation in the reading process: basic notions for the teacher 85-94

HISTÓRIA

José Flávio Pereira. **Cairu e a economia política: um compromisso com a riqueza das nações.**
Cairu and political economy: a commitment with the nations' wealth .. 95-107

Angelo Priori. **Católicos e comunistas em luta pela hegemonia do sindicalismo rural no Norte do Paraná:1960-1964 (algumas considerações preliminares).**
Catholics and communists vying for hegemony in the Trade Unions of the North of Paraná, 1960-1964 (Basic considerations) 109-123

Sezinando Luiz Menezes. **A colonização do Brasil vista pelo colonizador: a escravidão nos escritos coloniais dos séculos XVI e XVII.**
The colonization of Brazil as seen by the colonizer: slavery in colonial writings of the 16th and 17th centuries 125-139

Geovanio Rossato e Jorge Ulisses Guerra Villalobos. **A Escola de Frankfurt - noções básicas.**
Frankfurt School - basic notions 141-147

Eva Paulino Bueno. **Caudillismo and coup d'etat in Latin America.**
Caudilhismo e golpe de estado na América Latina 149-165

EDUCAÇÃO

Luzia Marta Bellini e Adriano Rodrigues Ruiz. **Espontaneísmo ou ritualismo: quem é o vilão na educação?**
Spontaneism or ritualism: who is the "villain" in education? 167-176

Hélio Roque Hartmann. **Dewey: filosofia, ciência e conhecimento.**
Dewey: philosophy, science and knowledge 177-196

Viktor Shigunov, Vanildo R. Pereira e Osvaldo Manzotti Jr. **Percepção de treinadores quanto à importância de atitudes de competência pedagógica no treinamento desportivo.**
Coaches' perception of the pedagogical competence attitudes in sports training 197-207

Revista UNIMAR
Ciências Humanas e Sociais
Órgão Oficial da Universidade Estadual de Maringá
Volume 17 (1)/1995

FUNDADOR:
Reitor: *José Carlos Cal Garcia*

GESTÃO:
Reitor: *Prof. Luiz Antônio de Souza*
Vice-Reitora: *Profª Neusa Altoé*

SUPERVISÃO:
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
.Prof. Erivelto Goulart

SUPERVISÃO EDITORIAL:
.Profª Maria Suely Pagliarini

CONSELHO EDITORIAL:
.Profª Alice Áurea Penteado Martha
.Prof. Angelo Antonio Agostinho
.Prof. Antonio Carlos Bento
.Prof. Erivelto Goulart
.Prof. Hamilton Luiz Fávero
.Profª Itana Maria de Souza Gimenes
.Prof. Lauro Daniel Vargas Mendez
.Profª Maria Suely Pagliarini
.Profª Tereza Cristina Rocha Moreira de Oliveira

DIVISÃO DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA-PPG:
.Maria José de Melo Vandresen

Editoração Eletrônica:
.Juliano Rodrigues Lopes
.Marcos Cipriano da Silva

REVISÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA E INGLESA:
.Prof. Silvestre Rudolfo Böing
.Profª. Márcia Lorca Ventura
.Profª Deonízia Zimovski Germani
.Profª Marilurdes Zanini
.Prof. Antonio Augusto de Assis
.Prof. Leonildo Carnevalli
.Prof. José Hiran Sallée
.Profª Edna Castilho Peres

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA
.Ana Maria Marquezini Alvarenga

IMPRESSÃO E ENCADERNAÇÃO:
.Imprensa Universitária - UEM

CORRESPONDÊNCIA:
.UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Av. Colombo, 5790 - 87020-900
Fone: (044)226-2727 - Ramal 253
Maringá-Paraná-Brasil.

ISSN 0100-9354

Revista UNIMAR, V. 1 - 1974 -

Maringá, Universidade Estadual de Maringá.

Quadrimestral

Mudança de periodicidade e numeração:

1(1), 1974; 1(2), 1976; 1(3), 1977; 2(1), 1978; 2(2), 1979; 2(3), 1980; 3(1), 1981; 4(1), 1982; 5(1), 1983; 6(1), 1984; 7(1), 1985; 8(1), 1986; 9(1), 1987; 10(1), 1988; 11(1), 1989; 12(1), 1990; 12(2), 1990; 13(1), 1991; 13(2), 1991; 14(1), 1992; 14(2), 1992; 14(Suplemento), 1992; 15(1), 1993, 15(2), 1993; 15(3), 1993; 15(Suplemento), 1993, 16(Suplemento 1), 1994; 16(Suplemento 2), 1994; 16(1), 1994; 16(2), 1994; 16(3), 1994.

1. Pesquisa. 2. Ciência. 3. Cultura.

CDD - 001.43

Solicita-se permuta - Exchange requested

A Revista UNIMAR possui indexação seletiva no Index Medicus Latino-Americano, C.A.B. International, MLA International Bibliography, Institut des Hautes Etudes de L'Amerique Latine, Centro de Información Cientifica y Humanística, AquaticSciences and Fisheries Abstracts, Periódica, International Medieval Bibliography, Biosis (U.K.), Zoological Record e Ulrich's International Periodicals Directory.

Revista UNIMAR 17(1):1-16, 1995.

A MULHER MACHADIANA NA MIRA DA CRÍTICA: DA PERIFERIA À IMANÊNCIA DO TEXTO

Lúcia Osana Zolin*

RESUMO. A figura da mulher ocupa lugar de destaque dentre os inúmeros e mais significativos elementos que constituem a temática da criação ficcional de Machado de Assis. Em razão dessa importância atribuída ao tema do feminino, muitos críticos têm-se manifestado: de um lado, existem análises rápidas, embora férteis, que se ocupam de algumas das pricipais heroínas dos contos e romances de Machado; de outro, há análises de fôlego que se baseiam na correlação entre a obra e a realidade, comparando as personagens com a mulher tradicional oitocentista, essencialmente marcada pela modéstia, pelo pudor exacerbado, pela resignação e, entre outras coisas, pela submissão voluntária. Em vista disso, o objetivo deste artigo é discutir estas manifestações críticas, mostrando o equívoco desses estudos de maior fôlego acerca das personagens femininas machadianas.

Palavras-chave: mulher, texto, estratégias, ideologia, objeto, sujeito.

CRITICISM OF WOMEN IN MACHADO'S FICTION: FROM BOUNDARY TO IMMANENCE

ABSTRACT. The female figure occupies a special place among the most significative elements that make up the theme of Machado's fiction. Because of the importance given to this kind of theme, a great number of critics have expressed their opinions: on the one hand, there are some short, but rich, analyses dealing with some of the major heroines of Machado's short stories and novels; on the other hand, there are some long analyses based on the correlation between fiction and actuality, making a comparison between the fictional characteres and the traditional eighteenth - century woman, essentially marked by her modest, excessive shyness, resignation and voluntary submissiveness. Therefore, the aim of the present paper is to discuss these critical

* Departamento de Letras, Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, Campus Universitário, 87020-900, Maringá-Paraná, Brasil.

Correspondência para Lúcia Osana Zolin.

Data de recebimento: 07/11/94.

Data de aceite: 08/12/94.

opinons, demonstrating that these long studies on female characters in Machado's fiction are mistaken.

Key words: woman, text, strategies, ideology, subject, object.

INTRODUÇÃO

As personagens femininas criadas por Machado de Assis, tomadas seja isoladamente, seja enquanto uma galeria completa, já atraíram a atenção de diversos críticos preocupados em definir-lhes o perfil e em perceber o modo como são retratadas. Nesses estudos, é possível destacar pelo menos duas tendências distintas de análise: 1ª) tentativa de estabelecer ligação entre as personagens femininas da ficção machadiana e a realidade empírica da mulher oitocentista; 2ª) interesse no sistema textual engendrado por Machado, sem preocupações imediatas com o contexto histórico. Visando discutir essas manifestações críticas, destacaremos alguns desses estudos.

De início, enfocamos estudos, notadamente, de inspiração sociológica, que primam pelas leituras tradicionais, presas ao referencial. A tese desses estudos gira, basicamente, em torno de afirmações simplificadoras a respeito de uma possível redução do perfil feminino criado pela obra machadiana à imagem tradicional da mulher do século passado.

Em seguida, detivemo-nos em alguns trabalhos que, apesar de serem rápidos ou de se preocuparem apenas com certas personagens femininas machadianas de maneira isolada, denunciam um modo mais perspicaz de leitura e menos desavisado de interpretação do mundo feminino de Machado de Assis.

DESENVOLVIMENTO

Fignras femininas em Machado de Assis

Em seu estudo intitulado **Figuras femininas em Machado de Assis**, apresentado como tese de doutorado junto à Universidade de Bonn, em 1982, e publicado no Brasil em 1984 (1), Ingrid Stein realiza primeiro um levantamento geral acerca da posição social da mulher no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX, para em seguida se dedicar às figuras femininas dos romances de Machado.

(1) Rio de Janeiro, Paz e Terra.

No início da primeira parte, ela ressalta a influência que a vinda da família real para o Rio de Janeiro exerceu no desenvolvimento da cidade, sobretudo no que toca às atividades comerciais e sociais que assumiram uma significação maior dentro do contexto, uma vez que possibilitaram o deslocamento da mulher do recesso do lar para a rua. No entanto, ressalva que, em meados do século XIX, a posição do pai como chefe da família permanece, ainda, indiscutível.

Partindo do pressuposto de que, por serem as mulheres submissas, puras, bondosas e de sexualidade menos desenvolvida, destinavam-se, naturalmente, às tarefas ligadas ao lar e aos papéis de esposa e de mãe. Ao homem, como ser ativo, menos dado a sentimentos e com instinto sexual mais acentuado, estavam, como num processo natural, reservadas as atividades fora do âmbito caseiro.

A pesquisadora aponta alguns fatores que direta ou indiretamente teriam contribuído para a instauração e permanência desse estado de coisas, tais como: o sistema educacional brasileiro, calcado em bases tradicionais; as restrições da legislação à mulher; o casamento como requisito fundamental de aceitação social para a mulher; a dupla moral sexual e o necessário culto à beleza. Em relação a esse último item, Ingrid Stein chama atenção para um paradoxo nele contido: decoro x objeto cobiçável. Ela constata que, na ficção machadiana, o papel de manter a moral vigente é atribuído à mulher, de quem, padoxalmente, se exigem a atração e a sedução. Para a solteira, isso implica alcançar um bom casamento; para a casada, a manifestação do padrão de vida do marido.

Ao lado desses fatores, a autora se detém na visão da ideologia. Ela discute alguns pontos de vista de origem variada que também teriam contribuído para a cristalização do ideal feminino do século XIX: o do catolicismo, o dos positivistas, o dos higienistas, o da elite intelectual do Rio de Janeiro e o das feministas.

A conclnsão é a dc que todas as referidas correntes de pensamento, inclusivc a última, eram unânimes em entender as tarefas de esposa c dc mãe como funções primordiais da mulher. As poucas mulheres conscientes da inferioridade atribuída a seu sexo acreditavaun que essa situação consistia no resultado da edncação desigual dada a homens e a mulheres. Elas queriam exercer seus dircitos políticos e entender dos negócios do marido. No entanto, revela a autora, o que elas mais salientavam eram os benefícios que a elevação do nível educacional poderia trazer no desempenho de suas tarefas domésticas, minimizando o fato de essas tarefas lhes serem impostas.

Na segunda parte do trabalho, a estudiosa faz a abordagem das personagens femininas dos romances de Machado de Assis, tendo como elemento norteador uma série de situações que envolvem a mulher, como a questão casamento/profissão, adultério, maternidade, celibato e viuvez. A tese defendida é a de que Machado de Assis adapta as suas criações femininas à realidade social do Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX, descrita na primeira parte.

A autora aborda, ainda, outras duas classes femininas que estariam presentes na ficção machadiana: mulheres mártires e mulheres marginalizadas. As primeiras, que ela exemplifica, entre outras personagens, com Capitu (**Dom Casmurro**), são aquelas encarregadas da manutenção da paz familiar, pois se mostram abnegadas, submissas, conformadas, dotadas de virtude, pudor e recato. As segundas, representam o grupo de mulheres que, apesar de não serem casadas, mantêm uma relação amorosa e que dela tiram proveito; tão logo esse comportamento se torne público, elas são postas à margem da sociedade. Marcela (**Memórias póstumas de Brás Cubas**) é um dos exemplos citados.

Em um segundo momento, são analisadas algumas figuras individuais, entre as quais a autora coloca Capitu, ressaltando o fato de não se poder vislumbrar com exatidão a sua silhueta, uma vez que a narração é unilateral: a Capitu apresentada (a suposta adúltera) corresponde à imagem que o narrador, Bentinho, tem dela. Em vista disso, ela se constitui em um enigma indecifrável.

Por fim, a pesquisadora alemã faz um confronto entre o ensaísta e o romancista Machado de Assis: em suas crônicas, o escritor mostra-se favorável à instrução, ao trabalho, à concessão do voto e aos direitos políticos gerais para a mulher; entretanto, no entender da estudiosa, nessas manifestações, seu tom é de galhofa, revelando que ele, na verdade, não compreende a mulher com os mesmos direitos e deveres do homem. Seu papel está condicionado a seu valor como filha, esposa, mãe, irmã, enfermeira e mestra; a admiração por mulheres cultas reside no fato de a companheira do homem precisar entendê-lo. Para a autora, essas exteriorizações de Machado evidenciam o fato de a sua visão pessoal acerca da mulher estar presa à ideologia de seu tempo.

Não há, portanto, para Ingrid Stein, diferença fundamental entre as duas modalidades da produção de Machado de Assis - ensaio e ficção -, uma vez que o confronto entre o levantamento histórico realizado na primeira parte do trabalho e a análise das figuras femininas de seus romances, realizada na segunda, indica que "todas, algumas mais outras

menos, estão adaptadas à realidade do Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX" (2). Em todos os aspectos analisados, a autora verifica uma notável diferença entre a posição ocupada na sociedade pela mulher e aquela ocupada pelo homem, sendo que a deste é sempre mais confortável. Isso se deve à visão masculina através da qual Machado cria as suas personagens. Em vista disso, ela concorda com a opinião de Eugênio Gomes, para quem Machado é "um pacífico burguês, sem qualquer gesto ou palavra de rebeldia às convenções estabelecidas" (3), acrescentando que, se em seus escritos existem algumas audácias, elas são camufladas; em **Memórias póstumas de Brás Cubas**, por exemplo, não são feitas represálias ao adultério feminino, mas o fato de o narrador ser um defunto cria um clima especial e irreal que justifica a ausência de críticas.

Tendo verificado que, ao conceber as suas personagens femininas, Machado projetou nelas a sua visão de mulher que coincide com a visão da ideologia dominante contemporânea, a estudiosa atribui o mérito de sua ficção ao registro detalhado nela contido da posição social da mulher no Rio de Janeiro da segunda metade do século passado, "mesmo que seja sobretudo a da sociedade culta e elegante" (4).

O que se verifica, após essa leitura, é que o trabalho, em sua totalidade, evidencia certa predisposição da autora em estabelecer a correlação das personagens femininas que figuram na obra de Machado com a mulher da realidade oitocentista. Para um trabalho em que se pretende fazer uma contribuição à crítica sobre o escritor, estabelecendo como e até que ponto ele refletiu a realidade feminina em sua obra, a autora demonstra tê-lo lido de forma um tanto superficial.

Para demonstrar isso, recorremos a Affonso Romano de Sant'Anna (5) que, ao propor um método de análise estrutural voltado para textos literários brasileiros, parece contribuir para uma leitura mais aprofundada da ficção de Machado de Assis. Trata-se da substituição da análise dos elementos aspectuais pelos estruturais. Ele parte da premissa de que é possível fixar, em qualquer época, dois modelos interpretativos da narrativa: a narrativa de estrutura simples e a de estrutura complexa. Esses modelos tornam-se evidentes mediante uma análise sistematizada dos três níveis mínimos que estruturam o texto: narração, personagem e lingua(gem).

---

(2) Stein, 84: 131.

(3) Idem, ibidem, p. 82.

(4) Idem, ibidem, p. 133.

(5) **Análise estrutural de romances brasileiros**. Petrópolis: Vozes, 1989.

A análise desses três níveis nas narrativas de estrutura simples acusa suas relações com o mítico e o ideológico, revelando uma maneira ingênua e primitiva de narrar que solidariza com as formas convencionais de comportamento social e literário. "Afastados os ingredientes exteriores e aspectuais, tirada a máscara dos personagens, subjaz uma mesma estrutura que repousa num maniqueísmo que visa ele mesmo o preenchimento de um vazio" (6). Nesse sentido, tal narrativa se compraz em reduplicar a história através de uma maneira cômoda de contar que não perturba nem o público, nem o sistema.

Já a narrativa de estrutura complexa retrata o real de tal forma que rompe com a ideologia e se distancia dos mitos que gerem os valores da sociedade para se desenvolver no imaginário-em-aberto, provocando um distanciamento entre o indivíduo e a realidade ordinária. Assim, a ideologia é invertida e o mito passa a constituir apenas um elemento aspectual e acessório ao invés de estruturante. Trata-se, portanto, de uma categoria narrativa essencialmente marcada pelo aspecto crítico e denunciador do real, apesar de fazê-lo, na maior parte das vezes, de modo velado.

Tendo isso em vista, Affonso Romano de Sant'Anna sintetiza os atributos da narrativa de estrutura simples e de estrutura complexa em duas categorias, respectivamente: denotação e conotação. "O simples está do lado do sofisticado, do estatuído, do conceitual, da infinitude fechada; o complexo está do lado do ambíguo, do inconsciente, do imaginário em aberto e do significante" (7). Assim entendidos, os modelos do "simples" e do "complexo" funcionam como ponto de partida para a análise de textos literários brasileiros, visando ultrapassar certa tendência de os analistas rotularem obras a partir de seus elementos aspectuais.

É justamente Machado de Assis quem, segundo o ensaísta, parece ter inaugurado a narrativa de estrutura complexa no Brasil. Enquanto José de Alencar revalida em **O Guarani** a ideologia medieval através do mito do bom selvagem e em **Senhora** a ideologia romântico-burguesa através de uma estética idealista, Machado substitui o código do real e do ideológico pelo simbólico, ou seja, ao invés de engendrar obras denotativas, "ele articula um universo de conotação prenhe de significantes" (8). Por isso ele não deve ser lido com base em referenciais externos, mas tendo em vista unicamente os referenciais internos do texto.

---

(6) Sant'Anna, 89: 20.

(7) Idem, ibidem, p. 24.

(8) Idem, ibidem.

Se levarmos em conta a visão de Affonso Romano de Sant'Anna, somos impulsionados a crer que Ingrid Stein tratou o "universo de conotação" machadiano como sendo de denotação. É bem verdade que o texto machadiano, à primeira vista, proporciona certa tentação de ser visto em paralelo com a ideologia. No entanto, após uma leitura sistematizada voltada para o interior do texto, em que as marcas da enunciação (implícitas e explícitas) são valorizadas, tal hipótese parece não mais se sustentar; os referentes ideológicos se fazem presentes, mas não solucionam a narrativa. A análise sistêmica poderá mostrar que o texto machadiano prima pela complexidade e que os elementos que o integram exigem um olhar crítico de caráter transformacional em detrimento daquele de caráter simétrico, ou seja, é preciso considerar a peculiaridade da linguagem machadiana que se centra basicamente na duplicidade e na dubiedade. No caso da análise proposta pela estudiosa alemã, os modelos, ao invés de terem sido buscados nos sistemas internos do texto, foram buscados na ideologia, mais precisamente, na condição social da mulher do Rio de Janeiro do século XIX. Daí, num certo sentido, o resultado de sua tese acusar a alienação de Machado ante a condição feminina de seu tempo.

Ao apoiar-se apenas nos referentes sociais e históricos presentes na ficção machadiana, a autora não se dá conta de que tais referentes consistem apenas no pano de fundo da trajetória das personagens femininas que, quase sempre, não se deixam enredar pelas circunstâncias que a ideologia impõe. Se, tendo apostado no casamento como possibilidade de ser feliz, elas deparam, ao contrário, com a infelicidade, não nos parece que a passividade e a resignação as dominem. Embora aparentemente conformadas, elas assumem um comportamento marcado pela ambigüidade que, por intermédio da perspicácia do narrador, sugere uma tomada de posição que desnuda a aparência da mulher-objeto para suscitar a existência da mulher-sujeito.

Além disso, suas narrativas são construídas de tal modo que, não raro, instauram dúvidas acerca do mito do amor como possibilidade única de plenitude feminina; as trajetórias de Capitu e Sofia (esta última de **Quincas Borba**), para citarmos apenas duas, tão marcadas pelo desejo de ascensão social, consistem em bons exemplos dessa casta de mulheres que permeiam a obra de Machado de Assis. Nesse sentido, a afirmação de Ingrid Stein de que a mulher machadiana, ao lado da mulher tradicional, idealiza o casamento como expectativa máxima de realização de vida merece ser repensada.

Quanto ao fato de a maior parte das uniões conjugais retratadas por Machado ser desastrada, insatisfatória, parece-nos estar ligado menos à deliberação de reiterar, na ficção, a condição desconfortável da mulher da realidade extraliterária, do que à conseqüência de sua visão trágico-pessimista acerca do homem e de suas relações.

Do mesmo modo, a tese da subordinação da mulher ao homem, assim como a do martírio de determinadas personagens, parece ter sido baseada na leitura da estrutura de superfície do texto, em que não se consideram certas estratégias narrativas acionadas pelo narrador, como a ironia, o sarcasmo e a conduta dúbia e dissimulada das personagens (só perceptíveis através de leituras da estrutura imanente do texto), cujo objetivo é provocar determinados efeitos, geralmente contrários aos suscitados pelos elementos aspectuais.

E é justamente nos elementos aspectuais, no esteio exterior do texto machadiano, que a estudiosa se atém ao acreditar que a ideologia de Bentinho em **Dom Casmurro** é a ideologia do autor Machado de Assis. Desse modo, ao fazer sua personagem lembrar determinado ensinamento paulino, segundo o qual as mulheres devem estar sujeitas a seus maridos e eles, por sua vez, devem tratá-las com honra, "como vasos mais fracos", estaria reduplicando a ideologia, ao invés de denunciá-la através do discurso suspeito de um marido inseguro. Pensando-se na Capitu de "olhos de cigana oblíqua e dissimulada", é difícil falar da mulher como um "vaso mais fraco". É difícil, igualmente, defini-la como mulher mártir, ou seja, como mulher que se martiriza para manter a paz doméstica, uma vez que essa atmosfera de ambigüidade que a envolve não autoriza semelhante definição. A própria autora, ao analisá-la em outra oportunidade, como figura individual, concorda que "Capitu é um enigma e continuará a sê-lo" (9). Mesmo a morte melodramática de Helena (**Helena**), antes de configurar o martírio de uma moça que se sacrifica para não desapontar as exigências do pai, configura uma espécie de reação, em detrimento do conformismo, voltada para o desejo de não comprometer a sua imagem de pessoa honesta.

O mesmo raciocínio pode ser feito em relação à questão do adultério. De fato, observa-se na obra de Machado de Assis dupla moral, uma para o sexo masculino, outra para o feminino, o que não implica que o antor endosse o código ideológico vigente. O artista, de modo geral, por não concordar com a realidade opressora em suas diversas modalidades,

(9) Stein, 84: 109.

inclusive com a que se refere à mulher, não pode simplesmente ignorá-la e construir um mundo utópico no qual a mulher (estamos falando da mulher oitocentista) possua direitos iguais aos do homem e os exerça de modo sancionado pela sociedade. Para não incorrer nesse delírio, Machado faz suas personagens femininas "tirarem da manga" o recurso da dissimulação, o qual lhes permite negar a condição de objeto a elas imposta e se afirmar como sujeito de seus desejos. Do ponto de vista de Ingrid Stein, a dissimulação, num certo sentido, representa o aval de Machado às convenções estabelecidas. A nós, parece-nos que à medida que torna o comportamento e os atos de suas personagens femininas ambíguos e dissimulados, ele vai marcando a necessidade da diferença existente entre a vida clara e pública que elas ostentam e a recôndita e particular que elas dissimulam. Nesse sentido, o que se percebe aí é o olhar contra-ideológico de Machado à irremediável rendição do sujeito à ideologia dominante; trata-se de uma espécie de denúncia da real condição da mulher, na qual a aparência tem que, necessariamente, funcionar como essência, pois parecer diferente da média geral sancionada certamente implicaria sérias possibilidades de riscos e perdas.

Além das objeções já formuladas, não nos parece proceder, por fim, o pensamento da autora no momento em que ela afirma que a visão pessoal de Machado acerca da mulher, publicada em suas crônicas, coincide com a visão do romancista, arraigada na sociedade da época. A nosso ver, a sua visão pessoal não precisa, necessariamente, estar em suas crônicas; e mesmo se assim se considerar, é imprescindível interpretá-las, à semelhança dos romances, sem desprezar a ambivalência de seu estilo, isto é, a ironia e o dialogismo paródico aí presentes.

Tendo em vista estas considerações, acreditamos que na maior parte da prosa de ficção machadiana, sobretudo naquelas obras cujas técnicas narrativas aparecem mais aprimoradas, o mito da submissão feminina, ou da mulher-objeto, exerce função unicamente aspectual e não estruturante, pois ao se retirarem os elementos aspectuais, percebe-se que a atitude do autor em relação ao sexo feminino afasta-se radicalmente da ideologia dominante, essencialmente marcada pelo preconceito e pela opressão. Nesse sentido, o resultado da análise realizada em **Figuras femininas em Machado de Assis** por Ingrid Stein leva-nos a crer que ela tratou romances de estrutura complexa como se fossem de estrutura simples.

Do mesmo modo que Ingrid Stein, Raquel Soihet, presa aos elementos aspectuais do texto, num artigo posterior em que a cita,

intitulado "Helenas, Capitus e Virgílias: perfis de mulher" (10), defende a tese de que Machado de Assis adota, na criação de suas personagens femininas, o perfil traçado para a mulher no momento da instauração da ordem burguesa, ou seja, da segunda metade do século XIX ao início do século XX. Ela considera Helena o protótipo da mulher desse momento: bonita, elegante, submissa, resignada, toca piano, tem magnífica voz de contralto, fala francês, um pouco de inglês e de italiano, além de entender de costura e bordados.

A autora salienta o fato de esse tipo de educação ser o ideal para o novo espaço que estava reservado à mulher na transição para a ordem burguesa: além de ter adquirido espaço próprio na esfera privada, ela tem papel decisivo na elevação social do marido, uma vez que é nas festas particulares e nos salões públicos e sociais que são criados os ambientes favoráveis aos seus interesses econômicos e políticos. Cristiano Palha e Sofia, protagonistas de **Quincas Borba**, são citados como exemplo: ela é utilizada como veículo para favorecer os interesses dele.

Sem nada acrescentar ao estudo da pesquisadora alemã, apenas o endossando, Raquel Sohiet aborda, do mesmo modo, as personagens femininas machadianas no que toca às questões profissão, casamento, adultério, celibato, viuvez, beleza, etc.

A personagem feminina do romance de Machado de Assis

Queremos destacar, também, outro estudo acerca do assunto. Trata-se da dissertação de mestrado da professora Therezinha Mucci Xavier, defendida na PUC do Rio de Janeiro em 1982 (concomitantemente à defesa da tese de doutoramento de Ingrid Stein) e publicada em 1986 sob o título de **A personagem feminina do romance de Machado de Assis** (11).

Embora se assemelhe aos dois anteriormente arrolados, no que toca ao instrumental teórico - contexto social da época - esse estudo difere substancialmente na maneira de utilizá-lo, pois parte do texto para o contexto, ou seja, da realidade textual para o contexto social contemporâneo da ficção machadiana, a título de contraponto ideológico.

A proposta desse trabalho de Therezinha Xavier é apresentar as conseqüências da reclusão das personagens femininas dos romances machadianos ao lar, assim como seu comportamento em face da personagem masculina e da mulher oitocentista, além de suas atitudes

(10) **Tempo brasileiro**, Rio de Janeiro, (81): 108-115, abr./jun., 1985.

(11) Rio de janeiro: Presença.

religiosas. O objetivo da apresentação desses dados é o de verificar se o discurso masculino de Machado não escamoteia a verdadeira posição da mulher e, ainda, em que medida retrata fielmente o real ou faz denúncia.

Sua primeira constatação, obtida através do cotejo dos nove romances do autor, parece não acrescentar nenhum dado novo às constatações dos estudos anteriores. De modo geral, sem contrariar a realidade oitocentista, as personagens masculinas de Machado de Assis se identificam com a vida pública, e as femininas com a vida doméstica, reproduzindo, portanto, as velhas tradições da sociedade brasileira.

A maioria das heroínas machadianas, segundo a autora, foi construída exatamente como as mulheres da classe alta do século XIX, indiferentes à própria situação, verdadeiros bibelôs, preocupada apenas com futilidades, sem desejarem para si nenhum tipo de mudança. Talvez isso tenha ocorrido ou por Machado estar imbuído do espírito da época ou por querer projetar em suas heroínas a sua própria situação.

Se as personagens femininas machadianas foram mantidas fora das conquistas de âmbito profissional e educacional, à moda da mulher oitocentista, não foram concebidas, garante a estudiosa, com os mesmos atributos destas: passividade, dependência e submissão; ao contrário, elas não se subordinam a seus maridos, são donas de seu próprio desejo. Na maior parte das vezes são dotadas de características mais marcantes que as das personagens masculinas, conforme a autora verifica através de um paralelo realizado entre as principais personagens dos nove romances do autor. Há uma disparidade entre os valores transmitidos nesses romances e os determinantes de certos aspectos do comportamento feminino na sociedade brasileira do século XIX: homem, dominação; mulher, subordinação.

Há, também, uma disparidade entre os valores que definem a imagem da mulher tradicional e os que definem a imagem da heroína machadiana.

Do ponto de vista da ideologia vigente no século XIX, a mulher perfeita é aquela cujo amor é envolto de gratidão e devoção ao amado, sem a contaminação do sexo; o casamento é a condição primeira para a sua realização; a felicidade é a consciência do dever cumprido de criar família e ter garantia econômica para o futuro; a beleza é fundamental, assim como a virgindade, a modéstia, a delicadeza, a submissão voluntária, o pudor, a discrição, a bondade, o desprendimento e a generosidade.

A maioria desses parâmetros, do ponto de vista da estudiosa, não serve para definir a imagem da mulher da ficção machadiana. Exceto em

Maria Benedita (**Quincas Borba**), que endeusa o amado, esse amor grato, devoto, puro não é encontrado em seus romances. Ao contrário, o que caracteriza grande parte da galeria dessas personagens é o egoísmo que ela observa em Iaiá (**Iaiá Garcia**), Helena, Flora (**Esaú e Jacó**), Virgília (**Memórias póstumas de Brás Cubas**), Sofia e Capitu. Além disso, as três últimas, do ponto de vista do narrador, são, respectivamente, adúltera, faceira e de honra duvidosa.

Do mesmo modo, a modéstia, a delicadeza, a submissão voluntária são atributos, também, ausentes nas heroínas criadas por Machado. Apesar da dissimulação, tais figuras são independentes em relação à sociedade e ao moralismo convencional; é o caso de Lívia (**Ressurreição**), Helena, Iaiá, Virgília e Sofia.

A beleza, por outro lado, está presente em todas; porém, ao estabelecer o cotejo entre elas, a autora conclui que a beleza de que são dotadas não tem um fim em si mesma, mas existe para algum objetivo: a de Lívia, Fidélia e Dona Carmo (as últimas de **Memorial de Aires**) tem função amorosa; a de Guiomar (**A mão e a luva**), Marcela, Virgília, Sofia e, num certo sentido, Capitu tem função pragmatista, ou seja, funciona como instrumento para alcançar determinados objetivos; a de Helena, Iaiá e Flora é intelectual; já a de Estela (**Iaiá Garcia**) está ligada à sua sólida estrutura moral. Desse modo, o culto que o autor devota às mulheres belas não tem apenas uma função sensorial; como nada em Machado é gratuito, a beleza também não o é.

Diferentemente da mulher oitocentista, que tomava como modelo a Virgem Maria - protótipo de pureza - e atuava como o esteio moral da família, as mulheres machadianas, apesar de rotuladas de católicas, não desenvolveram o seu lado espiritual. A religião, para Guiomar, D. Tonica (**Quincas Borba**), Virgília e, entre outras, Natividade (**Esaú e Jacó**), funciona como fuga das aflições e/ou fonte de haurir bens materiais, e não graças espirituais.

Não pretendendo fazer deduções acabadas, Therezinha Mucci Xavier conclui que as personagens femininas dos romances de Machado de Assis são representantes dos costumes da burguesia média/alta carioca do século XIX, mas que os seus sentimentos, atitudes e idéias superam o local em favor do universal. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que elas se identificam, contrastam, embora de maneira camuflada, com a mulher do século XIX. Para ela, o autor "faz uma representação do real quando atribui às suas figuras femininas um desdém pela participação no drama

político e social e camufla a sua postura de mulher independente, segura, destemida no relacionamento conjugal" (12).

Em relação aos estudos anteriormente mencionados, este parece estar um passo à frente. Therezinha Xavier, ao contrário de Ingrid Stein e Raquel Sohiet, parece ter analisado os romances de Machado de Assis com um olhar que, embora voltado para uma abordagem essencialmente temática em detrimento da técnica, como as duas outras pesquisadoras, transpõe o limiar de suas estruturas de superfície, de modo a perceber o recurso da dissimulação empreendido por suas personagens femininas. No entanto, na medida em que a estudiosa critica o fato de Machado não as ter construído política e socialmente engajadas e camuflado, via dissimulação, a força e determinação de que são dotadas dentro do âmbito doméstico, ela parece tomá-las como integrantes de um universo real e independente, ou seja, ela não considera a particularidade de se tratar de um universo que, apesar de ficcional, é baseado (e não poderia ser diferente) na cultura brasileira do século XIX. No transcorrer da análise, ela própria admite que "Machado de Assis realista tirou-as de uma sociedade burguesa" (13). Essa cobrança de uma defesa panfletária do sexo feminino por parte de Machado não nos parece legítima.

Nesse sentido, se de um lado sua análise avança em relação àquela empreendida por Ingrid Stein, de outro mantém-se no mesmo patamar: ambas não relativizam o universo da mulher machadiana.

"As mulheres machadianas"

Queremos, ainda, mencionar Maria de Lourdes Teixeira, que, com a finalidade de descobrir a síntese da mulher predileta de Machado de Assis ou a que representa o seu sonho de perfeição humana e artística, evoca, em "As mulheres machadianas" (14), grande parte da galeria de suas criações femininas, tanto as dos romances, quanto as dos contos.

Nessa "viagem" ao redor das mulheres criadas por Machado, a estudiosa constata que ele não as concebeu segundo os pressupostos da doutrina maniqueísta, a seu ver, falsa, injusta e discriminatória. Ao invés de dividir as suas criaturas em angelicais e demoníacas, como é comum se observar nas obras dos artistas românticos, ele faz coexistirem na

(12) Xavier, 86: 66.

(13) Idem, ibidem.

(14) In: **Esfinges de papel: ensaios**. São Paulo: Edart, 1966.

mesma criatura anjos e demônios, evitando a adoção de um critério simplista, ingênuo e, sobretudo, fácil.

O retrato de Virgília é apontado como a imagem ideal concebida pelo autor, visto que ele se repete com freqüência em suas outras personagens.

No que se refere à moral, ela afirma que, com exceção de algumas senhoras de idade, as personagens femininas machadianas não são inocentes, nem inofensivas; ao contrário, oscilam entre a malícia, a vaidade, a falsidade, a inconsciência e a volubilidade. Capitu é apresentada como o pináculo dessa casta de mulheres, o resumo das demais.

Nesse sentido, de acordo com a estudiosa, Machado de Assis assim concebia a mulher: bela e tentadora, adorável e perigosa.

Apesar de não se tratar propriamente de uma análise profunda e bem alicerçada das personagens femininas machadianas - talvez pela própria limitação que as dez páginas do artigo imponham - e sim de um comentário descompromissado, percebe-se aí uma tendência em interpretá-las a partir de um viés não marcado por um enfoque sociológico previamente fixado que se limite ao **parecer**, insinuando a necessidade de cavar mais fundo para apreender-lhes a essência, como a própria autora indiretamente sugere, ao lembrar as palavras de Machado: "enfiando os olhos entre as sílabas e entre as letras para ver tudo" (15).

No entanto, parece-nos pouco viável a realização do objetivo proposto, que consiste em apontar a personagem que representa a mulher predileta de Machado ou aquela que se resume no seu sonho de perfeição humana e artística, tanto física quanto moralmente. A afirmação de que Virgília é o ideal estético de seu criador e Capitu, o moral, nos afigura completamente descabida, pois, se assim fosse, as suas outras heroínas, cujos atributos não se fazem presentes nestas, estariam à margem de sua concepção de mulher.

"A condição feminina de Capitu"

Por fim, queremos fazer referência a um artigo de autoria de Fábio Lucas, intitulado "A condição feminina de Capitu" (16). A despeito de o estudo ter sido realizado com o propósito de examinar a situação da mulher na sociedade imperial, o autor, evitando clichês rígidos, não defende a tese de que, através de Capitu, Machado estivesse fazendo simplesmente um registro da condição social da mulher do século XIX.

---

(15) **Teixeira, 66:** 97.

(16) Revista **Número**, São Paulo: 1989.

Do seu ponto de vista, a limitação dos horizontes da mulher desse período é retratada através do modo de representação da condição feminina da protagonista de **Dom Casmurro**, mas, por detrás do relato ingênuo do narrador, observa-se a palavra irônica do autor, que é um dos indicadores de sua acentuada consciência crítica. Desse modo, para Fábio Lucas, Capitu seria, no quadro social em que está inserida, o símbolo da mulher em busca de liberdade: é forte, mas pobre e mulher.

Tendo em vista esse posicionamento em face da personagem feminina machadiana - apesar de se ocupar exclusivamente de Capitu, a personagem feminina criada por Machado que mais recebeu atenção por parte da crítica -, o artigo parece-nos de fundamental importância nessa linha evolutiva de estudos acerca da mulher na obra de Machado de Assis. Trata-se de um ponto de vista que ultrapassa a consideração simplista de Capitu como o perfil de uma mulher mártir, "passivamente exilada na Suíça por ordem de Bentinho, escrevendo cartas 'submissas, sem ódio, acaso afetuosas, e para o fim saudosas', absolutamente resignada à sorte que lhe coube" (17). O trabalho vai além, ao entrever a postura crítica de Machado através do desnudamento das estratégias narrativas utilizadas, como a escolha proposital do narrador em primeira pessoa, e o jogo realizado com a linguagem, em que a ironia é peça fundamental.

Em vista disso, o trabalho difere substancialmente daqueles empreendidos por Ingrid Stein e Raquel Sohiet, que se limitam a ver em personagens femininas como Capitu, que efetivamente não difere da maioria das heroínas machadianas, apenas o retrato da mulher oitocentista, irremediavelmente presa ao jogo social e doméstico do tempo.

CONCLUSÃO

As obras críticas aqui arroladas mostram uma tendência gradativa de se abandonar tanto a visão acima referida (Stein e Sohiet), quanto aquela que procura simplesmente mostrar o contrário, defendendo a tese da "sutileza" do engajamento de Machado, ou seja, o de sua participação no processo político e social do país realizada em doses homeopáticas, como faz Therezinha Mucci Xavier.

---

(17) Stein, 84: 75.

Elas caminham, ao contrário, no sentido de mostrar o desnudamento do jogo que o autor realiza com o discurso e que evidencia seu afastamento do pensamento ideológico e mítico por inversão: através do estranhamento, do paradoxo, da redundância, da ironia e do tratamento específico dado ao aforismo, a ideologia e o mito revelam-se na obra de Machado de Assis elementos puramente aspectuais e não estruturantes.

É por esse mesmo caminho de decomposição estrutural das narrativas - cujo objetivo, como vimos, é desnudar o jogo que o autor faz com a escrita e, conseqüentemente, ultrapassar a tendência de rotular-lhe a obra mediante a leitura de sua estrutura de superfície - que acreditamos ser necessário trilhar ao se desenvolver trabalhos analíticos acerca das criações femininas que compõem a obra de Machado de Assis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LUCAS, Fábio. A condição feminina de Capitu. *Revista Númem.* p. 9-12, 1989.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Obra completa.* Rio de Janeiro : José Aguilar, 1982. v. 1 e 2.

SANT'ANNA, Affonso Romano de. *Análise estrutural de romances brasileiros.* 7. ed. Petrópolis : Vozes, 1974.

SOIHET, Raquel. Helenas, Capitus, Virgílias : perfis de mulher. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, (81):108-115, abr./jun., 1985.

STEIN, Ingrid. *Figuras femininas em Machado de Assis.* Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1984.

TEIXEIRA, Maria de Lourdes. As mulheres Machadianas. In: *Esfinges de papel :* ensaios. São Paulo : Edart, 1966.

XAVIER, Terezinha Mucci. *A personagem feminina no romance de Machado de Assis.* Rio de Janeiro : Presença, 1986.

Revista UNIMAR 17(1):17-26, 1995.

MAIN TRENDS IN THE HISTORY OF MALTESE LITERATURE

Oliver Friggieri*

ABSTRACT. This essay is meant to provide a general view of Maltese Literature in terms of its main periods since its birth about 200 years ago, its more significant thematic patterns and its main authors. Maltese literature is consequently considered as a living component of a much wider phenomenon, namely regional and continental literature. Due importance is given to the theme of identity, both national and existential. From the initial discovery of the self, the Maltese literary spirit moves gradually towards the realization that identity itself is the source of new conflicts, both internal and external. Such a systematic reconstruction may contribute towards the definition of Malta's literary history as a continuous process of self-awareness in terms of isolation and integration.

Key words: romanticism, nationhood, self, isolation, integration.

AS TENDÊNCIAS PRINCIPAIS NA HISTÓRIA DA LITERATURA MALTESA

RESUMO. Este estudo tem por objetivo dar uma visão panorâmica da literatura maltesa desde o seu surgimento, há duzentos anos, abordando os períodos literários, bem como os principais temas e autores. Sendo a literatura maltesa componente vivo de um fenômeno muito maior (literaturas regional e continental), os temas da identidade nacional e da situação existencial merecem destaque. O espírito literário maltês desenvolve-se aos poucos, a partir da descoberta de que a própria percepção da identidade gera novos conflitos internos e externos. Uma reconstrução sistemática, como a que aqui se pretende realizar, pode contribuir para a definição da história literária de Malta como um processo contínuo de conscientização em termos de isolamento e de integração.

Palavras-chave: literatura maltesa, romantismo, nacionalidade, identidade, personalidade, isolamento, integração.

---

* Department of Maltese, University of Malta, Malta.

Correspondence to Oliver Friggieri.

Data de recebimento: 23/06/94.

Data de aceite: 25/10/94.

THE BEGINNINGS

The discovery in 1966 of Pietro Caxaro's **Cantilena,** a beautiful poem in Medieval Maltese presumably composed in the middle of the 15th Century, only marks an isolated effort by an eminent man of letters to reproduce a literary piece in Maltese. The **Cantilena** stands out as the earliest known work in the language and does not imply in any way the existence of a contemporary literary tradition in the vernacular. When Maltese, an originally Semitic dialect gradually developed into a highly expressive language on its own, started to be written in the 17th Century and then on a much wider scale in the 18th and 19th centuries, Italian had already established itself as the only and unquestionable cultural language of the island and had a respectable literary tradition of its own.

Maltese writers developed an uninterrupted local "Italian" literary movement which went on up to about four decades ago, whereas Maltese as a literary idiom started to co-exist on a wide scale in the last decades of the 19th century. Whilst Maltese has the historical priority as a spoken language, Italian has the priority of being the almost exclusive written medium, for the socio-cultural affairs, for the longest period. The native tongue had only to wait for the arrival of a new mentality which could integrate an unwritten, popular tradition with a written, academically respectable one.

Romanticism, both Latin and Germanic, revalued the Illuminist concept of cultural diffusion and while questioning and negating the true significance and practicability of cosmopolitism, fostered the cult of national languages. This epoch, fundamentally based on the discovery of the sense of personal and national individuality, coincides with the first serious efforts towards the rediscovery of Maltese as one of the most ancient patrimonies, as Mikiel Anton Vassalli (1764-1829) calls it, of the new emerging nation. One of the most important results of Vassalli's political and scholarly contributions is the embryonic development of a nationalistic way of thinking which centred on two basic aspects of the 19th century philosophy and aesthetics: (1) the affirmation of the singular and collective identity, and (2) the cultivation and diffusion of the national speech medium as the most sacred component in the definition of the *patria* and as the most effective justification both for the dominated community's claiming to be a nation and for the subsequent struggle against foreign rulers.

This new national "religion" promulgated by Romantic Italy pervaded Malta during the period of the *Risorgimento* when writers,

journalists and political rebels sought refuge in the island, and alongside their activity in favour of a united and independent homeland engaged themselves in an analogous mission: that of inviting the Maltese themselves to fight for their own political and cultural rights against the British colonial rule. This started to give rise to an ever wider utilisation of the native language and to the gradual growth of an indigenous literature fully aware of the political, social and cultural rights of the community.

The two genres which characterise the fullest development of Maltese literature are the poetic and the narrative. Theatre as a definitely aesthetic experience in the modern sense is only a recent achievement.

IN SEARCH OF A NATIONAL MYTHOLOGY

The historical novel, based on a subjective compromise between objective data and a personal disposition to recreate them according to one's own political commitment, flourished most during the Italian *Risorgimento.* In recalling the heroic achievements of past generations, the novelist sought to revitalize forgotten myths and give dignity to the contemporary national cause. The idealised depiction of remote historical experiences is emotionally transformed into a vision where past and present are projected towards an immediate future. The objective representation of facts, characters and environments is simply a pretext for rendering history an epic in which the martyrdom of the individual and the national family is the only valid contribution.

This formula was decidedly followed by Anton Manwel Caruana (1838-1907) whose **Inez Farrug** (1889), considered to be the first literary novel in Maltese, succeeds in fusing stylistic ambition with patriotic involvement, thus initiating a movement of language and literature revival which lasted up to the Sixties of this century, when a new crop of writers reacted against traditional obsolete patterns in order to come to terms with a thoroughly different reading public.

The structure of the Italian historical novel assumed a twofold nature: the author could derive his central plot from known history and set it within a fictitious surrounding, or peripheral plot, or create a central plot himself and insert it harmoniously within the limits of a historically authentic, although partially transformed, background. This second structure, popularized mainly by Manzoni's **I promessi sposi**, was chosen by Caruana whose primary aim was to establish a constant

parallelism between a (fictitious) family problem and a (historical) national crisis.

A synthesis of the two narrative models was attempted by Guzé Muscat Azzopardi (1853-1927) whose **Toni Bajada** (1878), **Viku Mason** (1881), **Susanna** (1883), **Cejlu Tonna** (1886), **Censu Barbara** (1893) and **Nazju Ellul** (1909) revolve around the figure of an artistically modified "historical" protagonist who comes to life against a similarly reconstructed historical setting. This compromise reached further stages of development through Guzé Aquilina's **Taht Tliet Saltniet** (1938, Under Three Reigns) and Guzé Galea's **Zmien l-Ispanjoli** (1939, The Times of the Spaniards), **San Gwann** (1939, Saint John) and others. These novelists' constant preference for protagonists chosen from within the zone of well-known national patriots is another major step in the romantic direction.

HORROR AND SOCIAL INQUIRY

Horror, violence, the nocturnal and the spectral depiction of life were looked at by many romantics as excellent vehicles for the formation of the tragic image of human existence. The romantic experience had a profound aptitude for terror, and consequently many novelists, while maintaining throughout a light sprinkling of historical veracity, preferred the socialization, rather than the previous idealistic nationalization, of an event. Such an event normally centred on a sensational murder or an unhappy love affair which ended dramatically. Spectres, ruthless villains, haunted houses, ruined castles, gloomy settings and corpses are coordinated into one suggestive whole which motivated awe and suspense. The most important novelists of the Gothic type, Arturo Mercieca (**Carlo de Von Hove jew il-kefrija tal-Bojja Goldo**, 1899, Carlo de Von Hove, or the cruelty of the hangman Goldo), **Inez jew bint l-imghallaq, grajja ta' Malta, kurjuza u tal-biza'** (Inez or the hanged man's daughter, a tale of Malta, curious and macabre), A.E. Borg (**Lucija jew il-vittma tat-tradiment**, 1907, Lucia or the victim of betrayal, **Marija jew vendetta ta' barnni**, 1908, Maria or the Baron's vengeance), G. Cumbo (**Katavrn spjnn**, 1935, The spying Corpse) and numerous others had an enormous success and contributed very much to the diffusion of both the Maltese novel as such and the horror taste.

Analogously to this narrative production, the *tijatrin*, or popular theatre, sought to be melodramatic either through comedy or through

tragedy. Far-fetched and highly complicated plots had to develop easily into an uninterrupted series of exaggerated features. Put together, and normally divided into three acts, these were intended to motivate either laughter or horror. Substantially it is the same technique - melodramatic reconstruction - which explains both the basic nature aud the popular success of the two apparently distinct, or even opposite, genres.

The reformist novelists, such as Guzé Ellul Mercer (1897-1961), Gwann Mamo (1886-1941), Guzé Bonnici (1907-1940), Guzé Chetcuti (b. 1941) assumed the role of critical observers of characters, typical situations and environments, and applied their objective investigatiou towards creating a literature meant to instigate social consciousness and inquiry into the problems of the lower classes. Such a critique - as fouud, for instance, in Ellul Mercer's **Leli ta' Haz-Zghir** (1938, Leli of Haz-Zghir), Maino's **Ulied in-Nanna Venut fl-Amerka** (1930, The Children of Grandma Venut in Amcrica), and Chetcuti's **L-Isqaq** (1962, The Alley), **It-Tnalja** (1964, The Plier), **Nirien ta' Mhabba** (1967, Fires of Love) - had to be conveyed through a faithful analysis of spoken linguistic schemes. This is also what realist playwrights, such as Guzé Diacono (b. 1912) and Chetcuti, sought to do in order to put on stage a totally faithful reproduction of what actually happened in daily life. The more important and elementary aspects of family life and social ethics, such as love and hatred, sincerity and hypocrisy, offered the widest range for their typical thematic field, whereas characters, environments, dictions and customs aimed at rendering in an almost documented manner the objective appearance of sensory phenomena. The empirical world of these writers, therefore, was necessarily deprived of their own subjective consciousness and its depiction had to reject any sort of sublime idealization.

THE SELF AND THE OUTER REGION IN CONFLICT

The young revolutionary writers of the Sixties, united under the banner of the *Moviment Qawmien Letterarju*, the Movement for the promotion of Literature founded in 1967, and progressing apace with the new wave of revival which iuvaded universities and social structures alike in Europe and America, proposed for themselves a radical cross-examination of all the previous literature which may be summed up in a twofold manifesto: (1) the critical revaluation of traditional works, aimed at discarding all the thematic and formal components which led to sterile

alienation and to decadent imitation, and (2) the introduction of fresh contemporary motives and of a set of stylistic devices which could enable their adequate expression. All human experiences became aesthetically valid in themselves, and languages started to be looked at simply as a mental abstraction, potentially subject to all possible creative deviations, and not as an already codified set of objective rules demanding full adherence and unquestionable reproduction.

Novelists like J.J.Camilleri (**Ahna Sinjuri**, 1965, We are rich; **Il-Ghar tax-Xitan**, 1973, The Cave of the Devil; **Is-sejha ta' l-Art**, 1974, The Call of the Earth), Lino Spiteri (**Tad-demm u tal-laham**, 1968, Of Flesh and Blood; **Hala taz-zghozija**, 1970, Wasted Youth; **Rivoluzzjioni do menore**, 1980, Revolution in D Minor), Frans Sammut (**Labirint u Stejjer Ohra**, 1968, Labyrinth and Other Stories; **Il-Gagga**, 1971, The Cage; **Samuraj**, 1975, Samurai; **Paceville**, 1991), Oliver Friggieri (**Il-Gidba**, 1977, The Lie; **L-istramb**, 1980, The Misfit; **Fil-Parlament ma jikbrux Fjuri**, 1986, In Parliament no Flowers Grow; **Fil Gzira Taparsi jikbru Fjuri**, 1991, In the Island of Taparsi Flowers Grow), Trevor Zahra (**Taht il-Weraq tal-Palm**, 1974, Under the Palm Leaves; **Hdejn in-Nixxiegha**, 1975, Near the Fountain), Paul P. Borg (**Dal-Lejl gie Alla**, 1988, God came Tonight) suggested a thorough examination of society, conceived of as an irrevocably sorrowful confrontation between the individual and the collective complex. At times the former reduces itself to a microcosmic manifestation of the latter and occasionally the two become the extreme poles of an irreconcilable dialectic. For the first time in Malta local novelists, as well as poets, dared to speak out in unequivocal terms, pinpoint the most serious maladies of their community and indirectly suggest a diversification founded in integrity.

The real birth of a modern literary theatre is part of the whole scenario. Since his first radioplay, **Cpar fix-Xemx** (1950, Fog in the Sun), Francis Ebejer (1925-1993) started to create a nervous awareness of what stage reality actually was. His major play **Menz** (1967), an intelligent sequel to his **Vaganzi tas-sajf** (1962, Summer Holidays), strongly affirms the rights of the individual to self-determination and recognition of his unique distinctiveness. Other playwrights, like Oreste Calleja (b. 1946) whose **Erba' Drammi** (1972, Four Plays) is essentially a dramatic reconstruction of the need for a thorough examination of tradition, and Alfred Sant (b. 1948), also noteworthy for his novel **L-Ewwel Weraq tal-Bajtar** (1968, The First Palms of the Prickly Pears)

provide various new approaches to theatrical technique and are adamant in their efforts to transform a play into a forum for debate.

THE IDEA OF NATIONHOOD

Gan Anton Vassallo (1817-1868) is the first important poetic personality. He introduced into Maltese the pathetic or sentimental attitude which represents man as an emotional creature in search of self-attainment through love. His romantic fables seek to caricature a set of public aspects and to render stale folkloristic material a spectacular panorama of what actually underlies the truest identity of a humble class-ridden society. His focal conception, however, is essentially nationalistic. The heroic past is brought back to life through a dramatic re-elaboration which puts people, events and environments on an equal footing and which looks at history as an evolving process, thus suggesting that the idealised *patria* of the romantics is potentially on the verge of being actualized in definite political terms.

Vassallo's contribution to Maltese poetry marks the initial phase of a relatively long period conducted on the same lines by the future poets. Minor authors like Ludovico Mifsud Tonmasi (1795-1879), Richard Taylor (1818-1868), Guzé Muscat Azzopardi (1853-1927), Dwardu Cachia (1858-1907) were mainly motivated by the need to provide the common people with material they could easily understand and enjoy. They simplified knowledge of various sorts and sought to relate it to their own immediate environment. Such an attitude amply reduces their poetic merit but it equally proves that they succeeded in bridging the traditional gap between culture and the population. Social relevance, rather than aesthetic value, is their almost exclusive point of reference. In the process they equally managed to introduce literary forms and coin poetic diction which eventually survived for quite a long time in the history of Maltese poetry.

In the late Twenties and throughout the Thirties Dun Karm (1871-1961), the most important poet of the whole traditional period, reached the peak of his creative ability, principally owing to his transcending the particular and perceiving the universality which actually transforms routine into uniqueness and thought into intuition. **Il-Jien u Lilhinn Minnu** (1938, The I and Beyond It), a work of more than 500 hendecasyllabic lines, is his most valid contribution and the best

evidence of his inner need of going beyond human experience in order to arrive at a spiritual justification of the mystery of being.

The latter part of Dun Karm's life is characterised by an ever-increasing serenity. Even the war poems, in which the besieged island has found a veritable documentation of contrasting sentiments ranging from epic fervour to heartfelt mourning, reveal the fact that the long literary pilgrimage was heading towards its end. The previous turmoil, amply illustrated in most of his works, finally seemed to be overcome and silence, the Augustinian virtue the poet strove to acquire in his major poem, gradually developed into a habitual state of the soul.

Poetry goes on to be the most favourite genre with Maltese writers throughout the first half of the Twentieth century. Lyricism of various types gives shape to a whole spate of sentiments and conceptual reconstructions of reality. Most of the output is profoundly sad and betrays a profound sense of disillusionment. Ruzar Briffa (1906-1963) transforms his unfortunate private life into a set of short lyrics which all eventually contribute towards the formation of a high evocative autobiography. Sublimation and universal significance immediately creep in at times, but Briffa is not very keen to depart from immediate reference to known data. Karmenu Vassallo (1913-1987) reconstructs his whole vision of life on sound philosophical principles and ultimately identifies life with suffering, questioning in the process the legitimacy of birth and the possibility of overcoming the limits imposed by nature on the individual. Anton Buttigieg (1913-1983) is Wordsworthian at his best, although the Mediterranean atmosphere sharply distinguishes him from his master. He has produced some of the finest vignettes ever to be read in Maltese. The whole of nature is personified and a highly intimate relationship with creation, rather than a sort of escapism, transforms itself into a new-found alternative to the monotony of being.

In the late Sixties a radical change took place in Maltese literature, particularly and essentially in poetry. Political independence from Britain, attained in the midst of sharp partisan controversy in 1964, could not fail to create a profound stir in intellectual circles. Awareness of what was happening in the outer world gave its share as well. Everything was set for a thorough critique of tradition and for the real rediscovery of the truest sense of independence as applied to individual and collective life. The long tradition of romanticism, largely modeled on the Italian experience of the 19th century, had overextended itself. Obvious imitation and rigid formalism were two of the most conspicuous features

of the literature of the period. Young poets, such as Mario Azzopardi, Victor Fenech, Daniel Massa, Oliver Friggieri, Achille Mizzi, Philip Schiberras, Charles Coleiro, Doreen Micallef, soon started to show a new, deep awareness of the profound innovations undergone in this century in all fields of Europe's literary experience. Against an uninspiring, definite vision of the world and literature alike, they gradually imposed their own fresh outlook and assumed the role of sensitive protagonists of a much different Maltese environment which, however modernized, had not yet found its artistic projection. The traditionally solid foundations of political and ecclesiatical monolithism were finally challenged and shaken.

Since the Sixties new trends have been developed and then replaced by others. Social commitment was a point of departure to all poets who wanted to prove that their literary works had a vital role to play in society. Political and religious life, customs, attitudes and taboos were radically reviewed in search of an authentic inspiration. By the mid-Seventies, practically with the appearance of Mario Azzopardi's book **Demghat tas-Silg** (1976, Tears of Ice), this outward-looking view gradually lost ground to make room for a much more subtle approach towards the underlying preoccupation: being Maltese. Azzopardi himself had initially inaugurated a period during which grotesque caricature of Maltese life was the major source of inspiration. The time had come again for introversion to creep in.

Instead of the previous symbols chosen from the more immediate regions of daily routine, an essentially emotive metaphorical nucleus became again the real core of the new output. Intimacy, the search for personal coherence necessarily at grips with society itself, and the exploration of the vague, infinite spaces, such as the wide sea and distant foreign lands revealed once more the fact that the identity of the new Maltese poets consisted of an essentially solitary character and of a world-wide awareness. Within the period of about twenty years, namely since the acquisition of Independence, the Maltese poetic spirit went through two apparently opposite experiences: having sensed the different moods of an Anglo-American cerebral type of verse, it soon had to face again and to accept the fact that the real self of the country was still Mediterranean, that is necessarily passionate.

The whole of contemporary Maltese poetry is actually engaged in portraying man in his eternal, absolute dimension. The romantics had discovered the self in his national aspect; their basic intuition regarded

man as a citizen, an inhabitant of an ancient, historically rich island. Alongside this revelation the earlier poets themselves insisted on individuality as the prerogative of man as a human being and not exclusively of man as a member of a particular community. Identity, both collective and personal, was seen in itself as a poetic awareness. As this consciousness reached maturity and was fully developed in the creative level, it seemed that the time had come for a profounder revision of such an attainment. The exploration of different forms, including the renewal of traditional ones, is not a merely technical exercise; it emanates from a much deeper urge to use all given means in order to attain self-fulfillment.

The national and the universal levels at times overlap and are engaged in a continuous relationship. Self-knowledge has gradually become a sort of collective awareness uniting poets together in search of something unknown. Maltese poetry has now travelled much in diverse directions and is constantly leading towards a condition where man, the sea, the ancient land, the sun, the landscape and all the other obvious characteristics, traditionally identified with the real nature of the country, assume a cosmic, ambiguous significance.

REFERENCES

AQUILINA, J. *Papers in Maltese Linguistics.* Malta : Royal University of Malta, 1961.

CORTIS, T. *L-identitá kulturali ta' Malta.* (The Cultural Identity of Malta) Malta : Departament ta' l-Informazzjoni, 1989.

CREMONA, N. *Mikiel Anton Vassalli u Zmienijietu.* (Mikiel Anton Vassalli and his times) 2. ed. Malta : Empire Press, 1937.

FIORENTINI, B. *Malta rifugio di esuli e focolare ardente di conspirazione durante il Risorgimento italiano.* (Malta as a refuge to exiles and an ardent home of conspiracy during the Italian *Risorgimento*) Malta : Casa San Giuseppe, 1966.

FRENDO, H. *Lejn tnissil ta' Nazzjon.* (Towards the Birth of a Nation) Malta : Klabb Kotba Maltin, 1971.

FRIGGIERI, O. *Storia della letteratura maltese.* (History of Maltese Literature) Milazzo: Edizioni Spes, 1986.

FRIGGIERI, O. *La cultura italiana a Malta - storia e influenza letteraria e stilistica attraverso l'opera di Dun Karm.* (Italian culture in Malta - History and literary and stylistic influence in the work of Dun Karm) Firenze : Leo S. Olscbki, 1978.

FRIGGIERI, O. *Saggi kritici.* (Critical Essays) Malta : A.C. Aquilina, 1979.

VASSALLO, K. *(Ed) Vatuum Consortium.* Malta : Dar ta' San Giusepp, 1968.

Revista UNIMAR 17(1):27-36, 1995.

TEMAS E PROBLEMAS DO ENSINO DE LITERATURA

Mirian Hisae Yaegashi Zaponi*

RESUMO. Este artigo apresenta alguns problemas freqüentemente levantados por pesquisadores brasileiros da área de ensino de literatura e os posicionamentos utilizados por eles para abordá-los. Tais problemas são relacionados a partir do problema fundamental do ensino de literatura que consiste na tentativa de despertar no aluno o interesse pela literatura. Partindo deste ponto, relacionam-se algumas atitudes metodológicas que poderiam minimizá-los.

Palavras-chave: pedagogia, leitura, ensino de literatura.

THEMES AND PROBLEMS OF LITERATURE TEACHING

ABSTRACT: This article presents some problems usually drawn by Brazilian researchers from the Literature teaching field and their behavior to approach these difficulties. Such problems are listed taking into account the fundamental problem of literatnre teaching which is basically the endeavour to awake the student's interest to literature. Thus, some methodological attitudes, which could minimize them, are mentioned as well.

Key words: pedagogy, reading, teaching of literature.

A década de 70 e o começo da década de 80 marcam um momento-chave da discussão sobre o ensino de leitura e de literatura no país, caracterizado pela emergência de pesquisadores que passam a tratar de tais temas relacionando-os com problemas mais genéricos - aos quais se acham ligados - tais como a história da educação, a formação do público leitor, o "status" da leitura na sociedade burguesa, a função social da formação do leitor e outros.

---

* Departamento de Letras, Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, Campus Universitário, 87020-900, Maringá-Paraná, Brasil.

Correspondência para Mirian Hisae Yaegashi Zaponi.

Data de recebimento: 13/12/94.

Data de aceite: 20/03/95.

Com esse enfoque, tais estudos seguem uma linha sociológica que os acompanha até a atualidade.

Alguns pesquisadores da área, entre eles Zilberman (1988), Cademartori (1986), Zilberman e Lajolo (1985), Moraes Leite (1983) são unânimes ao apontar algumas mudanças no panorama sócio-cultural do país como geradoras do interesse que recai sobre a leitura e conseqüentemente sobre o tema do ensino da literatura e da leitura a partir desse momento.

Inicialmente, um motivo de ordem sócio-econômica se interpõe. Na década de 60, observou-se uma forte tendência de a classe industrial dominante forçar uma política de alinhamento ao capitalismo internacional, o que significava fomentar sobremodo a indústria brasileira, fato que se consolida durante a década de 70, nos governos militares.

Paralelamente a este processo de industrialização e, em virtude dele, há um aumento significativo da população urbana que, além da enfraquecida burquesia agrária e da burguesia industrial emergente, passa a contar com o aumento da população de classe média e operária. Conseqüentemente, ocorre um aumento do contingente de virtuais leitores.

Além desses fatores, a reforma do ensino, ainda na década de 70, patrocina o aumento do nível de escolaridade, promovendo o ensino universitário e secundário em detrimento dos níveis básicos. Mesmo tendo uma finalidade profissionalizante para atender às necessidades da sociedade industrializada, esta reforma acabou por incentivar o consumo de livros pela crescente população e, ao mesmo tempo, intensificar o mercado editorial.

Se os fatores anteriormente citados apontam para o aumento do número de potenciais leitores e, conseqüentemente, da oferta de livros, o interesse pela leitura enquanto prática efetiva é pequeno e decrescente, como aponta Zilberman:

> *"enquanto o público leitor, em especial o infantil, eleva-se quantitativamente, constata-se sua evasão, isto é, o decréscimo de seu interesse por livros. De modo que, se a crise efetivamente existe, ela ocorre sob o signo da contradição entre o crescimento numérico dos consumidores potenciais e da oferta de obras, de um lado, e a recusa do leitor em tomar parte nesse acontecimento cultural e mercadológico."*(Zilberman, 1988, p.76)

É nesse contexto, portanto, que o interesse pela questão do ensino de leitura e de literatura ganha espaço tanto na escola quanto nos círculos universitários e sua tônica reside exatamente em tentar resolver a

contradição apontada, mediante o despertar do interesse do aluno para a leitura, tornando-o um leitor no sentido mais amplo da palavra.

Aparentemente simples, o problema desemboca numa rede complexa de outros problemas afins, cuja discussão permeia as publicações mais recentes dos pesquisadores da área e que, a nosso ver, matizam caminhos de soluções possíveis para o impasse.

Um primeiro problema diz respeito à função do ensino da literatura na escola. Candido (1972), Zilberman (1981), Moraes Leite (1983), Zilberman e Cademartori (1982), Fraga Rocco (1981) são alguns dos autores que o abordam. Com nuances pouco diferenciadas, parecem concordar com o fato de que a literatura - embora tenha sido usada e seja usada com finalidades doutrinadoras, visando à transmissão de valores ideológicos variados (religiosos, políticos, sociais, etc.) - pode desempenhar uma função mais ampla e emancipatória do leitor.

Em 1972, na XXIV Conferência anual da SBPC, Antonio Candido já defendia o caráter formativo da literatura ao afirmar que esta poderia ensinar como a própria vida, através da aproximação do leitor ao mundo e à realidade expressas no relato ficcional:

> *"A literatura pode formar, mas não segundo a pedagogia oficial, que costuma vê-la ideologicamente(...). Longe de serem apêndice da instrução moral e cívica(...), ela age com o impacto indiscriminado da própria vida e educa como ela - com altos e baixos, luzes e sombras."* (Candido, 1972, p.805).

Também caminham nesta direção as observações de Zilberman e Cademartori, para as quais a obra de ficção seria capaz de sintetizar o todo social de forma a oferecer ao leitor a reconstituição de sua visão de mundo e, ao mesmo tempo, possibilitar o desenvolvimento de uma postura crítica do receptor, à medida que lida com um saber questionador e incomum sobre o mundo e o homem:

> *"A literatura, por sua vez, propicia uma reorganização das percepções do mundo e, desse modo, possibilita uma nova ordenação das experiências da criança. A convivência com textos literários provoca a formação de novos padrões e o desenvolvimento do senso crítico."* (Cademartori, 1983, p.1986)

> *"É da coincidência entre o mundo representado no texto e o contexto do qual participa seu destinatário que emerge*

> *a relação entre a obra e o leitor. Pois, quanto mais este demanda de uma consciência do real e um posicionamento perante o mesmo, tanto maior é o subsídio que o livro de ficção tem a lhe oferecer, em decorrência de suas virtudes sintetizadoras do todo social(...).* (Zilberman, 1985, p. 23)

Assim, a leitura da literatura na escola parece primar por sua função formadora do leitor enquanto indivíduo emancipado, capaz de expressar a si mesmo e de se tornar cada vez mais humano, compreendendo a si próprio e seu mundo, ou seja, a função do ensino de literatura parece residir no potencial humanizador que ela pode desenvolver no leitor:

> *"Ela [literatura] não corrompe nem edifica, portanto; mas, trazendo em si o que chamamos o bem e o que chamamos o mal, humaniza em sentido profundo porque faz viver."* (Candido, 1979, p.806).

Aplicada ao caso do ensino, a formação propiciada pela literatura seria, portanto, aquela capaz de proporcionar ao receptor a superação de sua condição de aluno, tornado-o suficientemente apto a manifestar seu pensar e a compreender de forma mais clara o mundo real, através do mundo criado no relato ficcional. Visando a este objetivo emancipador, o ensino da literatura justifica-se plenamente nos mais variados níveis de ensino. Condiciona-se, portanto, à concepção de ensino de literatura que professor e ao conhecimento prático e que ele tem das funções que a literatura pode exercer sobre seu receptor.

Contudo, o modo como tem sido conduzido nas salas de aula aponta mais uma prática alienante do que emancipadora, que utiliza a literatura como pretexto para o ensino de outros conteúdos, preterindo a verdadeira função pela qual seu ensino se justifica.

Logo, se a literatura não tem sido trabalhada de forma adequada a se alcançar com ela o amadurecimento e emancipação do aluno, entre os vários motivos desse fato - e aqui se incluem até os políticos e estruturais- encontra-se a prática do professor que desencadeia o trabalho propriamente dito com o texto literário em sala de aula.

Também sobre ele tem recaído a atenção dos que lidam como o tema do ensino da literatura. Zilberman (1988) aponta o modelo de ensino implantado na década de 70 como o momento crucial em que se deflagra a crise na docência em nosso país. Objetivando atender à crescente clientela que precisava ser atendida com rapidez e competência para atuar no mercado de trabalho em expansão, este modelo de ensino

priorizou as áreas técnicas, em detrimento do ensino das humanidades e, ao mesmo tempo, gerou uma demanda de professores, já que o número de discentes aumentara rapidamente.

Para resolver este problema, surgiram algumas soluções paliativas como a facilitação do ingresso ao magistério, a proliferação de licenciaturas em todo o país, a aceitação da licenciatura curta, o aparecimento de cursos noturnos, a expansão das faculdades particulares e outras cujo balanço geral resultará em problema de ordem ainda maior: o despreparo geral do professores.

Devido à precária formação que recebiam e recebem, os professores oriundos desse sistema (ainda vigente) matizam em sua figura a crise da educação: são pouco eficientes em sua tarefa, desconhecem novas metodologias de ensino e até mesmo o conteúdo que deveriam ensinar. No caso específico do ensino da literatura, eucontramos professores que pouco lêem - portanto, pouco hábeis com o conteńdo que deveriam eusinar - e que desconhecem os motivos que justificam e que deveriam orientar o trabalho com a literatura junto a seus alunos.

Logo, como leitores pouco experimeutados, tornam-se alvos fáceis dos manuais e livros didáticos que apresentam leituras prontas e fechadas de obras, tolhendo a leitura individual do aluno e o trabalho dialógico que permitiria a formação de nma significado do texto mais vivo e menos impositivo.

Além disso, a falta de uma diretriz que justifique o trabalho com a literatura [por quê ensinar literatura?] acaba abrindo espaços para que o seu ensino se justifique pelo aprendizado de outros conteúdos (gramática, história geral e literária, estilos de liuguagem, ampliação de vocabulário, e mesmo aquisição de normas e valores ideológicos) qne não aqueles do texto lido. O resultado nas escolas é a antipatia geral dos alunos para com a literatura.

Como se vê, um dos caminhos para despertar o interesse do aluno pela leitura encontra-se na figura do próprio professor que, como leitor assíduo e conhecedor do papel do ensino da literatura, poderá desempenhar o papel político de emancipar seu aluno diante da sociedade, como assinala Moraes Leite:

> *"E no limite, ele [professor] tem duas opções, já que a opção pela neutralidade é uma falsa opção(...). Assim, ou fazemos o papel que o Estado exige de nós, conformando ou tentando conformar nossos alunos aos padrões da sociedade que aí está, ou contribuímos para aguçar a contradição, colocando nosso trabalho a serviço das*

> *classes dominadas e, pela prática de uma pedagogia que se propõe a transformar, apontamos um outro caminho que não é o da conformação mas o da contestação."* (Moraes Leite, 1983, p.112)

Esta prática emancipatória, que pode ser desempenhada pelo professores de literatura, encontra-se, por sua vez, condicionada a algumas atitudes metodológicas que contribuiriam para que a literatura fosse lida de forma mais democrática e pudesse cumprir sua função emancipatória e humanizadora junto ao leitor.

Inicialmente, o professor deve ter claro para si as finalidades de sua própria prática enquanto professor de literatura. É preciso que ele possua uma concepção social e política dos efeitos que o seu trabalho pode desempenhar junto aos alunos e junto à sociedade. Junto aos primeiros, sua prática deve ter por objetivo, como se viu anteriormente, desenvolver o potencial transformador e humanizador da literatura, formando leitores mais críticos e humanos. Junto à sociedade, os seus objetivos constituem-se no resultado do trabalho efetivado junto aos alunos, pois, à medida que o número de alunos atingidos por sua prática aumenta, grupos sociais maiores tendem a se transformar, tornando-se também mais questionadores e mais humanos.

Outra atitude metodológica importante para o professor diz respeito às estratégias de abordagem do texto literário. Em face à sua formação deficiente, ele tende a valer-se doutrinariamente dos manuais e livros didáticos, aceitando ele próprio a leitura parcial e impositiva neles exposta como se apontou anteriormente. Contudo, o caminho para a transformação desse fato reside na mudança de atitude desse professor - que pode acontecer através de um posicionamento individual e também através do auxílio da Universidade enquanto instituição voltada para o atendimento das necessidades da coletividade. O professor precisa ele próprio gostar da literatura, tornar-se um leitor efetivo, capaz de dialogar com o texto literário, a fim de descobrir suas nuanças e decifrar, através do cruzamento de seus vários elementos, a sua plurissignificação. Só assim ele poderá transmitir aos alunos o seu entusiasmo como estímulo para a leitura.

Embora esta atitude possa parecer pouco objetiva dentro de um contexto metodológico, ela se torna imprescindível, uma vez que a leitura da literatura na escola possui uma finalidade basicamente lúdica, recreativa, em oposição aos outros tipos de leitura efetivados no ambiente escolar, cuja finalidade reside na aquisição imediata de conhecimento como se vê nos livros de física, biologia, etc. Por esse

caráter recreativo e também em razão de sua função de satisfazer às necessidades de fantasia do homem (Candido, 1972), o entusiasmo do professor será sempre um grande estímulo para o aluno.

Sendo ele próprio um leitor, o professor poderá prescindir de intermediações (manuais, livros didáticos, fichas de leitura, etc.) para o texto que pretende trabalhar, pois ele próprio será capaz de efetivar uma leitura pessoal do texto, que lhe subsidiará o trabalho com os alunos. Assim, professor e alunos terão oportunidade de construir seu próprio saber sobre o texto, neutralizando o caráter dogmático e impositivo dos manuais e desautorizando a concepção alienante de ensino, para o que nos alerta Moraes Leite:

> *"O manual apazigua, através de respostas bem dosadas, a inquietação criadora que leva o homem a questionar (...). O manual, como instrumento concebido para facilitar o trabalho de alunos e professores, é também um instrumento concebido par dirigi-lo. No fundo do manual, e sob as diversas máscaras que ele adquire, encontra-se uma concepção de ensino-aprendizagem que deve ser analisada e criticada e da qual ele é sintoma. Trata-se de uma concepção, como diria Paulo Freire, "bancária", porque concebe o aluno como um cofre vazio a ser recheado de conhecimentos por alguém - o professor - que tenha sido submetido ao mesmo processo de "aprendizagem". Mas um professor transformado em simples intermediário do "saber" alheio - do autor do manual."* (Moraes Leite, 1983, p.103)

Uma atitude metodológica igualmente importante para aproximar leitor/texto literário, como apontam vários pesquisadores (Moraes Leite, 1983; Lajolo, 1988; Fraga Rocco, 1981 e outros), reside na quebra da visão da literatura enquanto patrimônio sacralizado historicamente. Esta visão, freqüentemente difundida na escolas tende a privilegiar como literários apenas os textos consagrados pela tradição crítica ou pelas instituições encarregadas de julgar a literatura - academias, universidades, críticos consagrados, etc. Nessa perspectiva, a literatura é vista como uma herança cultural que deve ser resguardada e seu caráter sacralizante tende a privilegiar tanto os valores quanto os padrões estéticos e lingüísticos de uma determinada classe - geralmente, a dominante. Por isso, a literatura acaba por ganhar um valor nacional que deve ser preservado pela instituição encarregada da orientação dos

indivíduos em formação - a escola. E a estratégia utilizada por ela, a fim de manter esse "status" da literatura, consiste em difundir junto aos alunos a idéia de que, através da apropriação deste patrimônio, o indivíduo se tornará mais culto e, conseqüentemente, diferenciado em seu grupo social, o que implica, em última instância, uma utilização da literatura enquanto objeto elitizante.

Essa noção, como nos aponta Moraes Leite (1983), parece não ser típica apenas no caso brasileiro. Em pesquisa realizada em 14 escolas de 1º e 2º graus na França, a autora observou que também lá os alunos tendem a conceber a literatura como sinônimo de autores clássicos e antigos, valorizando-os por sua erudição lingüística e pelo valor histórico-cultural nela contido. Nas séries iniciais, essa noção é quase ausente e nas séries posteriores ela vai se acentuando fortemente, o que demonstra como a escola realmente influencia nesse processo.

Para quebrar esta visão sacralizante da literatura, o professor pode inicialmente evitar que seus aluuos absorvam a noção de que apenas os textos difíceis, antigos e, de vocabulário incompreensível e de linguagem rebuscada se constituem em literatura de qualidade. Ao mesmo tempo, pode relativizar o valor de textos tanto antigos como contemporâneos, mostrando como seu valor literário não se relaciona apenas com o momento histórico de sua criação, mas está condicionado à fatura geral da obra enquanto construção elaborada de linguagem.

Também importante para neutralizar este caráter sacralizante da literatura é o contato que o professor pode proporcionar ao aluno com variados tipos de textos. Assim, ele se familiarizará com diferentes registros de linguagem e poderá também entrar um contato com textos literários de variados níveis de complexidade. Desse modo, o professor privilegiará uma metodologia que vise ao aprimoramento da leitura de seu aluno, através da seleção de textos, mediante o nível de complexidade. Nesta perspectiva, é possível pensar numa reação menos negativa dos alunos com relação à literatura e, ao mesmo tempo, objetivar a formação do leitor dentro da escola.

Por fim, uma última atitude metodológica importante consiste na utilização da forma dialogal enquanto estratégia de ensino de literatura, uma vez que esta parece ser a maneira menos "artificial" de trabalho com o texto literário em sala de aula. Como lembra Lajolo (1993), a artificialidade no tratamento do texto literário na escola se deve à maneira orientada e coletiva utilizada na abordagem dos textos, que leva a uma leitura prévia feita ou pelo professor ou pelos manuais didáticos e,

ainda, à desvalorização do contato individual do aluno com o texto. Além disso, o texto acaba se tornando motivo para ensino de outros conteúdos - como se viu anteriormente - e o contato escritor/leitor, fundamento da leitura, acaba, segundo Lajolo, por ser destruído:

> *"O texto não é pretexto para nada. Ou melhor, não deve ser. Um texto existe apenas na medida em que se constitui ponto de encontro entre dois sujeitos: o que escreve e o que lê; reunidos pelo ato radicalmente solitário da leitura (...)" (**Lajolo**, 1993, p.52)*

Visando neutralizar esta artificialidade da leitura em sala de aula, o método dialógico que se propõe não compreende um conjunto de estratégias previamente elaboradas, mas consiste, sim, na valorização da manifestação individual e espontânea dos alunos leitores mediante o texto em questão. Assim, possibilita-se o exercício do arbítrio e o aluno pode, enfim, ver-se como sujeito de sua própria leitura. Ao professor cabe um papel não maior do que o dos seus próprios alunos, porém, com a prerrogativa de gerar uma expectativa nos alunos que os leve a descobrir pontos importantes do texto ainda velados. Como fazê-lo, o revelará a criatividade e a vivência do professor, bem como seu conhecimento de novas estratégias de ensino.

Importante também, neste método, é a criação de um ambiente descontraído, onde haja emoção ao se falar do texto lido. Sem emoção, sem entusiasmo, a literatura não passará de letra morta, competindo com as informações da biologia, da física, da matemática ou, ainda, perdendo campo freqüentemente para outros recursos da mídia e dos audio-visuais. É preciso que a literatura efetivamente recupere seu valor psicológico, recreativo, pois só assim ela poderá formar e humanizar seu leitor; contudo, sem um ambiente propício, ela acabará se tornando uma imposição e um lugar privilegiado do autoritarismo, quando poderia ser comunicação. A propósito deste problema, o testemunho de Lígia C. Moraes Leite é bastante significativo ao ilustrar a passagem de um método monológico a outro dialógico:

> *"Nesse contexto, trabalhar descontraidamente o texto pode servir, entre outras coisas, à recuperação da emoção e da afetividade. Ele pode ser o jogo que descongela as relações, humanizando-as. Eu, particularmente, reservei-me por uns tempos na minha sisudez e tive receio de ultrapassar esse limite. Do lado de lá havia a desmitificação do meu papel, a nudez das minhas*

> *limitações. O que prevaleceu, no entanto, foi o questionamento do meu papel político de professor, fato que possibilitou a minha vivência dinâmica com os alunos através de um mediador: o texto. Ao conseguir rir com os alunos a graça de um texto, pude perceber o quanto era solitário, empobrecedor e frustrante esconder-me no autoritarismo, fugir do lúdico e viver a indiferença e o medo."(**Moraes Leite**, 1994, p.48-9).*

Como se vê, a solução do grande impasse do ensino de literatura: aproximar leitor/texto encontra-se na revisão de algumas atitudes metodológicas que podem reverter o quadro da indiferença para com a literatura, verificada nos variados níveis de ensino. Tais atitudes metodológicas fundamentam-se no conceito que se tem da própria literatura e de sua função humanizadora e transformadora, no desempenho do professor ao otimizar o trabalho com a literatura, visando alcançar a emancipação de seu aluno, bem como na concepção de aluno que se visa formar. Sem essas bases, o trabalho do professor de literatura resultará infecundo e, conseqüentemente, frustrante para si mesmo, para o aluno e para a sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CADEMARTORI, Lígia. *O que é literatura infantil?* São Paulo : Brasiliense, 1987

CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem. *Ciência e Cultura, 24*:803-809, 1972.

FILIPOUSKI, Ana M. R. Atividades com textos em sala de aula. In: ZILBERMAN, R. (org.). *Leitura em crise na escola.* Porto Alegre : Mercado Aberto, 1994.

LAJOLO, Marisa. O texto não é pretexto. In: ZILBERMAN, R. (org.). *Leitura em crise na escola.* Porto Alegre : Mercado Aberto, 1994.

MORAES LEITE. *A invasão da catedral*: literatura e ensino em debate. Porto Alegre : Mercado Aberto, 1983.

MORAES LEITE & MARQUES, Regina M. H. Ao pé do texto na sala de aula. In: ZILBERMAN, R. (org.). *Leitura em crise na escola.* Porto Alegre : Mercado Aberto, 1994.

ROCCO, Maria Thereza F. *Literatura e ensino: uma problemática.* São Paulo : Ática, 1981.

ZILBERMAN, Regina. *Literatura infantil.* São Paulo : Global, 1985.

ZILBERMAN, Regina. *A leitura e o ensino da literatura.* São Paulo : Contexto, 1988.

ZILBERMAN, Regina & CADEMARTORI, Ligia. *Literatura infantil : autoritarismo e emancipação.* São Paulo : Ática, 1984.

ZILBERMAN, Regina & LAJOLO, Marisa. *Literatura infantil brasileira :* histórias e histórias. São Paulo : Ática, 1985.

Revista UNIMAR 17(1):37-53, 1995.

UM METATEXTO PARA "O HOMEM QUE SABIA JAVANÊS"

Mirian Hisae Yaegashi Zaponi*

RESUMO. Este artigo consiste na aplicação da Teoria da Recepção, na leitura do conto "O homem que sabia javanês", de Lima Barreto. Num primeiro momento, optou-se pela abordagem da própria Teoria da Recepção, levantando-lhe os pressupostos básicos e, num segundo momento, partiu-se para a leitura do conto, onde se observam suas estratégias de construção.

Palavras-chave: teoria da literatura, estética da recepção, Lima Barreto.

A METATEXT TO "THE MAN WHO KNEW HOW TO SPEAK JAVANESE"

ABSTRACT. The main purpose of this work is to apply the Reception Theory in the reading of the short story "The man who knew how to speak javanese" by Lima Barreto. First, a discussion about the Reading Theory itself was made as well as the presentation of its basic principles. Secondly, the reading of the short story mentioned above was carried out and its strategies of construction observed.

Key words: literature theory, reception theory, Lima Barreto.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Uma proposta de abordagem do texto literário

A teoria literária moderna viu surgir nos últimos decênios uma série de formas diferenciadas de abordagens literárias, entre elas, a Teoria da Recepção. Esta porém, guarda das demais uma diferença siginificante: sua ênfase não mais recai sobre o texto enquanto objeto específico de

* Departamento de Letras, Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, Campus Universitário, 87020-900, Maringá-Paraná, Brasil.

Correspondência para Mirian Hisae Yaegashi Zaponi.

Data de recebimento: 13/12/94.

Data de aceite: 20/03/95.

análise e, sim, sobre seu recebedor. Com esta teoria, chega-se à última instância do processo criativo, já que a própria teoria literária moderna assim construiu seu processo evolutivo: antes uma preocupação com o autor (Crítica Biográfica), depois, uma preocupação exclusiva com o texto (Estruturalismo) e, agora, uma transferência para o leitor (Estética da Recepção).

O objetivo básico dessa teoria centra-se na abertura do horizonte de siginificação da literatura, através da contribuição do leitor que, pode-se dizer, seria o articulador desta abertura. Considerando o papel do leitor no processo histórico da literatura, as obras literárias vão ganhando mutabilidade de valor, em virtude do diálogo entre leitor/texto que pode, dessa forma, reestruturar o passado histórico da literatura, demolindo sua categoria de entidade estável e imutável. Viabilizam-se, pois, novas leituras dos textos que se incorporam às leituras passadas, promovendo uma atualização nos modos de se ver o passado literário.

Hans Robert Jauss, um dos iniciadores da nova teoria, apresenta uma série de teses sobre as quais a estrutura. Em sua esteira, surgem vários outros autores que lançam correntes dentro da teoria (Karlheing Stirle, Hans Ulrich Gumbutchm, Lucien Dallenbach, Wolfgang Iser).

No caso específico deste trabalho, utilizaremos basicamente a teoria de Wolfgang Iser, já que não se trata de um trabalho específico sobre a Teoria da Recepção, mas sim, de interpretação de um texto literário, a partir deste referencial teórico.

A interação do texto com o leitor

Todo o processo comunicativo implica dois momentos distintos: o da construção da mensagem, que se efetiva na esfera do emissor, e o da recepção da mensagem, que se efetiva na esfera do receptor. Tomando a literatura como um processo comunicativo, esses dois momentos podem ser substituídos pelos papéis do autor e do leitor. Dessa forma, não se pode pensar na literatura como uma estrutura de comunicação sem que se considere o papel dessas instâncias. A criação de um texto pressupõe claramente sua recepção. Por isso, na relação texto/leitor, situam-se as considerações básicas da Teoria da Recepção.

Wolfgang Iser[1], tentando explicar melhor esta relação, toma da psicologia a noção de interação social, a fim de mostrar como se daria o processo de recepção de um texto literário.

Na psicologia, o inter-relacionamento dos indivíduos se daria através de uma relação diádica, ou seja, através da tentativa de um indivíduo comunicar-se com outro. Esta relação seria uma espécie de atividade interpretativa que os indivíduos realizariam, a fim de construir a imagem de si mesmos e dos outros. A interpretação se daria em uma situação de igualdade, onde um indivíduo **A** teria as mesmas condições do indivíduo **B** para responder e questionar, sanando dúvidas.

Trazendo esta teoria para o campo literário, Iser mostra que a relação texto/leitor assemelha-se à interação diádica da psicologia social, diferindo-se dela em alguns pontos. Segundo Iser, o texto e o leitor se configurariam como sujeitos da interação. Porém, esta relação texto/leitor implicaria uma dificuldade: a falta da relação face-a-face presente nas relações diádicas. Neste caso, não haveria formas efetivas de se travar um diálogo sintonizado entre essas duas instâncias, como há no caso humano. Por isso, existe uma série de lacunas - vazios - nesse processo, caracterizando uma assimetria entre leitor e texto. Em coutrapartida, a própria existência desses vazios estimularia ainda mais o processo de interação, pois o leitor seria instigado a preencher os vazios com suas projeções e expectativas, criando múltiplas possibilidades de comunicação.

Em falta de uma situação face-a-face como nas relações sociais, caberia ao próprio texto a criação de uma situação ao menos semelhante à situação face-a-face, a fim de que se instaure o processo comunicativo. Os elemeutos presentes no ato do diálogo precisam ser recuperados dentro do texto, a fim de que se efetive a comunicação. Numa relação diádica, os parceiros podem mutuamente se perguntar, sanando dúvidas, ao passo que o leitor nunca retirará do texto a certeza explícita de que sua compreensão é justa, se não houver nele marcas que lhe confirmem a interpretação.

Desse modo, para Iser, o texto seria um sistema de combinações dentro do qual haveria um espaço para o leitor - instância sobre a qual recairia a tarefa de realizar as combinações. Tais combinações se constituiriam, tanto por aquilo que o texo oferece para ser lido como por

---

1 ISER, Wolfgang. "A interação do texto com o leitor." In: **A literatura e o leitor** (org. Luis Costa Lima). Rio de Janeiro:Paz e Terra, p.84, 1979.

aquilo que não é dito, podendo ser inferido. A esse processo denomina-se "concretização" e efetiva-se através de alguns elementos: o **repertório**, as **estratégias** e a **realização**

O **repertório** dos textos ficcionais constitui-se no conjunto de tradições, convenções, normas histórico-sociais, enfim, no substrato sócio-cultural sobre o qual o autor monta seu mundo ficcional, representando o pano de fundo da realidade à que se refere um texto. Segundo Iser, os textos ficcionais seriam uma projeção do mundo real, diferenciando-se dele, porém, por trazerem idéias e conceitos muitas vezes diferentes ou incomuns aos vigentes na sociedade. Assim, a ficção não seria a cópia da realidade, e sim, caminhos de entrada para a realidade que finge ser. Cada obra ficcional cria através da sensibilidade de seu autor um repertório que focaliza sistemas de sentidos dominantes e as implições dele advindas.

As **estratégias**, por sua vez, constituem-se nos processos elaborados pelo autor, a fim de criar uma potencialidade na obra ficcional que a torne compreensível e penetrável ao leitor, à medida que este se propõe a decifrá-la. Fazem parte das estratégias os processso que contribuem para a eficácia da comunicação entre texto e leitor.

Dentro do processo de interação texto/leitor, a **realização** designa especificamente o papel do leitor. É necessário que este se disponha a tomar parte do processo dialógico com o texto, a fim de poder inferir significados e proceder sua interpretação, decodificando sua mensagem. Esta decodificação muitas vezes engloba, como trabalho produtivo do leitor um metatexto, ou seja, um texto segundo, capaz de dar conta da atualização dos elementos contidos no texto primeiro (obra literária).

Segundo essas considerações, a responsbilidade pela elaboração do repertório e das estratégias caberia ao autor, no momento da criação, e a realização, ao leitor, no momento da leitura. A ele cabe a tarefa de atualizar as estratégias organizadas pelo autor (concretização), bem como preencher os vazios deixados pelo texto em função da falta da situação face-a-face na relação texto/leitor. Esses papéis são exercidos, tendo em conta todas as estruturas de sentido do leitor, isto é, sua bagagem cultural, sua experiência, seu conhecimento de mundo ou, como lembra R. Holub, seu **horizonte de expectativas**.

O processo de comunicação texto/leitor efetuaria, então, uma fusão do horizonte de expectativas do leitor e o mundo caracterizado pelo repertório dos textos ficcionais. Neste caso, o leitor tornar-se-ia capaz de formular para si um estrutura de sentidos que poderia contestar ou

reafirmar suas estruturas de sentido anteriores, propiciando, no primeiro caso, uma reconstrução de seu próprio horizonte, de modo a emancipar-se.

Este conceito de arte literária como estrutura de interação de Iser, lembra a concepção de H. R. Jauss (apud ZILBERMAN,1989) que toma como função da obra literária a emancipação, ou seja, a transformação das percepções usuais do destinatário e criação de uma nova visão da realidade. Para Jauss, esta natureza libertadora da arte se explicitaria pela experiência estética, composta de três atividades simultâneas e complementares: 1 - a **poíeses**, que corresponderia ao prazer de se sentir co-autor da obra, enquanto participante de sua produção; 2 - a **aístheses**, que diz respeito ao prazer estético ao se ler a obra, proporcionando um alargamento da visão de mundo do leitor; 3 - a **katharsis**, que seria o processo de identificação do leitor com o herói ou com situações por ele vividas.

Segundo Jauss, além de provocar o prazer estético, a arte também motivaria o leitor a uma ação. Neste sentido, a obra literária se abriria para o leitor, não como adoção passiva de um comportamento e, sim, como possibilidade de inúmeras atitudes (admiração, choque, simpatia, choro, etc) que dependem das sugestões emitidas pela obra.

Levando em conta todas essas considerações, observa-se nesta teoria a tentativa de centralizar todos os dados da criação textual em função do leitor. Logo, por Estética da Recepção pode-se entender a acolhida que as obras literárias receberiam ao longo da história por seus leitores. Como vimos, esta acolhida se daria através da interação - diálogo entre leitor e texto. Nessa interação, entram em cômputo tanto o sistema subjetivo (horizonte de expectativa) do autor quanto o do leitor, realizando uma fusão de horizontes que permite tanto a atualização da obra quanto a reestruturação do horizonte de seu receptor.

Baseando-se nessa teoria, este artigo pretende realizar uma leitura do conto "O homem que sabia javanês", de Lima Barreto, atualizando o repertório e as estratégias utilizadas pelo autor, a fim de transmitir sua mensagem ficcional.

UM METATEXTO PARA "O HOMEM QUE SABIA JAVANÊS"

O conto de Lima Barreto narra-nos, através do veio irônico característico de seu autor, a estranha trajetória de um simples bacharel de direito, Castelo, que , tomando falsamente os conhecimentos da exótica língua javanesa, torna-se professor de um barão influente e, a

partir desse fato, tem as portas abertas para a carreira diplomática e para toda uma vida de regalias que seu saber lhe oferece.

Sendo a primeira leitura significativa para a compreensão e interpretação de textos, torna-se pertinente registrar alguns aspectos que chamam atenção à primeira vista: 1 - a estrutura do conto dividida em dois planos, o do enunciado e o da enunciação; 2 - a maneira absurda através da qual a personagem Castelo torna-se cônsul; 3 - o espírito irônico das personagens Castelo e Castro frente aos acontecimentos diegéticos.

Sendo estes os aspectos inicialmente mais "atraentes" do texto, podem representar entradas iniciais para sua decifração, revelando as estratégias especiais através das quais o narrador providencia o lugar do leitor no texto, a fim de proporcionar-lhe uma visão do mundo narrado.

A estrutura narrativa do conto divide-se em dois momentos distintos: o diálogo entre as personagens Castro e Castelo numa confeitaria e a narração de uma história passada - a de como Castelo tornou-se cônsul. O primeiro momento caracteriza-se como enunciação - como a história é contada - e o segundo, como enunciado - a história em si. No segundo plano evidencia-se um narrador autodiegético - Castelo - que resgata a trajetória evolutiva que o levou ao consulado. Já no primeiro plano, evidencia-se um diálogo entre Castelo e Castro a quem o primeiro direciona sua narração. Este interlocutor que, no plano do enunciado, funciona como um narratário, tem muitas vezes uma função explicitadora, pois através de suas interpelações, no decorrer da narrativa, promove a elucidação de alguns fatos narrados, além de funcionar como elemento propulsor da narrativa de Castelo, como em:

> *"- E nunca duvidaram? - perguntou-me ainda o meu amigo.*
>
> *- Nunca. Isto é, uma vez quase fico perdido. A polícia prendeu um sujeito, um marujo..." (BARRETO, 1983, p.76)*[2]

Ao mesmo tempo, a presença do narratário, no plano do enunciado, permite ao narrador emitir juízos de valores referentes à avaliação que faz dos fatos que narra:

> *"Mas o que tu vais ficar assombrado, meu caro Castro, é com a admiração que o fenro ficou tendo pelo professor de*

---

2 Todas as citações posteriores que se referirem ao mesmo texto seguirão apenas com o número da página.

> *javanês. (...) Sabes bem que nada sei de javanês, mas compus umas histórias bem tolas e impingi-as ao velhote como sendo o crônico. Como ele ouvia aquelas bobagens!" (p.69)*

Também neste plano, temos caracterizados todos os fatos que levam à ascensão social, econômica e política de Castelo a partir do momento em que tem a brilhante idéia de enganar o ilustre barão de Jacuecanga com seu falso idioma malaio.O ato de enganar através do falso saber javanês parece ser, pelas implicações que acarreta, a intriga-chave do conto. Por isso, torna-se importante verificar a trajetória do protagonista até que este fato se dê.

Inicialmente, Castelo apresenta-se, através de um discurso irônico, como um simples bacharel cuja característica marcante é a astúcia. Já no início do conto percebe-se isso, quando realiza sua primeira façanha, ganhando a vida como falso adivinho:

> *"... quando estive em Manaus em que fui obrigado a esconder minha qualidade de bacharel, para mais confiança obter dos meus clientes que afluíam ao meu escritório de feiticeiro e adivinho." (p.62)*

Depois desta estréia como ludibriador, o próximo passo é atender ao anúncio do "Jornal do Comércio" que solicitava um professor de javanês. A atitude imediata de Castelo em vista de tal intento é buscar conhecimentos mínimos sobre a língua, o que faz através de pesquisa à "Grande Encyclopédie, letra J", descobrindo dela os aspectos mais superficiais como o alfabeto da língua, sua pronunciação e aspectos gerais sobre o lugar onde era falada. Infere da pesquisa apenas "informações" que nada podem contribuir para sua "formação" ou para o conhecimento do javanês. Posteriormente, inicia-se seu estranha ascensão social. É preciso antes assinalar que o estado inicial da personagem caracteriza-se pela completa pauperidade e carência:

> *"Eu tinha chegado havia pouco ao Rio e estava literalmente na miséria. Vivia fugindo, de casa de pensão em casa de pensão, sem saber onde e como ganhar dinheiro..." (p.63)*

Assim, Castelo inicia sua peregrinação, difundindo aos outros suas informações superficiais sobre o estranho javanês. Nesse processo, pode-se observar uma gradação do nível sócio-econômico e político das personagens ludibriadas por Castelo. Ao mesmo tempo, observa-se que a própria personagem passa por um processo de ascensão, à medida que consegue

enganar indivíduos de níveis superiores àquele em que está, lembrando a figura de um pícaro.

Sua primeira vítima é o próprio encarregado da pensão e onde se hospedava. A fim de retardar o pagamento de uma dívida, Castelo alude ao fato de em breve tornar-se professor de javanês. O encarregado admira e, embaraçado por não conhecer tal língua, acaba distraindo-se da cobrança.

Castelo logo vê que o falso saber poderia lhe trazer outras surpresas e, assim, parte para a entrevista com o "Doutor Mannel Feliciano Soares Albernaz, barão de Jacuecanga.", o anunciante do Jornal do Comércio, segundo degrau do processo ascendente de Castelo. O narrador destaca com intensidade este segundo estágio. Merecem atenção as descrições do espaço e das personagens e as descrições funcionam como uma espécie de prolepse que nos adiantam idéias sobre as personagens e sobre o mundo narrado. Filtradas pela focalização de Castelo, a impressão que se tem da casa do Barão é a de uma estrutura ultrapassada, velha, suja e cheia de "impregnações antigas":

> *"As paredes [da casa do barão] descascavam e os beirais do telhado, daquelas telhas vidradas de outros tempos, estavam desguarnecidas aqui e ali, como dentaduras decadentes e mal-cuidadas.(...) Olhei um pouco o jardim e vi a pujança vingativa com que a tiririca e o carrapicho tinham expulsado os tinhorões e as begônias." (p.65).*

Trata-se de um ambiente onde o velho contrapõe-se ao novo, onde a atmosfera do ultrapassado sintetiza o conservadorismo e a resistência a valores que não sejam materiais. Logo, um ambiente propício à ludibriação de um bom enganador. Ao mesmo tempo, a descrição da casa nos coloca face a uma galeria de retratos que, de certa forma, introduz a pessoa do barão de Jacuecanga:

> *"...arrogantes senhores de barba em colar se perfilavam enquadrados em imensas molduras douradas, e doces perfis de senhoras, em bandos com leques, pareciam querer subir aos ares, enfunados pelos redondos vestidos à balão." (p.66)*

Observa-se que os retratos não valem pelas figuras neles contidas e sim pelo aspecto exterior tanto dos próprios quadros como também das personagens que retratam. Prediz-se, e aqui se verifica a prolepse, uma valorização da aparência em detrimento da essência, o que, aliás, se mostrará como um posicionamento corrente das personagens focalizadas pelo

narrador.Assim, como a descrição da casa nos adianta, a figura do barão de Jacuecanga surge também ultrapassada e antiga, apesar de imponente:

> *"Um tanto trôpego, com o lenço de alc baça na mão, tomando veneravelmente o simonte de antanho, foi cheio de respeito que o vi chegar." (p.66)*

O barão configura-se para o narrador como signo das sociedades fracas que se erigem sob bases insólitas como a aparência, o poder econômico, a tradição social dominante. Vendo, pois, esta figura tão imponente, Castelo tem até ímpetos de abandonar seu intento, mas resiste, como se vê através da focalização que faz da personagem:

> *"Mesmo se não fosse ele o discípulo, era sempre um crime mistificar aquele ancião, cuja velhice trazia à tona do meu pensamento alguma coisa de augusto, de sagrado. (...). Hesitei, mas fiquei." (p.66)*

Neste primeiro encontro com o barão, o narrador assinala claramente o seu esforço em mostrar a sua origem nobre. Além do *habitat*, a própria fala assinala-lhe a nobreza, numa atitude de auto-afirmação: "Não sei se o senhor sabe que eu sou neto do conselheiro Albernaz, aquele que acompanhou Pedro I, quando abdicou" (p.67). Nota-se que o substrato sobre o qual estão os valores da personagem constitui-se na valorização das estruturas de poder, do domínio político, pois para a personagem, a ligação com a família de D. Pedro I garante-lhe a nobreza e o "status" e, naturalmente, a superioridade sobre seu interlocutor - Castelo.

Contudo, a inteligência do protagonista supera toda a imponência sobre a qual se erige o barão. Há dois momentos dessa entrevista em que se evidencia isto. O primeiro refere-se à resposta certeira que Castelo dá ao barão sobre sua aprendizagem do javanês. Sem esperar tal questão, Castelo arquiteta uma resposta, imediatamente, dizendo ser filho de pai javanês e consegue efeito eficiente. O segundo, refere-se ao momento em que o barão lhe oferece o livro javanês que desejava decifrar. Castelo lê a introdução do livro - em inglês - e adianta ao barão que tratava o livro das histórias do príncipe Kalunga, impressionando-o: "Logo informei disso o velho barão que, não percebendo que eu tinha chegado aí pelo inglês, ficou tendo eru alta consideração o meu saber malaio." (p.68)

Assim, verifica-se que, apesar da ausência de tradição e de representatividade social, Castelo suplanta intelectualmente a personagem do barão de Jacuecanga, através de sua astúcia. Desse modo, enquanto o elevado se rebaixa, o baixo se eleva e, assim, Castelo ascende mais um degrau. Aceito

como professor de javanês, passa a ser alvo de toda a sorte de elogios. Até mesmo o genro do barão, descobrindo-lhe o talento da língua javanesa, passa a admirá-lo: "O marido de D. Maria da Glória era desembargador, homem relacionado e poderoso, mas não se pejava em mostrar diante de todo o mundo a sua admiração pelo meu javanês." (p.69).

Depois de ganhar respeito e consideração na casa do barão, onde passa inclusive a residir, Castelo é incentivado pelo próprio barão a seguir carreira mais nobre do que a de professor. Ganha uma carta de recomendação deste, vai à presença do "Visconde de Caruru" que lhe envia à "Secretaria dos Estrangeiros com diversas recomendações" até chegar a um "ministro" cuja "alta sabedoria" o institui adido de seu Ministério e o faz representar o Brasil num congresso internacional. Castelo realiza tudo sem nada saber de javanês e acaba ainda chegando à glória nacional, sendo inclusive abordado pelo público e convidado a escrever em jornais:

> *"Na rua, os informados apontavam-me dizendo aos outros: Lá vai o sujeito que sabe javanês. Nas livrarias os gramáticos consultavam-me sobre a colocação dos pronomes no tal jargão das ilhas de Sonda." (p.71).*

Assim, o falso torna-se verdadeiro e o verdadeiro passa a ser questionado como se verá a seguir, numa inversão total de valores. Depois da glória com o público, surge a ligação com o "Senador Gorot" e, posteriormente, com o presidente da República:

> *"Passei a ser uma glória nacional e, ao saltar o cais Pharoux, recebi uma ovação de todas as classes sociais e o presidente da República, dias depois, convidava-me pra almoçar em sua companhia". (p.72)*

Junto à gradação ascendente do nível dos ludibriados, há também a gradação ascendente do nível social do ludibriador, como mostra o quadro abaixo:

LUDIBRIADOS	LUDIBRIADOR
encarregado	desempregado
barão	professor
desembargador	ilustre professor
visconde	futuro adido
ministro	adido
senador	ilustre adido
presidente	cônsul

Como se vê, acaba ocorrendo uma sobreposição de papéis: o "alto" representado pelos títulos nobiliárquicos e políticos acaba sendo rebaixado pelo "inferior", representado pelo charlatanismo de Castelo. Essa inversão de papéis acaba levando ao desnudamento da realidade na qual vive o elenco elaborado pelo narrador protagonista. Através deste processo, pode-se considerar a personagem Castelo um pícaro, já que "o astuto não é aí o rebaixamento do pícaro sob a aparência de elevá-lo literariamente, mas o rebaixamento de segmentos sociais considerados elevados sem que aquele que os rebaixa apareça como tal." (KHOTE, 1987, p. 47). Além do processo de ascensão de Castelo, outro dado que demonstra claramente tal inversão é o jogo de focalização elaborado pelo narrador. Além de sua forma particular de ver os fatos, ele providencia um jogo de focalizações diferentes, permitindo alguns espaços para que outras personagens também opinem através de suas falas sobre o saber javanês:

do desembargador, genro do barão :	*"- Que coisa única! (...) É um assombro! Tão moço! Se eu soubesse isso, ah! onde estava.!" (P. 69).*
do barão, incentivando-o a entrar na diplomacia :	*"- Qual! Vá menino; você sabe javanês!"(p. 70)*
dos chefes de secção na secretaria dos estrangeiros:	*"-Vejam só, um homem que sabe javanês - que portento!" (p. 70)*
do ministro do exterior:	*"- Então você sabe javanês? [...] Bem! Por ora não há vaga, mas vou fazer uma reforma e o senhor entrará. De hoje em diante, fica adido ao meu Ministério..." (p. 70)*
do povo, nas ruas:	*"- Lá vai o homem que sabe javanês!"(p. 71)*

Através dessas falas representantes da focalização das personagens, diferentes, portanto, da focalização do narrador, forma-se a visão que possuem do focalizado - o falso saber javanês. Esta visão é marcada pela ingenuidade das personagens e pelo desconhecimento que possuem do idioma. Contudo, mesmo sem conhecê-lo, todos o supõem importante. Assim, ao mostrar o falso como verdadeiro e a pronta aceitação deste falso pelos poderosos, o narrador elabora o questionamento do próprio saber desses indivíduos. Se Castelo usa um falso saber como mola de ascensão e este é tido como verdadeiro, infere-se que, ao menos o conceito de saber destes indivíduos e dessa sociedade descrita pelo narrador é extremamente

questionável. Ou seja, através do saber de Castelo, coloca-se em xeque todo o saber dessa sociedade, pois a atitude charlatã de Castelo evidencia uma relatividade de valores: o falso e o verdadeiro aparecem como tal de acordo com os interesses dos mais fortes, representados pelo poder dominante - senadores, presidentes, barões, etc.

Levando em consideração o fato de Castelo ter buscado os conhecimentos mínimos do javanês na "grande Encyclopedie, letra J", podemos referendar este seu conhecimento como enciclopédico, fazendo contraponto ao saber de Castelo, baseado na inteligência, astúcia e sagacidade.

Enquanto todos se contentam com o não conhecer javanês, Castelo disso se aproveita para ascender socialmente e, ao mesmo tempo, verifica-se a debilidade do saber daqueles com quem Castelo entra em contato.

Ainda com relação à focalização, observa-se a formação de dois pontos de vista: a visão daqueles que admiram o saber javanês do Castelo, como se viu anteriormente, e a visão de Castelo sobre a admiração daqueles que entram em contato com o seu saber javanês. Castelo, como narrador, constrói uma narração em posterioridade, ou seja, o tempo em que narra é posterior ao da diegese e, dessa forma, essa distância temporal acarreta uma distância ideológica e crítica em relação ao fato narrado. Por isso, sua focalização está impregnada de admiração pelo espanto que seu falso saber acarreta, de modo que seu discurso irônico providencia um espaço para o leitor compreender a crítica nele presente, como se vê nas falas sobre algumas personagens:

Sobre o encarregado:	*"- Oh! Alma ingênua! O homem esqueceu-se de minha dívida..."(p.64).*
Sobre o barão:	*"- Logo informei disso o barão que, não percebendo que eu tinha chegado aí pelo inlgês, ficou tendo em alta consideração o meu saber malaio. (...) Como ele ouvia aquelas bobagens: Ficava extático, como se estivesse a ouvir palavras de um anjo. Eu crescia a seus olhos!" (p.69)*
Sobre o desembargador:	*"Mas com o que tu vais ficar assombrado, bem caro Castro, é com a admiração que o genro ficou tendo pelo professor de javanês." (p.69)*
Sobre o cargo que lhe dá o visconde:	*"Imagina tu que eu nada sabia de javanês, mas estava empregado e iria representar o Brasil em um congresso de sábios." (p. 70)*

Caracterizam-se desta forma, duas visões do "saber". As passagens demonstram que Castelo admirava-se ao ver que todos acreditavam naquele "falso saber javanês", enquanto as demais personagens divinizavam-no. Em relação a estas duas formas, fica clara uma distinção: o saber de Castro, baseado no conhecimento real dos fatos, na ciência das coisas e na inteligência versus o saber enciclopédico das demais personagens que apenas se contentavam com o saber superficial. O primeiro saber valoriza a inteligência, a astúcia, a perspicácia diante das situações embaraçosas, enquanto o segundo é marcado por uma atitude passiva de aceitação dos fatos tais como eles aparecem.

Considerando-se a visão distorcida de saber que permeia a sociedade retratada, surge também a crítica ao poder instituído. Há no conto uma galeria de personagens poderosas das quais emanam poder e autoridade. Fica patente que a maioria das personagens envolvidas na diegese, no plano do enunciado, são poderosas, pertencentes às esferas elevadas da sociedade e ao poder dominante. Sendo as mais nobres, deduz-se que concentrariam, racionalmente o mais alto saber, a astúcia, a inteligência. Contudo, em função da ludibriação pela qual passam através do engodo elaborado por Castelo, a expectativa que sobre eles recaía é destruída, pois sequer conseguem descobrir a mentira à que se submetem. O poder centra-se em personagens que não tinham capacidade e virtude para detê-lo. Assim, o narrador destrói estas estruturas de poder econômico e político, desnudando-lhes o vazio intelectual, a falta de visão crítica de mundo e de conhecimento da realidade que os cerca. Há inclusive crítica ao empregnismo, pois com uma simples carta de recomendação, Castelo chega a adido de ministério sem submeter-se a nenhum teste de qualificação. Assim, o texto revela o horizonte emblemático de uma sociedade através do não-dito: "Por ora não há vaga, mas vou fazer uma reforma e o senhor entrará" (p.70).

Configuram também como objeto da crítica do narrador a opinião pública, os estudiosos (gramáticos, lingüistas) e o próprio público (povo), que aparece como elemento dominado pelo poder instituído. Como a imagem positiva de Castelo vem das classes dominantes, a opinião pública apenas a acata sem restrições e questionamentos, evidenciando a total dependência de seus dominados e, ao mesmo tempo, a falta de critérios próprios para a avaliação dos fatos. Os estudiosos, mais do que qualquer instância, são os mais atingidos. Classe da intelectualidade, dotados do saber, participantes do meio acadêmico, esses são os mais

rebaixados, pois, não obstante participarem desta esfera, não se livram do engodo de Castelo que acaba por destruir também o saber instituído:

> *"Chegou, enfim, a época do congresso, e lá fui para a Europa. Que delícia! Assisti à inauguração e às sessões preparatórias . Inscrevi-me na seção do tupi-guarani e eu abalei para Paris. [...] Nas livrarias, os gramáticos consultavam-me sobre a coloção dos pronomes no tal jargão das ilhas de Sonda." (p.71-2)*

Em síntese, o narrador apresenta-nos duas visões do saber, mostrando-nos a relatividade do falso e do verdadeiro saber, de acordo com o interesse e de acordo com os valores da classe dominante do mundo, que representa através de sua narrativa, criando um repertório que orienta o leitor em seu processo de decodificação da mensagem ficcional. Resgatamos até aqui, portanto, duas estratégias importantes de construção do texto.

Observando melhor o terceiro ponto de entrada no texto, vemos que o espírito "sarrista", irônico do narrador permeia toda a narrativa e, ainda mais, que este espírito liga-se também à questão da focalização. A visão de Castelo modifica-se com a passagem do tempo. Sua visão dos fatos no momento em que os viveu é completamente diferente do momento em que os narra. Isso se dá em virtude de o protagonista possuir uma imagem de mundo, no plano do enunciado, e outra, totalmente diversa, no plano da enunciação. Evidencia-se isso de forma clara através da focalização do barão de Jacuecanga. Inicialmente "augusto, imponente" e, posteriormente, "velho e insano":

> *"...era sempre um crime mistificar aquele ancião,cuja velhice trazia algo de sagrado, de augusto." (p.66)*

> *"...mas o velho não foi tão diligente quanto eu. Não conseguia aprender a distinguir nem sequer quatro letras (...) o senhor barão de Jacuecanga não ficou lá muito senhor da matéria: aprendia e desaprendia. " (p.68-9).*

O espírito jocoso presente no discurso caracteriza a estratégia utilizada com a finalidade de desnudar, inclusive, ridicularizando as falhas da sociedade representada. Não obstante o jogo da focalização, o próprio narrador se incumbe de satirizar o mundo focalizado através de seu discurso narrativo:

"Sabes bem que até hoje nada sei de javanês, mas compus umas histórias bem tolas e impingi-as ao velhote como o crônion. Como ele ouvia aquelas bobagens! (p.69).

Além do alfabeto, fiquei sabendo o nome de alguns autores, também perguntar e responder - "Como está o senhor? " - e duas ou três regras de gramática, lastrado todo esse saber com vinte palavras do léxico." (p.65)

Como se vê, o texto elabora através da sátira e da focalização, uma crítica à sociedade da época, questionando seus valores. Mostra que toda ordem social, política e cultural do mundo representado fundam-se sobre falsos valores: a aparência, o dinheiro, o poder, sem ponderar sobre a essência existente nos próprios indivíduos dele participantes. Assim, o mundo focalizado torna-se ao avesso: o inferior eleva-se e o superior se rebaixa. Nesta estrutura, o herói, como vimos, incorpora-se ao sistema através de sua astúcia, desnudando a realidade e ascendendo socialmente. Ao mesmo tempo em que permanece a crítica, o espírito satírico não se desfaz. Para o narrador Castelo e seu interlocutor, Castro, a experiência do falso saber javanês comprova-lhes a reversão de valores da qual são vítimas. Num mundo onde predominam falsos valores (dinheiro, poder, aparência), ficam à margem todos os indivíduos que a eles se opõem. Daí, a saída: incorporar-se a este mundo de forma a ser superior por virtudes que nele não vigorem (a inteligência , a astúcia, a sabedoria). Essa "volta por cima" evidencia-se no fecho do conto, quando se trava o diálogo final entre os dois amigos:

"- É fantástico - observou Castro, agarrando o copo de cerveja.
- Olha: se não fosse estar contente, sabes que ia ser?
- Quê?
- Bacteriologista eminente. Vamos?
- Vamos." (p.72)

A positividade de ambos em relação à nova profissão revela a recusa ao sistema em que ambas as personagens vivem e marca o desejo de superação desse sistema corrompido através da astúcia: enganar por meio da inteligência outras pessoas cujos valores sejam os falsos, anteriormente referendados e que não dominem tal conhecimento específico (bacteriologia).

Como se viu até aqui, as estratégias - jogo de focalização, a divisão do texto nos planos do enunciado e enunciação e a sátira - constituem-se

nas estratégias básicas de construção do texto. Ao mesmo tempo, tentou-se recuperar o repertório evocado pelo texto, ou seja, o substrato sócio-cultural que o autor tenta representar e criticar com sua escritura. Com relação a esse, pode-se dizer que o autor nada mais fez do que uma tranferência da crítica do texto à crítica da própria sociedade em que vivia. O mundo burocrático, altivo, tútil do conto lembra bem os tempos de "belle époque" em que viveu o autor. A estagnação dos valores literários, a incapacidade dos políticos, a futilidade do viver desse momento histórico são recuperados através da experiência da Castelo, e ao mesmo tempo destruídas por ela.

Retomando de Jauss a função emancipatória da literatura que prevê a transformação das percepções usuais do destinatário, conferindo-lhe uma nova visão de mundo, este conto se abre como uma possibilidade de compreensão e reestruturação das falhas e vicissitudes do mundo focalizado. O autor, organizador do discurso narrativo, pretende que através da estrutura lingüística por ele criada, o mundo focalizado possa ser revisto através da ótica crítica que lhe confere, a fim de que o próprio leitor tenha condições de reavaliar valores e princípios sobre os quais se erige o mundo em que vive. Assim, os leitores teriam a oportunidade de refazer sua experiência intrasubjetiva através de uma "Katharsis", reorganizando sua visão crítica da sociedade e até mesmo mudando de comportamento em relação a ela, de forma que a leitura funcionaria então como elemento emancipador, ao propiciar ao leitor a transformação de suas percepções de mundo.

CONCLUSÃO

Depois de compreender alguns dos principais pressupostos da Teoria da Recepção, o que se tentou foi uma aplicação dos mesmos no conto "O homem que sabia javanês", de Lima Barreto. Prevendo o texto como sistema de combinações que constitui significado, todos os textos se abririam para uma decifração, segundo esta teoria. Tomando dessa forma o conto em questão, o objetivo básico deste trabalho constituiu-se na decifração desse sistema de combinações específico que, como vimos, foi organizado através de algumas ***estratégias*** e do ***repertório***.

As estratégias básicas decifradas foram a divisão do texto nos planos de enunciado e enunciação, o trabalho de focalização e a sátira. O repertório constituiu-se basicamente na reconstrução de uma sociedade às avessas, cujos valores se tornam extremamente questionáveis de

acordo coma ascensão social absurda do personagem principal. É claro que esse mundo, apesar de referir-se ao Brasil do início do século, não está datado no tempo, o que dá ao texto características de atemporalidade. Questiona-se não apenas o mundo representado no conto, mas também, todas as sociedades que se erigem sob os valores por ele criticados.

Através da interação pessoal com o conto e da análise de sua construção, gerou-se este metatexto que representa uma dentre várias outras formas de decifração da rica mensagem de "O homem que sabia javanês."

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ISER, Wolfgang. A interação do texto com o leitor. In: LIMA, Luis C. (org.) *A literatura e o leitor* . Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1979.

KHOTE, Flávio. *O herói*. São Paulo : Ática, 1987.

LIMA BARRETO, A. Henriques de. *Impressões de leitura*. São Paulo : Brasiliense,1956.

LIMA BARRETO, A. Henriques de. O homem que sabia javanês. In: *Para gostar de ler :* contos. São Paulo : Ática, 1983. v.8.

ZILBERMAN, Regina. *Estética da recepção e história da literatura*. São Paulo : Ática, 1989.

Revista UNIMAR 17(1):55-63, 1994.

A POLITICAL INTERPRETATION OF *THINGS FALL APART*

Thomas Bonnici*

ABSTRACT. Literary criticism of Achebe's **Things Fall Apart** concentrates on the anthropological material and on the highly structured African tribe, both represented from an African point of view. However, another interpretation may exist when the narrative is taken as a metatext. In this case, the author presents his idea of post-colonial literature and the non-Eurocentric criticism inherent to it.

Key words: Achebe, metatext, non-Eurocentric criticism.

UMA INTERPRETAÇÃO POLÍTICA DE *THINGS FALL APART*

RESUMO. A crítica literária de **Things Fall Apart**, de Chinua Achebe, gira em torno do material antropológico e da estrutura altamente complexa da tribo africana representados através do ponto de vista africano. Existe, porém, a interpretação da narrativa como metatexto onde Achebe expõe seu conceito da literatura pós-colonialista e da crítica não-enrocêntrica inerente nela.

Palavras-chave: Achebe, metatexto, crítica não-eurocêntrica.

INTRODUCTION

African literature written in English by English writers in the continent has never been a novelty (Sampson, 1979: 934). Novels by Rider Haggard, Kipling, Campbell and others are part of a vast corpus consolidating and justifying Empire. It was only in the 50s that a qualitative mark (Doris Lessing's *The Grass is Green* and Amos Tutuola's *Drinkard* may have been the turning point) was reached. However, during this period, critics coming from the centre characterize African literature as realistic fiction, usually with political implications,

* Departamento de Letras, Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, Campus Universitário, 87020-900, Maringá-Paraná, Brasil.

Correspondence to Thomas Bonnici.

Data de recebimento: 19/04/94.

Data de aceite:17/11/94.

with the aim of contributing to the not so easy walk to freedom. Such criticism misinterprets the true nature of modern post-colonial African literature, especially when it is called "young" and, it is said, requires the metropolitan English and American student some persuasion to come to terms with it. Many critics (such as Dylan Thomas on Tutuola) fail to realize the meaning of the incorrect English, the quaintness and exoticism of many literary works.

Since the 80s critics are witnessing a transformation of the very canon of English Literature. "Not so long ago," says Pico Iyer in a TIME cover story (1993:46) "a student of the modern English novel would probably have been weaned on Graham Greene, Evelyn Waugh and Aldous Huxley, now he will more likely be taught Rushdie and Okri and Mo". Concerning an alleged decline of the modern English novel, Edward Said (1982:46) has said, "The center is full of a tired skepticism, a kind of knowing irony. There is something very stale about it." However, if the decolonized writer stands as a subject, the theoretical discourse on post-colonial literature is becoming institutionalized and that may seem, ultimately, a return to Eurocentric methods. When theory is "appropriated to schools and institutions, it quickly acquires the status of authority within the cultural group, guild or affiliative family". (Said, 1982:46) Our analysis of Chinua Achebe's **Things Fall Apart** (1958) has a double aim: to analyse it as a post-colonial novel and to see it as a metatext of Eurocentric theorizing on post-colonial literature.

THE FABULA

Things Fall Apart is the story of Okonkwo who vows to rise in his community in dignity, courage and richness as a reaction to his improvident and weak father Unoka. In the structurally hierarquized society of Umuofia, the fatherland, Okonkwo is destined for honour and the chief posts because of his beneficient *chi* (the personal god). Okonkwo is however frustrated because of the punishment he has to endure due to the manslaughter of Ezeudu's son. He flees to Mbanta, the motherland, where he has to stay for a seven-year exile. Life in Mbanta is eventless except that on the fourth year Obierika, his friend from Umuofia, breaks the news about the missionaries and the new religion in the fatherland. Soon the missionaries arrive in Mbanta too and begin to preach their strange faith about Jesu Kristi. On the seventh year Okonkwo returns to Umuofia.

But things have changed. The presence of the white man in the person of the missionary (Mr Brown and Mr Smith) and the Civil District Commissioner brings matter to a head. Some members of the clan do not resist the charm of the European missionaries. The struggle comes to a climax when the *egwugwus* (masqueraders who impersonate the ancestral spirits of the village) burn the Christian church. This fact provokes the anger of the civil governor who imprisons and humiliates the village elders. On returning home from such a humiliation, Okonkwo foresees the downfall of the whole tribal structure. In a fury he kills the white head messenger and hangs himself. The District Commissioner who comes to investigate Okonkwo's crime decides to write a book in which Okonkwo's story occupies at least a paragraph.

"NO LONG NIGHT OF SAVAGERY"

Throughout the novel the extradiegetic narrator exposes the complex structure of tribal life with its ancestral spirits, the turning points of planting and harvesting, compounds, family ties, communal discussions and gender relationship. Markedly, the social intercourse is, in the majority of cases, the exposition of Igbo customs through proverbs. This is done naturally and not in a formal didactic manner. "I shall pay you, but not today. Our elders say that the sun will shiue on those who stand before it shines on those who kneel under them. I shall pay my big debts first"(6). The narrator shows the importance of the use of proverbs when he says: "Among the Ibos the art of conversation is regarded highly, and the proverbs are the palm-oil with which words are eaten"(5). This is a concrete way of rendering the statement: "A natural culture in general is one of the representational machineries that serve to consolidate the nation-state" (Prasad, 1992:72).

On the other hand, the same narrator shows the ambiguity of many proverbs. Change is predominant because in the narrator's mind facts nuay demythologize the sayings. When Okonkwo calls Osugo a woman, "the oldest man present said sternly that those whose palm-kernels were cracked for them by a benevolent spirit should not forget to be humble"(19). The narrator rationalizes Okoukwo's success and sees its cause not in a benevolent *chi* but in hard work. "But it was not true that Okonkwo's palm-kernels had been cracked for him by a benevolent spirit. He had cracked them himself. Anyone who knew his grim struggle

against poverty and misfortune could not say he had been lucky...That was not luck"(19).

The great importance the narrator gives to the anthropological material conveys the idea of immemorial, dynamic, self-sufficient and independent communities. Communal discussion and decisions show a highly and well structured civilization based on respect, law and courtesy. Two examples may suffice.

Before the planting period, a Week of Peace is observed "in which a man does not say a harsh word to his neighbour. We live in peace with our fellows to honour our great goddess of the earth without whose blessing our crops will not grow"(22).

Justice in the case of the murder of Udo's wife is decided by the community: Ikemefuna and a virgin from the tribe are given to Umuofia. The girl is immediately given to Udo as a wife and after some years the boy is sacrificed. Everything is decided in the community. "Yes, Umuofia has decided to kill him. The Oracle of the Hills and the Caves has pronounced it. They will take him outside Umuofia as is the custom, and kill him there"(40).

The sacrality of what are considered crimes and atrocities (vengeance on enemies and twin exposure) to Western eyes bequeats them a social understanding such that the reader's sympathy, if not his consent, is aroused. Achebe's objectivity in narration gives a "macabre" event its social and religious background and so its "raison d'être".

In such a complex society Okonkwo's "machismo" is a rule. "Okonkwo ruled his household with a heavy hand. His wives, especially the youngest, lived in perpetual fear of his fiery temper, and so did his little children"(9). Obviously when this anthropological material is analysed from a feminist point of view, it will be found wanting. Okonkwo's "machismo" is too evident. "No matter how prosperous a man was, if he was unable to rule his women and his children (and especially his women) he was not really a man"(37). Wife-beating, the male's priority in meals, the bride price, the cooking and domestic affairs inherent to the female, the exclusion of the female from communal decisions and from spirit incarnations are somewhat counterpoised with the fondness and solicitude especially in cases of illness (75-76).

Surprisingly this disruptive superiority and subservient ideology with regard to the female are not seen as an analogy to the white man's invasion of the tribes's lands, religion and administration against which Okonkwo channels all his rage. It seems that Okonkwo's "machismo"

should be seen not only in the context of other conservational factors, but, in a special manner, as a symbol of tribal coherence. Perhaps Okonkwo embodies the "national allegory", visualized by Jameson (1987) and shuns the postcolonial private/public specificity which disrupts the cohesiveness of pre-capitalist communities. It may also be that Okonkwo's abuse of power subtly interpreted as a personal reaction to his father's ingrained weakness, brings his downfall. "Umuofians recognize manliness and the need for one to struggle, but they also recognize that there is a limit to one's struggle. When Okonkwo stretches this need beyond the limit, Umuofia abandons him" (Udumukwo, 1991:486).

Achebe's complex tradition-structured tribe with its achievements, crises and tragedy has an ideological stance. It cynically subverts the white man's othering, but common enough, book title: *The Pacification of the Primitive Tribes of the Lower Niger*. It also emphasizes what Achebe said in the Conference on Commonwealth Literature at Leads University in 1964: "I would be quite satisfied if my novels (and especially the ones I set in the past) did no more than teach my readers that their past - with all its imperfections - was not one long night of savagery from which the first Europeans, acting on God's behalf, delivered them" (In Phelps, 1984:331). According to Achebe the role of an African writer is consciousness-raising, making his African readers aware of their subject status: "The worst thing that can happen to any people is the loss of their dignity and self-respect. The writer's duty is to help them regain it by showing them in human terms what happened to others, what they lost. There is a saying in Igbo that a man who can't tell where the rain began to beat him cannot know where he dried his body. The writer can tell the people where the rain began to beat them. After all, the writer's duty is not to beat this morning's headlines in topicality; it is to explore in depth the human condition. In Africa he cannot perform this task unless he has a proper sense of history" (Achebe, 1975:27).

POSTCOLONIAL INTERPRETATION

The cultural and the anthropological positions enhanced by Achebe (bringing to a head the conflict between tradition and change) seem to be an illusion of reality in so far as the complexity of the story leads one to think on the interpretation problem that postcolonial literature posits (Owusu, 1991:462).

At the end of *Things Fall Apart* the zealous Christian Enoch provokes the anger of the tribe because he exposes to public view an *egwugwu* (a masquerader who impersonates one of the ancestral spirits of the village) during the annual ceremony of the Earth Goddess. All the masked *egwugwus* assemble and destroy Enoch's compound and drive to the Christian church. The pastor, Mr Smith, and his interpreter, Okeke, stand their ground:

> *He [Ajofia, the leading egwugwu of Umuofia] addressed Mr Smith...*
> *"The body of the white man, I salute you", he said, using the language in which immortal spirits spoke to men.*
> *"The body of the white man, do you know me?" he said.*
> *Mr Smith looked at his interpreter, but Okeke, who was a native of distant Umuru, was also at a loss.*
> *Ajofia laughed..."They are strangers", he said, "and they are ignorant. But let that pass". Then he turned once more to the missionary and his interpreter.*
> *"Tell the white man that we will not do him any harm", he said to the interpreter. "Tell him to go back to his house and leave us alone...But this shrine...must be destroyed. We shall not allow it in our midst...Go back to your house so that you may not be hurt. Our anger is great but we have held it down so that we can talk to you".*
> *Mr Smith said to his interpreter, "Tell them to go away from here. This is the house of God and I will not live to see it desecrated".*
> *Okeke interpreted wisely to the spirits and leaders of Umuofia: "The white man says he is happy you have come to him with your grievances, like friends. He will be happy if you leave the matter in his hands".*
> *"We cannot leave the matter in his hands because he does not understand our customs, just as we do not understand his. We say he is foolish because he does not know our ways, and perhaps he says we are foolish because we do not know his. Let him go away".* (Achebe, 1993:133-4).

This climactic dialogue between the missionary and the *egwugwus* is mediated by the interpreter and leads to the following points:

1. The first text of Ajofia (the salutation) is mute. It could not be mediated because of the cultural distance of the two listeners.
2. The second text of Ajofia is conveyed to the missionary through the interpreter. The translation is not given and may have been toned down. The force of this text could have been interpreted "wisely" and the impact on the white man decreased.
3. The text of the missionary consists of an order and a challenge: a rational substratum, however, is present.
4. The interpreter's translation of the missionary's text is a new text. The interpretation consists of a patriarchal discourse supposing a reliability liaison (impossible but convenient at this critical moment) between the two polarities.
5. Ajofia's third text is a negation of the interpreter's textual contents. The *egwugwu's* negative reply to the interpreter's text, the reasons beneath it, the evaluation factor and final order constitute a text that is mute. The interpreter's translation is absent.
6. The narrator tells the reader about the havok wrought in the missionary's compound. The audience (elders of the clan and its ordinary men and women hearing everything from "the safety of their huts") is silent.

It may be seen that the interpreter's text is the sole mediator between the *egwugwus* and the missionary. Without him the texts are mute. It should be emphasized that the interpreter's second text or the supposed translation of the missionary's first text and the interpreter's third text are different texts - they should have been identical but the interpreter constitutes himself as a text-maker and fabricates a different version. Thus the interpreter's third text imposes itself as the missionary's text.

From what has been said above, a metaphor on the writing of and about postcolonial literature may be deduced. The missionary is on foreign ground, very much like the postcolonial fiction writer, both native and foreign. The former has the weight of the canon of Eurocentric literature behind him which makes it difficult for him to write a different kind of fiction. The latter, besides the disadvantage mentioned above, is a "stranger" and "ignorant". The interpreter, representing the literary critic, shares the same lack of focus. The text-maker may not only misinterpret culturally-garbed facts, but does so for the benefit of the writer. As the interpreter's new text tones down the missionary's stand and perhaps saves Mr Smith's life, the critic's text-"forging" and lack of understanding ("at a loss", "from distant Umuru")

others a postcolonial text, gives it at best a tributary standing and judges it from the Eurocentric stance of dominance and ideology. In *Morning Yet on Creation Day: Essays* Achebe writes: "We are not opposed to criticism, but we are a little weary of...the special type of criticism which has been designed for us by people whose knowledge of us is very limited" (Achebe, 1975:61).

The audience's position prolongs the metaphor. The writer (who counts on the reader's suspension of disbelief), like the missionary (who deals with faith or with what he has not seen) may transmit a hidden message which may not be understood primarily by the audience. The narrator of *Things Fall Apart* hides a new kind of fiction with a postcolonial extra-eurocentric stance behind the culture and change conflict, self evident in the narrative. Metaphorically the bystanders of the Igbo village are the readers who may be slow at interpreting the story from a metatextual point of view.

The most disastrous thing for the reader of a postcolonial text is not to see the hint in Achebe's text. The white district commissioner transforming himself from the "resolute administrator" to the "student of primitive customs" (147) plans to write a book called *The Pacification of the Primitive Tribes of the Lower Niger*. In the context of a complex and highly organized society (though considered primitive by Eurocentric pseudo-students) and in the wake of an undue appropriation and containment by a writer, Achebe's ironic ending of the novel gives the critic food for thought in his job.

CONCLUSION

Since Dylan Thomas's criticism in the 50s to Said's *Orientalism* to Ashcroft's *The Empire Writes Back* (1989), to Hiffin's *Past the Last Post* (1991), to major journals like *Modern Fiction Studies* (Spring 1989 and Autumn 1991) many have understood and heeded Achebe's cue. However, in a recent edition of Abiola Irele's *The African Experience in Literature and Ideology* the new preface charges against the impossibility of disengaging postcolonial literature from the "shadow of western scholarship" (Irele, 1990:xiii) whose critical foundations are based on Western philosophy tightly linked to Western economy.

A familiar scheme delineates itself which may be described in Mitchell's words: "The most important new literature is emerging from the colonies - regions and peoples that have been economically or militarily dominated in the past - while the most provocative new literary

criticism is emanating from the imperial centers that once dominated them" (Mitchell, 1989:11). The same accusation is made by Soyinka: "[We] have been blandly invited to submit ourselves to a second epoch of colonization - this time by a universal-humanoid abstraction defined and conducted by individuals whose theories and prescriptions are derived from the apprehension of their world and their history, their social neurosis and their value systems". (Soyinka, 1976:x) The reading of such an important work as *Things Fall Apart* as a metatext on postcolonial literary criticism brings the voice of a recent past to contain Eurocentric theorizing and to give subject status to the so-called "marginalized literature".

REFERENCES

ACHEBE, C. *Morning yet on creation day : essays*. New York : Anchor Books, 1975.

ACHEBE, C. *Things fall apart*. Oxford: Heinemann, 1993.

IRELE, A. *The African experience in literature and ideology*. Bloomington : Indiana University Press, 1990.

IYER, P. The Empire writes back. *Time, 142*(6):46-51, 1993.

JAMESON, F. World literature in an age of multinational capitalism. In: KOELBE; LOKKE (ed). *The Current in Criticism*. West Lafayette : Purdue University Press, 1987. p. 139-158.

MITCHELL, W.J.T. *The Chronicle of High Education*. 19 April 1989: B-1.

OWUSU, K. The Politics of interpretation: the novels of Chinua Achebe. *Modern Fiction Studies, 37*(3):459-470, 991.

PHELPS, G. Two Nigerian writers : Chinua Achebe and Wole Soyinka. In: FORD, B. (ed). *The New Pelican Guide to English Literature 8*. Harmondsworth : Penguin, 1984. p. 328-343.

PRASAD, M. A Theory of Third World Literature. *Social Text, 31/32* (10):57-83, 1992.

SAID, E.W. Traveling Theory. *Raritan, 1*(3):27-50, 1982.

SAMPSON, G. *The Concise Cambridge History of English Literature*. Cambridge : CUP, 1979.

SOYINKA, W. *Myth, Literature and the African World*. Cambridge: CUP, 1976.

UDUMUKWO, O. Achebe and the Negation of Independence. *Modern Fiction Studies, 37*(3): 471-491, 1991.

Revista UNIMAR 17(1):65-84, 1995.

A NARRATIVA HISTÓRICA E A ARTE LITERÁRIA EM SALÚSTIO

Aecio Flavio de Carvalho*

RESUMO. Salústio criou a monografia histórica em língua latina. Sua obra revela influência da historiografia de Tucídides. É, a um tempo, suficientemente narrativa para informar, bastante judiciosa para levar à reflexão e, sobretudo, impregnada de agradável senso estético.

Palavras-chave: Salústio, monografia histórica, narrativa, arte literária.

SALLUST'S HISTORICAL NARRATIVE AND LITERARY ART

ABSTRACT. Sallust created the historical monograph in Latin. His work was influenced by Thucydides' historiography. It is, at the same time, sufficiently narrative to inform, sensible enough to lead to reflection and, specially, permeated with a pleasing aesthetic sense.

Key words: Sallust, historical monograph, narrative, literary art.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A obra de Salústio se insere oportuna e competentemente num estágio significativo da evolução cultural de Roma.

O caráter essencialmente pragmático das instituições que constituíram o *mos maiorum* é razão bastante para explicar a absorção, pelos romanos, daquilo que os gregos criaram de melhor.

Assim, à luz da historiografia praticada pelo grego Tucídides, Salústio cria em língua latina a monografia histórica, a um tempo filosófica e artística. Suficientemente narrativa para informar os fatos,

* Departamento de Letras, Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, Campus Universitário, 87020-900, Maringá-Paraná, Brasil.

Correspondência para Aecio Flavio de Carvalho.

Data de recebimento: 15/03/95.

Data de aceite: 20/04/95.

bastante judiciosa para levar à reflexão de causas e conseqüências, a obra salustiana é, sobretudo, impregnada de agradável senso estético. Os estudiosos estabelecem consensualmente que o escritor, num estilo pessoal e extremamente dramático, as palavras dizendo mais que o seu próprio sentido, recria com arte o passado.

A narrativa histórica de Salústio, escrita com alma de artista mas pensada com critérios de analista, sob a influência de Tucídides, é o objeto do presente trabalho.

Na elaboração da pesquisa, valemo-nos do encaminhamento dado pela crítica mais atualizada, infelizmeute muito mais referida por comentadores do que ao nosso alcance, em nossas bibliotecas.

Os textos latinos de Salústio que usamos foram os estabelecidos por François Richard, editados pela Librairie Garnier Frères.

Para as citações em português, servimo-nos da tradução pelo Professor Dr. Antonio da Silveira Mendonça, edição recente da Editora Vozes.

INTRODUÇÃO

Salústio inaugura a verdadeira narrativa histórica em língua latina.

Neste entendimento, há certo consenso dos estudiosos, do qual parece afastar-se Rambaud, para quem a verdadeira história, como gênero literário, aparece em Roma depois de Cícero. Entretanto, considerando que na obra **Cicéron et l'histoire romaine** Rambaud analisa as convicções ciceronianas sobre a história presentes nas suas obras retóricas e filosóficas, e em seus discursos, mas de modo algum nos apresenta Cícero como historiador, vale a afirmação inicial. Aliás, o próprio Cícero informa uo **De legibus** que até a sua época - época dele e de Salústio - os romanos não faziam história, mas apenas crônica: *Abest enim historia litteris nostris.*

Em que medida ou em que aspectos as concepções de Cícero sobre a história refletem as influências dos autores gregos, não é o momento de considerar. Mas é sabido que o grande orador teve em Molon de Rodes um excelente mestre, que soube ensiná-lo a acrescentar, ao brilho natural de sua palavra, a força da estruturação clássica do pensamento, a partir do exemplo dos gregos. O mesmo Cícero revela no **De oratore**: suas teorias sobre oratória são preparadas por uma comparação da historiografia latina com a historiografia grega. Tal comparação revela duas aplicações da eloqüência, uma judiciária e política, outra a serviço da redação da história. E acrescenta que os latinos sabem dizer a verdade

histórica, mas é preciso que aprendam a escrevê-la tão bem quanto os gregos:... *apud graecos autem eloquentissimi homines, cum ad ceteras res inlustris tum ad historiam scribendam maxime se applicaverunt.* Entre os gregos, homens eloqüentíssimos se tinham dedicado tanto a outras coisas importantes quanto, principalmente, a escrever história (De oratore,II, 13, 55).

Recomendando o estudo do passado como indispensável à formação e à cultura do orador, Cícero explicita magistralmente sua concepção de história e da natureza da atividade do historiador, contrapondo-a, também, ao papel do filósofo. Definida como *testis temporum, lux veritatis, vita memoriae, magistra vitae, nuntia vetustatis* (De oratore, II, 9, 36), a história, para o grande orador, teria como elementos essenciais: tempo, lugar, homens, ações. Ademais, indicava como princípios básicos do comportamento do historiador a honestidade e a fidelidade aos fatos. Cícero, porém, não foi historiador.

Salústio foi historiador. Mas não explicitou tão claramente sua concepção da história. É que sua concepção não é pessoal, nem é latina, é grega.

É oportuno, pois, que consideremos as idéias mais relevantes sobre a historiografia grega, sobretudo a partir da referência às idéias de Heródoto e Tucídides, este último o grande modelo de Salústio.

Heródoto, sabemos, selecionava os fatos a historiar a partir do critério da **grandeza;** objeto da história era o que fosse digno de ser mencionado. E digno de ser mencionado era o que a tradição referisse. Num primeiro momento, a tradição assumiu foros de **revelação** e se confundiu com o mito. Os limites da revelação mítica e da narração de fatos reais foram, então, muito tênues e difusos. Em qualquer caso a transmissão, dos mitos ou dos fatos, repousou na memória.

A divinização da memória pelos gregos tem, pois, uma explicação plausível. Como ensina J.P.Vernant, a memória, encarnada pelas Musas, mais particularmente por Mnemosine, representa uma transmutação de uma experiência temporal. Ou, como acrescenta Simondon, *l'omniscience des divinités du chant a (...) un caractère prophétique et la déesse qui règne sur les coteaux d'Eleuthère, Mnemosyne, symbolise la Mémoire dans une fonction plus complète et plus haute que la simple fonction historique* (Simondon, 6, p. 110).

Ora, a memória se fez pelo testemunho oral. *Mutatis mutandis,* o testemunho oral consagrou a memória. É bem sabido o quanto devemos à oralidade como veículo de comunicação que perpetuou fatos e heróis,

reais ou fabulosos, na lembrança das comnnidades. Até mesmo a informação das testemunhas visuais passou (ainda passa, aliás, na maioria das vezes) pela oralidade. O que tem a ver, sabemos, com a formação de uma identidade cultural dos grupos humanos.

Não cabem nos objetivos deste trabalho considerações maiores sobre a relatividade da comunicação verbal, jungida que está à emocionalidade dos sujeitos emissores e aos interesses eventuais das fontes. Mas cabe lembrar tal relatividade, que, por outro lado, se sujeita também à polissemia da linguagem. Isto sem esquecer, enquanto concordamos com Simondon quando diz que a informação que o aedo transmite tem uma pretensão histórica, que toda informação se faz comprometida com a necessidade de agradar o auditório e, talvez por isso mesmo, eivada de segundas intenções.

A preocupação com a validade do testemunho vem desde a antigüidade. Heródoto e Tucídides, este principalmente, questionaram as duas principais fontes de informações até ali admitidas, o testemunho por ouvir dizer e o testemunho visual. Antes deles, outros autores, como Hesíodo, Empédocles e Píndaro, tinham manifestado preocupações a respeito da verdade do texto falado pelo aedo. Mas a questão da verdade do *logos* em Homero ou Hesíodo não tem o mesmo enfoque que em Heródoto ou Tucídides; e não é esta a oportunidade de discorrer a respeito. Simondon ensina que Píndaro, absolutamente certo da verdade revelada pelas Musas, convencido da grandeza de sua "missão", proclama tanto a verdade dos fatos quanto a verdade de sua comunicação: diz veridicamente aquilo que é verdadeiro.

Estes acenos à evolução do conceito sobre a história bastam aos nossos objetivos.Bastam para nos dar a noção de que a concepção de história evoluirá de mero registro do passado para uma interpretação analítica dos valores adotados por um grupo humano em um on em mais momentos de seu processo de auto-afirmação.

Os historiadores passarão da preferência pela tradição oral ao testemunho visual e deste ao documento escrito. Entretanto, continuará implícito em Heródoto e explícito em Tucídides o entendimento da importância da tradição. E este fará a crítica da tradição justamente porque depende da memória, mais precisamente da qualidade da memória. Na verdade, Tucídides desconfia dos testemunhos, de qualquer natureza, porque as versões variam segundo a sua simpatia (das testemunhas) e segundo a sua memória. Concluirá (Cf. Simondon, 6, p. 266) que a matéria da história não pode ser formada por rememorações,

apenas. A história deverá aplicar-se menos à reconstituição do passado e mais à análise dos fatos que sirvam de paradigmas, dos quais se possa extrair lições para o presente ou para o futuro.

Emerge das considerações tucididianas uma concepção utilitarista da história: estabelecendo-se a analogia dos fatos presentes com os do passado, elucida-se o hoje e previne-se o amanhã. Não é difícil, pois, descobrir as raízes da referência ciceroniana à história como *magistra vitae*.

Ora, a concepção tucididiana da história informa a obra toda de Salústio. Esta é uma conclusão implícita nos resultados deste trabalho. Nosso propósito, em verdade, é demonstrar que, a par do viés pragmático, tucididiano, pelo qual aborda a narrativa histórica, Salústio evidencia um consciente esforço estético. Ele é explícito: *..as palavras devem estar à altura dos acontecimentos* (Cat.I,3).

O HISTORIADOR SALÚSTIO

Caio Salústio Crispo viveu entre 86 e 35 a.C. Era sabino de Amiterno, o que poderia explicar o apego aos princípios do *mos maiorum*, aliás muito mais professados pelo escritor do que vivenciados pelo homem. As vicissitudes que transformaram o provinciano rapaz, já em Roma, num ambicioso tribuno da plebe, não são bem conhecidas, nem interessariam aqui. Importa é que, mal sucedido na vida política, passou a cultivar uma reclusão estudiosa e meditativa, bem facilitada, aliás, por uma fortuna amealhada de forma pouco escrupulosa quando foi governador da Numídia (Nova África), de 46 a 44 a.C. A atividade de Salústio nos interessa a partir daí, do retiro no palácio de magníficos jardins, onde o excêntrico escritor se entrega ao estudo da história, procurando ciosamente a glória pela fama, já que não a obtivera pelo êxito na política e no manejo da espada.

Salústio, então, se fez historiador. Não explicitou claramente sua concepção de história, a qual pode ser inferida a partir do exame de sua obra, se atentarmos:

I - à escolha do assunto (conteúdo da obra) e às intenções do autor;
II - ao procedimento narrativo.

Os assuntos

Salústio, conforme queria Tucídides, os extrai de fatos contemporâneos; quando não, de fatos localizados num passado próximo, recente. São três assuntos, aparentemente diferentes, mas, em verdade,

profundamente interligados. Com razão François Richard afirma no prefácio à sua tradução das obras de Salústio: *Les trois ouvrages sont les trois chapitres d'un tout, où est montrée la course à l'abîme de la reine du monde* (In Salluste, 4, p. VII).

São três obras importantes: **De coniuratione Catilinae liber, Bellum iugurthinum, Historiarum libri V.**

De coniuratione Catilinae liber focaliza as atividades revolucionárias de Catilina, que são, na verdade, manifestações de uma luta de classes: da plebe contra a nobreza, dos pobres contra os ricos. Uma luta que se iniciara muito tempo antes, antes mesmo da guerra contra Jugurta, e a glória dos irmãos Graco se fez com ela. No **Bellum iugurthinum**, Salústio situa as origens do conflito classista nas ações de Mário; a obra, conforme o próprio autor explica, trata da guerra que o povo romano travou contra Jugurta, rei dos númidas, primeiro porque foi importante, depois porque então, pela primeira vez, se fez frente ao orgulho da nobreza: *quia tum primum superbiae nobilitatis obviam itum est* (Bell. Iug. V, 1). O orgulho da nobreza, não obstante todos os esforços, de Sila principalmente, foi-se gradualmente ofuscando, cedendo à intensidade da força popular, cujo poder Salústio parece ter querido enfocar nos **Historiarum libri V**, dos quais, lamentavelmente, só nos restam fragmentos. Com os **Historiarum libri** completa-se uma trilogia. Pichon nos ensina que cada obra representa uma etapa no caminho da democracia. E conclui: *Le **Jugurtha** montre l'avènement de ce pouvoir nouveau; les **Histoires**, son triomphe après une réaction passagère; le **Catilina**, ses derniers et terribles excès* (Pichon, 3, p. 249).

A ligação lógica das idéias supõe um plano. Um plano supõe o autor, as intenções do autor; destas, Salústio não deixa dúvidas:

> *É belo servir bem à pátria, falar bem dela também não é descabido ... (Cat., III, 1).*
>
> *... de todas as outras ocupações que são do domínio do espírito, é particularmente de grande utilidade o relato dos acontecimentos do passado (Jug., III, 1).*
>
> *...tomei a decisão de escrever a história do povo romano, extraindo dela os fatos que me pareciam dignos de registro ... (Cat., IV, 1).*
>
> *Vou, pois, da maneira mais sucinta que me for possível, fazer um relato da conjuração de Catilina: esse*

> *acontecimento me parece digno de especial registro em razão da excepcionalidade do crime e do perigo* (Cat., IV, 2).
>
> *Tenho em mente escrever sobre a guerra que o povo romano travou com Jugurta, rei dos númidas, primeiro porque foi grande e cruel, e a vitória foi cheia de alternativas; depois, porque foi então que pela primeira vez se resolveu enfrentar a arrogância da nobreza* (Jug., V, 1).

Não temos para citar uma passagem análoga dos **Historiarum libri.** Mas os fragmentos que restam autorizam os estudiosos a definirem a unidade de propósitos, já assinalada.

No plano de Salústio, a narração dos fatos do passado deveria servir a um objetivo. Menos preocupado com a cronologia factual, à maneira de Tucídides, mostrará maior interesse na exposição das causas, no enredamento dos fatos em evolução, na análise das conseqüências.

Se nos detivermos com mais atenção no exame da obra, encontraremos os critérios do autor na seleção dos conteúdos.

Salústio desejou, primordialmente, **a narração da verdade:** *Quam verissume potero.* Daí a opção pelos fatos da sua atualidade ou do seu passado recente. Quem sabe por ter sido testemunha ocular, talvez co-participante; ou por ser-lhe possível, ainda, contactar os protagonistas; ou por ter a condição de compulsar documentos autênticos. Como explicam H. Berthaut e Ch. Georgin (H. Berthaut, 1, p. 206), o material para a elaboração do **De coniuratione Catilinae** resulta de suas vivências ou das confidências de Crasso e César; para a elaboração do **Bellum iugurthinum** ele tinha à mão os escritos de Sila, de Escauro, de Rutílio Rufo, de Sisena..., além das próprias anotações e da experiência pessoal quando de sua estada na África. Destarte, tinha as melhores condições para garantir precisão histórica ao seu relato.

Desejou narrar a verdade histórica por razões que se completam: **ser útil à República** e **alcançar a glória.** Os críticos não enfatizam a primeira razão. Mas Salústio foi tão explícito em relação a uma quanto em relação a outra. Se é "belo servir bem à pátria", também o é narrar as façanhas dos outros. Qualquer uma das atividades, a do que faz ou a do que escreve a história, pode levar à glória. E escrever não é tarefa simples: *arduum... res gestas scribere* (Cat. III, 3). Pouco mais adiante, invoca suficiente isenção de espírito para cumprir a missão que se impôs e ser veraz: *eo magis quod mihi a spe, metu, partibus rei publicae animus liber erat* (Cat., IV, 1).

Salústio desejou também, pois, a glória pessoal. Tendo-se afastado da vida política, mudava de palco mas não abdicava dos aplausos. E à sua glória melhor se prestava a **narração dos fatos de sua contemporaneidade.** Como bem disse Pichon, *les sujets contemporains ont encore l'avantage de le maintenir dans la sphère où il s'est agité jusq'alors: il continue à faire de la politique dans son cabinet* (Pichon, 3, p. 247).

A ambição da glória e a informação da verdade dos fatos passados a bem da República, não se excluem; antes se completam, se forem ingredientes temperados com inteligência. A inteligência, que nos põe no mesmo plano dos deuses (Cat. I, 5), Salústio usou-a admiravelmente na seleção dos conteúdos das obras. Nos passos do mestre Tucídides - aliás, Salústio foi inteligente já na escolha do modelo - encontramos em seu trabalho:

a) **Relatos de fatos,** enfocados no conteúdo essencial, estruturados em etapas.

No **De coniuratione Catilinae,** Salústio faz uma introdução, mais ligada à pessoa do autor que à narrativa; do cap. VI ao XIII, intenta uma explicação sobre os fatos, cujo relato, propriamente dito, só a partir daí desenvolve. Por outro prisma vemos que, após a introdução, o narrador nos apresenta a personagem principal do drama que se vai desenrolar: Catilina. E daí tudo vai girar ao redor da figura do protagonista, ficando claro que, dos elementos da narrativa, tempo e espaço têm, para Salústio, valor secundário.

No **Bellum iugurthinum,** o plano de composição é semelhante. Salústio prefacia a obra com considerações pessoais, recria o palco onde se movimentarão as personagens, e passa a narrar os fatos da guerra, mostrando um paralelismo entre a situação política de Roma e os resultados das operações militares: evoluem os acontecimentos da derrota ao sucesso à proporção que a atuação da nobreza diminui e que Mário, símbolo de poder popular, tem êxito nos seus feitos.

b) **Estudo da psicologia dos homens** que têm poder de decisão. Daí o valor dos retratos de Catão, de César, de Catilina, de Jugurta, de Metelo, de Mário... Deduz-se que, para Salústio, a história não é, meramente, sucessão de fatos cronológicos. Antes, como ensina François Richard, *l'histoire est pour lui le champs clos où luttent entre elles les passions humaines* (In Salluste, 4, p. VIII). E nada melhor para comprovar a força das paixões dos homens que a ação dos seus líderes. Por isso mesmo, Frauçois Richard acrescenta: *dès lors, rien ne fera mieux comprendre la suite des événements et leur*

liaison que l'étude des caractères et peinture des hommes (In Salluste, 4, p. VIII). Salústio demonstra, então, extraordinária inteligência dos fatos sociais, os quais, na verdade, vê como conseqüência das decisões dos homens formadores da opinião popular. A verdadeira compreensão da história passa pela compreensão dos ideais e interesses que motivam os líderes.

c) **Considerações de natureza filosófica** sobre o valor absoluto das ações humanas do ponto de vista da justiça e da moral. Considerações destinadas a tornar compreensível a evolução dos acontecimentos e a servir de lição aos homens no futuro: é a história *magistra vitae*. Os fatos tomados como paradigmas são, mais que elementos de informação do passado, material de análise. Resulta, então, bem à Tucídides, uma história feita de analogias, que tornam os eventos inteligíveis, por um lado, e lhes dão um sentido parenético, por outro.

O conteúdo da obra se mescla de fatos particulares e transitórios com situações permanentes e generalizadas. Ora encontramos o estudo do perfil psicológico de uma personagem, ora a análise comportamental de um agrupamento humano, ora uma digressão de sentido moralista; mais raramente, quase sempre de forma incisiva mas rápida, os traços descritivos de uma persouagem, as nuauces marcantes de uma paisagem; sobre o conjuuto, a mensagem descontínua e policrômica dos fatos.

Ao final, tem-se uma narrativa vivaz, clara e instrutiva. Ainda que centrada uuma personagem ou num conjunto de fatos limitados, produz uma visão espectral em que os elementos realmente importautes se destacam.

O procedimento narrativo

A obra salustiana não se enquadra no padrão de "científica", se com este adjetivo nos remetemos aos critérios modernos. Não é completa, precisa, rigorosa, sempre impessoal e objetiva, como se presume, hoje, deva ser a narrativa histórica. Trata-se de uma obra uervosa, ora mostrando ceuas de intensa inoviinentação, ora quadros fixos de cores fortes e vivas. É um misto de cinema e mural, de teatro e jornal.

> *Salluste... a trop le goût du pittoresque et du dramatique pour être rigoureusement exact; mais il sait admirablement faire vivre ses personnages, entraîner son lecteur loin de la réalité présente pour le plonger dans l'atmosphère de l'action (Perrochat, 2, p. 8).*

Para conseguir tão surpreendente efeito em sua obra, Salústio utiliza-se: 1) da narrativa propriamente dita; 2) dos painéis descritivos; 3) dos discursos; 4) dos retratos; 5) das digressões.

1) A narrativa salustiana, à maneira de Tucídides, se fixa no essencial, negligenciando o acessório em função do principal. Busca a clareza e a precisão, sem se preocupar em ser completo. Aliás, condensa ou desenvolve a narração de acordo com a sua intensidade dramática ou do seu chamariz pitoresco. Bom exemplo é a passagem em que, após narrar a astúcia com que Mário se apodera de Capsa, faz apenas ligeira menção a outros episódios de igual interesse, e, num átimo, nos transporta para longe, ignorando espaços e até o tempo de um inverno inteiro, para contar a tomada de outra cidadela (Bell. Jug., LXXXIX-XCIV).

2) Os quadros descritivos constituem-se de pinceladas rápidas, enérgicas, incisivas, com as quais o autor caracteriza um período de tempo, um grupo social, um conjunto de fatos ou uma situação local. Menos que quadros, são pôsteres uns, esquetes outros. Apenas os traços marcantes, o que realmente caracteriza. Os exemplos são muitos:

> *Mas, quando chega à África, o procônsul Semprônio Albino entrega-lhe um exército sem valor, sem coragem, incapaz de enfrentar os perigos e fadigas, mais ousado em palavras do que em campanha, predador de aliados e ele próprio presa do inimigo, sem comando e sem disciplina* (Jug. 44, 1).

> *... o remorso transtornava sua alma tumultuada. Sua cor era lívida, horrendos os olhos, o passo ora apressado, ora tardo: em suma, na fisionomia e na expressão se estampava a loucura* (Cat. 15, 6).

> *E como conseqüência das riquezas, tomaram conta da juventude a luxúria e a cobiça, de mãos dadas com a prepotência: a roubar e a gastar, a menosprezar os seus bens e a cobiçar os dos outros, a manter-se indiferente ao pudor e à pureza, às leis divinas e humanas, a não ter nenhum escrúpulo e nenhum controle* (Cat. 12, 2).

Bem se pode ver: são exemplos sugestivos.

3) Os discursos têm um papel importante na obra de Salústio. Ao narrar, o historiador faz a personagem agir diante dos nossos olhos através

dos discursos; os protagonistas nos falam. Entretanto, na preocupação de lhes tornar a fala mais atraente, numa atitude que, certamente, repugnaria a qualquer historiador moderno, Salústio empresta aos discursos a sua própria retórica: reescreve-os. Tais reconstituições ideais apóiam-se em dados concretos mas fragmentados, que Salústio complementa. Tem condições de fazê-lo porque trabalha com elementos contemporâneos: conhece as pessoas e os fatos e as coisas. Pode retomar ou recoustituir ou dar seqüência à fala dos protagonistas, com conhecimento de causa. Não se trata de um exercício literário aleatório à narrativa. Pelo contrário, um recurso antigo na tradição grega, muito usado por Tucídides, inaugurado na literatura latina anteriormente por Célio Antípatro, que Salústio assimilou de forma brilhante. Mesmo tendo a oportunidade de utilizar discursos autênticos que, segundo Berthaut, ainda estavam disponíveis na sua época (o discurso de César, por exemplo), criou oito: dois no **De coniuratione Catilinae** e seis no **Bellum iugurthinum.** O mesmo Berthaut explica que Salústio, assim, podia contornar possíveis disparates presentes nas peças originais, evitar contrastes chocantes de estilo, dando à sua obra uma certa unidade de tom (H. Berthaut, 1, p. 208). Há aqui um esforço maior de racionalização, o qual enseja aparecer, com mais clareza, a relação entre os fatos. Ademais, enquanto exercitava o seu talento de orador, Salústio tinha, ainda, a condição de emitir juízos de valor ou expor reflexões de cunho filosófico, eu comentando os discursos.

4) Os retratos são outro recurso do trabalho salustiano para nos pintar o painel de seu tempo. São retratos, quase todos, dos protagonistas da história da época: Catão, César, Catilina, Jugurta, Metelo, Mário, Sila. Personagens de ação decisiva, Salústio os desnuda psicológica e moralmente aos nossos olhos para que, compreendendo suas motivações e interesses pessoais, melhor compreendamos os fatos conseqüentes das suas vontades. E para que a caracterização de sua influência tenha um referencial, retrata, também, alguém dos que se movimentam sob o impulso de sua atração, algum adepto ou comparsa, como Pisão, Q. Cúrio, Semprônia, Escauro, Calpúrnio. A respeito, Berthaut comenta: ... *ces portraits sont d'une profondeur de pénétration et d'une finesse d'analyse admirables, mais ils manquent à l'excès de couleur et de pittoresque; ... Salluste ne s'intéresse qu'a l'âme des personnages et se néglige délibérément le geste, la figure, l'extérieur* (Berthaut, 1, p. 207).

5) As digressões de Salústio são momentos em que o autor, aparentemente desviado de seu objetivo principal, tece considerações de cunho filosófico e moralista sobre o homem e sobre as ações humanas. Encontramo-las, sobretudo, nos "prefácios" das obras. São conceitos válidos em qualquer época e em qualquer lugar, e que, naquele momento, como hoje, levam o homem à reflexão sobre o que é perene em sua natureza. Considerações interessantes, conquanto genéricas e abstratas, que, por outro lado, com freqüência, traem um indisfarçável sentido de justificativa pessoal. De qualquer forma, sem nos abstrairmos da história particular do antor mas nos fixando objetivamente em seus escritos, percebemos que, neles, as causas são mais importantes que os próprios fatos. As causas, Salústio as põe principalmente na esfera da decadência moral dos costumes e nas paixões humanas. Damo-nos conta, então, de que o autor coloca a própria experiência a serviço da história. Antes de lançar-se à reflexão sobre os fatos sociais, fora homem de ação política e administrativa. A esta experiência ele soma uma cultura feita do conhecimento dos melhores autores gregos, como Platão, Xenofonte e Demóstenes, além dos clássicos Homero, Ésquilo, Sófocles. Além,ainda, com certeza, do conhecimento dos latinos que o precederam e dos seus contemporâneos. Mas, principalmente, da assimilação do seu grande modelo, Tucídides. Isto tudo dá a Salústio competência, na elaboração da obra, e autoridade para digressões apropriadas e precisas que emprestam à narrativa uma característica peculiar: Salústio não faz apenas história, faz a filosofia da história. Já foi dito e repetido: dos eventos lhe interessam mais as causas do que as particularidades; mais as conseqüências do que os passos intermediários. Como explica magistralmente Pichon:

> *Chez lui, les faits ne sont plus qu'un prétexte à disserter. Le récit est sacrifié; il n'a ni la clarté majestueuse de Tite-Live, ni la vivacité de Tacite; il est bref, sec, étranglé entre les préambules, les explications rétrospectives, les portraits et les parallèles, tous les passages où l'auteur exprime sa philosophie de l'histoire* (Pichon, 3, p. 250).

Aí está. Mesmo evitando a recorrência constante ao nome e a minimização de detalhes, cremos terminar esta parte do trabalho justamente marcando a projeção da figura de Tucídides sobre Salústio como a influência maior.

É neste intento que continuamos para, ao final, constatar que a arte e a história - em Salústio - fizeram um bom enlace.

O ARTISTA SALÚSTIO

Até aqui procuramos ver a obra de Salústio pelo viés da História. Isto é, buscamos, genericamente, o que há da ciência histórica nos escritos salustianos. Sem muito esforço, pudemos constatar que Salústio não se limita à mera exposição dos fatos, mas assume uma postura de pensador, quase o que chamamos hoje cientista político, indo perquirir causas e se detendo em reflexões gnomológicas. E o faz com muita propriedade, com precisão e extrema concisão e, não obstante, com clareza.

A esta altura estamos falando das qualidades da linguagem do escritor.

Percebemos, então, que à condição de historiador Salústio une virtudes de um escritor original que busca, mais uma vez conscientemente, os melhores recursos não só à clareza da exposição histórica, mas, também, à beleza estilística da expressão.

A motivação de Salústio aqui, neste afã de criar textos que atraindo com a informação do fato seduzem pela beleza da forma, parece advir de sua própria formação cultural, por um lado, e, por outro, pode ser resposta à solicitação do ambiente cultural de Roma, carente de relatos históricos que valessem também pela literariedade. A esta carência da história feita com ciência e arte alude o Professor Antonio da Silveira Mendonça nas considerações que introduzem sua tradução das monografias de Salústio (Mendonça, 5, p. 82).

Novamente, os estudiosos constatam a influência grega de Tucídides, a partir de um ponto inicial: um paciente e cuidadoso esforço para apresentar uma forma pessoal de expressão. Como este esforço se patenteia nos escritos de Salústio é o que tentaremos demonstrar.

No domínio lexical

A busca da originalidade, aqui, se consubstancia no uso de arcaísmos e de formas ou expressões da linguagem popular.

Os estudos sobre os arcaísmos salustianos são numerosos. É o que se conclui da farta bibliografia, sobretudo em língua francesa, indicada pelos autores que pudemos pesquisar. Não cabendo à natureza do presente trabalho mais que uma síntese, suficiente para comprovar nosso objetivo, limitamo-nos a resumir dados pesquisados.

Os arcaísmos são ortográficos ou morfossintáticos. Alguns exemplos marcantes:

a) Na ortografia, as particularidades mais comumente citadas são:

- a troca do **U** pelo **O**, depois de **v** ou **u**: ao invés de vult, volt; ao invés de novus, novos; ao invés de aequum, aequom;
- a troca de **E** pelo **O**, depois de **v**: no lugar de vester, voster; no lugar de adversus, advorsus;
- a troca de **I** pelo **U**, nos superlativos: no lugar de optimus, optumus; no lugar de superbissimus, superbissumus.
  Assim, também em existumo, lubet...
- a troca de **O** pelo **U**, como em adulescens, epistula, formidulosus...
- a troca de **E** pelo **I**, como em benificium, malivolus...
- a troca do **I** pelo **E**, como em intellego, neglego...
- **ES** por **IS**, no acusativo dos nomes e adjetivos da 3ª declinação que fazem **ium** no genitivo plural: em vez de omnes, omnis; em vez de artes, artis; em vez de colles, collis;
- **endus**, **endi**, por **ondus**, **undi**, nos gerundivos e particípios da 3ª e 4ª conjugações; assim, cognoscundum, emundi, deduscundis, largiundo em vez de cognoscendum, emendi, deduscendis, largiendo.

b) Na morfossintaxe, entre os muitos casos, escolhemos, sem outro critério que o da recorrência nas obras pesquisadas, os seguintes empregos:

- formas antigas de terminação em **tudo**: claritudo, necessitudo (ao invés de claritas, necessitas);
- formas antigas de terminação em **mentum**: hortamentum, irritamentum...
- nomes abstratos, por nomes concretos: **servitia**, por servi; **coniuratio**, por coniurati; **flagitia**, por homines flagitiosi...
- nomes abstratos sempre no plural: **amicitiae**, **astutiae**, **potestates**, **quietes**...
- na 3ª declinação, a forma **os** no nominativo singular, em vez de **or**: colos, honos, lepos, odos...
- certo preciosismo no uso de adjetivos terminados em **osus**: calamitosus, discordiosus, seditiosus, tumulosus...
- a substantivação freqüente do adjetivo. No singular: bonus, ignavus, dives. Ou no plural: innocentes, factiosi, imperantes...
- a forma arcaica **quis** por **quibus**;

- freqüentemente, o pronome **ille**, no discurso indireto, para designar a pessoa com quem se fala;
- muito freqüentemente, **o presente histórico**;
- o indicativo, onde o latim clássico usaria o subjuntivo;
- com notável regularidade, constituindo-se uma das características mais interessantes do estilo de Salústio, **o infinitivo histórico**;
- advérbios com terminação **IM**: carp**tim**, separa**tim**, affa**tim**, ill**im**.

Certamente as citações acima não esgotam as possibilidades de casos a exemplificar. O corpus de arcaísmos em Salústio é extremamente rico. Mas, aqui, nosso objetivo é, tão somente, provar que Salústio empregou deliberadamente a linguagem arcaica para conseguir, e conseguiu, um efeito estético: dar ao seu estilo um ar de antiguidade. Com isso obtém um efeito adicional, um efeito psicológico: um certo "quê" de respeitabilidade que se instaura como aura do texto antigo.

Perseguindo a originalidade, sempre, Salústio utiliza-se, também com bastante freqüência e consciente propósito artístico, de termos e expressões populares. Tais são, por exemplo, os verbos freqüentativos: **agitare**, **affictare**, **captare**, **consultare**, **imperitari**, etc. A este propósito, François Richard comenta: *Les vulgarismes, comme les archaïsmes, sont, chez Salluste, un effet, non de négligence, mais d'art, et, dans l'emploi qu'il en fait, se retrouve l'habilité de l'écrivain qui, n'ayant pas reçu de ses prédécesseurs une langue toute faite, s'en crée une avec les éléments qui lui paraissent les mieux répondre à son dessein* (*In* Salluste, 4, p. XI).

Na estrutura da frase

No texto salustiano a frase é, freqüentemente, disposta por um critério mais afetivo que lógico.

No que diz respeito à concordância, por exemplo, encontramos freqüentes casos de sínese:

- pela concordância siléptica na relação sujeito-predicado, dentro de um enunciado simples; ou na inter-relação principal-subordinada;
- pelo emprego do relativo no plural, referindo-se a um antecedente no singular, ou vice-versa;
- pelo liberal emprego do neutro, mesmo se referindo a masculinos ou femininos.

Na recorrência a recursos retóricos

Através de comparações, metáforas, antíteses, sinonímia, etc. Eis alguns exemplos de metáforas:

- *ardens in cupiditatibus* (Cat. V, 4);
- *a bono in pravum ... abstractus*(Jug. XXIX, 2);
- *nobilitas invidia aestuabat* (Cat. XXXIII, 6);
- *quoad semet ipsa (avaritia) praecipitavit* (Bell. Iug., XLI, 9);
- *... regnum... per scelus et sanguinem familiae nostrae tabescere* (Bell. Iug., XIV, 25);

Na pertinaz procura da *variatio*

A *variatio* em Salústio resulta de um cuidadoso trabalho de modificações na estrutura sintática da frase. Ele não faz uso da *concinnitas,* tão ao gosto de Cícero. Antes, sua *inconcinnitas* supõe uma reestruturação diferente das palavras na oração, escondendo um arranjo que só o estudo crítico mais atento apreende e uma harmonia que só a leitura mais assídua assimila. É com a *variatio*, principalmente, que o historiador se veste de artista e dá à narração colorido e vivacidade. Não se trata mais de, apenas, narrar fatos em ordem cronológica. Nem de, apenas, relatar os eventos como se a validade destes morresse com eles mesmos. O historiador, agora também artista, dá ressonância ao eco qne o fato lhe provocou na alma, e, jogando com causas e efeitos dos acontecimentos, mas também com os sons e as formas das palavras, cria uma expressão **sinética** e uma narração **cinética**. Os fatos, numa evolução até dramática, desenrolam-se diante dos nossos olhos, vivos e atuais.

Isto ocorre mesmo quando o autor está, parece, buscando pontos de aproximação e, portanto, de homogeneidade. Enquanto, por exemplo, aproxima Catão e César no geral - no famoso quadro comparativo - distingue-os no detalhe: *... eis genus, aetas, eloquentia, prope aequalia fuere; magnitudo animi par, item gloria, sed alia alii* (Cat., LIV,1). E vai em frente, detalhando as nuances distintivas do caráter de um e outro dos dois grandes homens.

No excepcional poder de concisão do pensamento

A ***brevitas*** é uma qualidade do estilo salustiano comentada desde a antigüidade, como registra Paul Perrochat, citando Sêneca *(Sic Sallustio amputatae sententiae et verba ante exspectatum cadentia et obscura brevitas fuere pro cultu)*, Quintiliano *(illa salustiana brevitas qua nihil*

apud aures vacuas atque eruditas potest esse perfectius), Aulo-Gélio *(subtilissimum brevitatis artificem)* e outros (Perrochat, 2, p. 34).

Não servirá especialmente ao propósito deste trabalho entrar em mais detalhes sobre os procedimentos adotados por Salústio para cunhar a marca da concisão ao seu estilo. O que já se disse anteriormente serve também a este fim. Mas vale enfatizar o habitual emprego:

- da **elipse,** do verbo ou do substautivo ou até de uma frase inteira, quando subentendidos pelo contexto;
- do **assíndeto:** *Ipse acer, bellicosus; at is quem petebat, quietus, imbellis, placido ingenio, opportunus iniuriae, metuens magis quam metuendus* (Bell. Iug., XX, 2);
- da **parataxe:** *Huic homini non minor vanitas quam audacia; neque reticere quae audierat, neque suamet ipsa scelera occultare* (Cat., XXIII, 2);
- do **gerundivo** (ex.: *Caesar dando, sublevando, ignoscundo, Cato nihil largiundo gloriam adeptus est* (Cat., LIV).

Há sempre, no periodar salustiano, uma aplicada e extrema condensação de idéias. São oportunos os exemplos abaixo, indicados e comentados por Perrochat:

- *in divisione orbis terrae plerique in parte tertia Africam posuere, pauci tantummodo Asiam et Europam esse, sed Africam in Europa* (Bell. Iug. XVIII, 3). Aqui, para entendimento do período, o leitor deverá inferir do verbo ***posuere***, outro, de sentido correlato a ***putavere***.
- *sed antea item coniuravere pauci contra rem publicam, in quibus Catilina; de qua quam verissume potero dicam* (Cat., XVIII, 2). O relativo ***qua*** nos remete a um substantivo que não existe na frase e que deve ser deduzido do verbo ***coniuravere***.
- *nam gerere quam fieri tempore posterius, re atque usu prius est* (Bell. Iug., LXXXV, 12), frase densa, que Perrochat desenvolve assim: *nam ut gerere consulatum posterius est tempore quam fieri consulem, ita prius est si rem ipsam atque usum spectaveris* (Perrochat, 2, p. 34).

Que a concisão do estilo em Salústio é uma extensão de seu próprio caráter, é uma conclusão bem possível. Até porque apenas reforça a famosa sentença "o estilo é o homem". E assim as expressões recolhidas das obras de Salústio por Marc Chouet valem como comprovação da característica pela própria boca do autor: ... *paucis absolvam* (Cat., IV, 3); ... *pauca explananda sunt* (Cat., IV, 5); ... *ut paucis verum absolvam* (Cat. XXXVIII, 3); ... *paucis exponere* (Bell. Iug. XVII, 1); ... *quam*

paucissimis absolvam (Bell. Iug. XVII, 2); ... *quam paucis docere* (Bell. Iug. XCV, 2).

Muito raramente a emoção impele o autor a um arroubo. Assim, não é difícil detectar a indignação, por exemplo, presente aqui e ali:

> *Todos os depravados, os adúlteros e devassos que tinham dilapidado os bens paternos, os que tinham contraído grandes dívidas para resgatar seus escândalos e crimes, além dos homicidas e sacrílegos de toda espécie condenados na justiça ou temendo a justiça pelos seus atos, mais aqueles que com suas mãos e línguas se alimentavam do perjúrio e do sangue dos seus concidadãos, enfim todos aqueles que eram acossados pelos escândalos, pela pobreza e má consciência, todos eles eram íntimos e familiares de Catilina (Cat., 14).*

> *No entanto, com os atuais costumes, quem é que pretende competir com os antepassados senão em riqueza e prodigalidade, e não mais em probidade e dedicação? (Jug., 4).*

São momentos realmente raros dos quais Salústio parece se arrepender, enquanto explica: "Mas avancei um pouco livre demais e um pouco longe demais, já que os costumes da cidade me causam vergonha e asco" (Jug., 4).

Em conclusão, mesmo uma apreciação superficial, como a que fizemos, permite fixar as características marcantes do estilo salustiano. Não se trata de um escritor sereno, impassível ante os eventos que narra. Pelo contrário, sua linguagem trai o integrar-se no fato, uma ansiedade nervosa de ser exato sem ser prolixo.

Paul Perrochat resume assim a convicção sobre a literariedade da obra salustiana:... *le désir de la variété donne em même temps du relief et de la vigueur, obtenus aussi par l'originalité du vocabulaire, avec ses archaïsmes, ses mots rares ou hors de l'usage littéraire courant; la densité de la pensée ne va pas toujours sans obscurité, mais l'expression est rapide, pleine de souffle, comme emportée, souvant pathétique* (Perrochat, 2, p. 38). Como que justificando de forma cabal sua conclusão, invoca Quintiliano, que declara a respeito de Tucídides: *densus et brevis et semper instans.* Êmulo do mestre grego, Salústio equipara-se-lhe no mérito ao mesmo elogio. Aliás, é o próprio

Quintiliano que explicita a idéia, cunhando para a posteridade a louvação lapidar: *immortalem illam Salustii velocitatem.*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Restrito às especificidades do seu objetivo, entendemos que este trabalho permite comprovar que Salústio fez, realmente, história e arte. Fez história não no sentido banal de relato dos fatos, mas história condimentada com a reflexão etiológica e impregnada da estética literária. São traços incontestes, distintivos tanto da objetividade massiva quanto da unanimidade rotineira e cômoda.

Salústio se distingue, se individualiza dentro do ambiente cultural de sua época. E avulta dentro de um contexto histórico dominado por figuras de extraordinário relevo, como Cícero e César. Cremos ter conseguido demonstrar seus dois méritos maiores: fazer, por primeiro, a verdadeira historiografia em Roma; ter dado à historiografia o halo embelezador da arte.

É consenso que aqui, na historiografia salustiana, como de resto em todos os aspectos da produção literária latina, os romanos pisaram pisadas gregas. Mas entendemos oportuno frisar um elemento importante em Salústio. Mesmo partindo de modelo grego, o que Salústio desejou foi afirmar a romanidade, a ***virtus romana***. Na verdade, o conjunto das qualidades que dão substância ao conceito de *virtus romana*, inconcebível numa idéia só e inexpressável numa só palavra, aparece em Salústio de forma explícita ou paradigmática. Mas são uma constante em toda a sua obra. São, diríamos, o tema. A mensagem salustiana não é cifrada: é clara e insofismável. O que não significa carecer da marca da individualidade, como vimos. Seus famosos retratos não têm a inércia da gravura distante e vã. Antes, compõe o protótipo do ***civis romanus***. De César, realça a *clementia*, a *humanitas*; de Catão, a *gravitas*, a *sapientia*; de Metelo, a *fides*; de Mário, a ambição da *honos*; de todos, a *auctoritas*. Ademais, o padrão do *mos maiorum* pode resultar da condenação do seu contrário; daí o sentido dos retratos de Catilina, de Semprônia... E o retrato de Jugurta se presta, justamente, ao estabelecimento da linha divisória entre a civilização - privilégio de Roma e da Grécia - e os outros, os bárbaros.

Quando é explícito na expressão de sua mensagem, Salústio é, também, enfático. É o que sentimos no quadro, idealizado, dos antigos romanos, traçado no início de **A conjuração de Catilina**:

> *Na paz e na guerra valorizam-se as boas atitudes; a concórdia era absoluta, mínima, a ganância. O direito e o bem reinavam, menos em razão das leis do que por inclinação natural. As disputas, as discórdias, as rivalidades se exerciam contra os inimigos externos; cidadãos competiam com cidadãos pela virtude. Nos sacrifícios eram generosos, em casa, controlados, fiéis para com os amigos. Pautavam suas vidas e o Estado por suas atitudes: audácia na guerra, eqüidade quando a paz retornava. (...) Na paz ... exerciam a autoridade mais com favores do que com o terror e, ofendidos, preferiam o perdão ao castigo (Cat.,9, 1-6).*

Sob este aspecto, de afirmação da *virtus romana*, a linguagem salustiana ganha realce ainda maior. Não é o escrever à moda antiga, meramente. Mas é o ressuscitar dos valores antepassados até na sua forma de expressão. Como se com a palavra antiga ressurgissem os hábitos e as virtudes - o ***mos maiorum*** - que informaram a ***res publica*** e deram o embasamento substancial à glória de Roma.

Assim, a historiedade - aquilo que é digno de ser conservado pela história - se casa com a literariedade. É este o sentido da narrativa artística em Salústio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERTHAUT, H. & GEORGIN, Ch. *Histoire illustrée de la littérature latine.* Paris: Librairie A. Haitier, 1933.

PERROCHAT, Paul. *Les modèles grecs de Salluste.* Paris : Societé D'Édition "Les Belles Lettres", 1949.

PICHON, René. *Histoire de la littérature latine.* Paris : Librairie Hachette, 1924.

SALLUSTE. *Conjuration de Catilina. Guerre de Jugurtha. Fragments des histoires.* Trad. François Richard. Paris : Librairie Garnier Frères, 1947.

SÊNECA, L.A. & SALÚSTIO, C. *Tratado sobre a clemência. A conjuração de Catilina. A guerra de Jugurta.* Trad. de Ingeborg Braren e Antonio da Silveira Mendonça. Petrópolis : Vozes, 1990.

SIMONDON, Michèle. *La mémoire et l'oubli.* Paris : Société D'Édition "Les Belles Lettres", 1982.

Revista UNIMAR 17(1):85-94, 1995.

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO NO PROCESSO DE LEITURA: NOÇÕES BÁSICAS AO PROFESSOR

Renilson José Menegassi*

RESUMO. O processo de leitura, segundo a postura da Psicolingüística Aplicada à Leitura, é composto, basicamente, por quatro etapas: decodificação, compreensão, interpretação e retenção. Embasado nesses pressupostos teóricos, este artigo tem como objetivos: a) apresentar algumas reflexões sobre as diferenças conceituais entre compreensão e interpretação no processo de leitura; b) discutir a visão que os professores de Língua Portuguesa têm sobre o assunto; c) apresentar algumas considerações sobre a conscientização das etapas do processo de leitura com professores de Língua Portuguesa. Os resultados das discussões demonstram que os professores dividem-se em quatro grupos em relação às noções conceituais que diferenciam compreensão de interpretação, influenciando diretamente em suas avaliações em sala de aula.

Palavras-chave: compreensão, interpretação, leitura.

COMPREHENSION AND INTERPRETATION IN THE READING PROCESS: BASIC NOTIONS FOR THE TEACHER

ABSTRACT. The reading process, from the standpoint of Psycholinguistics Applied to Reading, comprises, fundamentally, four phases: decodification, comprehension, interpretation and retention. Based on these theoretical principles, the present paper aims at: a) presenting some reflections on conceptual differences between comprehension and interpretation in the reading process; b) discussing the opinions of the teachers of Portuguese Language on this subject; c) presenting some considerations on how the teachers of Portuguese Language are aware of the different stages in the reading process. The results of these discussions show that the teachers are divided in four groups concerning the conceptual

* Departamento de Letras, Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, Campus Universitário, 87020-900, Maringá-Paraná, Brasil.

Correspondência para Renilson José Menegassi.

Data de recebimento: 25/08/94.

Data de aceite: 25/10/94.

notions which differentiate comprehension from interpretation, thus having a direct influence on their schoolroom evaluation.

Key words: comprehension, interpretation, reading process

INTRODUÇÃO

A prática de docência em Língua Portuguesa exige do professor conhecimentos que nem sempre são alcançados durante sua graduação universitária, e um desses conhecimentos diz respeito à leitura e às etapas básicas que compõem seu processo.

Entre os anos de 1991 e 1993, ministramos alguns cursos de atualização a professores de Língua Portuguesa do ensino de 1º e 2º graus que buscavam subsidiá-los no tocante ao tema leitura e suas implicações no processo ensino-aprendizagem. Os resultados de alguns dados coletados junto a esses professores pertencentes ao Núcleo Regional de Educação de Maringá são aqui apresentados. Na realidade, as reflexões realizadas são frutos de várias discussões teóricas e práticas desenvolvidas com os professores.

Assim, os objetivos deste artigos são: a) apresentar algumas reflexões sobre as diferenças conceituais entre compreensão e interpretação no processo de leitura, à luz da Psicolingüística Aplicada à Leitura; b) discutir a visão que os professores de Língua Portuguesa têm sobre o assunto; c) apresentar algumas considerações sobre a conscientização das etapas do processo de leitura com professores de Língua Portuguesa.

AS ETAPAS DO PROCESSO DE LEITURA

O processo de leitura, segundo uma visão psicolingüística, possui quatro etapas, a saber, decodificação, compreensão, interpretação e retenção (Cabral, 1986).

Pereira (1979), em estudo realizado sobre a compreensão de leitura, apresenta três habilidades essenciais do processo: reconhecimento, estruturação e interpretação. Porém, parece-nos que a postura de Cabral é mais abrangente e explica melhor as diferenças básicas entre duas das etapas: compreensão e interpretação, que são as de nosso interesse neste trabalho.

Decodificação

A decodificação é a primeira das etapas, mas não de menor importância, uma vez que a partir da decodificação do signo lingüístico decorre todo o processo de leitura.

A decodificação resulta do reconhecimento dos símbolos escritos e da sua ligação com um significado. Isto ocorre automaticamente nos leitores maduros, ou que já têm uma vivência em leitura. Porém, o simples reconhecimento de letras e sua ligação com significados não implica em leitura. Muitas vezes a decodificação não ultrapassa um nível primário de simples identificação visual. Por exemplo, um leitor que se depare com a palavra **autista**, pode muito bem decodificá-la em um nível inicial, ou seja, saberá "ler" a palavra, saberá pronunciá-la, mas não tendo seu significado internalizado, não poderá compreendê-la, o que implica pensar na existência de dois níveis de decodificação: um primário, ou decodificação fonológica, e um secundário, ligado à compreensão. Este é o que nos interessa.

Os leitores, ao depararem com palavras ou expressões novas, tentam apreender seus significados a partir do contexto em que estão inseridas. Esse é o processo normal, ou pelo menos deveria ser, de um leitor maduro. Quando não o conseguem, aplicam-lhe apenas as regras fonológicas conhecidas.

A decodificação, para ser considerada como uma etapa no processo de leitura, deve ser aliada à compreensão, iniciando o processo de apreensão de significados. Decodificação mal feita implica compreensão mal sucedida.

Compreensão

Compreender um texto, na visão de Cabral (1986), é captar sua temática; é reconhecer e captar os tópicos principais do texto; é conhecer as regras sintáticas e semânticas da língua usada; é conhecer as regras textuais; é poder depreender a significação de palavras novas; é inferenciar.

A compreensão, etapa posterior à decodificação, mas imediatamente interligada, ocorre quando o leitor capta do texto as informações que ali se oferecem. Seria, na verdade, "mergulhar" no texto e retirar dele a sua temática, suas idéias principais.

Para que ela ocorra, é necessário ao leitor possuir conhecimentos anteriores sobre o assunto, e que não esteja alheio aos conteúdos do texto.

Também na compreensão podemos pensar em níveis diferentes. Temos, assim, três níveis: literal, inferencial e interpretativo.

O nível literal de compreensão ocorre quando o leitor se detém exclusivamente ao texto, à "leitura superficial" das idéias ali contidas. Nesse nível, o leitor não faz inferências.

O nível inferencial de compreensão permite que se façam incursões no texto, retirando informações que nem sempre estão em nível superficial. O uso de inferências permite ao leitor uma expansão nos seus

esquemas cognitivos, pois ampliará sua capacidade de buscar novas informações a partir do que não está implícito. A não realização do ato de inferenciação pode ocasionar compreensão limitada, não possibilitando, muitas vezes, a apreensão dos conteúdos do texto.

O nível interpretativo de compreensão já é mais elevado do que os anteriores, pois o leitor começa a deixar o texto, a expandir sua leitura. Em realidade, esse nível permite que se faça a ligação dos conteúdos que o texto apresenta aos conhecimentos que o leitor possui, dando início à terceira etapa do processo de leitura.

Interpretação

Para que a interpretação ocorra, é necessário que a compreensão a preceda, caso contrário, não há possibilidades de sua manifestação.

A interpretação é a fase de utilização da capacidade crítica do leitor, o momento em que faz julgamentos sobre o que lê (Cabral, 1986).

O leitor, ao compreender, faz uso de seus conhecimentos anteriores, que se interligam aos conteúdos que o texto apresenta. No momento em que o leitor alia os conhecimentos que possui aos conteúdos que o texto fornece, ele amplia seu cabedal de conhecimentos e de informações, reformulando conceitos e ampliando seus esquemas sobre a temática do texto.

Dessa forma, a interpretação difere da compreensão no seutido de ampliação de conhecimentos, no sentido de "explicitação das possibilidades de significação de documento, projetadas pela compreensão" (Silva, 1987:71).

A interpretação pode ou não ser dirigida. Ao tomarmos um texto em que o autor deixa claro suas intenções, a interpretação será dirigida, mesmo que inconscientemente. De outro lado, um texto em que as intenções não estão demarcadas possibilita variadas interpretações, ocasionando, algumas vezes, representações errôneas. Portanto, deve o leitor ser consciente da polissemia textual.

Ainda dentro da questão da interpretação, devemos nos lembrar de que sua manifestação é idiossincrática, pois depende dos conhecimentos anteriores que o leitor possui. Assim sendo, cada leitor faz interpretações diferentes, o que ocasiona várias possibilidades de leitura.

Retenção

A quarta etapa do processo de leitura é responsável pelo armazenamento das informações mais importantes na memória de longo prazo (Cabral, 1986).

A retenção ocorre em dois níveis. O primeiro pode se dar a partir da compreensão, isto é, o leitor não precisa necessariamente fazer uso da interpretação; a simples compreensão do texto permite que se retenha a sua temática e os tópicos mais importantes. Porém, num segundo nível, a retenção ocorre após a interpretação.

Se pensarmos que a interpretação é um processo muito mais amplo, pois necessita da compreensão, a retenção resultante dela também será mais profunda. Assim, ao leitor é melhor reter informações a partir da interpretação e não só da compreensão.

Como vimos, o processo de leitura está dividido em quatro etapas, que, na realidade, não existem separadamente, mas em um conjunto harmônico. Ao leitor cabe discernir seu objetivo frente ao texto, para poder ou não chegar à interpretação.

Os professores de Língua Portuguesa e os conceitos de compreensão e interpretação

As noções que os professores de ensino de 1° e 2° graus têm sobre compreensão e interpretação, em geral, são calcadas em teorias estruturais de que compreender é um ato de retirar do texto as respostas a certas questões, e interpretar é um ato dirigido sempre pelo professor.

Nossas observações durante a docência de cursos de atualização demonstraram que os professores apresentam-se em quatro grupos distiutos em relação às noções de compreensão e interpretação, assim distribuídos:

1° Grupo: considera os couceitos como equivalentes. Para estes professores, não há diferenças entre compreensão e interpretação. São palavras que exprimem o mesmo conceito.

2° Grupo: considera a compreensão ocorrendo antes da interpretação, mas não sabe explicar o porquê. Os professores têm a "idéia",muitas vezes imprecisa, de que a compreensão ocorre antes da interpretação; porém seus argumentos sobre a diferença se restringem a uma questão de seqüencialidade de atos, não a uma seqüencialidade progressiva das etapas do processo. A definição da ordem de ocorrência não se apresenta claramente. Há confusão entre os conceitos.

3° Grupo: considera que a interpretação ocorre antes da compreensão. Nesse grupo, como no quarto, a interpretação é a base da leitura. Manifesta-se nele a idéia de que primeiro se interpreta um texto, para depois compreendê-lo.

4º Grupo: considera a interpretação como o elemento mais importante. Nesse grupo, a compreensão é praticamente ignorada. Tem-se a interpretação como o elemento principal da leitura, porém, percebe-se a nítida confusão entre o uso dos dois conceitos. Para esse grupo, compreensão e interpretação estão agrupadas em uma única palavra: interpretação.

A partir do exposto, percebemos a confusão semântica que os professores fazem a respeito de conceitos importantes com os quais lidam todos os dias.

Num primeiro momento, notamos que essa mescla de conceitos deve-se aos tipos de exercícios apresentados nos manuais didáticos empregados de 5ª a 8ª séries. Freqüentemente encontramos exercícios com questões de compreensão e interpretação que subsidiam o trabalho textual. O problema com esses exercícios está na apresentação dos comandos principais. Alguns apresentam-se como seção de compreensão de textos, outros como interpretação e compreensão de textos, e alguns somente como interpretação de textos. É claro que as questões se distribuem em compreensivas e interpretativas (mais daquelas do que destas). Assim, se o comando apresenta somente compreensão, esperamos somente questões de compreensão; se apresenta somente interpretação, esperamos somente questões de interpretação; e se apresenta interpretação e compreensão, é porque a ocorrência de questões interpretativas se manifesta em primeiro plano em relação às de compreensão.

Não podemos negar que há manuais que apresentam comandos de "compreensão e interpretação", porém são poucos, e quando ocorrem, o percentual de questões interpretativas é menor do que as compreensivas.

Num segundo momento, percebemos que as questões empregadas pelos professores em suas avaliações também se apresentam mais ligadas à compreensão. Esta postura é corrente, uma vez que as questões com que trabalham em sala de aula são na maioria ligadas à compreensão.

O professor não explora questões interpretativas por não saber fazê-lo, pois sua interpretação quase sempre é dirigida e única. Assim sendo, a classe acaba tendo um trabalho dirigido em nível interpretativo, pois é mais fácil essa postura do que deixar os alunos apresentarem variadas interpretações de uma leitura, o que ocasionará, por parte do professor, uma necessidade muito maior de conhecimentos para poder interagir com os alunos. Acalenta-nos a idéia de que esse posicionamento não é prática corrente entre todos.

Considerações sobre a conscientização dos conceitos de compreensão e interpretação

Para esclarecer e conscientizar os professores sobre as diferenças nítidas entre compreensão e interpretação, em nossos cursos, utilizamos, inicialmente, um texto produzido pelo Laboratório Clínico de Leitura da UFSC, dentre outros. Através do texto e das perguntas que o acompanham, os professores observaram e puderam perceber as diferenças dos conceitos trabalhados. Eis o texto:

"Leia o texto abaixo e responda às perguntas:

> *Era uma vez dois trafelnos, Mirimi e Gissitar. Os dois trafelnos eporavam longe das perlogas. Um masto, porém, um dos trafelnos, Mirimi, felnou que ramalia rizar e aror uma perloga. Gissitar regou muito. Ele rurbia que Mirimi não rizaria mais da perloga. Gissitar felnou, felnou, regou, regou, mas nada. Mirimi estava leruado: ramalia rizar e aror uma perloga. No masto do fabeti, Mirimi rizou muito lonto. No meio do fabeti, proceu Gissitar e os dois rizavam ateli. Gissitar não ramalia clenar Mirimi.*

1. Quem eram os dois trafelnos?
2. Onde eporavam?
3. O que aconteceu, um masto?
4. No 5° período, a que se refere o pronome "ele"?
5. Quem felnou?
6. Mirimi estava leruado para quê?
7. O que aconteceu no masto do fabeti?
8. Por que Gissitar rizou com Mirimi?"

Nota-se que o texto não está escrito em língua portuguesa, mas obedece à sua estrutura. Na realidade, é um texto produzido pela professora Loni Grinm Cabral para o trabalho com professores. As perguntas que o acompanham estão distribuídas em sete de compreensão e uma de interpretação (a de nº8). Aos professores foi solicitado responder cada questão, o que fizeram prontamente. Porém, ao chegar à questão 8, encontraram dificuldades. Justamente neste momento os conceitos de compreensão e interpretação foram retomados e discutidos profundamente.

As sete questões iniciais são respondidas com facilidade, já que a simples volta ao texto possibilita encontrar as respostas. O problema

encontra-se na última das questões, pois exige conhecimentos além do texto. Vejamos:

1. Quem eram os dois trafelnos?
   Mirimi e Gissitar.
2. Onde eporavam?
   Eles eporavam longe das perlogas.
3. O que aconteceu, um masto?
   Mirimi felnou que ramalia rizar e aror uma perloga.
4. No 5º período, a que se refere o pronome "ele"?
   Refere-se a Gissitar.
5. Quem felnou?
   Gissitar felnou.
6. Mirimi estava leruado para quê?
   Mirimi ramalia rizar e aror uma perloga.
7. O que aconteceu no masto do fabeti?
   Mirimi rizou muito lonto.
8. Por que Gissitar rizou com Mirimi?
   ??????????

Retomando o conceito de interpretação, vemos que ela ocorre quando se aliam os conteúdos que o texto oferece aos conhecimentos que o leitor possui. A união resultante possibilita a ampliação dos esquemas, levando, conseqüentemente, à interpretação. Em nosso exemplo, se considerarmos que a questão 8 necessita de informações além das textuais, ela é de nível interpretativo. Assim, como responder a algo que primeiramente não foi compreendido? Fica clara a necessidade de a compreensão preceder a interpretação, para que ocorra o processo de leitura.

Após esse trabalho, os professores perceberam com clareza as distinções básicas entre compreender e interpretar.

O processo de má formação de conceitos sobre as etapas da leitura em professores de Língua Portuguesa se deve, em realidade, a alguns fatores. Em primeiro lugar, à formação universitária, que está se tornando mais precária a cada ano. Nossos acadêmicos não têm em suas grades curriculares uma disciplina que trabalhe o processo de leitura. Seria o caso de modificarmos os currículos estruturais existentes e ampliar o conceito de ensino de Língua Portuguesa, principalmente no que se refere à prática de ensino.

Outro fator é o descaso dos professores do ensino de 1° e 2° graus quanto à continuação de estudos teóricos sobre a língua que ensinam. É constante a busca, por parte do professor, de novas metodologias de ensino de leitura, de gramática, de literatura, de produção textual, etc., mas não há uma busca aos textos teóricos que podem levar ao encontro de respostas aos anseios pedagógicos.

A teoria apresentada subsidia o professor de Língua Portuguesa, possibilitando-lhe melhores dados sobre o processo de leitura. Sua incorporação ao cabedal de conhecimentos do docente possibilitará um trabalho com leitura de forma mais consciente.

CONCLUSÃO

A partir das reflexões realizadas, percebemos que os conceitos envoltos no processo de leitura estão fora do contexto didático-pedagógico dos professores de ensino de 1° e 2° graus. A teoria apresentada subsidia o trabalho com leitura e produção de texto e tem grande aplicação na vida prática do professor, principalmente em dois aspectos.

O primeiro aspecto refere-se aos conhecimentos que o professor passa a ter para analisar os manuais didáticos que lhe são oferecidos anualmente pelas editoras nacionais. Esta análise refere-se, basicamente, às questões que acompanham os textos para leitura. Assim, o professor poderá fazer uma boa análise da forma como os textos são explorados, e quais são os enfoques teóricos dos autores dos manuais didáticos. Verificar o número de questões de compreensão e interpretação e como são exploradas é, à primeira vista, uma postura correta para se acertar na escolha do manual didático de Língua Portuguesa.

O segundo aspecto dirige-se à formulação das avaliações realizadas pelos docentes em sala de aula. Ao se ter conhecimento das diferenças conceituais aqui apresentadas, o professor saberá o que avaliar e como avaliar. Dessa forma, deixará de usar um grande número de questões compreensivas, e passará a distribuí-las em compreensivas e interpretativas, conforme as características de seus alunos.

Dessa feita, o professor passa a ter em mãos conhecimentos que facilitarão a operacionalização de suas aulas de leitura e produção de textos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROJO, Rosemary. (Org). Compreender x interpretar e a questão da tradução. In: _____. *O signo desconstruído* : implicações para a tradução, a leitura e o ensino. Campinas : Pontes, 1992. p. 67-70.

CABRAL, Leonor Scliar. Processos psicolingüísticos de leitura e a criança. *Letras de Hoje, 19*(1):7-20, 1986.

FRAGMENTOS. Leitura. Florianópolis : UFSC, *3*(2), 1991. 130p.

ILHA DO DESTERRO. Florianópolis, (21), 1989. 116p.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Leitura e compreensão de texto falado e escrito como ato individual de uma prática social. In: ZILBERMAN, Regina; SILVA, Ezequiel T. da (org.). *Leitura* : perspectivas interdisciplinares. São Paulo : Ática, 1988. p. 38-57.

PEREIRA, Vera Regina Araújo. A lingüística e a leitura. *Letras de Hoje,* (42):48-59, 1980.

PEREIRA, Vera Regina Araújo. *Alguns fatores envolvidos na compreensão de leitura.* PUC : Porto Alegre, 1979. Dissertação (Mestrado em Lingüística) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1979.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. O conceito de interpretação na lingüística: seus alicerces e seus desafios. In: ARROJO, Rosemary(org.). *O signo desconstruído* : implicações para a tradução, a leitura e o ensino. Campinas : Pontes, 1992. p. 63-66.

SCOTT, Michael. Lendo nas entrelinhas. *Cadernos PUC,* São Paulo, (16):101-23, 1983.

SILVA, Ezequiel T. da. *O ato de ler :* fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura. 4. ed. São Paulo : Cortez, 1987.

VIANA, Marígia. Compreensão : o que testar, como testar. *Com Textos, 1*(1):32-8, 1988.

Revista UNIMAR 16(3):95-107, 1994.

CAIRU E A ECONOMIA POLÍTICA: UM COMPROMISSO COM A RIQUEZA DAS NAÇÕES[1]

José Flávio Pereira*

RESUMO: A questão fundamental da obra de Cairu é a mesma da economia política de Adam Smith, a saber: investigar a *natureza e as causas da Riqueza das Nações*. Por isso, sua preocupação básica é, invariavelmente, combater todas as instituições, costumes, leis e doutrinas que embaraçam e desestimulam o crescimento da riqueza e da prosperidade da sociedade.

Palavras-chave: Adam Smith, Cairu, economia política, escravidão, indústria, liberalismo, monopólio e riqueza.

CAIRU AND POLITICAL ECONOMY: A COMMITMENT WITH THE NATIONS' WEALTH

ABSTRACT: The main question of Cairu work is the same of Political Economy by Adam Smith, namely: to investigate *the nature and the causes of Nations Wealth*. Invariably, your basic worried, therefore, is to combat all instituitions, customs, laws and doctrines that embarrassing and unstimulating the growth of wealth and society prosperity.

Key words: Adam Smith, Cairu, political economy, slavery, industry, liberalism, monopoly and wealth.

INTRODUÇÃO

O objetivo principal deste artigo é mostrar que o que confere importância singular à obra de Cairu é o fato dela ser um corpo teórico-

---

1 Este trabalho resume, no geral, a discussão desenvolvida em nossa tese de doutorado intitulada **Cairu Revisitado: uma contribuição ao estudo do reformismo liberal**, que foi apresentada ao departamento de História da Universidade de São Paulo em 1994, sob a orientação da professora Inês Garbuio Peralta.

* Departamento de História,Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, Campus Universitário, 87020-900, Maringá-Paraná, Brasil.

Correspondência para José Flávio Pereira.

Data de recebimento: 09/02/95.

Data de aceite: 20/04/95.

político comprometido não com a pobreza, mas sim com a prosperidade e a riqueza das nações.

A discussão é encaminhada no sentido de mostrar que tal característica deve-se às estreitas vinculações deste autor brasileiro, desde sua juventude e seus primeiros escritos, com a economia política de Adam Smith.

Assim, na primeira parte do artigo, damos uma informação geral sobre a formação intelectual do autor e procuramos situar sua obra no contexto histórico-literário do final do século XVIII e início do XIX.

Na segunda parte, mostramos que é justamente a preocupação com a **desobstrução** das *Fontes das Riquezas dos Estados* que faz da obra cairuniana um corpo teórico-político comprometido não com a pobreza mas sim com a riqueza dos homens, segundo a tradição da economia política de Adam Smith. Consequentemente, mostramos, também, que é justamente este compromisso social que faz com que a obra de Cairu se distancie teóricamente das obras dos economistas políticos da escola de Rousseau - os chamados *economistas inovadores* ou *filósofos da pobreza* - e assuma um lugar bastante singular e original no contexto geral do reformismo liberal.

Finalmente, na terceira parte, mostramos como Cairu analisa algumas questões brasileiras à luz dos postulados da economia política. Nosso objetivo maior, nesta parte, é demonstrar o caráter original e não esquemático desta sua análise sobre a sociedade brasileira.

ÉPOCA, FORMAÇÃO E OBRA DE CAIRU

José da Silva Lisboa, mais conhecido como Visconde de Cairu, nasceu na Bahia em 15 de julho de 1756 e faleceu no Rio de Janeiro em 20 de agosto de 1835.

Embora as informações sobre sua origem familiar e seus primeiros anos sejam um tanto obscuras e controvertidas, sabe-se que fez os estudos secundários no **Colégio dos Carmelitas**, na província bahiana. Ali adquiriu, com distinção, sólida formação clássica em Letras, Gramática Latina, Música e Filosofia Racional.

Em 1773 sua família o envia a Portugal para completar sua formação secundária e cursar universidade. Lá, pôde sentir de perto a efervecência teórico-política que envolvia o continente europeu no final do século XVIII. Apesar da metrópole portuguesa não ser um dos pólos mais avançados de produção e irradiação do pensamento ilustrado, ela não

deixava, porém, de ser contaminada pela ebulição do continente. Comprova isso a proliferação das obras de economistas e filósofos iluministas entre letrados e estadistas portugueses naquele momento.

É neste fértil ambiente social que Cairu vai se formar em Direito Canônico pela Universidade de Coimbra em 1779.

Todavia, sua formação e atuação vai muito além da de um simples homem de leis. Isto ocorre não somente porque ele era um assíduo estudioso de quase tudo que havia se produzido e se produzia no mundo das letras - sagradas escrituras, literatura clássica greco-latina, economia política, jurisprudência, filosofia antiga e moderna etc.-, mas também porque grande parte das matérias do próprio curso de Direito e Jurisprudência era voltada, naquela época, para o estudo da economia política e das filosofias racional e moral. Para ser jurista ou homem de leis em sua época exigia-se, portanto, um íntimo contato com as ciências ou disciplinas relacionadas ao estudo dos fundamentos da sociedade humana.

Curiosamente, após obter o diploma de advogado e dar provas, com a publicação do livro **Princípios de Direito Mercantil** (1798), de ser um profundo conhecedor de legislação e jurisprudência, Cairu acaba entregando-se de corpo e alma ao estudo e divulgação da economia política.

Mais precisamente, é necessário frisar que ele acaba fazendo bem mais do que estudar e divulgar a economia política. O que faz, de fato, e isto logo ao sair da universidade e voltar ao Brasil, é lançar-se à investigação das questões e problemas gerais da sociedade luso-brasileira, objetivando encontrar elementos que viessem a subsidiar a elaboração de um amplo projeto de reforma econômica do Império português nos finais do século XVIII e inícios do XIX.

Na realidade, é tratando das questões gerais da sociedade luso-brasileira, à luz dos postulados da economia política, que este pensador baiano contribui decisivamente para a difusão desta ciência entre nós e se inscreve definitivamente no movimento histórico teórico-prático da **ilustração**.

Ele deixou-nos, assim, uma vasta obra cuja característica fundamental é, sem dúvida, uma estreita afinidade com um dos mais importantes ramos da **ilustração** na sua versão mais ortodoxa e clássica: a economia política liberal de Adam Smith.

Sua obra vai apresentar, à sua maneira, aquilo que, naquele momento, é comum nas obras do gênero: a crítica contundente das instituições

mercantilistas e semifeudais da sociedade do **Antigo Regime** e, ao mesmo tempo, uma proposta de reforma social inspirada nas idéias da **ilustração**.

Dizemos que Cairu vai expressar, à sua maneira, tanto a crítica do Antigo Regime como uma proposta de reforma social, porque o que caracteriza sua obra não é aquele **ecletismo** que domina a maior parte dos autores ilustrados luso-brasileiros, principalmente os chamados **memorialistas** da Academia Real de Ciências de Lisboa (Novais, 1984).

Nestes pensadores, como em muitos estadistas portugueses daquele momento, Marquês de Pombal, por exemplo, geralmente se misturava as idéias fisiocráticas, as idéias mercantilistas e a economia política clássica inglesa. Tal mistura desembocava num sistema econômico, político e social essencialmente **eclético**: o mercantilismo ilustrado (Novais, 1984:108).

Em Cairu não veremos manifestar-se esse **ecletismo**. Sua obra é, ao contrário, conforme ele próprio não se cansa de repetir, uma fiel depositária daquilo que constitui a essência da economia política clássica smithiana, que é a concepção de trabalho humano mais geral e universalista. Cairu não restringe a produção da riqueza à agricultura, como professavam os fisiocratas, ou à manufatura, como queriam os colbertianos, ou, finalmente, ao comércio, como queriam os mercantilistas.

A obra cairuniana expressa, na verdade, uma luta de seu autor em prol da reforma do governo econômico da monarquia como muitas outras obras **ilustradas** daquele momento, mas com uma diferença fundamental em relação a elas: tal projeto de reforma inspira-se, como já dissemos inicialmente, na ortodoxia política, econômica e social da economia política de Adam Smith.

Por isso, o que encontramos nos textos cairunianos é, ao invés de uma disposição no sentido da conciliação com os sistemas e práticas restritivos da atividade econômica - fisiocracia, mercantilismo etc. -, uma intenção de lutar pela ampliação da liberdade produtiva e comercial até o limite máximo possível, isto é, até o ponto em que tal liberdade não comprometa a segurança do estado monárquico ilustrado.

A QUESTÃO BÁSICA DE CAIRU

A questão básica da obra de Cairu é, rigorosamente, a mesma da economia política de Adam Smith, a saber: investigar a *natureza* e as *causas* da *riqueza das nações*.

Nesse sentido, a primeira preocupação de Cairu é definir *riqueza nacional* como *a abundância das coisas necessárias, cômodas e gratas à vida que pertencem a algum Estado* (Cairu, 1975:194).

Sua preocupação seguinte é indicar as *causas* que podem ou não contribuir para o aumento desta *riqueza* geral, o que constitui, no seu entendimento, a condição **sine qua non** para a sociedade atingir um estágio mais avançado de opulência, prosperidade, enfim, de civilização. Esta constitui, sem dúvida, a principal preocupação de Cairu enquanto economista político e pensador.

Quanto à questão da origem da riqueza na sociedade moderna, percebe-se que Cairu critica os autores que se restringem a apregoar *vagamente* que as *Fontes da Riqueza dos Estados* estão localizadas, ao mesmo tempo, na *Agricultura*, no *Comércio*, nas *Fábricas* e na *Navegação*. Segundo ele, tais autores não levam a questão até as últimas conseqüências, revelando não perceber que, tão importante quanto dizer onde se localizam estas *Fontes* gerais da riqueza da sociedade, é reconhecer que elas têm que ser *desobstruídas e perenes* (Cairu, 1975:68-69).

Cairu frisa este segundo aspecto por julgar que é dele que depende o desenvolvimento da *Geral Indústria* e, por conseqüência, o aumento da prosperidade e do grau de civilização da sociedade moderna.

Pois bem, é justamente pelo fato de Cairu se preocupar com a questão da **desobstrução** das *Fontes das Riquezas dos Estados* que sua obra vai ocupar um lugar bastante singular e original no contexto teórico geral do reformismo liberal. Em contraposição à considerável parte dos teóricos reformistas, a preocupação de Cairu revela-se como um produto teórico-político comprometido não com a pobreza, mas sim com a riqueza dos homens.

Se não implicasse numa questão teórica mais profunda, esta observação pareceria trivial e sem sentido, pois, seria um absurdo pensar numa economia política que não fosse comprometida com a promoção da riqueza. Mas absurdo ou não, uma parte da economia política do século XVIII, conforme frisa Cairu em várias passagens de sua obra, comprometeu-se com a promoção da pobreza e não deixou de marcar presença no mundo das letras.

Tal economia política expressava-se nos escritos de Rousseau, Mably, Fenelon, entre ontros, e sna preocupação básica era, segundo Cairu, fundamentar um projeto de reforma social espelhado não no padrão do homem próspero e civilizado dos séculos XVIII e XIX, mas sim no padrão de homem primitivo, pobre e selvagem que teria existido em tempos passados.

Cairu deixa claro, todavia, que a economia política professada por ele não tem nenhuma conexão com esta outra economia política, cujo objetivo é fazer a apologia da pobreza dos homens (Cairu, 1975:456-457).

Sendo assim, ele vai fazer questão de esclarecer que a inspiração para o seu projeto de reforma social vem não somente das proposições teóricas da economia política ortodoxa de Adam Smith, mas também do próprio exemplo da sociedade inglesa contemporânea.

De fato, a Inglaterra é considerada, por Cairu, como exemplo de uma sociedade onde os homens vivem, da forma mais aproximada possível, daquilo que ele, segundo os postulados da ciência econômica burguesa ortodoxa, entende como **sociedade natural**.

A Inglaterra constitui o exemplo de sociedade burguesa a ser imitado porque ela possui, apesar da imperfeição de algumas de suas instituições, atributos ou características que a distingua das demais nações, como os seguintes: tráfico mercantil mais desenvolvido e liberal; mercado mais aberto ao comércio mundial; maior respeito aos direitos do público consumidor; ausência de servidão da gleba e escravidão; igualdade e liberdade para adquirir e conservar a propriedade; garantia de segurança pública para a pessoa e para a propriedade; administração pública que protege indistintamente todos os ramos da divisão social do trabalho; alto nível de prosperidade, conforto, civilização e de refinamento no modo de vida dos homens etc. (Cairu, 1808 e 1818).

Todavia, é preciso não esquecer um aspecto importante nesta avaliação de Cairu a respeito da sociedade inglesa. Segundo ele, esta sociedade encontra-se neste estágio avançado de civilização, prosperidade e potência política, justamente porque foi capaz de implementar um projeto gradual de aperfeiçoamento do conjunto de suas instituições, leis e costumes.

Dito de outro modo, a Inglaterra encontrava-se, no século XIX, na situação de sociedade mais avançada em termos civilizatórios, justamente porque já havia cumprido grande parte da tarefa histórica de reformar ou abolir as chamadas instituições **errôneas e antinaturais** que desestimulavam e obstruíam o crescimento de sua riqueza nos mais variados ramos da divisão social do trabalho.[2]

---

2 - *...se não crescessem as luzes econômicas e os Parlamentos não destruíssem os mais gravosos monopólios estabelecidos, a Grã-Bretanha, presentemente tão distinta e admirada por sua indústria e riqueza, seria pobre, miserável e pouco diferente da Barbária* (Cairu, 1975:116).

Ora, é preciso repetir mais uma vez: são as constatações a respeito do processo histórico inglês e o íntimo contato com a expressão teórica deste processo, a economia política clássica de Adam Smith, que fornecerão as balizas teórico-políticas gerais do projeto de reforma liberal de Cairu.

Dessa maneira, na fundamentação de seu projeto de reforma social Cairu vai percorrer um caminho semelhante ao que havia sido percorrido por Adam Smith, quando este formulou seu próprio projeto de aperfeiçoamento da sociedade burguesa.

Na mira da crítica de Cairu vão estar todas aquelas instituições e sistemas teóricos considerados antinaturais ou errôneos que mais embaraçam e obstroem, que estimulam o crescimento da riqueza e da prosperidade humana.

São criticadas as **instituições feudais (a primogenitura e o morgadio)**, não só porque representam uma violação da **justiça natural burguesa**, segundo a qual todos os homens têm um direito igual à propriedade da terra, mas também porque desestimulam a livre circulação desta propriedade e o desenvolvimento das forças produtivas na agricultura (Cairu, 1956, Cairu, 1975).

É criticada também a **Fisiocracia**, pelo fato deste sistema de economia política priorizar a produção de riquezas na agricultura, em detrimento da expansão da produção manufatureira e industrial (Cairu, 1956, Cairu, 1975).

É criticado, ainda, o **Sistema Mercantil** pelas restrições e gravames que ele provoca não apenas à produção, ao comércio e aos consumidores estrangeiros, mas também pelos mesmos males que ele provoca ao comércio, à produção e aos consumidores do próprio país que lançam mão dos artifícios antinaturais deste Sistema restritivo. Aqui, nesta crítica do mercantilismo, Cairu destaca duas instituições, o **Sistema Colonial** e as **Corporações de Ofícios**, para exemplificar os males que a política restricionista do mercantilismo provoca ao conjunto das atividades produtivas e comerciais dos povos (Cairu, 1975, Cairu, 1818).

É criticada, finalmente, a chamada **Lei dos Pobres**. Em primeiro lugar, porque ela estimula o consumo improdutivo do capital na manutenção de trabalhadores inativos. Em segundo lugar, porque, ao encadear forçadamente os trabalhadores excedentes em regiões incapazes de mantê-los e de torná-los produtivos, esta **Lei** embaraça a livre circulação de pessoas e capitais no mercado (Cairu, 1975, Cairu, 1956).

Observa-se; assim, que a crítica das chamadas doutrinas econômico-sociais e das instituições humanas **errôneas** e **antinaturais** são tecidas não somente a partir das idéias de **liberdade** e **igualdade natural**, mas também a partir da noção de **racionalidade econômica burguesa.** Portanto, por trás da crítica de Cairu, está a intenção de alertar para a necessidade da implantação da liberdade de trabalho, da liberdade comercial e produtiva, da liberdade de consumo, da liberdade de aquisição da propriedade., etc.

A partir do momento em que vigore esta ampla liberdade, estarão dadas, no seu entendimento, as condições para a instauração da igualdade de oportunidades para os indivíduos das **três classes** modernas - **capitalistas, trabalhadores e proprietários de terras** - fazerem uso de seus respectivos capitais, braços e terras, da maneira que julgarem mais proveitosa a seus interesses particulares.

Segundo Cairu, esta liberdade de ação e esta igualdade de oportunidades constitui, por sua vez, a principal mola propulsora do desenvolvimento das artes produtivas e do comércio em geral, pois cria um saudável clima de concorrência entre os agentes econômicos, evitando-se, assim, o marasmo social e abrindo o caminho para uma maior racionalização das atividades gerais da sociedade.

Diante de tudo o que foi considerado, é possivel concluir que, de fato, Cairu assumiu, na sua época, uma postura progressista no sentido de lutar pela consolidação das **relações sociais burguesas** no momento em que estas estavam se constituindo.

Muitos autores tentaram, entretanto, contestar o progressismo de Cairu lembrando seus ataques à Revolução Francesa e aos seus desdobramentos políticos jacobinos (Hollanda, 1982, Rocha, 1989, Souza, 1957).

Mesmo neste caso, uma análise mais detida demonstra que Cairu não estaria sendo reacionário, pois seu ataque ao **jacobinismo** tem como pressuposto à idéia de que essa vertente política pequeno-burguesa faz a apologia da pobreza. A crítica a essa tendência da Revolução não deixa de ser, portanto, favorável à consolidação da sociedade burguesa, pois esse posicionamento é construído, como já assinalamos, a partir dos postulados da economia política liberal ortodoxa.

Percebe-se, com efeito, que uma das principais críticas de Cairu em relação aos **ecouomistas inovadores** (Rousseau, Mirabeau Filho, Fenelon etc.) e aos revolucionários **jacobinos** (Robespierre, Danton etc.) franceses é que eles haviam tomado como parâmetro para elaborar seus

projetos de reforma social igualitarista aquela forma ideal de homem que teria existido na comunidade primitiva, e não o homem moderno.

Ou seja, Cairu critica os **economistas inovadores** porque, para elaborar suas propostas de reforma, eles consideravam *os homens* não simplesmente como estes se encontravam no século XVIII, isto é, como homens civilizados, mas sim como estes homens *deveriam ser* na comunidade primitiva, isto é, pobres e selvagens (Cairu, 1956:97-287).

Ora, acreditamos que o teor desta crítica aos **economistas inovadores** dá-nos uma prova de seu progressismo em termos de projeto de sociedade burguesa. Conforme ele próprio esclarece, não pretende *retrogradar na história* como pretendiam os rousseanianos, mas sim partir das condições históricas existentes para se chegar a uma forma de sociedade ou *sistema social* mais aperfeiçoada em termos burgueses.

De fato Cairu esclarece que não quer abolir o *regime econômico* existente na época, que é o regime burguês, mas pretende apenas acabar com os *defeitos deste regime econômico* (Cairu, 1956:90-93).

Em outras palavras, Cairu diz que pretende, com sua obra, firmar *e estender o Reino da Justiça Universal*, isto é, o reino da justiça burguesa (Cairu, 1975:55).

É evidente, todavia, que ele próprio não deixa de apontar os limites desta justiça burguesa, quando diz que, em função dela, o *indivíduo* terá *o mais convinhável emprego* e *a maior possível abundância do necessário, cômodo e grato à vida* que as suas próprias *circunstâncias admitam* (Cairu, 1975:55).

Tais *circunstâncias* relacionam-se, evidentemente, com a própria condição de classe e com a posição do indivíduo no regime de livre concorrência ou *franco ajuste*, que se instaura após a abolição das restrições às atividades produtivas e ao intercâmbio comercial dos homens.

Verificamos, assim, que essa justiça universal burguesa apresenta limites no que se refere à garantia do emprego e dos meios materiais garantidores da subsistência e do conforto dos indivíduos. Mas é necessário frisar que estes limites são históricos, isto é, são limites naturais da própria sociedade burguesa e da ciência que expressa as condições de existência dessa sociedade, que é a economia política clássica

UMA ANÁLISE DO BRASIL

Cairu entendia como perfeitamente possível a utilização dos princípios gerais da economia política smithiana no estudo da sociedade

brasileira. Era necessário, entretanto, assinalava ele, levar em conta as distâncias históricas que nos separavam dos países europeus (Inglaterra, França, por exemplo), principalmente no que se refere ao grau de desenvolvimento das relações burguesas. Com estas ponderações, ele estava alertando para a necessidade de se evitar a aplicação dogmática e esquemática desta ciência na análise das questões brasileiras (Cairu, 1975).

Observa-se, com efeito, que ele consegue formular uma análise original e não esquemática da sociedade brasileira, tomando como parâmetro os princípios fundamentais gerais da economia política clássica smithiana.

Quando Cairu se propõe a discutir e fundamentar aquilo que ele denomina de *Causas naturais da Ativa Indústria* no Brasil, percebe-se claramente que a base dessa fundamentação são os principais postulados teóricos da economia política liberal ortodoxa.

Nota-se, assim, que o que permeia e dá consistência teórica ao enunciado destas *Causas naturais* é nada mais nada menos do que as categorias burguesas **liberdade** e **igualdade natural**.

Seguindo esta lógica, Cairu destaca alguns dos pré- requisitos básicos para estimular o desenvolvimento da **geral indústria** no Brasil: liberdade de indústria e de comércio; redução dos chamados *Bens Vinculados, Baldios e de Mão-Morta* (propriedades agrárias inalienáveis); abolição da escravidão etc. (Cairu, 1975:362-363).

Ao tratar destas questões ele adota dois níveis de abordagem.

Num primeiro momento se restringe a arrolar as doze *Causas* naturais do desenvolvimento da *Ativa Indústria* no Brasil. Aqui, ele expõe as idéias de uma maneira doutrinária de modo a demonstrar a sua fidelidade aos princípios fundamentais da economia política smithiana.

Num segundo momento, Cairu analisa as implicações práticas destas *Causas*. Notamos que a partir desse momento passa a ocorrer uma situação curiosa: ele quer sustentar uma crítica radical e contundente em relação às instituições consideradas **antinaturais** e **errôneas** mas parece que esbarra e se sente amarrado pelos limites que lhes são impostos pelas condições históricas brasileiras.

Esta situação pode ser notada especialmente no momento em que Cairu analisa a questão das instituições feudais relacionadas à propriedade da terra e a questão da abolição da escravidão.

No que tange à questão das instituições feudais ligadas à terra, percebe-se que o autor diminui o ímpeto de sua crítica justamente porque

ele tem consciência de que no Brasil a rigor não existiam, tal como na Europa, aquelas instituições que impediam a livre circulação da propriedade da terra e a racionalização da produção agrícola, como era o caso do direito de primogenitura e do morgadio.

Consciente, portanto, deste fato, Cairu deixa subentendido que seria um despropósito insistir numa discussão que procurasse relacionar os embaraços que se antepunham ao desenvolvimento da *Ativa Indústria* brasileira a estas instituições feudais.

Em contrapartida, Cairu vai gastar suas energias para combater aquilo que chama de *partilha excessiva de glebas*. Como se percebe em várias passagens de sua vasta obra, aqui ele se contrapõe ao projeto jacobino de redistribuição da propriedade da terra para o maior número possível de pequenos proprietários.

E um dos principais argumentos usados por Cairu para sustentar tal oposição à *partilha* da terra é que ela não somente faria surgir uma massa de pequenos proprietários extremamente pobres e grosseiros mas também provocaria a extinção de *inumeráveis sortes de indústrias úteis* que só podiam ser exercidas *nas Vilas e Cidades*. Em outras palavras, Cairu era contra a *partilha excessiva de glebas* porque ela provocaria uma ruralização da vida e um retorno dos homens aos hábitos de vida grosseiros (Cairu, 1975:366).

Já no que se refere à questão da escravidão, a postura de Cairu é mais curiosa ainda. É mais curiosa porque seu discurso é um misto de ataques contundentes e afirmações abrandadas e conciliatórias em relação ao trabalho escravo.

No tratamento desta questão, Cairu demonstra, na verdade, que se está movendo dentro de uma grande contradição teórico- política.

De um lado, por uma questão de fidelidade teórica aos postulados da economia política, ele não doura as palavras para apontar a escravidão como um dos sérios obstáculos ao desenvolvimento da *Ativa Indústria* no Brasil. Isto se comprova, igualmente, em várias passagens de sua obra.

De outro lado, porém, ele adota duas atitudes, uma política e outra teórica, que não deixam de contrastar com aquela sua visão doutrinária negativa a respeito da escravidão.

No terreno político, depois de reconhecer publicamente a impossibilidade prática da adoção imediata do trabalho livre sem se correr o risco da desorganização política e produtiva do país, Cairu procura conciliar com a escravidão.

Esta conciliação se revela com toda transparência quando Cairu propõe um plano de **mitigação do cativeiro**. Mas ele não deixa dúvidas

de que esta é uma conciliação passageira imposta pelas próprias condições históricas concretas do Brasil naquele momento. A abolição total e definitiva da escravidão continua a ser uma meta a ser atingida num futuro próximo (Cairu, 1818).

No terreno teórico Cairu demonstra que não dogmatiza a tese da economia política que associa escravidão com impossibilidade do desenvolvimento da indústria. Isto se comprova nos momentos em que ele diz explicitamente que as *Fábricas* que *mais convêm* ao Brasil no início do século passado são aquelas associadas à *Agricultura, Comércio, Navegação e Artes da geral acomodação do povo* (Cairu, 1810:14).

Ao dizer isto, Cairu estava reconhecendo três coisas importantes.

A primeira, é que a categoria **indústria** não deveria ser aplicada apenas aos trabalhos da indústria urbana, mas sim para *exprimir o trabalho empregado em quaisquer ramos da Agricultura, Artes, Comércio, Navegação etc.*[3]

A segunda, é que era perfeitamente possível estabelecer indústrias mais grosseiras no Brasil no início do século passado, apesar mesmo da escravidão.

A terceira, é que o principal critério para decidir sobre o fomento de um determinado ramo da produção deve ser o grau de **conveniência** deste ramo produtivo para a sociedade. Ou seja, deve ser o *maior proveito* ou **lucro econômico** que tal ramo produtivo pode propiciar à sociedade em comparação a outro ramo qualquer.

Frente, portanto, a tudo o que foi exposto, é possivel concluir que a respeito das questões brasileiras, Cairu mantém, em termos essenciais, aquela sua postura burguesa progressista. Ou seja, conclui-se que ele não deixa de, a partir de uma inspiração realista e não dogmática nos postulados da economia política ortodoxa, se colocar na perspectiva do crescimento da riqueza e da consolidação da sociedade burguesa no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

BUARQUE DE HOLLANDA, Sérgio. *História geral da civilização brasileira : o Brasil monárquico. O processo de emancipação*. São Paulo : Difel, 1982. t. 2, v. 2.

CAIRU, José da Silva Lisboa, visconde de. *Carta à Domingos Vandelli descrevendo a Bahia*. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, v. 2, 1958.

3 Na verdade, o termo **indústria** deve ser aplicável a toda espécie de útil emprego de braços e capitais; e com razão se diz **indústria rural, mineira, fabril, mercantil, náutica** etc., para exprimir o trabalho empregado em quaisquer ramos da Agricultura, Artes, Comércio, Navegação... (Cairu, 1975:269).

CAIRU, José da Silva Lisboa, visconde de. *Discursos parlamentares. Diário da assembléia legislativa e constituinte do império do Brasil: 1823*. Brasília : Senado Federal, 1973.

CAIRU, José da Silva Lisboa, visconde de. Discursos parlamentares. *Anais do Senado*, Rio de Janeiro, s.d. (sessões de 1829).

CAIRU, José da Silva Lisboa, visconde de. *Ensaio econômico sobre o influxo da inteligência humana na riqueza e prosperidade das nações : discurso preliminar*. In: *Estudos do bem comum e economia política*. Rio de Janeiro : IPEA/INPES, 1975. p. 455-466. (Série Pensamento Econômico Brasileiro, 1)

CAIRU, José da Silva Lisboa, visconde de. *Estudos do bem comum*. Rio de Janeiro : IPEA/INPES, 1975. (Série Pensamento Econômico Brasileiro, 1)

CAIRU, José da Silva Lisboa, visconde de. *Leituras de economia política*. Rio de Janeiro : Imprensa Régia, 1827.

CAIRU, José da Silva Lisboa, visconde de. *Memória dos benefícios políticos de el-rey nosso senhor Dom João VI*. Rio de Janeiro : Imprensa Régia, 1818.

CAIRU, José da Silva Lisboa, visconde de. *Observações Sobre a franqueza da indústria e estabelecimento de fábricas no Brasil*. Rio de Janeiro : Imprensa Régia, 1810.

CAIRU, José da Silva Lisboa, visconde de. *Observações sobre o comércio franco no Brasil*. Rio de Janeiro : Imprensa Régia, 1808/9.

CAIRU, José da Silva Lisboa, visconde de. *Princípios de direito mercantil*. Rio de Janeiro : Imprensa Régia, 1828.

CAIRU, José da Silva Lisboa, visconde de. *Princípios de economia política*. Rio de Janeiro : Irmãos Pongetti, 1956.

NOVAIS, Fernando A. O reformismo ilustrado luso-brasileiro : alguns aspectos. *Rev. Bras. Hist.*, *4*(7):105-118, 1984.

NOVAIS, Fernando A. O reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos. In: *Revista Brasileira de História*, n. 7. São Paulo : ANPUH/Editora Marco Zero, 1984.

PEREIRA, José Flávio. *Cairu revisitado: uma contribuição ao estudo do reformismo liberal*. São Paulo : USP, 1994. 335p. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1994.

ROCHA, Antônio Penalves. *O nascimento da economia política no Brasil*. São Paulo : USP, 1989. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

ROUSSEAU, Jeau-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. São Paulo : Abril Cultural, 1978. (Pensadores)

SMITH, Adam. *A riqueza das nações : investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo : Abril Cultural, 1983. 2 v. (Economistas)

SOUZA, Otávio Tarquinio de. *História dos fundadores do império do Brasil*. Rio de Janeiro : José Olympio, v. 9, 1957.

VALLE CABRAL, Alfredo. *Vida e escritos de José da Silva Lisboa*. Rio de Janeiro : Cia Brasileira de Artes Gráficas, 1958.

Revista UNIMAR 17(1):109-123, 1995.

CATÓLICOS E COMUNISTAS EM LUTA PELA HEGEMONIA DO SINDICALISMO RURAL NO NORTE DO PARANÁ:1960-1964 (ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES)

Angelo Priori*

RESUMO. Este artigo tem o objetivo de descrever a participação da Igreja Católica e do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no processo de organização dos sindicatos de trabalhadores rurais do Norte do Paraná, na década de 60.

Palavras-chave: Igreja Católica, PCB, sindicalismo, trabalhadores rurais.

CATHOLICS AND COMMUNISTS VYING FOR HEGEMONY IN THE TRADE UNIONS OF THE NORTH OF PARANÁ, 1960 - 1964. (BASIC CONSIDERATIONS)

ABSTRACT. The aim of this article is to discuss the participation of the Catholic Church and Communist Party on the constitution process of trade unions in the Nortbern Region of Paraná, a State on South of Brazil.

Key words: Catholic Church, Communist Party, trade unionism, farm-hands.

INTRODUÇÃO

A historiografia que trata dos movimentos sociais no campo é quase unânime em afirmar que a Igreja Católica e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) foram os agentes políticos mais importantes da década de 50 e início de 60 a exercerem influência nos trabalhadores do campo, possibilitando um "despertar político" rumo à sua organização (Martins, 1983:81). Sendo assim, duas questões nos surgem como delineadoras deste caminho. A primeira, trata do enfraquecimento da oposição Esquerda/Estado, revelando um fortalecimento da oposição

* Departamento de História, Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, Campus Universitário, 87020-900, Maringá-Paraná, Brasil.

Correspondência para Angelo Priori.

Data de recebimento: 27/02/95.

Data de aceite: 04/04/95.

Esquerda/Igreja; a segunda, trata da luta entre comunistas e católicos pela tutela do movimento.

Com relação à primeira questão, é considerável relembrar Moacir Palmeira, quando nos afirma que "enquanto os sindicatos urbanos tinham se desenvolvido sobre a oposição esquerda/Estado, o sindicalismo rural foi brotar sobre uma oposição esquerda/Igreja, o Estado colocando-se à distância, de início e, no final do período, tentando entrar no jogo, favorecendo uma ou outra das forças em confronto" (Palmeira, 1985). Essa assertiva nos revela alguns aspectos importantes. De um lado, temos a formação dos sindicatos urbanos, anterior ao Estado Novo, que sofreram constantes perseguições do Estado. Este agia como uma força repressora contra qualquer iniciativa sindical. Depois da instituição do Estado Novo, foram criados outros mecanismos de repressão e controle do movimento sindical, principalmente, através da legislação e da propagação ideológica. Posteriormente, na década de 40, com a redemocratização do país, a formação dos sindicatos de trabalhadores passou a ocorrer sob a égide das chamadas "liberdades democráticas", onde diversos agentes políticos disputavam a formação e a orientação dos sindicatos, principalmente, "disputando o seu reconhecimento junto ao estado, através da corrida pelas cartas sindicais"(Novaes, 1991:176).

A segunda questão trata da tutela do movimento. A história política dos camponeses e trabalhadores rurais durante os anos 50 e 60 é marcada pela luta em busca da tutela do movimento. Foi assim com as Ligas Camponesas no Nordeste, que eram influenciadas por Francisco Julião e seu Partido Socialista; com o Movimento dos Agricultores Sem Terras (MASTER), no Rio Grande do Sul, influenciados pelo trabalhismo de Leonel Brizola, e com os sindicatos rurais no centro-sul do país, sob a influência ou do PCB ou da Igreja.

Os anos cinqüenta e, conseqüentemente, o início dos 60 - segundo José de Souza Martins -, anunciavam para os trabalhadores rurais o que poderia se chamar de "tutela esclarecida, iluminística", pois "tratava-se de um amplo movimento, envolvendo diversos grupos e forças sociais, para libertar o país da tutela das oligarquias e do atraso econômico, social e político que elas representavam" (Martins, 1989:46).

Para efeito deste artigo, o importante é perceber como atuaram Igreja e Partido no cenário norte-paranaense, priorizando as lutas e estratégias travadas por ambos em busca de uma hegemonia sindical.

No entanto, quero alertar o leitor que este artigo é fruto de um trabalho em desenvolvimento e os resultados, que serão aqui apresentados

é fruto, muito mais, de um levantamento de documentos históricos, do que uma análise mais circunstanciada e teorizada acerca do tema.

O I CONGRESSO DE TRABALHADORES RURAIS DO PARANÁ

A tentativa do Partido Comunista Brasileiro em ampliar o seu leque de atuação e influência entre os trabalhadores rurais, no Paraná, foi o principal motivo que levou os Sindicatos de Empregados Rurais de Maringá e o Sindicato de Colonos e Assalariados Agrícolas de Londrina a convocarem o I Congresso de Trabalhadores Rurais do Paraná. O objetivo central era mobilizar trabalhadores de diversos municípios do Paraná, visando criar núcleos de trabalhadores que pudessem, em seguida, formar novos sindicatos.

O manifesto de convocação do I Congresso de Trabalhadores Rurais do Paraná, assinado pelo Sindicato de Colonos e Assalariados Agrícolas de Londrina e Sindicato de Empregados Rurais de Maringá, apresenta uma preocupação em torno das lutas mais gerais dos trabalhadores do que propriamente uma preocupação com as dificuldades locais. É um fato interessante, dado que o congresso tinha um caráter local. O boletim de divulgação do Congresso fazia uma comparação entre a luta dos trabalhadores da cidade, o nível de sua organização, as vitórias conseguidas etc. com a luta dos trabalhadores rurais, enfatizando que estes, apesar de constituírem parcelas consideráveis na produção de riquezas, estavam excluídos de muitas vantagens e benefícios sociais em virtude de ainda não estarem organizados em suas lutas (Terra Livre, 1960:92).

Para os sindicalistas que redigiram o manifesto, o fato de os trabalhadores rurais estarem excluídos dos benefícios legais, era devido muito mais à falta de organização e sistematização de suas lutas do que ao desamparo do Estado. Se os direitos conferidos aos trabalhadores rurais na CLT são mínimos e pouco aplicados - dizia o boletim - é porque falta aos trabalhadores rurais uma tradição de organização e intervenção no processo político brasileiro. Direitos como salário mínimo, férias, aviso prévio, descanso remunerado, legislação acidentária, sindicalização etc., há muito conseguidos pelos trabalhadores urbanos, ainda eram meras expectativas para os trabalhadores rurais.

Neste sentido, a comissão organizadora do congresso propôs dois pontos básicos para discussão: a necessidade de uma efetiva organização dos trabalhadores rurais e a luta pela extensão da legislação

advogado Manoel da Silva, responsável pela organização do congresso, pronunciou:

> *"Esperamos que os trabalhadores saiam desse congresso com uma consciência de seus direitos, com confiança na própria classe e com o espírito de luta que lhes permitirá orientar a efetivação de seus direitos e reinvindicações" (Terra Livre, 1960:93).*

O Congresso realizou-se, na cidade de Londrina, nos dias 5, 6 e 7 de agosto de 1960. Participaram 307 delegados, representando os trabalhadores de mais de 200 fazendas e sítios, oriundos de 35 municípios do Paraná. Estiveram presentes no Congresso, que foi realizado na Associação Comercial de Londrina, os quatro juízes de direito de Londrina, diversos vereadores e o presidente da câmara municipal, diversos deputados estaduais, os deputados federais Josué de Castro, Coutinho Cavalcanti e Salvador Romano Lossaco, além do presidente das Ligas Camponesas, Francisco Julião, que veio acompanhado com mais de 20 pessoas de Pernambuco e da Paraíba e do presidente da ULTAB, Lindolfo Silva. Diversos sindicalistas de Brasília, Curitiba, São Paulo e Paranaguá estiveram presentes.

O congresso, que tinha um caráter local, acabou se transformando em um grande espaço de discussão dos problemas sociais dos trabalhadores rurais, com grande repercussão em nível nacional (Sigaud, 1981:5). Tanto isso é verdade, que a resolução do I Congresso ponderava para os seguintes pontos: reforma agrária, organização dos trabalhadores rurais, reinvindicações em nível nacional, legislação específica, problemas nacionais, problemas internacionais, situação do café, preços mínimos para os cereais, entre outros.

Apesar da reforma agrária aparecer em um ponto ou outro, em um discurso ou outro, e até na resolução, os temas centrais que nortearam as discussões, no entanto, giraram em torno da organização dos trabalhadores e da legislação trabalhista.

Com relação à organização dos trabalhadores rurais, os congressistas apelavam para a necessidade de criar uma comissão que se encaregasse de entrar em contato com os sindicatos operários, no sentido de que estes transmitissem "experiências e ensinamentos" aos trabalhadores rurais

sobre o "funcionamento do organismo de classe", através de conferências, palestras, cursos etc.[1].

Sobre a legislação trabalhista, defendiam a necessidade urgente da aprovação de leis específicas de amparo aos trabalhadores rurais, a exemplo do que já existia para os trabalhadores da indústria canavieira. Propugnavam ainda pela indispensável conquista de contratos de trabalho entre trabalhadores e empregadores, a fim de assegurar aos trabalhadores do campo as conquistas consagradas na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), além de reivindicar especificamente os direitos de moradia sem o "desconto de habitação" e uma área de terra suficiente para a família plantar alimentos de subsistência.

O clima de entusiasmo e a vital necessidade de um organismo de representação para os trabalhadores rurais, que garantisse um espaço de participação na luta a favor de seus direitos, pôde ser percebido nas palavras do trabalhador Firmino Botelho, em discurso realizado no final do congresso e irradiado ao vivo, para toda a região.

> *"Hoje temos aqui muitas autoridades que vem trazer seu apoio. Nós recebemos. Em 1955 (sic)*[2] *quando organizamos nosso sindicato, não contamos com o apoio que pedimos e que era necessário. Preparamos os papéis do sindicato e fomos ao Rio pedir o registro; mas comeram os papéis do sindicato com farinha e agora precisam vomitar. Naquela época nós fizemos tudo direitinho, mas não faltou quem caluniasse a nossa luta, quem atacasse os camponeses porque estavam se organizando. E jogaram a polícia contra nós, para acabar com o sindicato que o camponês estava precisando. Agora, no congresso, estamos vendo este salão cheio de jornais. É preciso que estes jornais falem a verdade do que viram aqui, e não como naquela ocasião, que viam uma coisa e diziam outra. Viram a nossa luta e engasgaram, mentiram; agora, precisam desengasgar e falar a verdade sobre o congresso".*

E limpando os lábios com o braço continuou:

---

1 Resolução do I Congresso dos Trabalhadores Rurais do Paraná, publicada nos jornais Terra Livre (1960:94) e Folha de Londrina (07/08/1960).

2 O Sindicato dos Colonos e Assalariados Agrícolas de Londrina e Região foi fundado em 29 de janeiro de 1956.

"Na beira do Rio Tibagi, ouvindo os discursos do congresso pelo rádio, os camponeses estão perguntando: `Ochêm, que coisa é essa?...' - É isso mesmo companheiros, é o camponês Firmino Botelho que está falando, para que a gente se organize e lute pelo sindicato e nossos direitos, contra a miséria e a exploração. Eu mesmo tenho 6 filhos enterrados no cemitério de Londrina.... só sobrou um! É preciso lutar para acabar com esta situação, com a miséria e a fome, e conseguir a reforma agrária e todos os direitos." (Terra Livre, 1960:94).

A FRENTE AGRÁRIA PARANAENSE (FAP)

O braço estadual da Ação Católica Rural foram as Frentes Agrárias, que se disseminaram por todo o país, no início dos anos 60. No Paraná, a Frente Agrária Paranaense (FAP) foi articulada pelos bispos de Londrina, Jacarezinho, Maringá e Campo Mourão, com o objetivo de "proporcionar condições mais humanas de vida na lavoura" [3].

Em entrevista à Folha de Londrina, o padre Marconi Montezuma, porta-voz da diocese de Londrina, comentava como surgiu a idéia de formar uma Frente Agrária no Paraná e por que esta deveria ser lançada e sediada no Norte do Paraná. Segundo o porta-voz, o mentor intelectual da Frente Agrária Paranaense (FAP) foi o Arcebispo de Londrina, Dom Geraldo Fernandes:

"...foi quem deu o primeiro grito, bateu a fotografia da paisagem roxa nas andanças pastorais, estabeleceu as coordenadas, craneou o movimento, codificou, formulou a estrutura dos estatutos. E os demais bispos do Paraná, que já sentiam as mesmas necessidades, adotaram a linha da conduta, uniforme para todo o Estado. E aí está o rolo

---

3 Eram, respectivamente, bispos destas cidades: Dom Geraldo Fernandes, Dom Geraldo de Proença Sigaud, Dom Jaime Luiz Coelho e Dom Eliseu Mendes. No Rio Grande do Sul, a Frente Agrária Gaúcha (FAG) foi idealizada por intelectuais católicos, fazendeiros e bispos. Seu objetivo principal era obstruir o avanço do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), que acusava de ser a versão gaúcha das Ligas Camponesas do Nordeste, e, portanto, disseminadora dos ideais comunistas (Cf. Bressan, 1978).

> *compressor, aplainando o terreno para a marcha de uma frente pacífica, mas terrivelmente disposta a cristalizar a verdade agrária" (Folha de Londrina, 13/08/61).*

O "rolo compressor" da Igreja Católica tinha um destino certo. Açambarcar o movimento de trabalhadores rurais, visando "cristalizar a verdade agrária", a fim de privar os comunistas da expectativa de dominar este movimento. Para que a FAP pudesse ter sucesso na sua missão, o melhor seria instalar o seu Conselho Geral, na cidade-embrião do movimento subversivo no Paraná, isto é, Londrina. E para destruir a influência dos comunistas no movimento dos trabalhadores rurais, a FAP utilizou as mesmas estratégias daqueles: a organização institucional. Segundo o padre Marconi Montezuma:

> *"Há quem pondere que não devemos subestimar a subversão que ensaiam em nosso meio. Compreendo. Mas usar as palavras deles apresentando soluções imediatas, como vamos fazer, é coisa com que eles não contavam na região" (Folha de Londrina, 13/08/61).*

Nesta estratégia de destruir a influência dos comunistas entre os trabalhadores rurais, a Frente Agrária Paranaense propunha organizar toda uma infra-estrutura que possibilitasse os mais variados meios:

1. Formar lideranças regionais e locais;
2. Estudar os problemas locais, levando as reivindicações para o cotejo do Estado;
3. Realizar debates e conferências para formar a mentalidade;
4. Instalação de uma emissora de rádio para a educação dos trabalhadores rurais e a divulgação da FAP;
5. Formação da opinião pública para um autêntico solidarismo cristão;
6. Instalação de departamentos técnicos, judiciais e de assistência médica;
7. Criação de associações profissionais, que se transformariam em sindicatos.

Entre os meios acima, o mais importante, no nosso entendimento, foi a decisão de criar associações profissionais, com vistas de transformá-las em sindicatos. De certa forma, esta preocupação vai ao encontro da Encíclica "Mater et Magistra", publicada pelo papa João XXIII em 15 de maio de 1961, que estimulava a organização dos trabalhadores do campo em sindicatos (De Sanctis, 1972). A visão que a FAP tinha dos sindicatos, no entanto, era consoante à visão conservadora, majoritária no

seio da Igreja no início dos anos 60, ou seja, de se preservar a ordem estabelecida legalmente:

> *"Os sindicatos serão arregimentados, treinados e utilizados como instrumentos de reivindicação coletiva para os casos em que o planejamento técnico não convencer ou falhar a lógica da força do direito" (Folha de Londrina, 13/08/61).*

A divulgação da campanha pró-FAP repercutiu célere entre os fazendeiros da região do Norte do Paraná. Muitos deles destinavam grandes quantias em dinheiro para a campanha, outros procuravam estimular os seus empregados para integrá-la, dissuadindo-os de se associarem aos sindicatos de trabalhadores rurais influenciados por "elementos subversivos". Um dos fazendeiros, numa conversa com o bispo de Londrina, afirmava:

> *"O senhor contará com 60% dos homens de bem. Isso vai ser uma força impressionante, política e social. Um rolo compressor mesmo" (Folha de Londrina, 13/08/61).*

O próprio porta-voz da diocese de Londrina proclamava na imprensa o sucesso da campanha pró-FAP. Dizendo ter percorrido mais de 30 municípios da região, prognosticava:

> *"Noventa por cento das forças vivas do campo estão conosco. Faltava apenas um grito, um elo aglutinador. Estou vibrando com o grau de `politização' do elemento do campo no Norte do Paraná" (Folha de Londrina, 13/08/61).*

A Frente Agrária Paranaense foi fundada em 13 de agosto de 1961, na cidade de Maringá, durante uma missa campal realizada em frente à catedral. Teve vida efêmera, desaparecendo em 1964, após a "pena de morte" imposta aos movimentos sociais pelo golpe militar. Como surgiu para combater os sindicatos de trabalhadores rurais formados pelo PCB que, no Paraná, foram os que mais sofreram as perseguições do regime instalado em 1964, a Frente Agrária Paranaense sucumbiu com a impressão do "dever cumprido" (Serra, 1991).

O geógrafo Elpídio Serra, analisando a atuação da Igreja Católica e da Frente Agrária Paranaense no movimento social rural do Norte do Paraná, ponderou:

> *"A) A Igreja se mantinha no Paraná radicalmente contra a reforma agrária ou qualquer outro tipo de alteração na*

> *estrutura fundiária tradicional. Justificava que a reforma iria comprometer o direito de propriedade que no caso do Norte do Paraná, tomado como exemplo pelo clero, havia sido adquirido com muitos sacrifícios pelo agricultor pioneiro. A propriedade da terra, como direito adquirido, era colocado como fator de estabilidade da família cristã. (...) A propriedade da terra e a família se completavam: quebrar esta unidade significava subversão da ordem, que a igreja queria evitar".*
>
> *"B) Muito mais do que ser contra a reforma agrária, era contra a infiltração nos movimentos camponeses por parte de alguma força política que não se afinava com os interesses da hierarquia católica" (Serra, 1991:283-284).*

A primeira consideração do professor Serra justifica-se pelas diversas exigências que a FAP solicitava na hora do trabalhador rural se associar a um sindicato controlado por ela. Para se filiar aos sindicatos influenciados pela Frente Agrária Paranaense, os trabalhadores deveriam provar que eram proprietários das terras que cultivavam, ou então, no caso de serem parceiros ou arrendatários, apresentar os contratos assinados pelos proprietários das terras. Não se aceitava a associação de trabalhadores temporários ou permanentes, que mantinham apenas a relação de trabalho assalariado com o patrão.

Essas exigências só vêm reforçar a luta que a igreja travara para evitar o rompimento da relação família-propriedade, sendo, dessa forma, contra a reforma agrária.

A segunda consideração do professor, de certa forma é um desdobramento da primeira. Ao mesmo tempo que a Igreja lutava contra outras "forças políticas", que viessem a se "infiltrar nos movimentos camponeses", lutava contra a influência comunista e, diretamente, contra a proposta de reforma agrária. O que é mais interessante nisso, como já foi alertado anteriormente, é que os sindicatos de trabalhadores rurais do Norte do Paraná influenciados pelo PCB, estavam muito mais preocupados em direcionar a luta para se conquistar melhores salários e uma legislação trabalhista para o campo que propriamente com o projeto de reforma agrária.

Visando ampliar sua influência entre os trabalhadores e propagandear suas idéias, em 27 de setembro de 1962, a Freute Agrária Paranaense fundou o seu próprio jornal: a "Folha do Norte do Paraná", editado em Maringá, sob a responsabilidade da diocese da cidade e

distribuído para toda a região. A fundação do jornal, um ano após o lançamento da FAP, segundo o editorial do primeiro número, tinha o objetivo de "condenar a ameaça comunista e os sindicatos fundados com o apoio do governo" (Apud, Serra, 1991).

Dois anos após a sua fundação, a FAP fazia o primeiro balanço, publicando que já havia organizado em todo o Norte do Paraná, 30 sindicatos, embora nenhum dos sindicatos organizados tivessem sido reconhecidos pelo Ministério do Trabalho. Em 11 de agosto de 1963, publicando matéria no jornal da FAP, o bispo de Maringá, Dom Jaime Luiz Coelho, protestava e conclamava o povo a protestar contra o Ministério do Trabalho, pois "com criminosa parcialidade ideológica, reconhece os sindicatos comunistas e se nega a reconhecer os sindicatos da Igreja" (Apud, Serra, 1991:289). Na verdade, a maioria dos sindicatos de trabalhadores reconhecidos no Norte do Paraná nos anos de 1962 e 1963 eram influenciados pelo PCB ou pelos populistas. Não é por menos que a Frente Agrária Paranaense, apoiada pelos empregadores rurais, desenvolvia uma política de hostilidade contra o Governo João Goulart e seu Ministro do Trabalho. Entretanto, com a queda de Goulart e a ascensão do regime militar, quem mais se beneficiou foi a Igreja:

> *"No campo a repressão oficial e/ou a violência privada dos patrões deram cabo de várias organizações camponesas. Contudo, no que tange ao sindicalismo, mesmo quando houve intervenções em sindicatos localizados, a Igreja, via de regra, pôde indicar substitutos recrutados entre seus quadros mais moderados, evitando que parte significativa deles fosse fechado" (Novaes, 1991:176).*

O II CONGRESSO: BATALHA CAMPAL PELA HEGEMONIA DO MOVIMENTO

O II Congresso de Lavradores e Trabalhadores Rurais do Paraná foi realizado na cidade de Maringá nos dias 13, 14 e 15 de agosto de 1961, um ano após o Congresso de Londrina. O objetivo central do Congresso era a preparação dos trabalhadores paranaenses para o I Congresso da ULTAB, que se realizaria no mês de novembro do mesmo ano em Belo Horizonte.

Ao contrário do Congresso de Londrina, marcado por uma discussão tranqüila e pacífica, no Congresso de Maringá, o processo foi tumultuado

e violento. O tumulto e a violência deveram-se à coincidência (não tão coincidente assim) do lançamento da Frente Agrária Paranaense, que se realizou na cidade de Maringá, nos mesmos dias do congresso (Folha de Londrina, 15/08/61).

Estiveram presentes neste congresso mais de 2.000 delegados oriundos de todo o Estado do Paraná. Mais uma vez, diversas autoridades locais, bem como deputados estaduais e federais estiveram presentes. O Presidente da República, senhor Jânio Quadros, fez-se representar através do líder na Câmara, deputado Nestor Duarte (Terra Livre, 1961:102). Estiveram presentes ainda, Francisco Julião, presidente das Ligas Camponesas e diversos diretores da ULTAB.

Não é sem sentido, transcrever aqui o teor do telegrama enviado pelo presidente Jânio Quadros aos congressistas. Pois o mesmo, além de revelar o pensamento presidencial em relação aos problemas rurais, ganha importância significativa por ter sido redigido treze dias antes de sua renúncia ao cargo máximo do país. Diz o telegrama:

> *"As reivindicações dos trabalhadores rurais - Reforma Agrária, extensão das leis sociais ao campo, assistência à produção agrícola - estão incorporadas ao programa de governo. Considero-as essenciais, não só do ponto de vista da justiça social como do ângulo do interesse geral da economia do país. Constituem compromisso básico, que assumi nas praças públicas com as multidões anônimas. Realizá-las é o meu dever e, a esta altura, das preocupações fundamentais do meu governo.*
>
> *Peço aos camponeses do Paraná - colonos, assalariados, percenteiros, meeiros e pequenos proprietários - que se reunem agora em Maringá, que ajudem o governo, formulando sugestões objetivas que possam ser imediatamente incorporadas aos estudos e providências em curso para a reforma estrutural da vida e da produção agrária no Brasil.*
>
> *Declaro a participação no encontro de Maringá serviço público relevante e aguardo, ansioso e confiante, sua colaboração ao governo"* [4].

4 Publicado na íntegra pelo jornal Terra Livre (1961:102).

Entre os pontos mais polêmicos discutidos no II Congresso, estava a questão da Reforma Agrária, uma das prioridades entre as reivindicações dos trabalhadores presentes. Os trabalhadores rurais consideravam que "tanto os problemas dos assalariados como os dos posseiros só poderiam ser resolvidos com a liquidação do latifúndio" (Sigaud, 1981:6). Entre outros pontos discutidos estavam a necessidade imediata da aplicação da legislação social ao campo, a plena liberdade de sindicalização, o pagamento efetivo do salário mínimo, a abolição de toda forma de pagamento através de "vales" e "barracão", a abolição de todo trabalho gratuito, entre outros.

Concomitante ao Congresso, no dia 13 de agosto de 1961, foi realizada em frente à catedral de Maringá, uma missa campal, celebrada pelos bispos de Londrina, Maringá, Jacarezinho e Campo Mourão, lançando oficialmente a Frente Agrária Paranaense. Nesta Missa, segundo estimativas do jornal Folha de Londrina, estiveram presentes 10.000 pessoas. O bispo de Londrina, Dom Geraldo Fernandes, fez uma referência ao II Congresso, condenando a presença de parlamentares e de outras autoridades:

> *"Os organizadores da FAP manifestam repúdio àqueles que prestigiam os congressos comunistas e vêm depois juntar-se a nós, em reuniões cristãs e democráticas, como esta concentração. É preciso estabelecer ampla diferenciação entre os verdadeiros democratas e os comunistas ateus" (Folha de Londrina, 15/08/61).*

A Igreja Católica do Paraná procurou intervir de todas as formas, para que o Congresso dos trabalhadores não pudesse acontecer. Desde a habitual acusação de "comunistas" até pedidos à polícia e aos poderes públicos constituídos, no sentido destes impedirem o Congresso. No entanto, o reforço policial e os ânimos apaziguadores dos organizadores do II Congresso indicavam que as duas manifestações iriam acabar sem nenhum entrevero. O próprio jornal Folha de Londrina, desfazendo as expectativas, falava deste ânimo pacifista:

> *"A partir do momento que se anunciou a realização da última [lançamento da FAP] em data coincidindo com a primeira [II congresso], principiou-se, em vários círculos, o temor pela ocorrência de conflitos, facilmente motiváveis em provocações eventualmente partidas de um ou outro grupo (...) o ânimo pacifista manifestado pelos*

> *congressistas reunidos esta noite dissipou as apreensões, pelo menos até agora" (Folha de Londrina, 13/08/61).*

Porém, não foi o que aconteceu no dia seguinte. Na noite de 14 de agosto, a organização do Congresso havia estipulado um recesso, permitindo aos congressistas e autoridades presentes, uma noite de lazer e descontração. Aproveitando-se desta oportunidade, nesta mesma noite, o auditório onde estava sendo realizado o Congresso foi invadido. O Jornal Terra Livre, que cobria o Congresso, foi taxativo em suas reportagens:

> *"Mas como não houvesse sessão plenária na noite do dia 14, os bispos aproveitaram a ausência da polícia e dos congressistas e ajudados por alguns jagunços contratados, arrombaram a porta de aço do prédio do congresso, quebrando cadeiras, danificando material fotográfico e documentos, rasgando faixas onde se lia `reforma agrária' " (Terra Livre, 1961:102).*

No dia seguinte, mais de 2.000 manifestantes se reuniram nas ruas centrais de Maringá, portando cartazes de repúdio ao "comunismo", às ligas camponesas e ao congresso. Esta multidão apareceu, inicialmente, defronte ao edifício em que estava sendo realizado o congresso, mas como este havia sido suspenso, momentaneamente, em decorrência do ataque noturno anterior e do ambiente hostil "que ia se tornando a cada hora mais tenso", deslocou-se em passeata pelas ruas da cidade, depredando hotéis e outros prédios das cercanias (Folha de Londrina, 15/08/61).

Segundo os jornais Folha de Londrina e Terra Livre, estes manifestantes eram estudantes das escolas católicas de Londrina, Maringá e Apucarana que, através de ônibus fretados pelas dioceses, foram deslocados para Maringá com o intuito de protestarem contra a realização do II Congresso (Folha de Londrina, 15/08/61; Terra Livre, 1961:102).

Segundo informações de Antonio de Lima Sobrinho, um antigo diretor da União dos Trabalhadores de Londrina (U.T.L.), que esteve presente ao Congresso, só não houve um confronto direto entre os congressistas e os manifestantes da Frente Agrária Paranaense, porque a polícia, garantindo a segurança do representante do presidente Jânio Quadros, interveio favoravelmente aos congressistas, procurando dispersar com jatos de água a multidão de manifestantes. Assim mesmo, houve diversos atritos entre polícia e os estudantes, havendo inclusive,

vários disparos no meio da multidão. Um dos manifestantes ("não se sabe se era estudante ou jagunço"), disparou "dois tiros de revólver contra uma das viaturas da polícia, atingindo o pára-brisas do veículo" (Folha de Londrina, 15/08/61). Neste ato, alguns policiais saíram feridos.

Quando os ânimos se acalmaram e a força policial foi reforçada com o pelotão de Apucarana, os congressistas retomaram os trabalhos, não disfarçando a melancolia de seus rostos e de seus discursos. O presidente dos trabalhos, senhor Nestor Veras, (secretário da ULTAB) retomando as atividades, propôs aos congressistas que se enviasse um telegrama de protesto ao papa João XXIII, informando dos acontecimentos causados pelos representantes da Igreja. Proposição aceita, o telegrama votado no II Congresso e enviado ao Papa tinha o seguinte teor:

> *"Trabalhadores Rurais do Estado do Paraná, Brasil, reunidos em Maringá, no II Congresso, pacificamente, para tratar de urgentes problemas sociais ligados à sua classe, protestam energicamente contra sacerdotes católicos desta região, que ameaçam o conceito de religião, insuflando menores, causando depredações, assalto à sede do congresso, tentando impedir a realização do conclave. Conhecendo a opinião de Vossa Eminência com respeito às questões agrárias contida na encíclica MATER ET MAGISTRA, citada neste congresso, esperamos providências de Sua Santidade no sentido de coibir os abusos dos representantes da igreja nesta região"* [5].

Se o Papa recebeu o telegrama e tomou alguma providência a respeito dos acontecimentos, não tivemos condições de saber. Fica, no entanto, a certeza de que aqueles foram anos conturbados, onde o espaço da luta social era disputado com muito rigor. Cabe ao historiador preservar essa memória, não esquecida, mas ignorada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao terminar este artigo, cabe-nos afirmar que, se aqueles foram anos conturbados, pelo menos tivemos uma intensa participação e discussão em torno dos trabalhadores rurais. Excluídos da política e da cidadania até os anos 50, estes surgiram com um vigor e uma aparente capacidade

---

5 Telegrama publicado no jornal Terra Livre (1961:102).

de organização social jamais conhecida, até então, na história do Brasil. Sem dúvida, em que pese às diferenças e às disputas ideológicas, traduzidas muitas vezes em confrontos e violências, a Igreja Católica e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) tiveram importância fundamental no processo organizatório dos trabalhadores rurais da década de 60. É uma pena que esta disputa tenha sido acoimada pelo insano golpe militar de 1964, para alívio de uns e desespero de muitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRESSAN, Suimar João. *Sindicalismo rural e sociedade :* relações e história. Porto Alegre : UFRGS, 1978. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1978.

DE SANCTIS, Antonio. *Encíclicas e documentos sociais.* São Paulo : LTr/USP, 1972.

FOLHA DE LONDRINA. Londrina, 1960-1963.

MARTINS, José de Souza. *Caminhada no chão da noite.* São Paulo : Hucitec, 1989.

MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a política no Brasil.* 2. ed. Petrópolis : Vozes, 1983.

NOVAES, Regina Reyes. Continuidades e rupturas no sindicalismo rural. In: BOITO JR, Armando *et al. O Sindicalismo brasileiro nos anos 80.* Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1991.

PALMEIRA, M. Diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação social. In: _____. *Igreja católica e questão agrária.* São Paulo : Loyola, 1985.

SERRA, Elpídio. *Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná.* Rio Claro : UNESP, 1991. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

SIGAUD, Lygia. Congressos Camponeses. *Reforma Agrária,* Campinas, *11*(6): 3-8, 1981.

TERRA LIVRE. São Paulo : Ed. da ULTAB, 1960-1964.

Revista UNIMAR 17(1):125-139, 1995.

A COLONIZAÇÃO DO BRASIL VISTA PELO COLONIZADOR: A ESCRAVIDÃO NOS ESCRITOS COLONIAIS DOS SÉCULOS XVI E XVII

Sezinando Luiz Menezes*

RESUMO. Através da análise de textos escritos durante os dois primeiros séculos da colonização, procuramos mostrar neste trabalho, como a escravidão indígena e a do negro africano eram vistas pelo colonizador no Brasil.

Palavras-chave: colonização, índios, "guerra justa", "resgate", escravidão.

THE COLONIZATION OF BRAZIL AS SEEN BY THE COLONIZER: SLAVERY IN COLONIAL WRITINGS OF THE 16th AND 17th CENTURIES

ABSTRACT. Through the analysis of works written in the first two centuries of colonization, we attempted to show, in this paper, the colonizers' view of slavery in colonial Brazil.

Key words: colonization, Indians, "just war", "ransom", slavery.

Neste trabalho, procuraremos mostrar a visão dos contemporâneos sobre os índios e africanos nos dois primeiros séculos da colonização do Brasil. No século XVI, a atenção dos colonizadores se concentra nos índios, no entanto, na medida em que a colonização avança, o nativo vai deixando de ser objeto de discussão por parte do colonizador e, já a partir do século XVII, a atenção é centralizada no africano.

Iniciamos nossa análise com o **Tratado da Terra do Brasil** e a **História da Província de Santa Cruz**, escritos nas primeiras décadas da colonização por Pero de Magalhães Gandavo.

---

* Departamento de História, Universidade Estadual de Maringá. Av. Colombo, 5790, Campus Universitário, 87020-900, Maringá-Paraná, Brasil.

Correspondência para Sezinando Luiz Menezes.

Data de recebimento: 30/09/94.

Data de aceite: 22/03/95.

É praticamente impossível discutir a questão do índio em Gandavo sem passar pela sua posição diante da colonização. Ele escreve em um momento em que a colonização dá ainda seus primeiros passos, é ainda incipiente. Assim, na medida em que, presenciando seu início, ele tem como objetivo estimulá-la, seu intuito principal não é discutir o índio em si, mas mostrar aos reinóis que **o Brasil é a forma de resolver a miséria da população metropolitana**. Aliás, este parece ser o motor de seu trabalho. O próprio autor afirma:

> *"Minha tenção não foi outra neste sumário senão denunciar em breves palavras a fertilidade e abundância da terra do Brasil, para que esta fama venha a noticia de muitas pessoas que nestes Reinos vivem com pobreza, e não duvidem escolhe-la para seu remédio"*(1980:21).

E mais, na introdução da **História da Província de Santa Cruz** o autor escreve:

> *(...)"pera que todos aquelles que nestes Reinos vivem em pobreza nam duvidem escolhe-la para seu emparo: porque a mesma terra he tal, e tam favoravel aos que a vão buscar, que a todas agazalha e convida com remedio por pobres e desemparados que sejão"* (Gandavo,1980:76).

Gandavo vê o Brasil como o "remédio" para a miséria da população metropolitana. Esta miséria advém do fato de que em Portugal os homens são **improdutivos.** Ou seja, sobrevivem de forma parasitária. O Brasil representaria a possibilidade de transformá-los. **O Brasil os tornaria produtivos**.

> *(...) "não havia de haver pessoa pobre nestes Reinos que não fosse viver a estas partes (...) onde os homens vivem todos abastados, e fora das necessidades que ca padecem".*

Além disso,ele afirma que o Brasil promete "riqueza e prosperidade aos que o forem buscar pera seu remédio"(Idem:65).

Concomitantemente, ao se tornarem produtivos, estes homens também transformariam o Brasil. Este seria posto a produzir. Na capitania da Bahia de Todos os Santos, por exemplo, **"estão muitas terras perdidas por falta de moradores, das quaes se conseguiria muito proveito se as povoassem"**(Gandavo,1980:30-Grifos meus). E mais:

> *"Ao longo deste Rio [o Rio Camamú] ha terras mui viçosas e muitas agoas pera se poderem fazer engenhos dassucre, as quaes tambem se perdem por não haver gente que as vá povoar. Tem dentro algumas ilhas de terras mui grossas e acomodadas* ***pera se fazer nellas muita fazenda****"*(1980:30 - grifos meus).

Ao falar da capitania do Espirito Santo, *"onde tambem se perdem muitas terras por falta de gente"*, o autor observa que também ali *"se podem fazer algumas povoações e* ***conseguir porveito*** *das terras viçosas que por esta Costa* ***estão desertas****"*(1980:38 grifos meus).

Poderíamos continuar citando outras passagens onde Gandavo enfatiza o "**abandono**" das terras; no entanto, para evitarmos ser por demais repetitivos, nos limitaremos aos trechos acima. Eles bastam para dar uma idéia de que a posição de Gandavo com relação ao Brasil é a de incentivar a produção.

Assim, na colônia as "agoas" não são belas, cristalinas, ou frescas. São *"pera se poderem fazer engenhos dassucre"*. As terras não são verdejantes, com lindos pássaros coloridos. São para *"se fazer nellas muita fazenda"*. Podemos dizer, portanto, que, para esse autor, a colônia está vinculada à necessidade de se ***"conseguir porveito"***. Para tanto, o colonizador, precisava colocar o Brasil em movimento, necessitava tirar as "terras e as águas" da ociosidade em que se encontravam. A ele cabia não permitir que a colônia continuasse "se perdendo". Contudo, para que o Brasil deixasse de "se perder", era necessário: primeiro, remover qualquer obstáculo que dificultasse o acesso à terra; segundo, organizar e disciplinar a força de trabalho que tornaria a colônia produtiva.

É a partir da necessidade de se incentivar a produção no Brasil que Gandavo vai tratar da questão do índio e, nestas circunstâncias ele não titubeia. Profundamente comprometido com a colonização, vê o índio - e não poderia ser de outra forma - pelo que representa efetivamente para o colonizador. Dito de outra forma, Gandavo vai abordar o índio de duas perspectivas, ambas decorrentes das necessidades da produção colonial: de um lado, o índio é abordado como um obstáculo e, de outro, como condição de riqueza.

Segundo Gandavo, a colonização do Brasil avançava lentamente e limitava-se ao litoral por dois motivos. Primeiro, devido à necessidade dos portugueses estarem junto ao mar para terem *"comunicação de mercadorias"*(1980:23) - esta necessidade evidencia a característica mercantil da produção colonial. Segundo, e mais importante, em razão

dos índios, pois no Brasil *"muitas terras viçosas estão perdidas (...) as quaes não são possuídas dos portugueses por causa destes índios."*(1980:34). Deste ângulo de vista, portanto, os índios são apresentados como um entrave à colonização.

Nos tempos modernos - assim como hoje - os homens são obrigados - independentemente da consciência que eles próprios tenham disto - a definir o caminho, a direção que irão imprimir à sua própria história. Desnecessário dizer que esta "definição" não é resultado de um consenso. Ao contrário, implica choques de interesses, antagonismos, lutas, combates. Na medida em que o mundo moderno havia produzido a necessidade da colonização, ao colonizador não restava outra alternativa senão realizá-la. Para tanto, era **obrigado** a remover todos os obstáculos que a inibiam, que a impediam. Assim é de se perguntar o que cabia ao colonizador fazer com relação aos índios. A não ser que admitamos como alternativa um retorno à Europa e um abandono da colonização - com todas as implicações resultantes de tal "alternativa"[1] - não restava outra opção que não implicasse o enfrentamento, na luta contra aquilo que obstaculizava a colonização[2].

Neste enfrentamento, os portugueses defrontaram-se com dificuldades de toda ordem. Dentre elas, a ação dos índios contra o colonizador, inibindo a expansão da ocupação territorial, atacando as povoações, destruindo as plantações, enfim, obstaculizando a

---

1 Aliás, é sempre bom lembrar que as "alternativas" existem como opções ao europeu até o momento que antecede sua transformação em **colonizador**. A partir do momento em que este segmento social é historicamente produzido, as alternativas deixam de existir.

2 As últimas décadas de nossa época têm sido marcadas pela conciliação. Como conseqüência, os historiadores tendem a acreditar que este caráter conciliatório é inerente aos homens. Passam a crer que o signo da conciliação marcou a história e esteve presente em todas as épocas. Ao se voltarem para o período inicial da colonização do Brasil, tentam encontrar opções e entre elas, outras formas de colonização que não implicassem o enfrentamento, o combate, a violência. No entanto, o que os historiadores parecem esquecer é que as "alternativas" somente poderiam ser encontradas pelos homens que fizeram a história daquela época. Na medida em que os próprios homens fizeram a sua história de uma determinada forma, as outras possibilidades deixaram de existir, foram derrotadas. Ao insistir nas outras possibilidades - que de fato não eram possíveis, pois foram derrotadas - a historiografia passa a se dedicar ao estudo da **história que não ocorreu, mas que poderia ter ocorrido porque os historiadores assim o desejam.**

organização da produção. Todavia, embora esta ação defensiva dos índios tenha sido extremamente importante para a lentidão do avanço colonial, não é a sua causa determinante.

A principal dificuldade enfrentada pelos portugueses decorria da própria forma de vida dos índios. Segundo Gandavo, o que mais preocupava e dificultava a ação do colonizador é o fato de *"não se pode achar remedio para os destruirem* [os índios] *porque não têm morada certa"*(1980:34).

Os nativos tinham uma forma de organização social completamente estranha e ininteligível ao europeu, da mesma forma que o modo de vida do europeu era incompreensível ao nativo. Os índios *"não têm Fê, nem lei, nem Rei, e desta maneira vivem sem justiça e desordenadamente"*(Gandavo;1980:52). Além disso, *"estes indios não possuem nenhuma fazenda, nem procurão adquiri-la como os outros homens, somente cubição muito algumas cousas que são deste Reino"*(Gandavo;1980:58). Finalmente, os índios *"vivem como brutos animaes sem ordem nem concerto de homens"*(Gandavo;1980;57).

Gandavo chega ao ponto de agradecer a Deus por ter semeado a discórdia entre os índios pois, caso contrário, talvez a vitória portuguesa fosse mais difícil,

> *"(...) e assi como são muitos permitiu deos que fossem contrarios huns dos outros e que houvesse entrelles grandes odios e discordias, porque se assi não fosse os portuguezes não poderião viver na terra nem seria possivel conquistar tamanho poder de gente"*(1980:52).

Se, por um lado, cabia ao colonizador lutar contra os índios, porque estes inibiam, dificultavam a colonização do Brasil, ao índio também não restava outra alternativa. Para continuar sobrevivendo, para manter sua forma de vida, era imperativo que a **tribo** destruísse os europeus. O embate, portanto, era inevitável e decorria da própria radicalidade da situação.

Esta questão exige que nos detenhamos nela um pouco mais, porque diz respeito à inevitabilidade do embate entre colonizadores e índios. A incorporação dos índios ao processo de colonização não só exige uma transformação completa de sua organização social, como também, mesmo que seja através da coerção e da força, inverte a própria forma como o índio passa a ser visto pelo colonizador. Incorporado à produção colonial, o índio passa a ser visto como "condição de riqueza". Convém lembrar que a questão não reside em defender o europeu e atacar os

indios, ou defender os indios e atacar os europeus. Não estamos à procura dos mocinhos e dos bandidos. O que de fato nos interessa é desvendar as posições de cada grupo, o que os movia, quais seus interesses e suas necessidades.

Os homens tendem a ver a si próprios como naturais, como eternos. Tendem a crer que sua forma social não é histórica. Para os homens da época moderna é tão inconcebível uma forma de vida social onde não exista nem monarquia nem leis estabelecidas quanto, para a nossa época, uma sociedade que não se organize nos mesmos moldes que a nossa. Que não seja, por exemplo, democrática. Assim como hoje se acredita que ter **emprego** é algo natural e inerente ao homem e, por conseguinte, cabe aos homens **lutar por empregos**, ao colonizador parecia **natural** que os homens *possuíssem fazenda*, ou procurassem adquiri-la.

Ora, o que fazer com um contingente populacional que não se interessava em "possuir fazenda", em acumular, em **trabalhar**[3] ? Ou a população nativa era destruída ou radicalmente transformada para que pudesse ser incorporada ao processo colonizador enquanto **trabalhador**. No entanto, o índio não estava disposto a simplesmente abrir mão de sua forma de vida e "abraçar" a nova forma que estava sendo gestada no Brasil. A incorporação do índio à colonização, portanto, somente ocorreria através da coerção[4].

---

3 O trabalho não é eterno, não é o mesmo em todas as épocas. Aliás o "trabalho" somente vai se objetivar com o nascimento da sociedade burguesa. Assim sendo, para o índio, "trabalho" tem um significado distinto daquele que lhe confere a sociedade burguesa. A incompreensão desta distinção conduziu a um duplo equívoco. Primeiro. Os colonizadores acreditavam que os nativos não trabalhavam. Esta crença originava-se do fato de que o europeu via a sua forma - histórica - de trabalho como a forma de todas as épocas e de todas as sociedades. Segundo. A historiografia, tentou encontrar na tribo o trabalho em sua forma burguesa. Não o encontrou e concluiu que a categoria trabalho não é explicativa da sociedade tribal.

4 Parece-nos que uma alternativa à coerção poderia ter sido representada pela ação dos jesuítas. Estes, ao "catequizar" os índios, contribuíam decisivamente para a destruição de sua forma de vida. Ensinando-lhes novos valores, novos usos e costumes, os inacianos os estavam **educando** para a nova forma de organização social, que então surgia no Brasil. Contudo, os interesses **religiosos** nem sempre são os mesmos do colonizador. Se, por um lado, a ação catequizadora foi decisiva para a desarticulação da tribo, por outro, a nova forma que os jesuítas estavam tentando construir - corporificada nas reduções jesuítas - nem sempre interessava ao colonizador. De qualquer forma, mesmo tendo em conta o seu "trabalho pedagógico",

Quando isto ocorre e o índio torna-se passível de ser escravizado, ele transforma-se radicalmente na visão do colonizador. De obstáculo torna-se condição de riqueza.

Ao tratar da Capitania de Pernambuco, Gandavo afirma:

> *"Esta se acha huma das ricas terras do Brasil, tem muitos escravos indios que he a principal fazenda da terra. Daqui os levão e compram pera todas as outras Capitanias, por que ha nesta muitos, e mais baratos que em tôda a Costa"(...)*(1980:26).

A clareza com que Gandavo expõe a questão torna desnecessário qualquer tipo de comentário. No entanto, uma indagação se impõe. Por que o índio é considerado *a principal fazenda da terra*? Eis o que diz Gandavo a este respeito:

> *(...)"a primeira cousa que pretendem alcançar [os moradores do Brasil] são escravos pera lhe fazerem e grangearem suas roças e fazendas, porque sem elles não se podem sustentar na terra (...)* (1980:42).

E ainda:

> *"As pessoas que no Brasil querem viver, tanto que se fazem moradores da terra por pobres que sejão se cada hum alcançar dous pares ou meia duzia de escravos (que pode hum por outro custar pouco mais ou menos até dez cruzados) logo tem remedio pera sua sustentação; porque huns lhe pescão e cação, outros lhe fazem mantimentos e*

---

a ação da Companhia de Jesus não seria suficiente. O colonizador tinha pressa. Os jesuítas não atuariam com a rapidez e na extensão requeridas. Ou seja, a educação dos índios seria um processo por demais lento e restrito, não conseguiria satisfazer a voracidade pelo trabalho da colônia.

Não estamos, com isso, aderindo a uma perspectiva maquiavélica da história, atribuindo aos jesuítas, ou a outros grupos sociais, a possibilidade de planejar a história de forma a prejudicar seus "adversários". Não pretendemos afirmar que os jesuítas agiam deliberadamente visando destruir a cultura nativa, porque sabiam que isto possibilitaria a dominação. Longe disto, a ação jesuítica deve-se a motivos **religiosos**. O que os movia era a necessidade de propagação da fé, de salvação das almas. No entanto, os resultados desta ação, independentemente da consciência que os jesuítas tinham do processo que estavam ajudando decisivamente a desencadear, extrapolaram o terreno da religião, foram mais abrangentes.

> *fazenda e assi pouco a pouco enriquecem os homens e vivem honradamente na terra com maes descanço que neste Reino, porque os mesmos escravos indios da terra buscam de comer pera si e pera os senhores, e desta maneira não fazem os homens despeza com seus escravos em mantimentos nem com suas pessoas"(...)* (1980:44).

Uma leitura meio desatenta das passagens acima reproduzidas poderia levar o leitor a concluir que, para Gandavo, os escravos índios são importantes porque tanto poderiam produzir a subsistência de seus proprietários quanto poderiam ser vendidos. De fato, estes aspectos são importantes. No entanto, a importância do índio escravizado não se resume à produção da subsistência, nem ao fato de ser transformado em uma mercadoria. Mais que isto, os escravos são importantes porque enriquecem os homens, pois produzem *"sem fazer despesas"*.

> *"Os mais moradores que por estas Capitanias estão espalhados ou quase todos, tem suas terras de sesmaria dadas e repartidas pelos capitães e governadores da terra. E a primeira cousa que pretendem acquirir, são escravos para nellas lhes fazerem suas fazendas e si huma pessoa chegar na terra e alcançar dous pares, ou meia duzia delles* ***(ainda que outra cousa nem tenha de seu)*** *logo tem remédio para poder honradamente sustentar sua familia: porque hum lhe pesca e outro lhe caça, os outros lhe cultivão e grangeão suas roças e desta maneira nam fazem os homens despeza em mantimentos com seus escravos, nem com suas pessoas.* ***Pois daqui se póde inferir quanto mais serão acrescentadas as fazendas daquelles que haverem duzentos, trezentos escravos,*** *como ha muitos moradores na terra que nam tem menos desta contia, e dahi pera cima"* (Gandavo,1980:93-94, Grifos meus).

Conforme pudemos observar, o índio - quando escravizado - era visto como condição de riqueza. Se, com quatro ou seis *"ainda que outra cousa nem tenha de seu"*, os *"moradores"* conseguem viver com honra, do que não seria capaz aquele que possuísse duzentos ou trezentos escravos? Quanto maior o número de escravos maior a produção e por conseguinte maiores as possibilidades de terem *"acrescentadas as fazendas"*. Tendo em vista que a organização da produção mercantil tinha como objetivo obter o maior ***proveito*** possível, a compulsão ao

trabalho impõe-se como uma necessidade. Convém lembrar que, para conseguir "proveito", o colonizador torna o Brasil produtivo, retira-o de sua "ociosidade", de sua inatividade.

A partir da virada do século XVI para o XVII, ao escravo índio fica reservado um papel secundário, restrito sobretudo a regiões onde a economia mercantil é menos desenvolvida, ou a momentos circunstanciais, quando o fluxo de africanos é interrompido. No entanto, embora a partir de então, a África tenha se transformado na principal fornecedora de mão-de-obra, isto não significou o fim da escravidão indígena.

Não pretendemos discutir profundamente a questão dos determinantes da substituição do índio pelo africano, pois, além de não ser este nosso objetivo, tal discussão não caberia nos limites deste trabalho. No entanto, algumas observações são necessárias, porque discutir a escravidão indígena, da perspectiva da produção colonial, significa discutir a escravidão negra, ou seja, significa discutir a escravidão. Neste sentido toda a discussão sobre a substituição do escravo indígena pelo escravo negro é marcada pelas necessidades da produção. Seja a discussão sobre a "guerra justa", seja a discussão sobre os "excessos" da escravidão negra, não extrapolam jamais os limites da existência da escravidão. Os limites desta discussão são determinados imperativamente pelo fato de que o escravo é condição de riqueza. Estes limites revelam-se, por exemplo, na posição da Igreja a respeito dos índios e dos negros que, a nosso ver, merece destaque.

A posição do colonizador com relação ao negro era muito próxima daquela que ele tinha em relação ao índio escravizado. O negro, tal qual o índio, também era visto como condição de riqueza. O que os distinguia, aos olhos do colonizador, era o fato de que o africano nunca se constituiu em um obstáculo à colonização[5].

A escravidão indígena foi uma questão controvertida e a oposição a ela não é algo furtuito. Já em 1537, ao mesmo tempo em que parecia aceitar como legítima a escravidão do africano, o papa Paulo III ameaçava com a excomunhão aqueles que, de alguma forma, colocassem em risco a liberdade dos índios. Para tanto, a Igreja argumentava que o

---

[5] Poder-se-ia se afirmar que a resistência à escravidão, que adquiriu sua forma mais acabada nos quilombos, tenha se constituído em um entrave à colonização. De nossa parte, acreditamos que, ao contrário, a resistência negra tenha sido um componente perfeitamente "ajustado" à sociedade colonial.

negro havia sido reduzido à escravidão nas guerras tribais da África em que o preço da derrota significava a morte ou a perda da liberdade. Por conseguinte, ao trazê-lo para o Brasil, os europeus estariam, de fato, "***resgatando***" o africano. Aliás, **resgate** era o termo utilizado para designar a operação que envolvia a compra do escravo na África. Ao ser **resgatado,** o negro estava sendo duplamente salvo. Primeiro, da morte nas mãos de seu inimigo africano. Depois, com a catequização, da eternidade nas trevas do inferno. Desta forma, o termo **resgate** possuía um significado mais abrangente que a compra do africano. Significava, de fato, **"salvação pela compra"**. Assim, o aprisionamento do negro se justificava pela identificação entre escravidão e salvação, através do **resgate**. No entanto, tal como ocorria com relação aos índios, os negros escravizados não se limitavam aos aprisionados em "guerra-justa". Quando isto ocorria, os "excessos" eram criticados. Isto pode ser observado, por exemplo, no relatório de D. Manoel Batista.

Em 1619, quando encerra suas funções como bispo do Kongo e Angola, o franciscano D. Manuel Baptista, escreve ao Rei de Portugal um relatório contendo severas críticas à administração portuguesa na África. Neste relatório, o bispo não poupa nenhum dos governadores portugueses com os quais conviveu a partir de 1607. Segundo o franciscano, o Rei de Portugal deveria mandar para Angola homens,

> *"muy caleficados/ de competente idade, E de muita confiança, E consçiençia porq(ue)/sendo estes farão proueito muy bastante nas cousas desentes E/ordinarias sem* ***extorções.*** *E sendo ao contrario (como tem sido/E he) deitão tudo a perder, E arriscão todos,* ***molistando, E roubando os naturães, E moradores, dando de ordin(a)rio guerras injustas, catiuando, matando, E opremindo inoçentes,*** *E fazen/do uexacões q(ue) se não podem declarar, atrauessando tudo, E rre/uendendo ó, E por fim opremindo a todos, (...)*(grifos meus-Parreira,1993:93).

D.Manuel Baptista aprofunda suas críticas. Condena a ação dos portugueses na África, pois estes estavam "catiuando in/numeraveis inoçentes, não só contra a ley de D(eu)s, e natural/mas ainda contra os regimentos expressos de V(ossa) M(agesta)de.)" (Idem, ibidem:24-25).

O franciscano combate ainda os "excessos" dos administradores lusos na África. Clama para que as "guerras injustas" tenham fim, pois "cativar inocentes", além de ser "contra a lei de Deus", é também contra

as leis de Portugal. No entanto, segundo o autor, **todos** os administradores cometeram e cometem **excessos**. Por conseguinte, a forma **normal** da administração portuguesa na África, é, segundo o padre, indevida, excessivamente violenta, ilegal, etc. Assim sendo, sua oposição não é com relação a alguns administradores, mas sim com relação à própria administração portuguesa. Suas críticas não são dirigidas a homens específicos, mas sim à **instituição**. Esta posição é muito semelhante à de um outro religioso, o Padre Jorge Benci, sobre a administração portuguesa no Brasil. Assim como aquele franciscano, este jesuíta tece profundas críticas aos "excessos" cometidos.

Na **Economia Cristã dos senhores no governo dos escravos**(1700) Benci procura, mediante conselhos aos senhores, diminuir a exploração dos escravos. Para tanto, procura ressaltar as péssimas condições de vida a que os escravos estavam sujeitos. Descreve a interminável jornada de trabalho, os castigos, os maus tratos, a alimentação insuficiente, etc. Tenta ensinar aos senhores como estes deveriam tratar os escravos. Procura mostrar "*que o trabalho dos servos nos dias de serviço deve ser interpolado com o descanso necessário*", "*que o trabalho dos escravos não deve ser superior a suas forças*", ou ainda que os escravos não devem trabalhar aos domingos e dias santos. Tenta ainda, mostrar ao senhores como alimentá-los, como vesti-los e, sobretudo, como devem castigá-los. Contudo, da mesma forma que D. Manuel Baptista, em momento algum Benci propõe o fim da escravidão. Tal como D.Manuel pretende que a compra dos negros se limite àqueles apreendidos em guerra justa, Benci pretende atenuar o sofrimento dos escravos, nem um nem outro pretende o fim da relação de trabalho.

> *"pretendo instruir aos senhores [diz Benci] especialmente aos do Brasil, no modo como devem tratar os escravos para que façam distinção entre eles e os jumentos"*(1978:52)

O que permite a Benci efetuar tais críticas? O que torna possível que este jesuíta acredite que a escravidão no Brasil possa ser mantida, mas de uma forma menos violenta? Para este autor, a escravidão poderia ser atenuada se os senhores se mirassem no exemplo dos romanos. Os proprietários de escravos do Brasil "*bem podiam aprender dos antigos Romanos a não ser tão escassos nas rações que dão aos servos, como o não são nas distribuições das tarefas*"(1978:63).

Benci propõe a escravidão clássica como "modelo" a ser seguido pelos senhores. Ao proceder desta forma, o autor demonstra desconhecer

os motores da escravidão colonial. Não percebe que a escravidão colonial, diferentemente daquela que existiu na antiguidade, é movida pela necessidade de se extrair o máximo possível de trabalho excedente do escravo. Desta necessidade origina-se a violência. Esta era, no Brasil colonial, a forma de tornar o escravo produtivo.

A incompreensão da relação entre o grau de violência e a produção colonial torna possível, aos olhos de Benci, uma diminuição da jornada de trabalho, a atenuação da violência. Sua crítica revela seus limites, os quais por sua vez , são oriundos de sua alienação do mundo da produção. Ou seja, o que permite a Benci criticar aquilo que considera "excesso", "abuso" ou demasiadamente violento na escravidão é justamente o fato de não estar diretamente comprometido com o processo produtivo na colônia. Ressalte-se, no entanto, que embora não compreenda a necessidade do grau, até então inusitado, de extração de trabalho excedente, Benci não abre mão da produção colonial, por conseguinte não pode abrir mão da escravidão. Embora não compreenda o processo, sabe que o produto final - a mercadoria - é imprescindível. Prisioneiro de sua própria realidade, jamais propõe o fim da escravidão. Limita-se então - de forma semelhante ao franciscano na África - a criticar seus excessos.

Retomando agora a questão da escravização, a partir da guerra justa, podemos observar que, a principio, a Igreja opunha-se à escravidão, tanto à do índio, quanto à do negro. No entanto, se estes fossem aprisionados numa "guerra justa", ou seja, se de alguma forma resistissem à catequização e à colonização, sua escravização tornava-se legítima - é este o liuite que o padre Manuel Baptista deseja ver respeitado. Desta forma, ao mesmo tempo em que cria embaraços à escravização, o princípio da guerra justa - transformado em lei por Portugal em 1611 - legitima a escravidão colonial. A este respeito a posição de Gandavo é extremamente esclarecedora. Segundo o autor, os índios,

> *(...)"se vendião huns aos outros, e os portuguezes* ***resgatavão*** *muito delles e salteavão quantos querião sem ninguem lhes ir á mão, mas já agora não ha isto na terra nem resgates como soía, porque depois que os padres da Companhia vierão a estas partes proverão* ***neste negocio*** *e vedarão muitos saltos que fazião os portuguezes por esta Costa, os quaes encarregavão muito suas consciencias com cativarem muitos indios contra direito e moverem-lhes guerras injustas.E por isso ordenarão os padres e fizerão com os Capitães da terra que não*

> *houvesse mais resgates nem consentissem que fosse nenhum portuguez a suas aldêas sem licença do mesmo Capitão. E quantos escravos agora vêm novamente do Sertão ou das outras Capitanias todos levão primeiro á Alfândega e alli os examinão e lhes fazem proguntas com os vendeu, ou como forão resgatados, porque ninguem os pode vender se não seus pais ou aquelles que em justa guerra os cativão, e os que achão mal acquiridos põem-nos em sua liberdade, e* ***desta maneira quantos indios se comprão são bem resgatados,*** *e os moradores da terra não deixão por isso de ir muito avante com suas fazendas"* (Gandavo,1980:58 grifos meus).

Conforme vimos, a ação dos jesuítas estabeleceu regras para o aprisionamento dos índios. Este procedimento acabou com as "guerras injustas" pois, a partir de então, além dos "resgates" somente poderem ser efetuados com autorização, havia todo um processo de fiscalização e acompanhamento dos índios aprisionados. Sendo assim, ao ser normatizada, a escravização do nativo não apenas se tornou legítima, como também acabou com os problemas dos portugueses que até então *"encarregavão muito suas consciencias com cativarem muitos indios contra direito e moverem-lhes guerras injustas"*. Estabelecidas as normas para o aprisionamento, todos os *"indios que se comprão são bem resgatados"*.

Talvez uma ação mais efetiva em defesa dos índios, por parte dos jesuítas, tenha levado a um maior respeito do princípio da guerra justa no Brasil. Entretanto, esta possível justificação moral da liberdade indígena não elimina uma outra, de caráter mais prático, conforme veremos a seguir.

Em 1661, a Câmara de Beléun (Pará) envia ao Padre Antonio Vieira, que na época era visitador geral das Missões dos jesuítas, uma representação onde atribui a grande miséria da população à falta de escravos e solicita que o jesuíta autorize uma expedição ao sertão com a finalidade de aprisionar índios para serem escravizados. Vieira responde negativamente à solicitação da Câmara, afirmando que *"as necessidades que padecem"* os moradores do Maranhão têm outras causas além da falta de escravos (Vieira, 1952:Vol.I 221/223). Afirma ainda que, mesmo que a pobreza do Maranhão pudesse ser resolvida simplesmente com o aumento do número de escravos, a simples escravidão dos índios não resolveria o problema, pois *"vindo ao remédio, que se aponta, dos escravos do sertão (...) o dito remédio por si só não é suficiente (...)"* (Idem, Ibidem 222/223). Isto porque:

> *"(...)por mais que sejam os escravos que se fazem, muito mais são sempre os que morrem como mostra a experiência de cada dia neste Estado, e o mostrou no do Brasil, onde os moradores nunca tiveram remédio senão depois que se serviram com escravos de Angola, por serem os índios da terra menos capazes do trabalho e de menos resistência contra as doenças, e que, por estarem perto das suas terras, mais fàcilmente ou fogem ou os matam as saudades delas"*(*Idem, Ibidem* 223).

Assim, embora um dos argumentos da "Representação" fosse justamente de que a população não tinha dinheiro para adquirir escravos, Vieira sugeriu à Câmara do Maranhão que, ao invés de se organizar uma expedição para escravizar índios, os moradores locais deveriam adquirir negros, pois estes seriam mais aptos, mais resistentes ao trabalho e, por serem de longe, mais dificuldades teriam para fugir. Esta crença na superioridade do trabalho do africano não era recente. Na "Proposta feita a El-Rei D. João IV em que se lhe representava o miserável Estado do Reino", escrita durante a década de quarenta, Vieira já havia afirmado a superioridade do trabalho escravo do negro. Estando Angola dominada pelos holandeses, o jesuíta afirma que no Brasil

> *"cedo não se terá açucar: porque a falta dos negros de Angola não se pode suprir com os escravos de outras partes, por serem incapazes de aturar o trabalho dos canaviais e engenhos, como a experiência mostra largamente"*(1953: vol.IV,8).

Embora esta questão apareça de forma menos elaborada, na **História da Província de Santa Cruz**, Gandavo a coloca nos mesmos termos de Vieira.

> *"uma das cousas porque o Brasil não floresce muito mais, he pelos escravos que se alevantarão e fugirão para suas terras e fogem cada dia: e se estes indios não forão tam fugitivos e mudaveis, não tivera comparação a riqueza do Brasil"*(1980:42).

e ainda:

> *[os escravos "da Guiné"], "são mais seguros que os indios da terra por que nunca fogem nem têm para onde"*(1980:44).

Gandavo e Vieira não foram os únicos a atribuir ao trabalho negro superioridade sobre o indígena.

> *"O trabalho de um negro é superior ao de quatro indígenas, consignava Herrera. Se faltam os prêtos, escrevia o bispo de Cuba, não haverá sequer vinho para dizer a missa."* (*Apud:* Hollanda; 1980:184).

O fato de o trabalho escravo do negro ser ou não realmente superior ao do índio é aqui irrelevante. O que realmente nos interessa é que tal argumento era forte o suficiente para ser utilizado numa discussão com o maior conhecedor do trabalho escravo, o senhor. De qualquer forma, quando se opõe à escravidão do índio, Vieira coloca como uma alternativa a escravização do negro, pois parte do pressuposto que este foi resgatado em guerra justa.

Assim, ao defender o índio da escravidão, este autor reafirma a necessidade do trabalho escravo. Tal procedimento, entretanto, decorre, não de um preconceito em relação aos negros, mas do fato de que o jesuíta não vê outra alternativa senão o trabalho escravo na colônia.

Evitando o equivocado exagero de afirmar que o "trafico determinou a escravidão", pode-se dizer que também os interesses mercantis envolvidos no tráfico negreiro devem ter sido relevantes na preferência pelo negro.

Concluindo, podemos afirmar que não havia oposição à escravidão durante os primeiros séculos da colonização do Brasil colonial. O que de fato existia era uma oposição por parte da Igreja - e do estado português - à escravidão do índio que não ocorresse através da "guerra justa". Não havia oposição em relação à escravidão indígena, e menos ainda em relação à escravidão enquanto instituição. Ao contrário, na medida em que a escravidão tornava possível a salvação dos cativos, era estimulada. Contudo, esta já é uma outra questão. Paremos por aqui.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENCI, Jorge. *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos* (1700). São Paulo : Grijalbo, 1977.

BUARQUE DE HOLLANDA, Sérgio. *História geral da civilização brasileira:* a época Colonial. Administração, economia, sociedade. São Paulo : DIFEL, 1968. v. 2, t. 1.

GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da terra do Brasil - história da Província Santa Cruz*. Belo Horizonte e São Paulo : Itatiaia e Usp, 1980.

PARREIRA, Adriano(ed.). *Documento nº 105 da caixa nº 1, Angola, Manuscrito avulso depositado no Arquivo histórico ultramarino*. Lisboa : Instituto de Investigação Científica Tropical, 1993.

VIEIRA, Antonio, Padre. *Obras escolhidas*. Lisboa : Sá da Costa, 1951 a 1954. 12 v.

Revista UNIMAR 17(1):141-147, 1995.

A ESCOLA DE FRANKFURT - NOÇÕES BÁSICAS

Geovanio Rossato* **e Jorge Ulisses Guerra Villalobos+**

RESUMO. Este texto fornece noções básicas sobre a história da Escola de Frankfurt, bem como noções acerca da "Teoria Crítica da Sociedade" realizada pela mesma, destacando o pensamento de alguns frankfurtinianos, tais como: Max Horkheimer, Theodor Adorno, Herbert Marcuse e Jürgen Habermas.

Palavras-chave: teoria social, sociologia crítica, racionalidade.

FRANKFURT SCHOOL - BASIC NOTIONS

ABSTRACT. This text offers basic notions about the history of Frankfurt's School, and its "Critical Theory of Society", emphasizing the thought of some numbers such as: Max Horkheimer, Theodor Adorno, Herbert Marcuse and Jürgen Habermas.

Key words: social theory, rationality, critical sociology.

INTRODUÇÃO

A Escola de Frankfurt surgiu oficialmente em 1923, com a fundação do Instituto de Pesquisa Social, subsidiado por Félix Weil e Hermann Weil. O Instituto teve como primeiro diretor, o austríaco e historiador marxista, Carl Grünberg(1861-1940), que lançou como porta voz da instituição a revista Arquivo para a história do socialismo e do movimento trabalhista, popularmente conhecido como Arquivo Grünberg.

No entanto, a Escola de Frankfurt, só ganha as características pelas quais é conhecida hoje, a partir de 1931, quando Max Horkheimer

* Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, Campus Universitário, 87020-900, Maringá-Paraná, Brasil.

+ Departamento de Fundamentos da Educação, Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, Campus Universitário, 87020-900, Maringá-Paraná, Brasil.

Correspondência para Geovanio Rossato.

Data de recebimento: 24/10/94.

Data de aceite: 03/03/95.

assume a direção do Instituto e cria a Revista de Pesquisa social. Com esta nova revista, a instituição se propunha a fazer uma análise da sociedade como um todo (e não mais ficar restrita à questão do movimento operário), tendo como linha de pesquisa o materialismo histórico e dialético. Em razão disto, o grupo de intelectuais que dava corpo teórico ao Instituto se definia como "marxista" (marxiniano), privilegiando nas pesquisas marxistas o seu lado científico e não político-partidário.

Assim, podemos dizer que os frankfurtianos não fundaram uma escola nos moldes tradicionais, mas desenvolveram, através de uma base marxista, uma série de críticas à sociedade contemporânea. Este conjunto de pesquisas teórico-críticas desenvolvidas por vários autores e em várias áreas do conhecimento (psicologia, filosofia, sociologia, política, artes etc), ficou conhecido por Teoria Crítica da Sociedade.

Por isto, se fôssemos dar uma rápida definição da Escola de Frankfurt, diríamos que a Escola se instituiu a partir da década de 20, chegando até nossos dias através do trabalho de um grupo de intelectuais, considerados marxistas não-ortodoxos, porque permaneceram à margem de um marxismo-leninismo clássico, no desenvolvimento de uma teoria crítica da sociedade.

O Instituto de Pesquisa Social, que fora criado em 1923, já em 1933 teve que se instalar em Genebra, em função da ascensão e perseguição na Alemanha, pelo Nacional Socialismo. Em 1934, o Instituto vai para a cidade de Frankfurt (daí o nome: Escola de Frankfurt) e em 1935 para os Estados Unidos da América, de onde retorna em 1950, após a derrota do Nazi-Fascimo. Entre seus principais componentes podemos citar: Walter Benjamin (1892-1940), Theodor W. Adorno (1903-1969), Max Horkheimer (1985-1973), Herbert Marcuse (1988- 1979) , Jürgen Habermas (1929-), e ainda Erich Fromm (1900-1980).

MAX HORKHEIMER E THEODOR ADORNO

Segundo Bárbara Freitag(1994, p.32), os frankfurtianos desenvolveram sua teoria crítica a partir de três eixos temáticos:

a) A dialética da razão e a crítica à ciência;
b) A dupla face da cultura e a discussão da indústria cultural;
c) A questão do estado e a dominação tecnocrática.

No entanto, esta trifurcação temática tem por sua vez um eixo comum. Este eixo é a discussão contemporânea do *Iluminismo ou do Esclarecimento (Aufklärung).*

Em razão disto é que na obra "Dialética do esclarecimento" (1947), escrita por Horkheimer e Adorno, esses autores fazem uma análise da sociedade, descrevendo a trajetória do desenvolvimento dialético da racionalidade. Para eles, a razão, o iluminismo, contribuiu para tirar o homem do medo e do mito, tornando-o um ser emancipado, autônomo e pronto para agir, produzindo conscientemente no mundo. No entanto, para os dois autores, esta trajetória do iluminismo, hoje, ruma para a auto-destruição da razão, porque neste caminhar dialético prevaleceu a idéia de que o saber é mais técnico que crítico.

Enfim, buscam expor, na "Dialética do esclarecimento", o fato de que a racionalidade ao buscar, em sua trajetória histórica, o emancipar do homem, acabou transformando-o em escravo na sociedade. Isto, em função de esta racionalidade ter-se tornado uma "razão instrumental". A partir desta nova lógica, não importa mais a veracidade das técnicas, e sim a sua funcionalidade para o aumento da produção e do lucro. Assim, a forma de racionalidade a que chegou esta "dialética do iluminismo" reprime o homem, onde a convicção partilhada pelos iluministas (de uma razão emancipatória) revelou-se ilusória.

Para Horkheimer e Adorno, prova cabal desta situação caótica a que está submetido o homem é o fato de o nosso sistema social ter criado a "indústria cultural". Esta indústria cultural (complexo cultural constituído pelo cinema, rádio, jornal, publicidade etc.) é responsável por criar, na atual sociedade, um homem massificado, controlado por comportamentos e linguagem unificados (aqui Adorno diverge de Walter Benjamin, pois, para este, a arte era um espaço imune ao "sistema" e poderia resgatar os indivíduos frente à massificação operante).

O fato é que, para Horkheimer e Adorno, o homem moderno encontra-se controlado no trabalho e no lazer por uma razão instrumental e técnica. O sistema leva os homens a uma "unidimensionalização" (obs: expressão criada por Marcuse) e isto ocorre em razão de que a racionalidade perdeu a sua ambigüidade original, que é a de um lado representar e conduzir a dominação (da natureza) e de outro a emancipação (do homem). Por isso, para eles, com o advento das sociedades contemporâneas (tanto o capitalismo como o socialismo real - que substituiu o lucro pelo planejamento, tornando o homem um escravo da administração), o avanço dos padrões de Racionalidade e a Reificação/Coisificação caminham juntos no domínio da natureza e do homem.

Diferentes concepções de razão na Dialética da Racionalidade

Para Max Horkheimer, existem duas racionalidades, ou duas formas de se exercer a racionalidade no âmbito da história. Uma objetiva, constituída pela metafísica, pela crítica. Outra subjetiva, a razão instrumental-técnica, que se desenvolve a partir de metas e meios práticos. Segundo Horkheimer, no desenvolvimento dialético e histórico do Iluminismo(cujo desfecho é a fase contemporânea), a razão subjetiva dominou completamente a razão objetiva, infiltrando-se em todos os sistemas e subsistemas de nossa sociedade, não havendo mais espaço para a razão objetiva, ou seja, para a crítica.

Já para Theodor Adorno, só existe uma racionalidade (razão). Mas esta é dialética, constituída de tese, antítese e síntese. Porém a nossa modernidade só colocou em prática a parte sintética desta razão, o seu lado que vive em função da síntese, da conciliação e da identidade. Conseqüência disto foi o abandono da sua outra parte dialética, a parte anti-tética da razão, ou seja, o lado que valoriza o diferente, o estranho, o não idêntico e a crítica. Através disto, Adorno procura mostrar por que ocorrem contemporaneamente a instrumentalização da racionalidade e a conseqüente massificação das pessoas.

Devemos perceber aqui a diferença e a semelhança entre Adorno e Horkheimer. Ambos entendem que a sociedade contemporânea suprimiu a transcendência, a crítica da ciência e da técnica. No entanto, para o primeiro, isto se deu em virtude do desaparecimento da estrutura dilemática e dialética da razão iluminista, enquanto para o segundo foi em função da hegemonização da razão subjetiva.

Em função da sua análise, Adorno propõe uma solução através do que ele chama de "razão negativa". Ele explica que, apesar de a sociedade só estar valorizando o lado afirmativo, sintético e idêntico da razão, a racionalidade ainda continua sendo dialética em sua estrutura básica. Neste sentido, Adorno acredita que se pode tentar reverter este quadro social exercendo o lado negativo da razão, a sua parte crítica, e do não idêntico. Somente assim, poderemos mostrar que a filosofia não pode captar a totalidade da realidade somente com suas teorias positivas. Renascendo, desta forma, o espaço para o oculto, o crítico, e o transcendente da realidade. E, ainda, gerando um desdobramento dos sistemas filosóficos que impedem as ações que visam à transformação da sociedade.

HERBERT MARCUSE

De forma bastante análoga, o filósofo Herbert Marcuse, em sua obra "O homem unidimensional"(1964), fez uma análise da sociedade contemporânea partindo do pressuposto de que uma racionalidade instrumental abortou o projeto de emancipação dos homens. E esta razão instrumental exerce seu poder através da sociedade industrializada.

Para Marcurse, o homem unidimensional é o homem de uma só dimensão, é o ser humano que vive em uma sociedade totalitária (capitalismo ou socialismo), que se justifica com uma filosofia de uma só dimensão. É a sociedade do *mesmo*, onde não há espaço para opiniões diferentes da estabelecida, uma sociedade que paralisou a crítica, ou seja, atrofiou a razão negativa.

Uma sociedade cujo sistema dominante só permite críticas que visem à melhoria da produção e, neste sentido, transforma-se em sociedade pseudocrítica. Assim, o que existe é uma filosofia da sociedade tecnológica que estrangulou a filosofia do protesto. É uma sociedade que alcançou a mais alta produtividade e que, ao mesmo tempo, perpetua o trabalho deixando de liberar o "eros"(a vida, o sentido, o prazer), desprivatizando até mesmo o lazer e integrando-o em uma rede de produção e consumo. Fornecendo aos indivíduos uma falsa liberdade, fazendo o indivíduo crer no mito de que pode fazer o que bem entende quando na realidade sua liberdade é limitada a um consumo pré-determinado e também limitado.

Para Marcuse, a sociedade unidimensional traz a necessidade de se abandonar caminhos e meios tradicionais do marxismo para se buscar mudanças. Não se pode mais contar com boa parte da classe trabalhadora, que foi cooptada pela democracia liberal e por salários que garantem um status de falsa liberdade. Marcuse diz que, abaixo desta classe popular conservadora, existe uma legião de grupos sociais(desempregados, estrangeiros, negros etc.) que, por estarem fora do processo burocrático social, representam uma força que pode revolucionar a sociedade capitalista industrializada e avançada.

JÜRGEN HABERMAS

Jürgen Habermas desenvolve suas teorias no mesmo sentido que os demais. Para ele, a teoria crítica deve ser engajada nas lutas políticas do presente e construir-se em nome de um futuro revolucionário. Em seus livros "Conhecimento e interesse"(1982) e "Técnica e ciência como

ideologia"(1968), realiza uma crítica radical ao positivismo científico e filosófico. Para ele, a racionalidade da sociedade está ligada à institucionalização do processo científico e técnico. Institucionalização comandada por um complexo: indústria - ciência - técnica - exército - governo, onde por exemplo nos EUA, a NASA e a Secretaria de Defesa subordinam a maioria das pesquisas.

Desta forma , Habermas conclui que a racionalidade, ao desmistificar o mundo e o seu agir, a partir de fundamentos empíricos, levou a nossa sociedade a um agir - com - respeito - a - fins. Disseminou-se, então, uma racionalidade que, ao gerar tantos progressos técnico-materiais, acabou criando uma dominação política sob sua coordenação. Por isto, segundo Harbermas, a dominação não ocorre mais através da tecnologia, mas sim *enquanto tecnologia.* Isto porque, agora, a tecnologia fornece a melhor forma de manter a sociedade , ao revestir a dominação de uma suprema legitimidade. E esta legitimidade ocorre a partir do momento em que se desenvolve a idéia de submissão ao aparato tecnológico, e conseqüentemente a sua produtividade e trabalho, colocando-a como a única que pode garantir a felicidade material do homem.

Por isto, Habermas, a exemplo de Marcuse, diz que algumas das categorias marxistas(tais como luta de classes e ideologia) deveu ser usadas com restrições na sociedade contemporânea. Isto porque a sociedade tecnológica melhorou sensivelmente o padrão dos trabalhadores sem precisar recorrer a uma revolução socialista. Assim, a sociedade capitalista industrializada e avançada progrediu criando mecanismos que amenizaram a luta de classes.

E Habermas conclui, como Marcuse, que somente grupos marginalizados representam forças reais de confronto ao sistema capitalista-tecnológico. Isso porque, ao fazerem reinvindicações básicas (casa, empregos, saúde, etc.), esses grupos são tratados com bombas e cacetetes, mostrando o quanto esta democracia é formal. Habermas chega a elencar também os estudantes como possível grupo que pode abalar o sistema, pois ainda não teriam sido cooptados pela ideologia tecnológica.

E ainda, dentro das possíveis soluções para a dominação da sociedade contemporânea, Habermas propõe, ao invés de uma razão negativa, como Adorno, uma *razão comunicativa.* Esta racionalidade seria um contato direto entre sujeito-sujeito, imediatizado pela linguagem e pelo discurso. Desta forma, poderia se romper com as determinações conceituais pré-elaboradas pela industrial cultural-tecnológica. Em síntese, esta razão comunicativa geraria uma *ação comunicativa* que se

libertaria da ação instrumental que só vê objetos, metas e estratégias a serem cumpridas.

CONCLUSÃO

A "Teoria Crítica da Sociedade" elaborada pela Escola de Frankfurt, ao longo de sua história, foi profundamente marcada pelo período do pós-guerra - onde se expôs a dura realidade do nazi-fascimo e do stalisnismo. E após os anos 50, pelo desenvolvimento maciço da sociedade tecnológica, quando se converteu em uma poderosa rede de análise sociológica, filosófica e política da sociedade tecnológica, cujo desenvolvimento pautou-se na busca de uma dominação total e irrestrita da natureza e do homem.

Assim, os pensadores frankfurtianos buscam, através de uma análise crítica e objetiva , apontar para as causas que levaram o homem a se tornar presa do seu próprio destino. Destino que ele mesmo construiu, a partir de grupos econômicos interessados em expandir seu poder para além das fronteiras do bom-senso coletivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENJAMIN, Walter, HORKHEIMER, Max, ADORNO, Theodor W. & HABERMAS, Jürgen. *Textos escolhidos.* 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os pensadores).

FREITAG, Bárbara. *A teoria crítica:* ontem e hoje. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

HABERMAS, Jurgen. *Conhecimento e interesse.* Rio de Janeiro : Zahar,1982.

HABERMAS, Jurgen. *Para a reconstrução do materialismo dialético.* São Paulo : Brasiliense, 1983.

MACLNTYRE, A. *As idéias de Marcuse.* São Paulo : Cultrix, 1970.

MARCUSE, Herbert. *Ideologia da sociedade industrial.* Rio de Janeiro : Zahar, 1967.

MARCUSE, Herbert. *Eros, e civilização. uma interpretação filosófica ao pensamento de Freud.* Rio de Janeiro : Zahar, 1968.

REALE, G. & ANTISERI, D. *História da filosofia.* São Paulo : Ed. Paulinas, 1991. v. 3.

Revista UNIMAR 17(I):149-165, 1995.

CAUDILLISMO AND COUP D'ETAT IN LATIN AMERICA

Eva Paulino Bueno*

ABSTRACT. Even though some superficial characteristics of Latin American politics point to instability and violence, these characteristics are based on deeper structural dynamics, themselves rooted on yet older structures. The deeper ones, the dyadic contracts - markedly informal and implicit - occur either in symmetrical or asymetrical relationships. The latter gives rise to patron - client relationships and these, in turn, become what is known as a baseless triangle: political relationships with somebody above oneself, a patron, and never with somebody on the same level. Each patron is, in his turn, a client to a more powerful patron. The appearance of caudillos, as well as the occurrence of coups d'états, are a consequence of these dynamics. The modern state, because of its diminishing availability of land to reward regional caudillos (and their clients) for their loyalty, has had to use other resources (university diplomas, bureaucratic careers and, ultimately, political positions themselves) as means of controlling and handling power.

Key words: Latin America, assymmetrical relationships, patron - client relationship, caudillismo, coup d'état, militarism, authority, bureaucratic state.

CAUDILHISMO E GOLPE DE ESTADO NA AMÉRICA LATINA

RESUMO. Embora algumas das características superficiais da política latino - americana apontem para a instabilidade e a violência, essas características estão baseadas em dinâmicas estruturais mais profundas, e elas próprias estão enraizadas em outras estruturas mais antigas. As estruturas mais profundas, os contratos diádicos - informais e implícitos, ocorrem tanto nas relações simétricas como nas assimétricas. Essas últimas dão origem às relações patrão - cliente, e essas, por sua vez, se transformam no chamado triângulo sem base: relações políticas com alguém em posição superior, com um patrão, e nunca com alguém em posição de igualdade. E

* Department of Hispanic Language and Literature, Penn State University DuBois, Pennsylvania, USA.

Correspondence to Eva Paulino Bueno.

Data de recebimento: 22/08/94.

Data de aceite: 24/10/94.

cada patrão é cliente de um outro patrão mais poderoso. O aparecimento de caudilhos, assim como a ocorrência de golpes de estado, são conseqüências dessas dinâmicas. O estado moderno, devido à diminuição de terras disponíveis para recompensar os caudilhos regionais (e seus clientes) por sua lealdade, usa outros recursos (diplomas universitários, carreiras burocráticas e, finalmente, as próprias posições políticas) como formas de controle e manejo do poder.

Palavras - chave: América Latina, relações assimétricas, relações patrão - cliente - caudilhismo, golpe de estado, militarismo, autoridade, estado burocrático.

CAUDILLISMO AND COUP D'ETAT IN LATIN AMERICA

Two of the most striking features of Latin American politics are instability and violence, which not always appear together and which happen differently in different countries. However, no matter how pressing the question of instability and violence might be, they have to be understood not as a cause for the constant upheavals in Latin America; rather, they testify to the enduring presence of some deep political structures. One of the possibilities for the understanding of these deep structures is suggested by Howard J. Wiarda, who says that Latin American political life can be thought of as consisting of layers, or

> *"Stages," each superimposed upon the other, with new elements continually being appended on and adapted to an older tradition, but without that older tradition being sloughed off or eliminated or ever undergoing very many fundamental transformations ("Law and Political Development," 295).*

Several phenomenons, such as what has been termed "caudillismo" in Spanish America, can be seen as apparent and well - known manifestations of these deep structures.[1] In this essay, we will discuss

---

1 In Brazil a similar phenomenon has the name of "coronelismo". Nunes Leal writes that "coronelismo" is "a specific manifestation of private power or ... an adaptation, whereby the residual elements of a previously extravagant private power have been able to coexist with a political regime which accepts the principle of broadly based representantive government" (1). On his discussion on "coronelismo" and its origins Eul - Soo Pang stresses that "coronelismo is a coronel whose legitimacy and acceptance are based on and buttressed by his paramount status as the dominant element in social, economic, and political institutions such as prevailed during the transitional period from a rural agrarian nation to an urban industrial one"(2). Both

"caudillismo" and try to uncover the superimposed layers which have given rise to it. In order to do so, it is necessary to look, first, at certain dominant (but not determinant) forms of political organization and dynamics that emerged in Latin America during the nineteenth century, and, second, it is important to survey the structural condition which gave rise to these forms, so that we can propose some possibilities of explanation of how these forms were transformed into other kinds of political organizations.

THE DYADIC RELATION (OR PATRON - CLIENT RELATIONSHIP) AS THE FOUNDATION FOR CAUDILLISMO

In Latin America, the issue of who is able to control land is crucial. Powerful landowners begin by controlling land, but their final aim is to control men. Once men are controlled, social control is achieved. But the final aim is, obviously, political dominance. George M. Foster, when discussing models for social structures, calls them dyadic contracts, which are "informal, or implicit, since they lack ritual or legal basis". For Foster, these contracts belong to two basic types: "those made between people of equal socio - economic status", which he calls "symmetrical contracts". and "those made between people (or beings) of different socio - economic status", which he terms "asymmetrical contracts" (Foster, 1174). What interests this discussion is the asymmetrical relationship, because it will show the nature of crucial socio - economic tensions which are constantly played out in the Latin American political arena. When we relate the concept to a dynamic of national politics, we can see that these dyadic contracts between one class and another will lead to a kind of unwritten contract which will imply more than the exchange of goods for favors common in the symmetrical relationship. In other words, it is the asymmetrical relationship which gives rise to some basic political organizational principles.

By having peasants tied to them in the dynamic of the asymmetrical relationship of the dyadic contract, landowners will use this linkage as a form of social dominion.[2] They use this social control not only because

---

authors agree that even though its heads used the term of "colonel" and functioned as surrogate states in the backlands, "coronelismo" is eminently a civilian brand of power.

2 The "peasant" has been the object of extensive discussion in sociological studies both under the focus of his economic value and of his anthropological significance. Because the "peasant" is not the primary interest stet study, I will only offer a brief

they compete with the other landowners for the possession of more land, but, mainly because, once the other landowners are neutralized, they can also be transformed into labor force, and, ultimately, into an additional political strength. The dyadic system operates at both levels; that is, whereas the peasants are dependent on the landlord for the obtaining of material goods and protection, the landlord is also dependent on the peasants (and on "neutralized" former landlords who have become either peasants or political supporters), who are the human basis for the landlord's power. The logic of the circumstances drives them all: both landowners and peasants are trapped in roles that are, dialectically, manifestations of each other. Therefore, this relationship, which started as a dyadic contract between people of different classes, has become a classical patron - client relationship and, as such, is a two - way relationship, that is, the clients are as dependent on their patron for their survival as the patron is dependent on his clients in order to be a patron. Obviously, here Hegel's study on the relationship between master and slave is of fundamental importance. As in Hegel's classic example, in Latin America the peasant - "slave" and the landowner - "master" are tied together in a system of interdependence which configures the existence of both.

This relationship has some critical points which refer to the specific sonrce of power the landowner claims. One of these points is related to the number of men and the extension of land a given patron has under his control. The land is directly associated to his ability to produce surplus to maintain (feed, clothe and protect) men and armies.

The number of men is a reflection of his power both in the sense that this landowner **can** maintain them and in the sense that they represent a force which **can** be mobilized and threaten other patrons.

---

summary of what specialists have written. The major characteristic of a peasant is his lack of power to natural and the human - made threats in his environment, and his inability to produce surplus which would function as a basis for negotiating in a more equalitarian term with his patron(s). Plagued by disease and illiteracy, the peasant develops anxiety - reduction behaviors such as the nuclear families, extended families and clan organizations. It is through these that the peasant can have some sense of security and belonging in his society. For a complete study of the complex dynamics of the peasant society and culture through time, see R. Redfild, *Peasant Society and Culture*; C. K. Yang, *A Chinese Village in Early Communist Transition*, chapter 6; and Anibal Quijano Obregon. "Contemporary Peasant Movements".

One other critical point of this patron - client relationship is that the patron's options, when dealing with his clients, are greater that the clients' options when dealing with him. The reason for this difference is the key to what can be called the logic of the baseless triangle: there is maximum stress on the basis (the clieuts) and minimum stress on the top (the patrons). Besides, the kind of stress placed on the clients is greater because one patron can make do without one client, since there might be mauy other men willing to play this role (and reap the benefit of playing it) under his power, whereas there are not so many patrons for the client to choose and pledge allegiance to.

Obviously, there can be several levels of "patronhood" and of "clienthood": one person can be a patron in his small community and, as such, command men aud land under his rule and, at the same time, he can be a client to a more powerful patron who, in his turn, can also be a client to an even more powerful patron. There is a whole structure of dependence within this system, but the most important factor is that, even considering these several degrees of dependence, the maximum stress is placed upon the lowest client, the one who possesses no land or controls no men - the peasant. Crucial to this idea is the notion of dependence in the most basic way. The contrast between independence and dependence becomes the basis for establishing a relationship which verticalizes the structure of society. This system, while keeping tight control on this vertical avenue reaching down to the poorest, also prevents any kind of attempt to organize society horizontally.

The inescapable reality, in this kind of situation, is that the lowest people on the base of the triangle do not communicate and do·not share any kind of strength or add forces with others in his situation: he is literally trapped and is forced to accept communication, strength and force from his patron. The issue, then, is first, who is going to play what roles (either patron or clieut); second, what resources (land, men) there are for one set which intends to play the role of a patron and consequently force the other set in the role of clients; and third, which set of strict resolutions to those problems is going to begin to shape each other. In other words, what is the dynamic of the system, and how the system is going to operate within a set of circumstances and transform itself into another kind of system?

CAUDILLISMO AND LEGITIMACY

In the beginning of the nineteenth century, one of the central social classes in Latin America was the landed Creole elite, whose social life was organized around the haciendas. The owners of these haciendas, because they needed men to care for the land, already had a first stepping stone upon which to build their constituency. If they knew how to play their political power and handle unruly men, they could obtain considerable power in their region. Other landowners could be either accepted or coerced into a politically successful hacendado's circle, and these other landowners' men and land would become part of a territory commanded by the most powerful landowner, who now clearly became a patron to all in the area under his tutelage. When a patron managed to have under his power a great deal of land and men, he could become a regional caudillo. Due to the precarious conditions of communications in Latin America soon after the wars of independence, each region could theoretically be controlled by a strong man, who would function as a feudal prince.[3] The phenomenon of caudillismo emerged out of the agrarian sector, particularly in the nineteenth century. Initially a system that flourished around the hacienda - type of land management, caudillismo later developed at the level of national political organization.

The haciendas were modernized versions of manorial power; that is, they constituted a pre - feudal dynamics in a context where they did not have feudal legitimation, and therefore had to base themselves on a set of other legitimations.[4] This process provoked a disjunction of formalized expressions of legitimacy and constitutional factors of legitimacy at the national level.

In "Politics as a Vocation", Max Weber says that there are three basic legitimations of domination: first, the authority of the "eternal

---

3 The caudillo would be then a version of a royal figure, to whose authority people would respond willingly. In "The Political Organization of Colonial Chile", Francisco José Moreno says that, when the young Spanish American nations broke away from the mother country, the removal of the symbol of the Spanish institutional authority left a vacuum which, "among peoples long accustomed to respond to authoristic symbols", had to be filled by a "strong personality who could elicit a high degree of acceptance or loyalty" (85). In other words, the kind of authority which the caudillo came to represent was already part of the way people understood political organization. The *space* for the caudillo already existed; it was just a matter of finding a man who could occupy it.

4 For a detailed discussion about legitimation, see H. Gerth and C. Wright Mills, *From Max Weber: Essays in Sociology*, especially pages 78 - 9.

yesterday", which is the "traditional" domination exercised by the patriarchs and the patrimonial prince of yore"; second, there is the "charismatic" domination exercised by the prophet or - in the field of politics - by the great demagogue, or the political party ruler", and finally, there is "domination by virtue of 'legality', by virtue of the belief in the validity of legal statute and functional 'competence' based on rationally created rules" (Gerth and Mills, 78 - 9). In this case, when we say that Creole elites in Latin America did not have feudal legitimation, we mean that these elites did not belong to any kind of traditional nobility whose roots stretched far back in the past, nor did they have titles of nobility that the feudal lords of Europe had.[5]

Hence, in reality, what lies underneath the caudillo system is a variation of the patron - client system. Once the patron is in condition to mobilize his labor into armed force, he is capable of ruling over his possessions without having to conform to the demands of authorities in the national capital. Since, as we have seen, there will be a strong man, a caudillo, dominating each region, this situation will give rise to intra - elite faction struggles, very common in a systemic caudillo phenomenon.[6] When this manifestation of power reaches a national

5 This is true both for the caudillos in Spanish America and for the "coronéis" in Brazil. Even though specialists do not agree whether the title of "coronel" derived from the "colonial militias of the late eighteenth century", or from the National Guard, later on just about any "dominant component in the ruling class" could secure the rank of colonel (Pang. 1,2). As far as the issue of legitimacy is concerned, it is important to point out that it is not the same as popularity. Most times, when one talks about the illegitimacy of this or that regime, what he is dealing with is the issue of popularity of the government. Legitimacy is related to the way power is constituted, and not to the way it is handled. A government, or a form of power, can be legitimate and unpopular at the same time, and vice - versa. Regime forms have legitimacy, and thus they can confer authority to governments; governments have legitimacy when they conform to the rules of regime forms.

6 Francisco José Moreno also discusses the temporary nature of caudillismo: "The caudillo could be challenged by another charismatic leader, or could be deposed by a militant minority free of his spell", However, as Moreno points out, in spite of its temporary characteristic, "caudillismo is more conducive to stability than dictatorial (illegitimate) rule. The caudillistic solution is basically legitimate and thus acceptable. Dictatorial rule rests upon coersion and its mere reliance on force is indicative of its inability to secure allegiance" (68). Therefore, although the caudillo does not have

level, these forces - formerly based on land ownership and patron - client relationship - begin to compete with each other for the control of the national center.

CAUDILLISMO AND POLITICAL INSTABILITY

This is essentially a situation in which the intra - elite factions increasingly organize themselves not only around patron - client sets, but around strong individuals who, in their turn, become a kind of layer on top of the struggling factions - the war - lords, or centralizing caudillos. Octavio Paz describes a caudillo as being "personal, epic, and exceptional - (and) hence he makes his apprearance when the normal order of affairs is upset" (Paz, 103). Thus, caudillismo is primarily based upon the charisma of a personable and exceptional leader and on the loyalty devoted to him; this leader will keep the political forces and the struggling elites under restrain. Writing about "The Caudillo as Unifier", François Chevalier says that

> *If the power of the national caudillo is of the same nature as that of the local cacique and they both use similar means, then between them the only difference is one of station; on the other hand, the two authorities may sometimes be at odds, and even at war. According to circumstances and his personal temperament, the caudillo will either want to destroy the provincial caciques who limit his power, or else cooperate with them by drawing them into his system of government. (Chevalier, 30 - 47).*

The appearance of the caudillos is linked to different reasons, but generally at least two different factors are associated: the key to have the system of dominance and submission working and the critical necessity of controlling land and armed men.

Caudillos do not necessarily come from the landed elites. They can come from guerrilla bands or from the military. Wherever they come from, the important point is that at a certain moment they enter the structure, and their military powers lead to circulatiou within the structure. The structure itself is stable; it is the personnel that commands this structure which is unstable. The issue here is not the viability of the

---

feudal legitimation, he has some sort of legitimation based on his dependents' acceptance of his control over them.

system nor the validity of the roles, but the definition of who is going to play which roles without upsetting the system.

The caudillo phenomenon is similar to the feudal aristocracy in Western Europe when the feudal system began to be consolidated.[7] If one observes strong caudillo figures like Sarmiento, Bolivar and other Latin American leaders, one will see in them and in the structures that they devised, a strong movement towards patrimonialism. Merle Kling says that, traditionally, ownership of land "has been regarded as a major base for the exercise of power in Latin America", and since ownership of most of the land in Latin America is in the hands of a minority,

> *this monopolization of agrarian wealth injects an element of rigidity into the power relations of Latin American groups; for the effect of the land tenure system is to establish relatively fixed economic boundaries between the landowner and the peon, since the relationships growing out of the large estates have matured into deep inflexibility. ("Toward a Theory of Power", 188 - 9).*

As it must be clear, the question of resources is fundamental at every stage of the power struggle. Before anything else, the biological reality of human beings must be met. To that extent, everything, even political

---

7 François Chevalier stresses that "the caudillo who has taken power and retains it for profit, the state of alert, like that of war, leads to a double state of insecurity - first physical, because of the enemy whom he has not been able to eliminate or who rekindles the ambitions of faithless partners, and second, because of the internal sense of insecurity of someone who needs to justify to others, perhaps to his own kin, the exercise of an unlimited power which has neither the social prestige nor the legitimacy, and certainly not the majesty of an ancient absolute monarchy". From this lack of legitimacy and extreme sense of insecurity stems the fact that the caudillo always needs to "exalt and magnify his personality beyond all limits", to wear a "sumptuous uniform", in order to "engrave the ideal of a superman in the minds of his citizens" (Chevalier, 47). Of course this characterization of a caudillo, with special reference to his extreme care with his sartorial presentation, can also be said of dictators. Who has never seen the picture of a fully uniformed Latin American dictator and wondered where all those medals come from? And, in Brazilian recent history, it is not farfetched to see how President Fernando Collor, with his exhibition of athletic skills, and with his wife's extravagant parading of diamonds and expensive wardrobe, wanted to be, or fancied himself to be, a caudillo - dictator whose powers and appetites, he might have thought, were unlimited and unstoppable.

power, has an economic basis. One of the reasons why a person or group tries to dominate the system is because this person or group wants to increase the amount of resources in the system under his control. Because one of the most relevant resources is land, the elites struggle among themselves for its control. However, in the logic of the system from a political point of view, there is another resource: human beings controlled by faction patriarchal figures and employed as political resources in struggles. To maintain this resource, the dominant oligarchical figures must control other resources as a way of physically supporting the people under their dominion - the oligarchic figures must control sources of patronage. There is no way out of this dynamic: all contenders must increase their leverage and as a result increase the resources under their control.

Consequently, it is not really the elites, but the system that determines what the relevant resources are. That is why the system has such a predatory quality to it: When a leader from a particular region seizes power, he also has to generate his own resources from that region. The problem is that the resources are finite, limited, and, therefore, any accumulation of resources by one person or group indicates a denial of resources to another person or group. There are only winners and losers in this situation - this is the rule of the game, and that is where the predatory quality comes from, because those placed at the bottom, the peasants, have to bow to the sometimes exorbitant demands of whoever needs them at a given moment.

CAUDILLISMO DURING THE PHASE OF CAPITALIST MODERNIZATION

The moment centralizing caudillo begins to appear in the Latin American scene, besides the struggle among the elites, there are other important structural phenomenons occuring, and the most decisive is the reintegration of Latin America in the global system. Again, Wiarda's well - known study on political change is extremely clarifying. He writes that three centuries of colonial rule,

> *buttressed both by Iberian colonial policy and by immense distances and premodern communications, combined with the fact that it was largely unaffected by the powerful modernizing forces stirring elsewhere in the West - the rise of capitalism and accelerated social change, religious*

> *nonconformity and pluralism, the scientific revolution and the Enlightenment, the thrusts toward representative government and participation - served to lock Latin America into the fifteen and early sixteenth - century pattern and to prevent its evolution along other lines ("Social Change", 15)*

After the struggle for the transformation of the colonial fragments into nation - states, now Latin America also had to struggle to integrate itself into the emerging capitalistic global system - a much more technologically advanced system, since it did not have to cope with the internal problems the young Latin America countries had to deal with. As a result, Latin America had to integrate itself as an exporter of primary goods and as a consumer of manufactured goods. At this point, the primary and tertiary sectors (production of raw material and services) grow, whereas the secondary sector (manufacturing) grows haltingly in some countries and very little in others.

As Latin America moves towards its integration into the global system, the most relevant forms of resources are what is called "hard wealth", that is, wealth that produces wealth: land (and the people who work it) and new extractive industries. It is important to keep in mind that these resources are limited and do not tend to circulate easily in the system. Furthermore, land ownership, besides being an economic thing, is also a social and political thing; for this reason, it is not treated in commodity terms only. Also, the control of the primary activities are under monopolistic or at least oligopolistic control. By the 1920's, most of these activies are controlled by a limited number of corporate entities; there are limited sources of hard wealth, and they do not circulate readily.

It is at this time that yet another structural reality begins to take shape: uew social groups begin to be generated. Now, not only a working class, but also a middle and upper middle class begin to appear. This situation gives rise to a premature bureaucratization. This kind of structure generates from within itself a particular type of middle class, which is urban - based and depends on salaries to maintain its status. The maintenance of this status is obtained at the expense of an expansion of bureaucracy, first as a way for the middle class to explain its very existence (since it does not control hard sources of wealth nor primary goods), and second as a way of keeping the middle class's stable status

position in society.[8] In addition, by the 1920's and 1930's, the elite and the sub - elite, the patrons and their clientele, are biologically outgrowing the system - the limited sources of hard wealth - that is the basis of their status. Mobility, therefore, becomes even more difficult, and the structure becomes even more rigid than before. Writing about change in social structures, Fernando Henrique Cardoso and Enzo Faleto say that,

> *in fact. .. far from being only a cumulative process of incorporating new "variables", [change in social structures] involves a series of relations among social groups, forces and classes, through which some of them try to impose their domination over society* (***Dependency and development**, 10)*

Therefore, for the elites of Latin America, overcome by the augmentation of the number of children, pressed by the necessity of keeping their status while the sources of wealth remained limited, this was a crucial period. At this point, there are two types of structural pressures: (1) circulation between groups, and (2) circulation within groups. Here one can see both the ability of the state or clan to maintain its control over the dominating group in society (and that constitutes an issue of their vertical relationship with other groups in the society which they dominate); and the circulation of limited sources of wealth among the elites and sub - elites. As these elites grow in relation to what can be circulated, a new mode of horizontal division among the elites is introduced. There is now a problematic upward social mobility, as well as pressure from downward social mobility. In short, it is not the pressure from below, from the working class, but the pressure at the top that threatens the system. Therefore, the development process is skewed; nevertheless, in spite of social tensions, centralization of power occurs at this time. Some countries overcome these social tensions; others, like Mexico, enter in negotiations with local patriarchal figures.

---

8 It is also at this time that universities gain importance, since they constitute one of the few supplies of resources left to the oncoming generations. The members of this young generation cannot hope to possess land, because it already belongs to the elites; they cannot control the extractive industries either, because they are either under the control of the State or of foreigners; therefore, the only option is to pursue a bureaucratic or "liberal profession" which will at least guarantee to these new generations that they can remain a part of the bureaucratized middle class.

It is also at this time of the centralizing forces that some components of modern politics begin to be introduced in Latin America; namely, it is from this time that we can date the appearance of the modern political parties and ideologies. However, the process of institutionalizing central authority to give institutional expression to a national phenomenon is only a partial transformation; that is, it does not transform the system but becomes yet another layer on top of the original system. The main difference is that, at this point, intra - elite faction politics is going to express itself in a somewhat different way from the unrestrained caudillismo that was common some decades before.

Going back to the logic of the baseless triangle, we notice that the peasants, located at the weakest point of the triangle, have two ways of escaping their relationship with the dominant forces. One of these ways is the Marxist mode - the formation of a horizontal alliance, the subsequent generation of power and the breaking of the relationship of dominance. Another way is to find alternatives on a group basis (by siding with an elite group which is willing to challenge the system), or on a personal basis. However, such alternatives are not easy: most peasants are locked in patron - client relationships; the amount of land available already has owners and is limited; the landowners begin competing with each other - all these factors lead the peasants to start making deals with the patron who offers them more advantages. In the 1930's and 1940's, as factionalization takes place, it seems that there is no way of stopping the circulation problem. In sum, there is a limit to how many factions there may still exist and circulation to continue proliferating. At this point, some factions will have to look for other resources.

In supposedly capitalist Latin America, the only thing that is readily circulable is control of the State.[9] Through legitimacy formulas, public employment is supposed to circulate, and at this point the vote (and the voter) becomes extremely important. Therefore, where economic commodities do not act as commodities, political offices become a

9 The Latin American system is supposedly capitalist because in a capitalist system the commodities circulate, whereas in Latin America the control of land is in the hands of a few, and control over extracting industries belongs mainly to foreigners. As a result, besides not circulating, the most important commodities end up adding an extra element of rigidity to the system. For additional insights on this subject, see Merle Kling, "Toward a Theory of Power and Political Instability in Latin America", especially 191 - 3.

commodity, and where the medium of exchange of economic commodities does not work, the vote becomes a medium of exchange of a sophisticated commodity - the political office. And as elections become routine, the voters start talking not about the parties and their respective plans for government; rather, they start talking about and allying themselves with factions within the parties associated with strong leaders. Thus, one of the reasons the Latin American system becomes a strong presidential system is because the key to circulating the State is to control the presidency: the president becomes the head of all patrons. This point is superbly demonstrated by Mexico, where the president is actually the leader of the faction of the PRI which has won the election. With the new president, also comes to power the faction, the **camarilla** that supported him. Once he leaves office, his camarilla will be replaced by the one that has supported the next president. The issue, then, in Mexico as well as in other Latin American countries, becomes not ideology, but the capacity to be **in**.[10]

CAUDILLISMO AND "COUP D'ETAT"

As I hope it was clear in this discussion, the phenomenon of caudillismo in Latin America is based on another, more ancient mode of domination. Although not a Latin American invention, caudillismo there took very specific forms, and ended up developing into other different kinds of political structures.

When one caudillo (or a "caudillistic elite") has enough followers to constitute a faction, and the faction politics become bigger while the resource base which maintains the system remains the same, there comes a point in which there is no more room for the multiplication of factions. A manifestation of this situation is the tendency towards structural inflation. Then the reality of being **in** or **out** becomes even more pressing. That explains the existence of so many "no reelection" rules in numerous constitutions: the circulation of power has to be guaranteed. The permanence of one faction in power - continuismo - would mean the devaluation of the medium of exchange, the vote. When such a thing happens, an alternative

10 In the last Mexican presidential election, even though it seemed that for the first time, especially after the Indian revolt, there would be a real challenge to the PRI, it turned out that the candidate of the Partido Revolucionario Institucional won the majority of the votes, as usual.

means of exchange - force, or the threat of force - comes into play. This explains why it was at this period of faction politics that new institutions, among them the professional military organizations, were created. The military becomes then one of the major avenues for social mobility.[11] Civil factions, dissatisfield with the way power is being handled, ally themselves with the military factions, and then we have the classic phenomenon of the "coup d'etat", which is **not** to be confused with militarism. In a "coup d'etat" the military do not act as an institution; rather, it is a faction of the military that aligns with a faction of the civilian groups. The process develops as follows: the civilians want to get in; they get the support of the military; once they get in, the civilians start taking measures such as the rewriting of the constitution and, not surprisingly, they will, in some time, want to remain in power indefinitely. In other words: the system ends up reproducing itself like an ameba - it recapitulates itself endlessly.

Another important point about "coup d'etats" refers to the fact that the military, **per se**, do not provoke them. There is a dynamic in which they are pulled into the system. Since one classic feature of the "coup d'etat" is the radical differentiation between those who are in and those who are out, the military have to align themselves with one faction of the civilian factions that is trying to seize power. In this situation, because there are only winners and losers, every one has to take a position. The line between military and civil politics, in this case, becomes very thin.[12]

---

11 In "Dictators and the Military", Lyle N. McAllister writes that the military have been an important facor in "overcoming regionalism and localism", they have "encouraged social mobility", contributed to the "transition from tradional to modern societies through their work in constructing communications systems", and, in the political sphere, the military "intervened in the political process in support of specific economic objectives and broader ideologies". However, in spite of the marked presence of the military in Latin American life, McAllister refuses the description of the role of the armed forces as "militarism". "In fact", he says, "a diversity of patterns or systems of civil military relations has existed in Latin America and each pattern consists of complex interactions involving the structures, status, and power of groups, both civil and military, and the motivations as these several elements are influenced by the political, social and economic environment" ("Dictators and the Military", 41).

12 Chile has been an exception to this rule. The army was a professional institute before the "coup" that evicted Salvador Allende, and one of the reasons for its extreme violence during the "coup" was due to its lack of experience with the handling of power. The lack of sophistication of the Chilean military explains not only the ferocity but also the rise of Pinochet, who installed not a corporate, but a neo - patrimonial regime.

During the 1960's and 1970's, various military institutions came to power as corporate organizations, basically because of their experience and familiarity with how to seize power and what to do with it. At this moment, Latin America saw the rise of authoritarian regimes that political scientists have divided in the subtypes "bureaucratic authoritarianism", "populist authoritarianism", and "military populism". In 1977, James Malloy wrote that these subtypes account for the "specific modernizing authoritarian regimes in the area - with Juan Perón and Getúlio Vargas representing populist authoritarianism, Peru since 1968 military populism, and Brazil since 1964 bureaucratic authoritarianism" ("Authoritarianism and Corporatism", 3 - 3).

What happened after the rise of the authoritarian regimes in the 1960's, namely the return to more "democratic" regimes, accounts again for the same logic of recapitulation of the same dynamic: power is given back to the winning civilian elite faction. Whether these elites will continue the democratic trend and the circulation of power remains to be seen. Unfortunately, however, history has shown that this has not been the case in Latin America.

REFERENCES

CHEVALIER, François. The Roots of Personalismo. Translated and reprinted from "Caudillos' et 'caciques" en Amerique contribution a l'étude des liens personnels. *Bull. Hispan., 64*:30-47, 1962.

FOSTER, George M. The Dyadic Contract: A model for the social structure of a Mexican Peasant Village. *American Anthropologist, 63*:1173-92, 1961.

GERTH, H. H. & MILLS, C. Wright. *From Max Weber: essays in sociology*. New York : Oxford University Press, 1967.

KLING, Merle. Toward a theory of power and political instability in Latin America. *West. Polit. Quart., 9*:186-99, mar. 1956.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo: the Municipality and Representantive Government in Brazil*. Trad. de June Henfrey. London : Cambridge University Press, 1977.

MALLOY, James M. Authoritarianism and corporatism in Latin America: the modal pattern. In: _____. *Authoritarianism and corporatism in Latin America*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1977. p. 3-19.

McALLISTER, Lyle. Dictators and the military. In: HAMIL, Hugh M.J. (ed) *Dictatorship in Spanish America*. New York : Alfred A. Knopf, 1976.

MORENO, Francisco José. The Political Organization of Colonial Chile. In: _____. *Legitimacy and Stability in Latin America. a study of Chilean political culture*. New York : University Press, 1969. p. 45-64.

OBREGON, Anibal Quijano. Contemporary peasant movements. In: LIPSET, Seymor M.; SOLARI, Also. *Elites in Latin America*. New York : Oxford University Press, 1967.

PANG, Eul - Soo. *Bahia in the first Brazilian Republic: Coronelismo and Oligarchies, 1889 - 1934*. Gainesville: University Press of Florida, 1979.

PAZ, Octavio. *The other Mexico: critique of the Pyramid*. Trad. de Lysander Kemp. New York : Grove Press, 1972.

REDFIELD, R. *Peasant society and culture*. Chicago : University of Chicago Press, 1956.

WIARDA, Howard J. Law and political development in Latin America: toward a framework for analysis. *Amer. J. Compar. Law, 19*(3): 259-85, 1971.

YANG, C. K. *A Chinese Village in early communist transition*. Cambridge: MIT Press, 1959.

Revista UNIMAR 17(1):167-176, 1994.

ESPONTANEÍSMO OU RITUALISMO: QUEM É O VILÃO NA EDUCAÇÃO?

Luzia Marta Bellini* **e Adriano Rodrigues Ruiz+**

RESUMO. Neste texto identificamos o espontaneísmo, entendido na perspectiva da epistemologia genética como relevante para a ação educativa. O ritualismo, sempre com raízes na epistemologia empirista, caracterizamos como expressão do autoritarismo burocrático.

Palavras-chave: espontaneísmo, ritualismo, epistemologia genética e epistemologia empirista.

SPONTANEISM OR RITUALISM: WHO IS THE "VILAIN" IN EDUCATION?

ABSTRACT. In the present article we identify spontaneism, seen in the perspective of genetic epistemology, as relevant to the educational process, while ritualism, rooted in empiricist espistemology, is characterized as an expression of bureaucratic authoritariamism.

Key words: spontaneism, ritualism, genetic epistemology and empiricist epistemology.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nas diferentes discussões acerca da educação, independente de quem as esteja fazendo, há uma unanimidade: o ensino vai muito mal!

Esse diagnóstico imediatamente gera a caça a vilões. Um deles, frequentemente apontado por profissionais ligados à velha ética que

* Departamento de Fundamentos da Educação, Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, Campus Universitário, 87020-900, Maringá-Paraná, Brasil.

+ Departamento de Teoria e Prática da Educação, Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, Campus Universitário, 87020-900, Maringá-Paraná, Brasil.

Correspondência para Luzia Marta Bellini.

Data de recebimento: 27/02/95.

Data de aceite: 24/04/95.

desagua na psicologia do bode expiatório, é o espontaneísmo e o outro, também relevante, é o ritualismo.

Neste texto, procuraremos caracterizar o *espontaneísmo* como passível de, pelo menos, duas diferentes conceituações e, também, refletir sobre a presença do ritualismo no cotidiano das crianças que estão na escola.

Nossa intenção é desenvolver essa discussão com preocupações de natureza epistemológica para tentar demonstrar que, muitas vezes, um mesmo termo ou noção encerra diferentes significados. É o caso do termo espontâneo ou espontaneísmo na educação.

Para a epistemologia genética significa compreender, sem a interferência do adulto, orientação do pensamento da criança, ou seja, a hipótese que a criança está levantando para apreender e representar o mundo que a cerca.

A espontaneidade no relato cotidiano das crianças permite aos adultos desencadearem novas perguntas as quais permitem novas "respostas" (hipóteses).

Todavia, para alguns educadores (diríamos, talvez, para muitos) espontaneísmo é entendido como "*laissez-faire*", um espaço onde a criança domina o professor e onde se diminui a possibilidade de o aluno conhecer.

Nesse caso, vemos um grande equívoco na compreensão do espontaneísmo, um equívoco que, infelizmente, provoca uma rejeição pela epistemologia genética.

Por outro lado, parece-nos que o ritualismo se faz fortalecido pelas escolas, uma vez que alguns são ligados à ética da ordem, da pressão intelectual e moral dos adultos sobre os pequenos escolares. E, ao contrário do espontaneísmo, o ritualismo na educação parece passar despercebido como uma relação naturalmente dada no interior das escolas. Tentaremos discutir o movimento dos dois termos do ponto de vista epistemológico.

ESPONTANEÍSMO: UMA TRAJETÓRIA A ESMO OU UMA AÇÃO SOBRE O MUNDO?

Espontaneísmo, como já dissemos, é um termo que tem sido usado, no universo educacional, não raras vezes, sem o devido cuidado quanto ao seu significado epistemológico e, em decorrência disso, cometem-se equívocos importantes. A pergunta "O que é espontaneísmo?" comporta, dentro de nossa perspectiva de análise, duas respostas distintas:

- Num enfoque apriorista entende-se o desenvolvimento cognitivo da criança como obedecendo a uma trajetória previamente determinada, cabendo à instituição escolar, em determinada dimensão, o papel de espectadora do sucesso ou do fracasso do aluno. O espontaneísmo repousa aqui, muitas vezes, na espera da "prontidão". Por exemplo:
  - Se o aluno não tem conservação numérica não está pronto para aprender adição e subtração. Solução: dar tempo para que forme a conservação, isto é, que "amadureça".
  - Se a criança é pré-silábica, ela não está pronta para o processo de alfabetização. Precisa de tempo para adquirir a prontidão necessária.

Nesses dois exemplos, retrata-se um espontaneísmo com raízes maturacionistas. Porém, o espontaneísmo pode-se manifestar em outras situações como, por exemplo, onde o professor assume posturas da natureza: esse aluno não vai aprender, pois:
- mora na favela;
- anda sempre sujo;
- não tem pai e a mãe

Quando o professor emite juízos com esses contornos, está simplesmente renunciando à ação interativa com esse aluno e assume assim, o papel de quem espera a confirmação de sua profecia.

A esse apriorismo, gerador da "profecia realizadora" dos alunos, chamamos de ideológico e rotulatório. O potencial do aluno é visto como resultante de sua condição socioeconômica, racial ou cultural. Nesse processo, a criança mal vestida, a criança negra, aquelas que apresentam diferenças linguísticas e culturais são relegadas à condição de incompetentes para aprender. A descrença na competência do aprendiz acaba gerando, no professor, uma visão espontaneista.

- A escola pensada a partir da hipótese epistemológica piagetiana tem sido chamada de espontaneista, especialmente por um segmento de educadores que se lhe opõe, denominado "conteudista crítico". Que tipo de espontaneísmo está presente na idéia desta escola "crítica"?

Aos olhos dessas pessoas, levar para o universo educacional a idéia piagetiana de que "Os conceitos têm uma história, o entendimento mais elaborado de um conhecimento vem através do trabalho com os precursores dessa idéia, mais que através do ensinamento de respostas certas" é um desperdício de tempo e um procedimento espontaneista.

Pensar numa ação docente orientada pelo paradigma piagetiano, entendendo por construção de conhecimento "o processo de melhorar

noções, aprimorar formas explicativas, enfim, o modo como se aproxima do chamado conhecimento científico" implica, necessariamente, a preocupação em se ouvir perguntas e hipóteses formuladas pelas crianças.

Vamos citar, como exemplos, duas perguntas feitas por uma mesma menina; Júlia (4 anos e meio).

- *Por que tenho mais dedos na mão do que no pé?*

Para a criança nesse estágio, quantidade e número são duas noções distintas. O número em si está desprovido de fatores espaciais, a quantidade, ao contrário, vai sempre acompanhada da extensão de espaço ocupada e é, precisamente sua percepção espacial que conduz ao "erro". Os dedos da mão são maiores e mais móveis, por isso, facilmente produzem a percepção de uma maior ocupação de espaço.

Nessa trajetória da construção da idéia de quantidade ela vai, inclusive, compreender as ações de adição e subtração antes de alcançai a conservação do valor quantitativo de um conjunto dado.

A outra pergunta, na mesma época foi:

- *Por que nosso prédio visto de longe fica tão pequeno?*

Nesse período, a criança está construindo a idéia de similaridade e não-similaridade.

Começa a entender a proporcionalidade no domínio da similaridade.

Até o estabelecimento do caráter métrico da proporcionalidade há um longo e rico caminho, povoado de muitas hipóteses.

Nessa perspectiva de "buscar" as hipóteses espontâneas e respeitar a trajetória de construção da criança, temos nos trabalhos de Emília Ferreiro, analisando a gênese da língua escrita, e de Constance Kamii, voltando-se para as construções aritméticas da criança, marcos significativos.

Outra dimensão para se respeitar o espontaneísmo da criança poderia ser o relativo à construção de regras e normas. O livro "*Julgamento Moral na Criança*", de Jean Piaget, traz ótimos ensinamentos acerca desse assunto.

Vemos, assim, pelo menos duas formas bem distintas de se conceber espontaneísmo:

- A primeira sustentada pelo inatismo. Um inatismo essencialmente ideológico e rotulatório;

- O espontaneísmo com raízes na epistemologia genética. O respeito a este espontaneísmo é, em última análise, a negação do inatismo e do postulado da "tábula rasa".

Temos que ressaltar, no entanto, a existência de uma terceira maneira de falar de espontaneísmo. É aquela que toma depreciativamente a epistemologia genética como inatista. Esse é um equívoco cometido pela má compreensão da epistemologia genética a partir de uma leitura mecanicista de Jean Piaget, feita na perspectiva de uma ética da ordem (e do progresso), que insiste em ler a epistemologia genética como modelo de desenvolvimento etapista onde tudo é "espontâneo" e "natural".

Em nosso entender, há, de algum modo, uma postura rígida dos educadores que condenam a epistemologia genética pelo espontaneísmo que ela comporta. Talvez, essa visão da epistemologia construtivista esteja colada na crença de que os indivíduos sejam reflexos da realidade. O sujeito "receberia" o real em seu cérebro e a linguagem atestaria essa decodificação do externo.

Qual o grande argumento contra o espontaneísmo de raízes piagetianas?

No discurso que aponta o espontaneísmo como o grande vilão o tempo, ou melhor, o aproveitamento do tempo, surge como uma das preocupações basilares: o tempo é muito precioso para ser gasto ouvindo hipóteses que as crianças formulam ou, mesmo, para se discutir com os alunos a formulação de normas para o cotidiano de sala de aula.

Se o tempo é tão precioso: como é usada essa preciosidade?

Vamos buscar essa resposta nos domínios de um outro candidato a vilão: o ritualismo.

O RITUALISMO: PERDER TEMPO PARA "GANHAR" AS MENTES.

O termo ritualismo, neste artigo, está sendo usado como apego excessivo a um cerimonial de caráter simbólico que segue preceitos estabelecidos.Na perspectiva que pensamos o ritualismo, ele é o espaço presente na escola que "rouba"um tempo considerável e significativo da aprendizagem das crianças. São os rituais da fila, do canto, da reza, do uniforme, do cabeçalho repetidos anos a fio na escola; tanto que se tornam até mais importantes que os próprios conhecimentos discutidos por educandos e professores.Esses rituais estão, de certo modo, na

maneira de ser da escola como uma espécie de herança que uma geração passa à outra.

Para o ritualismo resta o empirismo como possibilidade única de filiação epistemológica. Preocupado com o papel do tempo no dia-a-dia escolar, Andrade (1990, p. 30) faz esta dura observação:

> *Em relação ao tempo, a preocupação maior refere-se à pontualidade com o início das aulas. Os portões são trancados após o sinal, e as crianças que chegam atrasadas são submetidas a um ritual que leva necessariamente à humilhação, com repreensões da orientação, supervisão ou direção, além das advertências da professora ao entrar em sala, na frente de todos os colegas, diante dos quais a ridicularização se torna inevitável. Uma vez iniciada a aula, todo o rigor excessivo no controle do tempo é posto de lado.*

O início do dia escolar, nas séries iniciais do 1º grau, é com alguns rituais: formação da fila, caminhada em fila até a sala, escrever o cabeçalho, rezar, entre outros.

Após os seguidos rituais, temos o início das atividades de ensino que nada ficam devendo aos passos ritualísticos. Começam os rituais das lições como estas:

- faça cópia da página (...)
- escreva os numerais de (...) a (...)
- escreva 6 vezes a tabuada do (...)
- resolva os problemas seguindo o modelo (...)

Os "conhecimentos" transmitidos, podem ser, por exemplo, estes:

- verbo é a palavra que indica ação;
- as estações do ano são determinadas pela distância da Terra ao Sol. No verão a Terra está mais próxima do Sol e no iuverno mais distante;
- ilha é uma porção de terra cercada de água por todos os lados;
- o corpo humano é dividido em cabeça, tronco e membros;
- animal doméstico é aquele que vive na casa ou nas imediações da casa do homem.

Muitas frases similares a essas, de tanto serem repetidas, aos menos avisados, configuram-se como importantes verdades.

Um outro exemplo de "bom" aproveitamento do tempo são as leituras coletivas ou as perguntas dirigidas à classe. É muito comum situações assim:

- **Professora**: *Vamos ver se vocês entenderam o texto que copiaram: qual o personagem principal da história?*

Nesse momento, se olharmos atentamente para os rostinhos das crianças, vamos perceber que suas atenções se dirigem para algum ponto comum na sala: ali está o "puxador de reza". O "puxador de reza" começa a responder, forma-se um coro: todos repetem as palavras pronunciadas por aquela criança. Essa estranha situação, onde um pensa e todos falam, é muito freqüente no cotidiano de nossas sala de aula.

Quando se chega ao final da aula não é raro vermos situações como esta citada por Silva (1992, p. 12):

> *As crianças terminam a tarefa e ficam conversando, mas a professora grita: Não quero ouvir a voz de vocês. Um aluno fala: tia, conte uma história. A professora: não, porque está perto de vocês irem para casa. Faltam 30 minutos para terminar a aula.*

Sobre o "bom" aproveitamento de tempo, podemos ainda acrescentar esta preocupação de **Chadwick** (1986, p. 24):

> *É amplamente sentido por muitos educadores e profissionais que o currículo atual é bastante antiquado, irrelevante, pouco significativo, altamente verbal, etc. Um estudo cuidadoso e profundo encontrou que nos 5 anos da escola básica do Chile o currículo inclui 82,6% de seus objetivos específicos na informação verbal contra apenas 8,8% em destrezas intelectuais, 5% em atitudes, 3,1% em destrezas motoras, e nenhum objetivo específico nas estratégias cognitivas.*

Será que a sequência de rituais, do dia, terminou com a escrita do cabeçalho?

Não. Entendemos que os rituais se estenderam ao longo de todo o período. Na escola sustentada pela "transmissão verbal" o grande objetivo oculto é a disciplina. Por exemplo, **Silva** (1992, p. 20), afirma:

> *Acredita-se que a ênfase dada ao uso da cópia está muito associada ao conceito de disciplina que a professora tem, ou seja, "bem comportado", além de não exigir a orientação direta da professora.*

É o que Piaget chama de pressão do adulto, ou seja, uma pressão pelo verbalismo moral e intelectual do professor que trata a criança num mesmo patamar ignorando sua lógica, sua moral e suas emoções.

Para Piaget, esse tratamento é possível pois a educação tradicional, conservadora, vê na "criança apenas um adulto ignorante" e, então, a tarefa do educador não é a de *"formar o pensamento, mas sim de equipá-lo"*.

CONCLUSÃO

Entendemos que o espontaneísmo ideológico-rotulatório e o ritualismo são frutos de uma mesma visão autoritária e burocrática da educação: nega-se à criança o papel de ser pensante. Silva (1992, p. 12) cita este exemplo:

> *A professora pergunta: quantas vezes abro a boca para dizer palavra bola? Um aluno responde: duas, mas, letras são quatro. A professora: eu estou perguntando só sílabas, seu "G". Você é turista, nunca vem à escola e quando vem é para anarquizar.*

Nesse processo burocrático-autoritário há negação de diálogo, a disciplina (obediência cega) é assumida pela professora como um dos fatores mais relevantes. Silva (1992, p. 15) afirma:

> *A professora não utiliza o diálogo para resolver os problemas de indisciplina e joga o problema para a direção, que passa a ser vista como bicho-papão.*

O argumento básico para a negação da criança como ser pensante é o falacioso "aproveitamento de tempo": uma escola onde atividades de pensamento ocupam um espaço tão pequeno é, no mínimo, uma insensatez colocar o tempo como bem precioso.

Atribuir ao espontaneísmo, aquele de raízes na epistemologia genética, o papel de vilão do processo educacional é ingênua ou mesmo covarde, pois esta afirmação de Becker (1993, p.294) parece ser inteiramente pertinente:

> *Se o docente "inventa" alguma forma pedagógica que inclua a fala do aluno, que tire as carteiras direcionadas para a louça, se "dá liberdade" para irem ao banheiro na hora que desejarem, ele terá que provar que sabe a matéria e que sabe ensinar. Esse é o pacto da mediocridade.*

Esse "pacto da mediocridade" que tem na submissão o seu valor maior é o sustentáculo do autoritarismo na educação. A epistemologia

que dá suporte a isso é o empirismo que, com raízes nas idéias de John Locke, apregoa ser o sujeito, ao nascer, uma tábula rasa. Com essa compreensão, cabe à escola "marcar"a criança com conhecimentos e valores tomados como importantes.

O respeito às construções espontâneas das crianças tem outra filiação epistemológica e não é compatível com o "pacto da mediocridade". É, portanto, uma ameaça à serena tranqüilidade garantida pelo autoritarismo burocrático.

Afinal de contas, quem é o vilão?

Essa pergunta comporta duas respostas:

- Para a imensa legião que se protege sob o "guarda-chuvas" do "pacto da mediocridade" o grande vilão é o espontaneísmo. Piaget, Emilia Ferreiro, Constance Kamii, Papert, entre outros, são nomes perigosos.
- Para aqueles que, em sua ação educativa, provam que a criança pensa, o grande entrave é o ritualismo. Essa arma da burocracia escolar como vimos, assegura vida longa às formas arcaicas de educação. Para esse segmento, as publicações que mais causam apreensão são as gestadas em gabinetes por pessoas amantes da burocracia, e, também, por tantas outras que recorrem à metáfora do local do trabalho para descrever as atividades de sala de aula, com os alunos sendo "sendo" pagos pela sua produtividade e obediência. A escola, presa a uma prática ritualística, deixa de lado o seu rico filão civilizatório onde há o encontro entre as diversidades e passa a ser o lugar da uniformidade. A ação uniformizadora implica ignorar a identidade da criança em todos os seus aspectos - cognitivos, étnicos, afetivos ...- convertendo-se num poderoso mecanismo de exclusão.

Vale a pena, então, perguntarmo-nos como o faz Piaget em sua obra *Psicologia e Pedagogia*: queremos uma geração de imitadores, de meros discípulos ou um enriquecimento de nossas crianças? Parece-nos que a sociedade espera mais do que uma geração estímulo-resposta, espera uma geração de criadores ou como já disse alguém, espera por um *futuro melhor que qualquer passado.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Antonio dos Santos. O cotidiano de uma escola pública de 1° grau: um estudo etnográfico. *Cad. Pesq.*, (73):26-37, 1992.

BECKER, Fernando. *A Epistemologia do professor*. Petrópolis: Vozes, 1993.

CHADWICK, C.B. Estratégias Cognitivas, Metacognición y el uso de los microcomputadores en la educación. *Rev. Instit. Investig. Educ., 55*:21-35, 1986.

HESSEN, Johanes. *Teoria del conocimiento.* Buenos Aires: Losada, 1965.

NEUMANN, Erich. *Psicologia profunda e nova ética.* São Paulo: Paulinas, 1991.

PIAGET, Jean. *A Epistemologia genética.* Petrópolis: Vozes, 1973.

PIAGET, Jean. *Psicologia e pedagogia.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.

SILVA, Aida Maria Monteiro. A Escola Pública de 1° Grau: limites e possibidades. *Est. Aval. Educac.* 5:7-27, 1992.

Revista UNIMAR 17(1):177-196, 1995.

DEWEY: FILOSOFIA, CIÊNCIA E CONHECIMENTO

Hélio Roque Hartmann*

RESUMO. O propósito deste trabalho é apresentar algumas facetas do pensamento de John Dewey, e evidenciar sua relação com a reconstrução intelectual e social. Parte da idéia de que os conceitos básicos da civilização Ocidental foram construídos sobre dualismos "fictícios" e recorrentes, e de que se trata de soterrá-los e reconstruí-los sobre as novas bases oferecidas pela biologia, a psicologia científica e os ideais morais da democracia.

Palavras-chave: experiência, filosofia, ciência, conhecimento

DEWEY: PHILOSOPHY, SCIENCE AND KNOWLEDGE

ABSTRACT. This paper works out some aspects of Dewey's philosophy, science and knowledge, and put in evidence its relation with the intellectual and social reconstruction. It supposes the idea that basic concepts of occidental civilization have been built on fictional and reiterated dualisms which should be undermined and reconstructed on new base provided by biology, scientific psychology and moral ideals of democracy.

Key words: experience, philosophy, science, knowledge.

LOCALIZAÇÃO DO PENSAMENTO DE DEWEY

Considerações preliminares

Como tantos termos do vocabulário, a expressão "pragmatismo" está repleta de ambigüidades. Tanto no próprio uso filosófico do mesmo, com efeito, como na sua utilização comum, pode ou parece designar tanto uma escola de pensamento ou uma linha de reflexão quanto,

---

* Departamento de Fundamentos da Educação, Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, Câmpus Universitário, 87020-900, Maringá-Paraná, Brasil.

Correspondência para Hélio Roque Hartmann.

Data de recebimento: 23/09/94.

Data de aceite: 28/11/94.

simplesmente, determinada atitude, uma opção reflexiva ou vital, uma perspectiva sobre o mundo.

A língua usual, assim, toma como "pragmatismo" um modo de olhar, de estar com as coisas, em que a utilidade e a imediaticidade, interesse mais crassamente vital e ainda egoísta se fazem primar, como princípio, sobre a finalidade remota ou os valores não estritamente traduzíveis em termos do primário cálculo individual. Em tal sentido, "pragmatismo" vem a dizer tanto como um ater-se decidido ao urgente e proveitoso, ao próximo e inevitável. Ou se faz dele, portanto, e já passando ao terreno estritamente filosófico, equivalente genericamente com algo assim como o "materialismo", o "empirismo", o "utilitarismo" ou o "sensualismo".

Ninguém ignora o vasto campo semântico que desde esta interpretação chegará ou chegaria a ter o termo "pragmatismo". Por outro lado, a intenção deste trabalho não é fazer a história da dimensão pragmática do pensamento. Trato, apenas, de recordar aqui que, comumente, se costuma citar como "pragmatistas", em sentido estrito, a um grupo muito determinado de autores, mais especificamente, norte-americanos, e mais especialmente ainda aqueles que constituem a chamada "época clássica" ou "dourada" da filosofia estadunidense, que foram os que de um modo mais consciente e direto adotaram o mencionado sinal de identidade: Charles Sanders Peirce, William James e John Dewey.

Nossa delimitação metodológica nos obriga a ocupar-nos somente com Dewey, ainda que, seja qual for o "pragmatismo" em todo pensamento e em toda atividade, de outros pensadores, se constitui em origem consciente desse movimento que chamamos pragmatismo. Quanto a Dewey, esta nossa decisão, contudo, não deixa de proporcionar-nos algumas surpresas.

Entre autores tidos, geralmente, como pragmatistas, Dewey nunca foi excessivamente proclive nem a aceitar a etiqueta em si, nem a cobrir com a mesma, a totalidade de sua doutrina. Outra surpresa: uma vez estudados os pragmatistas "clássicos", há pouco mencionados, oferecem uma versão do "pragmatismo" que pouco ou nada tem a ver com a concepção "vulgar" do mesmo, como "praticismo", ou coisas ao estilo.

Um filósofo genuinamente americano.

Há diversos traços, na figura e na obra de Dewey, que fazem dele algo mais que um filósofo; e de sua obra, algo mais que uma filosofia. Efetivamente, poderia ser considerado como um filósofo na acepção mais

estrita - e vulgar - do termo. Mas se esqueceria assim que também pode ser tomado como psicólogo, sociólogo, educador, teórico da educação, como **crítico da cultura e reconstrutor da tradição**, como alguém que refletiu, defendendo-os firmemente, com base em ideais ético-democráticos. Também pode ser considerado como um esteta e como homem preocupado com a reforma social, a melhoria das condições de vida e o compromisso em favor dos direitos humanos; alguém a quem suas múltiplas atividades acadêmicas não impediram desenvolver uma atividade pública constante e uma continuada - e comprometida - tomada de posição com respeito aos acontecimentos históricos que lhe tocou viver.

John Dewey, em conseqüência, é conhecido como o mais influente filósofo e educador de América. Seu nome tem sido associado ao movimento filosófico chamado "pragmatismo" e o movimento educacional, às vezes, etiquetado de "educação progressiva" - ambos movimentos têm sido mais freqüentemente desvirtuados que entendidos, mais distorcidos que estudados. Tem sido reconhecido, contudo, tanto por seus amigos mais íntimos (Mead, Tufts, Lloyd, Robert Park) como por seus críticos (B.Russel, M.R.Cohen, E. Durkheim) que sua obra representa uma **expressão intelectual distintiva da cultura americana**.

Ao afirmar que Dewey é um "filósofo americano" pretendemos significar algo mais que chamar a atenção para o fato de que nasceu em Burlington, Vermont, em 20 de outubro de 1859. Ou, que cresceu em New England, cursou a Universidade de Vermont e mais tarde Johns Hopkins, passou a maior parte de sua vida ensinando em várias universidades americanas, incluindo as de Michigan, Minnesota e Chicago, e, desde 1904 até sua aposentadoria na Columbia University. Ou ainda, que trabalhou durante dois anos na Universidade Imperial do Japão, um ano na China, visitou várias vezes a antiga URSS e a França. Tanto quanto perguntar-nos sobre o que tem sido tentado em maior escala, convém interrogar-nos acerca de qual é a relação da filosofia com o entorno da qual emerge.

Quando falamos, por exemplo, da filosofia grega, alemã, inglesa ou francesa, pensamos que as ênfases, problemas, métodos e propósitos refletem o que é distintivo dessas várias culturas. É verdade que, muitos filósofos na tradição Ocidental, conceberam a filosofia, primeiramente, como concernente à verdade objetiva, como uma investigação que faz e busca justificar demandas básicas acerca da natureza da realidade, do pensamento e ação que transcende as restrições locais de tempo e lugar.

Um dos aspectos mais provocativos do pensamento de Dewey é sua **crítica ao conceito de filosofia** como uma disciplina primordiamente relativa à descoberta e justificação de "verdades". Em filosofia, diz Dewey, estamos tratando de algo comparável ao significado da civilização ateniense ou de um drama ou de uma lírica(1). Onde a verdade está em perigo, tudo isso é importante. Mas à filosofia não concerne primordialmente descobrir e justificar verdades. Dadas determinadas verdades, o filósofo deseja entender sua significação geral, sua coerência, as vias em que alteram a perspectiva intelectual, em que podem levar-nos a captar novas possibilidades para a vida humana. Toda filosofia de Dewey pode ser aproximada como uma tentativa de elaborar e defender um "novo" conceito de filosofia. Daí sua *Reconstruction in Philosophy*, de 1920 e *Philosophy and Civilization*, de 1931.

Em termos breves: Dewey foi um crítico da *Busca da Certeza* que tinha sido tão característica da filosofia Ocidental. Mas, sem que com isso, acreditasse que dois séculos e meio do filosofar estivessem baseados num equívoco. O filósofo, por outro lado, é como o artista, cuja tarefa - que nunca está acabada - é reconstruir o material tomado como algo que tem forma e ordem mais amplas, algo que se funda na significação estética. Há também um aspecto científico da filosofia de Dewey. A imaginação filosófica "reconhece sua responsabilidade em satisfazer as demandas lógicas dos fatos assegurados"(2). O filósofo tem a responsabilidade de estar constantemente alerta com relação à descoberta de novas verdades científicas e com respeito ao desenvolvimento dos procedimentos científicos. A filosofia não é uma ciência especial ao lado de outras ciências, nem está em competição com as ciências. O filósofo precisa tentar entender como os novos descobrimentos científicos alteram **toda** nossa perspectiva intelectual; está inexoravelmente vinculado aos problemas concretos dos homens. Anima-lhe um sentido de **compromisso do pensamento com a vida**, um sentido de uma inteligência posta a serviço dos valores humanos.

Em consonância com esta perspectiva, filosofia, em geral ou em particular, envolve **crítica** e **re-construção.** Não busca e não tem a ver com glorificar ou racionalizar o "status quo". A propósito, afirma Dewey:

> ... *"Pragmatismo significa, em oposição a várias tendências contrárias no entorno americano, que a ação deverá ser inteligente e reflexiva, e que o pensamento deverá ocupar a posição central na vida... Insistimos, ademais, em que a inteligência há de ser considerada*

como o único recurso e garantia de um futuro desejável e humano"(3).

Mas como Dewey chegou a esta visão e imaginação? Desde onde pensa e faz sua crítica e reconstrução da experiência humana? Como conecta seu pensamento com a ciência experimental, a evolução biológica, o desenvolvimento da democracia, a sociedade industrial moderna?

... DE HEGEL A DARWIN...

O acontecimento que mais dramaticamente perturbou a América em seu sono dogmático foi a publicação de Darwin sobre a *Origem das Espécies por meio da Seleção Natural* , em 1859, ano em que Dewey nasceu. Nesta época, os livros populares e os jornalistas ainda estavam tratando do conflito entre religião e ciência. Por baixo disso, entretanto, operavam influências mais profundas. As descobertas da nova biologia proporcionaram um impacto para o desenvolvimento de todos os ramos das ciências sociais e humanas.

Dewey não nasceu somente neste ambiente de impregnação intelectual, mas junto com o final do século XIX se tornou um dos mais destacados proponentes e intérpretes da nova atmosfera científica. Darwin, em que pese às interpretações superficiais que sofreu sua obra, estava ensinando, em linguagem filosófica, que a natureza e a cultura estão em transição, que o indivíduo humano não está desvinculado disso, que homem e natureza interagem e se necessitam mútua e inexoravelmente.

Antes dessa compreensão, Dewey, "subconscientemente", estava inclinado a desejar um mundo e uma vida que tivessem as mesmas propriedades que tem o organismo humano, de acordo com a concepção derivada do estudo das *Lessons in Elementary Philosophy* de Thomas Huxley. Aos poucos, o conceito de organismo interativo torna-se a fonte do interesse inicial de Dewey em filosofia, e seu conceito-chave. A explicação e a aplicação deste conceito de **interação orgânica** tinha como meta entender a situação do homem no mundo. Sua aversão ao estático, formal e dualístico, e seu desejo de ver a vida em todas as suas formas como um intercâmbio dinâmico e inter-relacionado e de elementos interdependentes em que as distinções são funcionais e cambiantes antes que fixas e estáticas, estava a demonstrar que foi Hegel

quem lhe havia proporcionado a expressão intelectual mais penetrante para esse **insight**.

> *"A síntese do sujeito e objeto, matéria e espírito, o divino e o humano de Hegel, não era, portanto, mera fórmula intelectual: operava como um alívio imenso, uma libertação. O tratamento da cultura humana, das instituições e das artes de Hegel, envolvia a mesma dissolução das sólidas-e-frágeis paredes divisórias, e tinha uma atração especial sobre mim"(4).*

Dewey, pois, adquiriu de Hegel um sentido duradouro das relações orgânicas de sujeito e objeto, inteligência e mundo, mas esta idéia diretriz necessitava ser explicitamente desenvolvida e aplicada a uma variedade de contextos. Para este propósito, no entanto, julgava Hegel e seus seguidores menos auxiliares que a **nova biologia** e a **psicologia científica** que estavam surgindo. De modo que, aquilo que inicialmente desempenhava um papel secundário no pensamento de Dewey - o interesse pela ciência experimental e sua aplicação à biologia, psicologia e outras ciências - tornou-se, gradativamente, dominante.

Contudo, através dos *Studies in Logical Theory*, publicados em Chicago em 1903, é possível ver que há algo do espírito hegeliano que Dewey nunca perderia: a ênfase na **continuidade**, na totalidade, no desenvolvimento, no poder das idéias(5). Mas o papel que em Hegel tem o espírito não demoraria muito - insistimos - ser substituído pela ciência, pela operação concreta da inteligência ativa.

Hegel, apesar de tudo, representou, para Dewey, três coisas específicas:

O homem que proporcionava uma visão não dualista da lógica e oferecia, em conseqüência, as ferramentas aptas para a crítica das concepções dualistas da mesma. Mas somente, muito mais tarde, em 1938, Dewey se encarrega desse trabalho em *Logic: the theory of inquiry*, em que se afastou profundamente das correntes formalistas e logicistas de ingleses e vieneses. Desde o princípio, opina Dewey, tanto na forma de observação ordinária, como no pensamento científico, o conhecimento é lógico; e é um e o mesmo mundo que também se oferece na percepção e na ciência; e em ambos os casos o método é idêntico: o método lógico, deixando a salvo, unicamente, as imprescindíveis diferenças de grau. A este respeito, Dewey escreve que:

> *"Os processos lógicos entram ambos, na percepção e na concepção, de modo que, desde um certo ponto de vista, os dois têm um carácter lógico"(6).*

Esta é uma solução hegeliana, na medida em que Hegel é quem ensinou a Dewey que o chamado elemento **a priori** do conhecimento não é algo fora da experiência, senão algo encarnado na estrutura da experiência mesma(7).

Mas Hegel foi também o homem que fez ver a Dewey que, sendo a realidade, antes de tudo, mente, não é a lógica nem a metafísica o que proporciona o método da filosofia, mas sim o estudo da mente, a psicologia.

Em terceiro lugar, muito cedo, no entanto, Dewey começaria a abrigar sob o nome de "Hegel" um progressivo descobrimento que, com o passar do tempo, acabaria por desprender-se totalmente da atadura a essa visão: o descobrimento de que a psicologia, por sua vez, não era senão um dos campos do método científico geral. Mas foi o estudo da psicologia desde o ponto de vista científico o que fez Dewey dar o passo em direção ao estudo da metodologia experimental.

A reconstrução da Psicologia e da Filosofia

Após haver escrito *The New Psychology*, em que já se separa de Hegel, escreveu em 1896, um artigo extremamente importante, que se tornou clássico, denominado *The arc reflex concept in Psychology*. Com ele começa sua reconstrução em Psicologia, e encontra seus conceitos-chave para sua filosofia da experiência, seus pontos de vista sobre a lógica e a teoria da investigação.

O alvo da crítica de Dewey é o conceito de arco reflexo, que era usado na psicologia contemporânea para descrever e explanar o comportamento humano. Segundo este conceito, a conduta psicológica pode ser analisada como uma seqüência mecânica de três momentos: as sensações ou estímulo periférico, seguido pela idéia ou processo central, seguido pela resposta motora. Estímulo, idéia e resposta (ou reação) eram considerados elementos discretos, isolados, mecânicos, externamente relacionados a outros momentos numa seqüência temporal.

A crítica de Dewey à interpretação desse conceito parte de duas perspectivas. Em primeiro lugar, o conceito é usado para uma descrição errônea do que atualmente ocorre, em segundo lugar, quando é usado como um conceito explicativo, o conceito de arco reflexo além de

desvirtuar não explica o comportamento humano. Ignora o sujeito. E retrata uma concepção estática e conservadora da Psicologia.

A teoria do arco reflexo, para Dewey, apesar de seu valor como instrumento de unificação em psicologia, não logrou afastar-se suficientemente das antigas psicologias dualistas.

> *"O velho dualismo entre sensação e idéia se repete no dualismo usual de estruturas e funções periféricas e centrais; o velho dualismo de alma e corpo encontra um eco claro no dualismo usual de estímulo e resposta"(8).*

É, pois, em radical oposição a essa visão das coisas, que Dewey tentará encontrar um nome apropriado para "aquilo que não é sensação-seguida-de-idéia-seguida-de-movimento", senão o organismo mental do qual a sensação, a idéia e o movimento são órgãos principais. A resposta constitui a chave do pensamento de Dewey: **coordenação**. Estímulo e resposta são correlativos, e a função específica de cada um é determinado em sua relação com o outro. Sua crítica, sem dúvida, corta fundo, e sua proposta da **coordenação orgânica** como a base da unidade da conduta é o ponto radical de partida desde o conceito de arco reflexo, e revisa um dualismo metafísico mais antigo, que é o que dá refúgio a todos os paradoxos de como interagem o "material" mental e as "coisas" físicas.

Um outro modo de ressaltar a mesma crítica acerca do assunto é insistir em que a coordenação orgânica é teleológica - é um "comportamento propositivo"(9).

Quando analisamos o comportamento mais altamente organizado, pensa Dewey, tal como instintos complexos ou hábitos bem estabelecidos, negligenciamos, com freqüência, o caráter teleológico ou funcional do estímulo e da resposta, porque o **fim** ou meta está organizado **dentro dos meios**. Mas se suprimimos o fim, podemos enganar-nos facilmente pensando na seqüência ordenada como uma série de ocorrências discretas, isoladas. Sérias confusões resultam quando o conceito de arco reflexo é usado como explicação para o comportamento mais complexo, hesitante que é característico do pensar. O carácter teleológico do estímulo e resposta não pode ser ignorado sem desvirtuar o que ocorre. Sensação como estímulo, é sempre aquela atividade a ser definida para que uma coordenação possa ser completada.

Neste sentido, o estímulo é a fase da atividade que coloca o **problema**, a resposta é a fase da atividade que marca a solução temporária. Todos estes momentos e fases são funções dentro de uma **experiência unificada**.

O artigo mencionado, portanto, sinaliza o caminho do trabalho posterior de Dewey. A idéia de **conflito** dentro de uma coordenação ou situação que requer reconstituição ou **reconstrução**, tomados em seu contexto original - distinções dentro de uma coordenação orgânica - poderão ajudar-nos a entender a lógica instrumental de Dewey e alertar-nos com relação a falsas interpretações de sua obra.

Mais importante ainda é o **conceito de experiência** que Dewey propõe e que é central em toda sua filosofia. Em toda sua obra há uma crítica do conceito atomista e particularista de experiência que tem sido o centro para o **empirismo tradicional**, especialmente, o britânico. Ao mesmo tempo, Dewey rejeita a tendência em suas várias formas de **idealismo**, cuja experiência tende a tornar-se um todo omniabarcante.

A experiência consiste numa série de coordenações orgânicas interpenetrantes. Dentro dessas coordenações distinguimos elementos, mas esses são elementos funcionais cujo carácter é determinado pelo papel que desempenham no processo de reconstrução da coordenação. A análise do conceito de arco reflexo em psicologia propicia a Dewey a chance da substituição deste conceito pelo de coordenação orgânica, isto é, como consistente num único ato, numa experiência singular, enquanto base da unidade da conduta e enquanto circuito; não arco. Dewey estava tentando, em realidade, - retomando o desenvolvimento de sua filosofia -, formular "um caminho intermediário entre o pluralismo atomístico extremo e os monismos universais em bloco"(10). Através do estudo do pensamento de Dewey é possível seguir sua elaboração, refinamento e comprovação do conceito de experiência como consistindo numa pluralidade de coordenações orgânicas.

AS TEORIAS DA EXPERIÊNCIA E DA INVESTIGAÇÃO

Dewey observa, em sua tarefa de reconstrução, que a experiência humana, a experiência em sua relação com a natureza, sofreu uma **grande excisão**. Para isto não se remonta unicamente aos gregos. Na *Busca da Certeza*, e em muitos outros lugares, as **raízes do dualismo** se buscarão muito mais atrás, no momento mesmo em que "o homem, que vive no mundo onde reina o acaso, se vê obrigado a bnscar a segurança"(11), para o qual instituiu dois caminhos básicos: assegurando-se o favor do sagrado mediante o culto e o rito, ou tentando transformar o mundo mediante a ação, isto é, através da intervenção e o desenvolvimento das artes.

No entanto, uma secular desconfiança acompanhou desde a antiguidade o uso humano das artes, porque o artesanal, o prático, o propósito de dominar o meio ambiente e pô-lo a serviço do homem, além de supor um trabalho que a atividade intelectual "interior" não parece pedir em troca, é basicamente **incerta**, precária, ocupa-se de situações individualizadas e supõe sempre mudanças; proporciona somente uma segurança relativa, incompleta, e dependente de circunstâncias imprevistas. Foi assim que o homem projetou seu afã de certeza - sugere Dewey - a uma esfera que considerou "sagrada", esfera do extraordinário e intocável, que, em conseqüência, separou tão radicalmente como pôde do mundo do prático, isto é, do manipulável, do cotidiano e acessível. É assim que se colocaram as bases para a distinção fundamental que desde então arrastamos.

> *"A distinção entre duas atitudes, a do controle diário e a da dependência de algo superior se generalizou por fim intelectualmente e seu resultado foi a concepção de dois reinos distintos. O inferior era campo do previsível e onde o homem dispunha de artes e instrumentos com os que podia lograr um grau razoável de domínio. O superior era um campo onde ocorriam coisas tão fora de nosso alcance que por isso mesmo eram testemunho da presença e operação de poderes que se cerniam por cima das coisas habituais e mundanas"(12).*

Esta é a raiz, insistimos, da grande excisão: a excisão entre o imutável e seguro e o mutável e incerto; entre o reino do "superior", que constitui o objeto da contemplação cognoscitiva, atitude das classes não trabalhadoras, e o reino do "inferior", objeto das manipulações do artesão; entre o reino "puro", "ideal", "separado", do conhecimento e a "ciência", e, de outro lado, o reino da mudança, cuja forma de conhecimento é a opinião e a crença; que é empírico e contingente. A filosofia grega não fez mais que racionalizar e justificar este estado de coisas. "A filosofia se apoderou do reino que havia estado reservado à religião", e por isso pode dizer-se, em verdade, que "o anelo de certeza tem determinado nossa metafísica fundamental"(13).

A conclusão que obteve não pode, conseqüentemente, ser outra que o "divórcio... entre meios e fins, divórcio que é a correspondência entre homens livres e escravos, entre superiores e inferiores"(14). A filosofia convencida de estar em poder de um órgão de conhecimento superior ao que possuem a ciência positiva e a experiência prática cotidiana, admitiu

- e desde então admite - que a função do conhecimento consiste em descobrir o que é em si, e antecedentemente, real; de forma que a operação investigadora exclui qualquer elemento de atividade prática que entraria na construção do objeto conhecido.

Desde este ponto de vista, a essência comum às teorias do conhecimento, sejam empíricas ou idealistas, é sempre a mesma: que o conhecido antecede ao ato mental de sua observação e investigação e não resulta afetado por esta; pois, do contrário, não seria fixo e imutável. A conseqüência deste invariável postulado - da aposta na invariância da racionalidade - é que o conhecimento se modelou sobre o modelo da visão: se baseou, em outras palavras, numa **teoria especular do conhecimento**; uma concepção de sujeito cognoscente como **"espectador"** (observador) de um "objeto de conhecimento" que é uma realidade fixa e completa em si mesma, com independência de um ato de investigação que contivesse qualquer elemento produtor de mudança.

Assim se mostra, pensava Dewey, que quando os homens buscaram a certeza cognoscitiva, não era tanto esta que buscavam, senão, como, através dela, assegurar a certeza dos resultados da ação. Desde aí o problema da modernidade, cujas conseqüências arrastamos, não será outro que o da ruptura e incompatibilidade entre os modos de atuar herdados da época pré-científica e o desafio avassalador da ciência(15). A filosofia moderna se excindiu a si mesma tratando de enquadrar os descobrimentos efetuados pela ciência no marco teórico-cognoscitivo clássico que acabamos de resumir. Tratou, em outras palavras, de conciliar o universo "grego" e o "cristão" (com sua equação certeza = fixidez; com sua ênfase no conhecimento especulativo como meio de alcançar a segurança; com seu rebaixamento do prático) e as concepções ousadas derivadas do desenvolvimento da ciência.

Porém, aceitar simultaneamente ambas as coisas resultou impossível, entre outros motivos, porque a filosofia surgida do desenvolvimento da ciência moderna, ao reduzir os "objetos" a qualidades primárias, isto é, ao concebê-los de modo físico e mecânico, contribuiu no aprofundamento do abismo entre espiritual, reino dos fins e valores, e o prático, o dos meios. Neste sentido, a filosofia moderna começou sua marcha ampliando o abismo existente entre os valores últimos e eternos e os objetos e bens naturais, rebitando algo que, frente ao sentido grego da continuidade hierárquica das formas, já havia sido iniciado pelo pensamento cristão. A tensão criada pela oposição, e, contudo, conexão necessária de **natureza** e **espírito**, deu origem a todos os problemas que

caracterizam a filosofia moderna. Como o homem formava, por un lado, parte da natureza e era, por outro, um membro do reino do espírito, todos os problemas centraram-se em sua natureza dividida. Em resumo, a pergunta da filosofia e da civilização moderna, não é outra que a seguinte: que relação existe entre a "ciência" e "as coisas que louvamos e amamos e que gozam de autoridade para dirigir nossa conduta?"(16).

Para o mundo que o cientista vê, a revolução científica enquanto desafio angustiante, tem transformado completamente os velhos marcos herdados de explicação. Entre outras coisas, o conhecimento clássico era contemplativo: acolhia o mundo tal e como é. A ciência moderna é experimentalista, implica uma introdução de mudanças, uma atividade dirigida que varia as condições nas que se observam os objetos, e que os dispõe e arruma de maneira diferente. O conhecimento clássico considerava **objetos,** isto é, algo final, completo, acabado. A ciência experimental trabalha com **dados,** isto é, com materiais que haverão de ser objeto de investigação, pontos de partida para a reflexão, **problemas.** O objeto do conhecimento clássico era o imutável. O da ciência moderna, as relações entre mudanças: o objeto da ciência se acha no descobrimento de relações constantes entre mudanças. "O método de investigação científica consiste em produzir alguma mudança com o fim de ver que outras transformações se seguem; a correlação entre estas transformações, que se mede por uma série de operações, constitui o objeto... do conhecimento"(17).

Toda teoria clássica do conhecimento entendeu o pensamento como cópia ou reprodução de um objeto antecedentemente real. A ciência experimental encontrou - pensa Dewey - a melhor expressão teórica de suas conclusões com respeito à **natureza real das idéias,** por um lado, no pragmatismo formulado por Peirce, que a considerava afim à teoria instrumental dos conceitos, de acordo com a qual não são senão "instrumentos intelectuais" para dirigir nossas atividades em relação com a existência e, por outro, um conceito não é senão a série de operações através das quais se determina.

Por isso, frente ao comum imediatismo cognoscitivo de empiristas e racionalistas, própria de uma atitude não manipulativa, a ciência se reduz, como dissemos, a objetos e dados, isto é, **problemas e desafios.** As qualidades sensíveis se transformam em algo que há de ser conhecido mediante a investigação e, portanto, nos sugerem a realização de certas operações. Estas têm por missão o descobrimento de **relações,** porque o interesse da ciência é a transformação do mundo e o controle das

mudanças para colocá-las ao serviço do homem, e só desde a ótica dos objetos **como** relações podem dar-se as condições para um controle reflexivo das mudanças.

Disso deduz-se que o objeto da ciência não é um "segundo" objeto real que compita com os "autênticos". Os conceitos científicos são instrumentos fabricados pelo homem ao tratar de satisfazer determinado interesse: o da convertibilidade máxima de cada objeto do pensamento em qualquer outro. E, portanto, "a validade do objeto do pensamento depende das conseqüências das operações que definem esse objeto"(18). Nossas **idéias**, nossos **pensamentos**, já não são proposições frias, desapaixonadas acerca do que é: são **possibilidades**, **planos de operações**, proposições acerca de **atos a realizar** sobre uns objetos que não são senão material de experimentação. Seu valor, em conseqüência, não estará dado senão em função dos resultados que proporcionam, e serão corretos se as operações a que conduzem reordenam e reconstroem o mundo no sentido mesmo em que esperávamos que o fizessem.

Neste sentido, nem a irrupção e a potêucia de revolução de Galileu, que significou uma mudança do qualitativo ao quantitativo e métrico - como um momento dentro da revolução intelectual que transtornou completamente a antiga e pacífica imagem do homem e do mundo - conseguiu desterrar, no básico, o primitivo esquema dos **dois mundos**. O autêntico e definitivo golpe a essa concepção, ao contrário, foi o dado pela publicação da *Origem das Espécies* de Darwiu. Somente a combinação no seu título, "origem" e "espécies", já supõe - observa Dewey - o mais decidido ataque contra o aristotelismo multissecular, coutra a fixidez das espécies.

A primeira revolução científica havia deixado intacta a vida; se havia ceutrado no universo "mecânico", "físico", e havia permitido, assim, formas de conciliação entre o mundo dos valores e os ideais do espírito e da política, e o "baixo" mundo da atividade prática. A façanha de Darwin foi estender também à biologia, ao cientificá-la, o método que se havia mostrado tão potente no tratamento dos objetos inorgânicos; deste modo, a revolução científica assaltou a última fortaleza em que se haviam refugiado os valores "eternos", isto é, o suposto da descontinuidade do homem frente à Natureza. Restabelecendo assim a **continuidade entre homem e mundo**, experiência e Natureza, universalizando o método científico, Darwin obrigou a colocar com toda sua crueza a velha questão: que permanece do mundo herdado de valores morais, frente ao predomínio da metodologia científica?

Era evidente, para Dewey, que "diante deste tremendo desafio" não cabia outra coisa que uma atitude inteligente:

a) aceitar em toda sua extensão a universalização e predomínio do método científico. E em função dessa aceitação,
b) tratar de **reconstruir** os conceitos-chave da tradição: o conceito de **experiência** em sua relação com a **natureza**; o conceito de **conhecimento**. Re-construção que colocaria as bases de uma filosofia "empírica" autenticamente "experimental" (sempre sujeita à revisão), segundo a qual seria possível, por sua vez, determinar os parâmetros básicos para
c) indicar a viabilidade de uma filosofia que aplicasse ao universo dos valores e dos fins os mesmos critérios metodológicos, que têm dado à ciência experimental seu poder(19). Cada uma destas três questões estão estreitamente inter-relacionadas entre si, e tem a ver com todas as demais preocupações de Dewey.

Já nos referíamos, anteriormente, a alguns traços da crítica deweyana à noção de experiência tradicional. É contra essa tradição, essencialmente unitária, e cuja conseqüência fundamental tem sido a de abrir um abismo entre a experiência humana e a natureza, contra o que Dewey define sua postura. E o fez numa infinidade de textos. Existe um, contudo, - **The Need for a Recovery of Philosophy** de 1917 -, em que os pontos básicos de seu desacordo, e, portanto, a essência de sua posição, tem ficado plasmados de forma claríssima. Daremos hospitalidade ao texto, apesar de sua extensão, por sua capital importância:

> *(i) Desde a perspectiva ortodoxa, a experiência é vista primeiramente como assunto de conhecimento. Mas frente a um olhar que não é um olhar através de óculos velhos, aparece sem dúvida como assunto de intercâmbio de um ser vivo com seu entorno físico e social.*
>
> *(ii) De acordo com a tradição, a experiência é (ao menos primariamente), uma coisa psíquica, completamente infectada pela "subjetividade". O que a experiência sugere acerca de si mesma, porém, é um mundo genuinamente objetivo que se integra nas ações e paixões dos homens e está exposta a modificações provocadas por suas respostas.*

(iii) Na medida em que nenhuma doutrina estabelecida reconhece nada além do presente imediato, conta exclusivamente o passado. A essência da experiência é vista como o registro do acontecido, como a referência ao precedente. O empirismo se concebe como o entrelaçamento do que tem sido ou "se dá". Mas a experiência em sua forma vital é experimental, um esforço para mudar o dado; caracteriza-se pela projeção e a prospecção para diante, no desconhecido; seu traço proeminente é a conexão com o futuro.

(iv) A tradição empirista está comprometida com o particularismo. Supõe-se que as continuidades ou conexões são estranhas à experiência, são subprodutos de duvidosa validade. Uma experiência que é uma assimilação do entorno e um esforço para controlá-lo em novas direções está repleta de conexões.

(v) Na concepção tradicional, experiência e pensamento são termos antitéticos. A inferência, na medida em que é algo diferente de um mero reviver o já dado no passado, vai além da experiência; daqui que ou é inválida ou é uma medida de desespero pelo qual, usando a experiência como trampolim, saltamos fora de um mundo de coisas estáveis e de outros egos. Mas a experiência considerada livre destas restrições impostas pela velha concepção, está plena de inferência. Aparentemente, não há experiência consciente alguma sem inferência; a reflexão é inata e constante(20).

Esta é, altamente sintetizada, a essência da posição naturalista, humanista, pragmatista de Dewey com respeito à experiência. Um posicionamento em que tal experiência é uma **situação.** É algo necessariamente mais extenso e complexo que uma coisa individual. A experiência é **da** natureza e figura **na** natureza. A experiência, como vimos, é idêntica a uma função vital e funciona como um equivalente da história ou da cultura. A biologia nos mostrou até à saciedade como não

há "vida" sem uma **atividade** dos organismos, mediante a qual estes reconstroem e transformam sem cessar seu meio vital.

Por tudo isso pode dizer-se, em conclusão, que quando a experiência se tem feito experimental, é a **experiência a que regula a experiência**; é a experiência anterior a que nos proporciona a possibilidade de melhorar a própria experiência: "a experiência se tem convertido... em construtivamente reguladora de si mesma"(21).

DE UM MODELO DE CONHECIMENTO A UM MODELO DE SOCIEDADE

Enquanto crítico da tradição Ocidental, Dewey dedicou sua vida à **re-construção** das noções básicas dessa tradição. Defendeu a tese de que o pensamento Ocidental se havia plasmado sobre a base de **dualismos** "fictícios" - embora fatos históricos inegáveis - que impuseram aos homens a pesada carga de uma natureza dividida; uma divisão entre o humano e o natural, entre indivíduo e mundo, entre conhecimento e ação, que urgia ser enfrentada e superada.

Essa reconstituição das noções básicas o obrigou, portanto, a reconstruir os instrumentos intelectuais adequados à nova fase da cultura e civilização humanas. Como já observamos, foram a nova biologia e a psicologia moderna reconstruídas através da ciência experimental e os ideais morais da democracia que lhe proporcionaram o material e os procedimentos aptos à sua empresa. A nova oportunidade cultural que se apresentava lhe parecia, por um lado, inexcusável e exigia, por outro, um compromisso humano da filosofia, um **compromisso do pensamento com a vida**. Desde a percepção desta realidade histórico-cultural propícia, trata de reinterpretar as noções de **mente** e **inteligência** com base em matrizes biológico-culturais.

Dito empreendimento comportava, em primeiro lugar, desembaraçar a filosofia dos prejuízos metafísicos e epistemológicos e, em segundo lugar, reconstruir o pensamento filosófico sobre novas bases, as da continuidade entre experiência humana e natureza, entre homem e mundo.

Nesta perspectiva, ao "domiciliar" o exercício da inteligência dentro da natureza, as reflexões de Dewey nos permitem entender que quando dizemos que a **natureza é inteligível** o que estamos afirmando é que esta é susceptível de ser entendida mediante operações conduzidas **desde dentro** - não desde fora. O que é o mesmo que sugerimos quando descrevemos o conhecimento ou a inteligência como contribuição

transacional à reorganização da experiência. Assim, posto que a inteligibilidade somente pode ser lograda através da ação humana, podemos entender, por um lado, que o observador que só descreve (tal como o havia pensado a filosofia moderna) não lhe é possível inserir-se cognitivamente na história e, por outro, que é desejável a ruptura com o tradicional menosprezo da atividade prática por parte dos intelectuais, o que tem condenado a inteligência a uma posição de impotência.

A natureza constitui sempre um novo ponto de partida, não algo acabado, objetivamente completo. A experiência humana, por sua vez, figura **na** natureza; essa, em sua modalidade lógica, é a experiência como conhecer, e abarca, portanto, **mais** que conhecimento. A maior parte de nossas vidas, como sabemos, consiste em experiências que não são primordialmente cognoscitivas; estas se constituem da estreita relação entre o fazer e o sofrer ou receber.

Tal concepção de conhecimento, como modalidade distintiva de poder e de controle regulado de nosso entorno consiste, por um lado, numa crítica ao pensamento moderno e contemporâneo e, por outro, implica um novo conceito de sujeito do conhecimento e de prática. A função do conhecimento inserido no contexto mais amplo da experiência sugere que nós, seres humanos, como agentes, não contemplamos a natureza desde fora: somos parte dela e como tais nossa atividade de **conhecer condiciona e é condicionada por nossas outras atividades**. A experiência não é somente o que como agentes conseguimos atuando, mas também nosso próprio atuar (ou padecer). Neste contexto, experiência e razão, sujeito e objeto, conhecimento e ação, são dualismos culturais derivados de uma concepção equivocada de mente(22) e de inteligência.

Dewey sustenta uma noção de sociedade que deriva de seu modelo de conhecimento e que torna patente seu compromisso com a reconstrução das relações entre ciência e moral, entre democracia e método científico. A pauta de adaptação inteligente e a do comportamento cooperativo, que desenvolve a este nível, pretendem expressar os elemeutos essenciais dos procedimentos envolvidos em ambas: a investigação científica da natureza e a definição e regulação das inter-relações sociais destes que, articulados, perseguem estas investigações.

Neste projeto prático, pensar enlaça um euvolvimento ativo com a realidade, a reflexão é um meio de transformação, ou reconstrução, do mundo. A perspectiva de um sujeito situado na linguagem, na instituição e na sociedade não necessita contrapor razão e vontade òu razão e emoção, conhecimento cientffico e valores, meios e fius, mas é capaz de

ver, pelo contrário, a existência de um **nexo íntimo entre conhecimento, ação e interesse**.

Não se trata, em conseqüência, de escapar do contingente, do histórico, mas significa transferir o interesse desde o eterno e universal ao cambiante, específico e concreto. O que nos obriga a considerar que as normas do conhecimento não são essencialmente distintas das do obrar. Nesta perspectiva, pragmatismo significa que **conhecer é algo que literalmente fazemos**. Desde a ótica de um sujeito finito, ativo, que implica a imagem do artesão mais que a imagem do espectador, considera-se que **a ação está envolvida no conhecimento**, não que o conhecimento esteja meramente subordinado à ação. Assim, pois, no contexto do pragmatismo, o fato de que ação ou a prática desempenhe um papel fundamental não se refere à natureza das conseqüências, senão a do mesmo pensamento. Isto nos permite entender por que Dewey concebe a **investigação como avaliação** e por que se refere a seu pragmatismo em termos de uma via de união de teoria e prática.

Considerações Finais

Estas reflexões demonstram que uma das preocupações essenciais de Dewey concerne ao fazer concreto dos que se dedicam ao trabalho científico. Uma outra inquietação sua tem a ver com o **lugar do pensamento** ou da inteligência na **experiência humana**. Com isso formula também o problema da função da investigação na teoria geral da experiência e sugere, mais concretamente, uma reinterpretação da **natureza da inteligência** e sen lugar na ação.

Daí que **pensar** consiste num esforço de efetuar uma mudança na situação objetiva, não no sentimento ou na consciência (tal como Kant pensava sua "revolução copernicana"). É a situação que determina a qualidade do pensamento. Uma situação problemática implica conflitos de experiências; gera dúvidas. Mas é um erro pensar que a situação é duvidosa somente num sentido "subjetivo". O hábito de pensar o duvidoso como se correspondesse unicamente aos sujeitos e não à situação em que nos encontramos imersos, é uma herança do cartesianismo. A dúvida não é um estado da mente, mas da situação.

Pensar, portanto, é um atributo de um sujeito ativo corresponsável, solidário, circunspecto, consciente da natureza operativa e funcional das **idéias**. Estas têm uma **função criativa**, têm que ser **encarnadas** nalgum símbolo, para que possam ser submetidas à vigilância objetiva e

desenvolvidas. Idéias são esporas, são convites à ação, constituem sugestões, são **possibilidades**, "hipóteses" de atuação.

As idéias, em conseqüência, não são objetos do pensamento, mas hipóteses, antecipações de conseqüências, adotam uma forma condicional. A **inteligência** (como termo mais amplo e significativo que razão e, ao mesmo tempo, menos ambíguo) é o fator de organização e reorganização da experiência. O reconhecimento de que a inteligência não é algo que se honra nos livros e se despreza na prática, senão que constitui um método que opera dentro do mundo, permite - pensava Dewey - que uma filosofia reconstruída coloque ao conhecimento físico em seu lugar com respeito a outros tipos de conhecimento. Apesar de que o conhecimento físico ofereça pontos de partida intelectuais e sugira operações a realizar a outros conhecimentos: não há nenhum tipo de investigação que possua o monopólio do título de "conhecimento" ou do da idéia de ciência(23).

Isto deixa claro igualmente que a ciência experimental não é tanto um modelo a imitar, quanto um sinal e um documento de uma mudança de atitude espiritual voltada para o mundo e que nos convida a extrair todas as conseqüências de caráter especulativo e ético que dele se derivam, em vista de uma recoustrução da filosofia.

Neste sentido, também a verdade é inseparável da natureza das idéias e do pensamento. Efetivamente, não existe verdade, quando não há conhecedor, idéias nem atuação: a verdade é pública ou, se queremos, prática. **Verdade**, enquanto fruto da investigação, não é uma questão de mera satisfação pessoal, ou de conveniência individual. Talvez devamos concebê-la como algum tipo de coerência entre nossas idéias mais que como correspondência entre estas e os fatos. Contra a idéia de conhecimento como representação exata da realidade ou a noção de conhecimento como acumulação de representações precisas - se articula a concepção pragmática de conhecimento que elimina o contraste entre contemplação e ação, entre representar o mundo e enfrentar-se com ele.

Os novos mapas do terreno das atividades humanas, introduzidos por Dewey e os pragmatistas clássicos, significam facetas de um mesmo diamante: a reconstrução do sentido de continuidade, da recuperação do sentido humano do progresso e do crescimento equilibrado e maduro, na interação constante do organismo e sen meio ambiente, da tradição e do novo. A finalidade de tudo isso é sempre a mesma: libertar as capacidades humanas, reconstruindo sens antigos ideais inacessíveis em termos de **possibilidades** abertas por sua **imaginação** à realização concreta. Outra coisa não podia desejar alguém que definiu a filosofia,

esse método de enfrentar-se aos problemas humanos, como "teoria da prática", como crítica e como crítica da crítica.

REREFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

(1) DEWEY, John. *Philosophy and civilization.* New York : Capricorn Books, 1963. p. 5.

(2) Ibid., p. 10.

(3) DEWEY, John. "The Development of American Philosophy". In: *Philosophy and Civilization,* pp. 32-33.

(4) DEWEY, John. *The Later works* 1924-1953. Illinois: Southern University Press. v. 5, p. 53.

(5) SCHEFFLER, Ives. *Four Pragmatists. A Critical Introduction.* New York: Paul London Humanities Press., 1974. p. 195.

(6) DEWEY, John. *Early works* 1882-1889. Illinois: Southern University Press, v. 3, pp. 77-78.

(7) SLEEPER, R.W. *The Necessity of pragamtism. John Dewey's Conception of Philosophy.* New Haven/London : Yale University Press, 1985, p. 24.

(8) DEWEY, John. "The Reflex Arc Concept in Psychology", *The Early Works,* v. 5, p. 96.

(9) bid., p. 100.

(10) DEWEY, John. "Experience, Knowledge and Value: A Rejoinder" in Schilpp, A.P.(ed.), *The Philosophy of John Dewey.* New York : Tudor Publishing Company, 1951 p. 544.

(11) DEWEY, John. *La Busca de la Certeza.* Trad. E. Imaz, México/Buenos Aires : Fondo de Cultura Económica, 1952, p. 3.

(12) Ibid., p. 12.

(13) Ibid., pp. 12-13 e 19.

(14) DEWEY, John. *La Reconstrucción de la Filosofía.* Trad. L.Rodriguez Aranda y L. Ros, Buenos Aires : Aguilar, 1955, pp. 63-64.

(15) Ibid., p. 52.

(16) DEWEY, John. *La Busca de la Certeza,* 1952, p. 89.

(17) Ibid., p. 72.

(18) Ibid., p. 112.

(19) DEWEY, John. *La Reconstrucción de la Filosofía,* 1955, pp.19, 46 e 51.

(20) DEWEY, John. "The Need for a Recovery of Philosophy", *The Middle Works* 1899-1924. Jo Ann Boydston (ed.), London/Amsterdam : Southern Illinois University Press, v.10, p. 23.

(21) DEWEY, John. *La Reconstrucción de la Filosofía,* 1955, p. 160.

(22) DAVIDSON, Donald. "El mito de lo subjetivo" in *Mente, Mundo y Acción.* Trad. C.Moya, Barcelona: Paidós/I.C.E.-UAB., 1992, pp. 51-71.

(23) DEWEY, John. *La Busca de la Certeza,* 1952, p. 175.

Revista UNIMAR 16(3):197-207, 1994.

PERCEPÇÃO DE TREINADORES QUANTO À IMPORTÂNCIA DE ATITUDES DE COMPETÊNCIA PEDAGÓGICA NO TREINAMENTO DESPORTIVO

Viktor Shigunov*, Vanildo R. Pereira* e Osvaldo Manzotti Jr.*

RESUMO. O objetivo do presente estudo foi detectar a percepção e a valorização dos treinadores, concernente aos comportamentos afetivos e técnicos no processo do treinamento. O desempenho competente do técnico no processo de treinamento tem sido tema de estudos sob diferentes vertentes (Bento, 1988, Claxton, 1988, Teodorescu, 1984). A amostra foi constituída por quarenta (n=40) técnicos, do sexo masculino e do feminino, das modalidades de atletismo, handebol e voleibol, participantes dos Jogos Escolares do Paraná, Brasil. O instrumento utilizado foi elaborado atendendo aos objetivos propostos pelo estudo, e foi inspirado em questões propostas por Darst *et al.* (1983) e Shigunov (1991). O instrumento era constituído por questões descritivas da amostra e questões ligadas à percepção e importância dos comportamentos afetivos e de competência técnica. Os resultados mostraram que os técnicos gostariam de continuar treinando a mesma equipe e participariam em jornadas de reciclagem. Frente a questões de emoções descontroladas manifestadas através de comportamentos negativos (xingar, gritar, punir), todos os técnicos julgaram que não deveriam ser utilizados; contudo, por vezes, eram evidenciados. Os técnicos atribuíram grande importância às qnestões afetivas positivas. Já para as questões didáticas, organização e tempo de prática, além de reciclagem e jogos amistosos, foram também percebidos como importantes. A percepção dos princípios orientadores da competência técnica dos treinadores no processo de treinamento é condizente com os preconizados pelos estudos sobre os temas desenvolvidos.

Palavras-chave: técnicos; atitudes; comportamentos; treinamento desportivo.

---

* Departamento de Educação Física, Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, Campus Universitário, 87020-900, Maringá-Paraná, Brasil.

Correspondência para Viktor Shigunov.

Data de recebimento:30/03/94.

Data de aceite: 10/10/94.

COACHES' PERCEPTION OF THE PEDAGOGICAL COMPETENCE ATTITUDES IN SPORTIVE TRAINING

ABSTRACT. The objective of this study was to detect coaches' perception and importance, regarding the affective and technical behaviour in the training process. The coaches' performance in the training process has been the subject of different researches (Bento, 1988, Claxton, 1988, Teodorescu, 1984). The sample was constituted by forty (n=40) male and female coaches who participated in Jogos Escolares do Paraná, in athletics, handball and volleyball. The instrument was prepared according to the research objetives and utilised questions suggested by Darst *et al.* (1983) and Shigunov (1991). The instrument included a descriptive questionnaire of the sample and questions about the perception and the importance of affective behaviour and technical competence. The results showed that coaches would like to continue training the same team participate in the training programs. Although uncontrolled emotions expressed through negative behaviour (scolding, shouting, punishing) were condemned by all coaches, they sometimes showed this negative attitude. Coaches attributed great importance to positive affection attitude. Didactic aspects, organisation and time of practice, training programs and friendly games were also perceived as important. Coaches' perception of the guiding principles for technical competence in the training process showed to be coherent with principles proposed in works on the subject.

Key words: coaches, attitudes, behaviours, sportive training.

INTRODUÇÃO

As atitudes pedagógicas do treinador e sua relação com os atletas, ultimamente, têm sido enfocadas como vertente de estudos (Chelladurai, 1984; Matveiev, 1986, Shigunov 1992).

As atitudes e comportamentos dos técnicos desportivos têm sido comparados com os dos professores, para análise e determinação dos perfis de atuação de ambos, como exemplificam Piéron e Cheffers (1988). Dentre os objetivos que diferenciam as atividades físicas escolares dos treinamentos desportivos está a motivação dos participantes do processo, e isto deve gerar uma atitude positiva do técnico em relação aos seus atletas, justamente por terem uma concepção e uma finalidade distintas como sugerem Martens (1988) e Weiss e Friedrichs (1986).

Assim, entende-se que os comportamentos pedagógicos, especificamente as atitudes instrucionais e afetivas dos técnicos, são muito mais destacadas, não obstante acontecerem atitudes negativas, no

calor da disputa e geradas pelos erros dos atletas. Para tanto, o técnico deve estar treinado e preparado, sendo a sua atitude influenciadora no desempenho dos atletas.

Os técnicos de sucesso, como mostram estudos de Carron (1984), Martens (1988), Singer (1986) e Thomas (1981), apresentam três vertentes básicas de atuação: 1) o conhecimento do esporte e das ciências a ele ligadas, 2) a motivação para ser um bom técnico e 3) a empatia ou atenção para os aspectos afetivos na inter-relação.

Assim, para obter sucesso na carreira de treinador, deve-se ter em conta os diferentes aspectos envolvidos na sua preparação. Não existe substituto para o conhecimento profundo das técnicas, regras e estratégias do esporte em que se é técnico. O conhecimento das técnicas de ensino e aprendizagem é importante para os treinadores no aspecto da eficácia, motivação e melhor desempenho.

Outra questão que tem merecido estudos é a motivação que o técnico tem para com a sua função, no sentido de dispor de tempo para dedicar-se totalmente aos seus atletas.

Finalmente, a questão da empatia, que o técnico deve desenvolver para conseguir sucesso como treinador. Empatia, entendida como a habilidade de entender os sentimentos, pensamentos e emoções dos atletas e compartilhá-los com os mesmos. O técnico deve ser capaz de compreender a alegria, a frustração, a ansiedade, o temor, a raiva e outros sentimentos dos seus atletas. Os técnicos que possuem empatia são capazes de ouvir, dialogar e compreender os seus dizeres, sendo portanto raros os momentos de menosprezo, xingamento ou agressão contra os seus atletas.

Outra questão que tem sido posta para discussão, como apontam, Bento (1989), Curado (1982) e Matveiev (1986), é a formação dos diferentes níveis de treinadores para se harmonizar com o nível de capacidade dos praticantes, dos seus motivos, dos interesses, levando-os à prática constante e cada vez mais exigente do desporto de rendimento.

A formação e a preparação do treinador deve abranger tópicos de competência nas diferentes vertentes influenciadoras do seu comportamento pedagógico, além da especificidade da modalidade e dos atletas.

Já para Campbell (1992), a formação dos treinadores deveria ater-se a diferentes pontos já detectados pelas pesquisas e ter incluído no seu bojo o estudo do conteúdo específico da modalidade treinada, filosofia e ética, conhecimento das ciências correlacionadas, administração e

habilidades vocacionais, metodologia do ensino e do treinamento, além da práxis das questões estudadas.

Existem, igualmente, como afirmam Carron (1984), Claxton (1988) e Martens (1988), sugestões de uma ação eficiente e com passos definidos a serem seguidos e treinados pelos técnicos que querem alcançar o sucesso. Estes passos seriam os seguintes: deve haver desenvolvimento de credibilidade na comunicação; a informação deve estar contida na comunicação; a comunicação deve ser consistente; a comunicação deve possuir conotação instrucional e ser afetivamente positiva.

O treinador continua sendo um grande enigma como pessoa e profissional, pelo fato de que se requer um profissional com muitas facetas, preparo e treinamento especial para o desempenho da sua profissão, pelo fato de estar inserida em um contexto social de muitas exigências, tanto do ponto de vista de representação do papel como, também, de pessoa-exemplo e educador, além, como comentam Bento (1989) e Singer (1986), de ser o desporto parte dos padrões de relações sociais e representativo de variadas manifestações grupais.

Pode-se afirmar, pelos diferentes conceitos, além dos estudos, que existe uma inter-relação e interdependência dos comportamentos do domínio afetivo, cognitivo e psicomotor de maneira a sublinhar a necessidade de o técnico dar atenção a todos eles para poder promover o desenvolvimento integral e harmonioso do atleta.

O treinamento é um processo, como afirmam Lyle (1992) e Shigunov (1992), que envolve um enfoque racionalizado para a melhoria da performance competitiva através de uma programação planejada e coordenada para a preparação e a competição. Nem sempre existe uma universalidade no entendimento dos termos como melhoria, competitividade, performance, coordenado, preparação e competição. Existe, isto sim, uma interligação disto tudo com a ciência do treinamento.

Contudo, para assumir uma abordagem racional e aceitar que o treinamento é um processo, requer-se uma posterior elaboração.

Assim, treinar é o processo que consiste na integração, interdependência e diferentes vertentes de realização de um fim, apesar de ser multifacetado.

Desta forma, entende-se que o treinador toma parte do processo, ou muitas vezes dirige este processo. A justificativa para tais assertivas é baseada nas experiências pessoais de cada treinador e na observação das

ações dos treinadores no desempenho da tarefa de orientação dos atletas ou de equipes.

A educação ou formação do técnico, como todo o processo educativo, é um processo de pequenos episódios que envolvem de tentativa e erro. O processo racional e sistemático que enfatiza a forma social da interação, e a filosofia pessoal do treinamento, ainda não foram muito bem articulados. No segundo aspecto, toda concepção é passível de crítica e deve-se reconhecer que uma perspectiva racional e sistemática pode ser inquestionável, concomitantemente com o engrandecimento do mundo do treinamento que está comprometido com a ciência e a tecnologia, indústria e aplicação, ordem e disciplina em uma sociedade moderna.

Em conclusão, o processo do treinamento deveria responder a questões que estão ligadas aos comportamentos, atividades, conteúdos e avaliação que os técnicos demonstram e utilizam no seu desempenho profissional.

Parece que ainda não existe uma coerência na formação dos técnicos desportivos, sendo isto uma limitação na conquista do "status" profissional. A formação dos técnicos tem sido através de cursos, na maioria das vezes, com o princípio calcado na teoria do senso comum, enfatizando a disciplina e habilidades de que o treinador necessita, sem contudo definir com clareza, e sem consenso sobre o que seriam estas habilidades.

A sugestão do monitoramento e cursos de reciclagem, como sugerem Claxton (1988), Cratty (1984) e Shigunov (1991), são igualmente fatores importantes na qualidade e eficácia do desempenho do treinador.

O objetivo do presente trabalho é detectar a percepção e a valorização de treinadores em relação aos comportamentos afetivos e de instrução no processo do treinamento.

METODOLOGIA

Esta pesquisa pode ser caracterizada como descritiva, como afirmam Marconi e Lakatos (1985), pelo fato de descrever e constatar a realidade sem interferências no seu desenvolvimento.

Amostra

A amostra foi constituída por quarenta treinadores (n=40), sendo vinte do sexo feminino (n=20) e, também, vinte do sexo masculino

(n=20), com a idade conpreendida entre vinte e dois e quarenta e seis anos. Os treinadores eram representantes de diferentes escolas estaduais de vários municípios que disputavam os Jogos Estudantis do Paraná, Brasil, nas modalidades de atletismo, handebol e voleibol.

Instrumento de Medida

O instrumento de medida foi elaborado com questões ligadas a diferentes aspectos desenvolvidos na pesquisa e foram concebidos a partir de questões sugeridas por Darst *et al.* (1983), Duck (1986) e Shigunov (1992).

As questões de um a dez foram apresentadas aos treinadores e constituíram a caracterização da amostra, envolvendo a formação, o sexo, o município e o tempo de trabalho, além da continuidade com a mesma equipe e intenção de participação em um curso de reciclagem para técnicos. As questões de afetividade positiva e negativa (11 e 12); questões de competência profissional e instrucional (13 a 15) e, finalmente, questões de reciclagem e jogos amistosos (16 e 17).

Ainda solicitou-se a expressão da importância atribuída às questões, indo de nada importante com 1 (um) ponto até muito importante com 7 (sete) pontos. Igualmente, na mesma questão era solicitada a resposta para a frenqüência do comportamento, indo de "nunca" até "sempre".

O instrumento de medida foi utilizado inicialmente por Manzzotti (1993) e tem uma correlação de .86.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a consecução dos objetivos, buscou-se analisar os dados em forma de itens, com o intuito de promover melhor compreensão das questões apresentadas.

Continuidade de Treinamento e Participação de Reciclagem para Técnicos

A questão número nove era posta de forma clara para os técnicos responderem se gostariam de continuar o trabalho com a mesma equipe. Deve-se frisar que 98% dos inquiridos responderam que gostariam de continuar treinando com a mesma equipe com que treinavam atualmente. Outro dado interessante é que ninguém respondeu que não gostaria, havendo apenas os que dependiam das condições a serem oferecidas.

Quanto à questão da participação em um curso de reciclagem para técnicos, todos responderam que gostariam de participar, indicando uma clara percepção da necessidade e da não oferta de tal atividade.

Comportamentos Afetivos Negativos e Positivos

Os técnicos, como mostra o tabela 1, ao serem perguntados sobre se "justificam-se comportamentos afetivos negativos (xingar, punir, gritar, criticar, *feedback* punitivo) para obtenção de performance de seus atletas", a maioria dos técnicos do sexo masculino optou por responder que tais comportamentos são justicados com um nível "médio" e muitos julgam, 45%, que eles não se justificam.

Já os técnicos do sexo feminino, na sua maioria, 45%, julgam que não se justificam tais comportamentos, contudo 35% optaram por nível médio, e 20% julgam que se justificam. Tais resultados são contrários às sugestões de Brustad (1988), Claxton (1988) e Chelladurai (1984), ao afirmarem que os técnicos devem manifestar ao máximo comportamentos afetivos positivos.

Assim, ao responderem com aceitação aos comportamentos negativos, pode-se julgar que na prática as atitudes dos técnicos sejam mais negativas ainda, pelo fato de terem respondido que tais comportamentos são utilizados com maior freqüência de "raramente", "às vezes" e "freqüentemente", indicando uma incorporação, no seu cotidiano, de tais atitudes, apesar de estudos indicarem com clareza a atuação do técnico, que deveria ser positiva.

Ao continuar a análise do tabela 1, referente aos comportamentos **afetivos positivos (elogiar, incentivar, uso do 1o nome, demonstrar afeto)** a grande maioria dos técnicos, 82.5%, indiferente ao sexo e à modalidade, considera-os muito importantes, e a sua freqüência ocorre "às vezes", 17.5%, "freqüentemente", 40% e "sempre" com 42.5%. Isto vem corroborar as propostas de Campbell (1992), Carron (1984) e Martens (1988), para as ações do técnico serem positivas e com as afirmações de Duck (1986), que sugere serem fatores imprescendíveis na boa relação humana.

Contudo, apesar de a grande maioria dos técnicos indicar a importância dos comportamentos afetivos positivos, e isto sugerir uma atuação positiva, parece não acontecer na realidade, com a mesma intensidade, pelo fato de as freqüências não confirmarem com todo o rigor a assertiva anterior, pois menos da metade utiliza tais comportamentos sempre, denotando uma coerência na práxis.

Muitos comportamentos, afetivos negativos e positivos, podem acontecer por falta de preparo dos técnicos e outros por falta de atualização e convivência, como apontam Campbell (1992) e Duck (1986).

Tabela 01: Percepção dos técnicos da importância dos diferentes comportamentos pedagógicos

Sexo	Comportamentos																									
	Afetnegat				Afetpositi				Didatica				Tempomater				Orgaplanej				Reciclagem				Jogosamist			
	Masc		Fem		Masc		Fem		Masc		Fem		Masc		Fem		Masc		Fem		Masc		Fem		Masc		Fem	
FR. PER.	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
1 e 2	9	45	9	45	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	5	0	0
3, 4, 5	11	55	7	35	5	25	2	10	5	25	2	10	5	25	4	20	5	25	0	0	2	10	2	10	1	5	3	15
6 e 7	2	10	4	20	15	75	18	90	15	75	18	90	15	75	16	80	15	75	20	10	18	90	18	90	18	90	17	85
Nunca	3	15	4	20	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	5	0	0	0	0
Raramen	4	20	8	40	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	5	0	0	2	10	1	5	7	35	3	15
Às vezes	14	70	6	30	4	20	3	15	0	0	0	0	4	20	2	10	2	10	0	0	8	40	7	35	4	20	4	20
Freqüen	4	20	2	10	10	50	6	30	11	55	10	50	10	50	9	45	11	55	6	30	6	30	5	25	3	15	8	40
Sempre	0	0	0	0	6	30	11	55	9	45	10	50	10	50	9	45	6	30	14	70	4	20	6	30	6	30	5	25

Legenda: Afetnegat= afeto negativo; Afetpositi= afeto positivo; tempomater= tempo e material; orgaplanej= organização e planejamento; jogosamist= jogos e amistosos; fr= freqüência; per=percentagem; raramen=raramente; freqüen=freqüentemente; masc=masculino; fem= feminino.

Na continuação da análise do tabela 1, pode-se destacar a grande valorização dos técnicos, indiferentemente ao sexo, das atitude didáticas, de organização, planejamento, jogos amistosos, porém os técnicos do sexo feminino valorizam com mais intensidade essas ações.

Ao analisar-se a freqüência dos diferentes comportamentos, pode-se perceber que a grande concentração das respostas foi no "freqüentemente" e "sempre". Porém os itens reciclagem e jogos amistosos, apesar de serem valorizados, possuem uma frequência muito baixa e dispersa, sugerindo falta de oportunidades dos professores para atualizarem-se e praticarem os acertos das técnicas e táticas através dos jogos amistosos nas modalidades esportivas que treinam.

Parece que tal fato sugere uma falta de oferta de atualização, treinamento e acesso ao material para o aperfeiçoamento dos técnicos do estudo.

Não obstante estas questões, ainda deve-se destacar a percepção de importância dos diferentes comportamentos que os técnicos tiveram e apontaram. Existe uma grande coerência entre as opções dos técnicos da amostra do estudo e os resultados evidenciados pelas pesquisas, destacando-se entre outros a interação positiva, organização, uso do material e amistosos, sendo estes a essência da eficácia e bom

desempenho de bons técnicos, como ponderam Chelladurai (1984), Riera (1985) e Weiss e Friedrichs (1986).

Contudo, os dados igualmente sugerem uma necessidade de oferecer-se cursos de atualização e vivências esportivas através de jogos amistosos e de campeonatos.

CONCLUSÕES

Frente aos diferentes resultados apresentados pelos dados fornecidos pela amostra e levando em conta os diferentes objetivos do estudo pode-se concluir o seguinte:

- A grande maioria dos técnicos da amostra, indiferentemente à idade, sexo e modalidade desportiva analisada, gostariam de continuar treinando a atual equipe, sugerindo uma noção de estabilidade;
- Os técnicos do sexo feminino, na sua maioria, julgam que não se justificam sentimentos negativos para obtenção da performance. Já a maioria do sexo masculino tem uma percepção de valor médio. E apenas a minoria, indiferentemente ao sexo, mas, mais nas modalidades coletivas, julgam que se justificam sentimentos negativos para a obtenção da performance, apesar de considerarem que eles empregam com maior freqüência "raramente" e "às vezes", havendo uma mescla de percepções e julgamentos quanto ao valor das diferentes atitudes negativas.
- Os técnicos, na sua maioria, consideram muito importante os comportamentos afetivos positivos e têm a percepção de que estes acontecem "freqüentemente" e "sempre". Os dados mostram a percepção de importância dos técnicos em relação a uma atuação positiva, mesmo que isto seja, apenas, o ideal.
- Os técnicos, indiferentemente ao sexo e esporte, percebem como muito importantes os comportamentos de competência didática, além da distribuição do tempo, uso do material, organização e planejamento, bem como a reciclagem e a participação em jogos e amistosos, e consideram que isto ocorre "freqüentemente" e "sempre", sugerindo uma percepção valorativa dos itens que integram uma ação de sucesso no treinamento.

Acredita-se que os dados devam ser ampliados e outras pesquisas serem realizadas, para caracterizar-se, sob diferentes parâmetros, os problemas que estão ligados ao desempenho e à relação dos técnicos com seus atletas, proporcionando subsídios para que essa vivência seja uma experiência dignificante e construtiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENTO, J.O. *Para uma formação desportiva-corporal na escola.* Lisboa: Livros Horizonte, 1989.

BRUSTAD, R.J. Affective outcomes in competitive youth sport: the influence of interpersonal and socialization factors. *J. Sport & Exerc. Psychol., 10*: 307-321, 1988.

CAMPBELL, S. Coach education in the 21st century: a look into the future. In: ALMOND, L. & SPARKES A. (ed.). *Sport and Physical Activity*, London: E & FN Spon, 1992.

CARRON, A.V. *Motivation:implications for coaching and teaching.* Canadá: Pear Cretive, 1984.

CHELLADURAI, P. Discrepancy between preferences and perceptions of leardership behaviour and satisfaction of athletes in varying sports. *J. Sport & Exerc. Psychol., 6*: 27-41, 1984.

CLAXTON, D.B. A systematic observation of more and less snccessful high school tennis coaches. *J. Teach. Phys. Educ.*, 7:302-310, 1988.

CRATTY, B.J. *Psicologia no esporte.* Rio de Janeiro: Pretice-Hall do Brasil, 1984.

CURADO, J. *Planeamento do treino e preparação do treinador.* Lisboa: Editorial Caminho, 1982.

DARST, P.W.; MANCINI, V.H. & ZAKRAJSEK, D.B. *Systematic observation instrumentation for physical education.* New York: Leisnre Press, 1983.

DUCK, S. *Human relationships.* Califórnia: Sage Publications, 1986.

LYLE, J.W.B. Systematic coaching behavior: an investigation into the coaching process an the implications of the findings for coach education. In: ALMOND, L. & SPARKES, A. (ed). *Sport and Physical Activity.* London: E & FN Spon, 1992.

MARCONI, M. A. & LAKATOS, E.M. *Técnicas de pesquisa.* São Paulo: Atlas, 1985.

MARTENS, R. *Coaches guide for sport psychology.* Champaing, Illinois: Hnman Kinetics Books, 1988.

MATVEIEV, L.P. *Fundamentos do treino desportivo.* Lisboa: Livros Horizonte, 1986.

PIÉRON, M. & CHEFFERS,J. *Research in sport pedagogy.* Schorndorf: Verlag Karl Holmann, 1988.

RIERA, J. *Introducción a la psicologia del deporte.* Barcelona: Ediciones Martinez Roca, 1985.

SHIGUNOV, V. O desporto escolar: estudo da dimensão afetiva. In: CONGRESSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA, 2, Porto, 1991. *Anais...* Porto: Universidade do Porto, 1991.

SHIGUNOV, V. O papel da afetividade no treinamento desportivo. Rev. *Unimar*, Maringá, *14*(2): 47-62, 1992.

SINGER, R.N. *Peak performance...and more.* Michigan: Mouvement Pub., 1986.

TEODORESCU, L. *Problemas de teoria e metodologia dos jogos desportivos.* Lisboa: Livros Horizonte, 1984.

THOMAS, A. *Psicologia del deporte.* Barcelona: Editorial Helder, 1981.

WEISS, M.R., & FRIEDRICHS, W.D. The influence of leader behaviors, coach attributes, and institutional variables on performance and satisfaction of collegiate basketball teams. *J. Sport Psychol.*, *8*: 332-346, 1986.

Revista
UNIMAR
Ciências Humanas e Sociais
Volume 17, Número 1, Abril 1995.

SUMÁRIO

LETRAS

Lúcia Osana Zolin. **A mulher machadiana na mira da crítica: da periferia à imanência do texto.** 1-16
Oliver Friggieri. **Main trends in the history of Maltese literature.** 17-26
Mirian Hisae Yaegashi Zaponi. **Temas e problemas do ensino de literatura.** 27-36
Mirian Hisae Yaegashi Zaponi. **Um metatexto para "O homem que sabia javanês".** 37-53
Thomas Bonnici. **A political interpretation of *Things Fall Apart*.** 55-63
Aecio Flavio de Carvalho. **A narrativa histórica e a arte literária em Salústio.** 65-84
Renilson José Menegassi. **Compreensão e interpretação no processo de leitura: noções básicas ao professor.** 85-94

HISTÓRIA

José Flávio Pereira. **Cairu e a economia política: um compromisso com a riqueza das nações.** 95-107
Angelo Priori. **Católicos e comunistas em luta pela hegemonia do sindicalismo rural no norte do Paraná:1960-1964 (algumas considerações preliminares).** 109-123
Sezinando Luiz Menezes. **A colonização do Brasil vista pelo colonizador: a escravidão nos escritos coloniais dos séculos XVI e XVII.** 125-139
Geovanio Rossato e Jorge Ulisses Guerra Villalobos. **A Escola de Frankfurt - noções básicas.** 141-147
Eva Paulino Bueno. **Caudillismo and coup d'etat in Latin America.** 149-165

EDUCAÇÃO

Luzia Marta Bellini e Adriano Rodrigues Ruiz. **Espontaneísmo ou ritualismo: quem é o vilão na educação?** 167-176
Hélio Roque Hartmann. **Dewey: filosofia, ciência e conhecimento.** 177-196
Viktor Shigunov, Vanildo R. Pereira e Osvaldo Manzotti Jr. **Percepção de treinadores quanto à importância de atitudes de competência pedagógica no treinamento desportivo.** 197-207